UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

MARCUS COSTA DE SANTANA

CONSTRUÇÃO E (RE)AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS JOVENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO (MIRANGABA-BA).

RECIFE – PE
2024

MARCUS COSTA DE SANTANA

CONSTRUÇÃO E (RE)AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS JOVENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO (MIRANGABA-BA).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Sociedade da Universidade Federal do Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Orientador (a): Dr. Aristeu Portela Junior

RECIFE – PE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Santana, Marcus Costa de.
Construção e (re)afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro (Mirangaba -BA) / Marcus Costa de Santana. - Recife, 2024.
300f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Aristeu Portela Junior.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Identidades étnico-raciais; 2. Comunidade quilombola; 3. Direitos humanos. I. Portela Junior, Aristeu. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

MARCUS COSTA DE SANTANA

A CONSTRUÇÃO E (RE)AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS JOVENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO (MIRANGABA-BA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Aprovado em: 28/08/2024.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Aristeu Portela Júnior (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

_____
Prof. Dr. Elton Bruno Soares de Siqueira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

_____
Prof. Dr. Wagner Lins Lira (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Dedico este trabalho a, Liz dos Santos Costa Santana, que chegou a este mundo durante o curso de Mestrado e proporcionou um outro olhar à temática.

À minha esposa, Sabrina dos Santos Costa, quilombola.

Aos meus ancestrais que muito lutaram para construção de uma realidade menos sofrível.

Assim, como a Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro pelos enfrentamentos diários.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a minha família, esposa Sabrina, pela paciência e companheirismo em todo período de estudo do mestrado, pelas renúncias realizadas para que fosse possível me acompanhar nesse processo.

À pequena Liz, que continuamente provoca mudanças em minha forma de ver o mundo.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional em todas as minhas escolhas e caminhadas.

Aos meus avós, sobretudo, os maternos, *in memoriam*, Vó Aurelina e Vô Chiquinho me ensinaram como a cordialidade e o afeto transformam a vida das pessoas, assim como a dedicação e o cuidado.

Aos tios, tias, primos e primas que sempre estiveram em minha torcida pelo melhor em minha vida.

Aos amigos e amigas, ah! O que seria de mim, sem vocês?! Em especial Yane, por ser a pessoa que esteve presente em boa parte de minha vida escolar e acadêmica, e assim construímos uma relação de amizade, respeito, e companheirismo, e sua união com o grande Anderson, pessoa maravilhosa, só fez nossa relação ficar ainda mais repleta de afeto, que as estradas nos guiem.

À minha amiga Ciene, que sempre acreditou e apostou no sucesso das minhas escolhas, sendo, inclusive, a primeira a me colocar em contato com a advocacia.

Aos amigos e amigas do curso de mestrado, grandes companheiros e companheiras sempre abertos ao novo, compartilhamos muitas experiências, sempre aguerridos na efetividade dos direitos humanos fundamentais

Ao meu querido orientador, professor Aristeu, que sempre compreendeu as dificuldades que se apresentavam, sendo muito sereno em suas colocações, e sempre disposto a dialogar em busca de novos caminhos, a ti forte abraço.

Aos professores do mestrado, as vivências proporcionadas por vocês me tornaram uma pessoa muito melhor.

Aos meus professores de ensino médio, que se tornaram grandes amigos, foram as sementes lançadas em campo que frutificaram e cheguei até aqui, os mais sinceros afetos à Gilka e à Edel e ao nosso brilhante José Roberto (Zezinho) – *in memoriam*.

A todos da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, em especial aos jovens que contribuíram diretamente para a pesquisa, lutemos.

A vida passou e passou trazendo dores.

(Conceição Evaristo)

RESUMO

O presente trabalho investigou os processos de construção e de (re)afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro – Mirangaba-BA, tendo como objetivos específicos investigar os processos de construção e afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro; analisar as contribuições da Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz na construção e (re)afirmação dessa identidade étnico-racial dos jovens da comunidade e analisar as implicações da identidade racial no contexto comunitário e no espaço escolar. Para nortear a pesquisa, a concepção de identidade utilizada para fundamentar a análise partiu da perspectiva dos estudos culturais – a construção do sujeito e da identidade na modernidade tardia – tendo como principais teóricos Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Kathryn Woodward, Ernesto Laclau e Bauman. No campo dos Direitos Humanos, a construção e (re)afirmação dessa identidade étnico-racial tem que servir para o pleno exercício da cidadania e, por isso, foi necessário verificar os impactos dessa identidade na comunidade e em outros espaços. A metodologia empregada, enquanto abordagem, foi qualitativa. No tocante ao levantamento de dados, os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas e consultas documentais. Quanto à técnica de análise, foi adotada a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977) constituída de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. No tocante aos resultados, apontamos para a existência de duas identidades – racial e quilombola – com certa independência entre si, mas que, em determinados momentos, encontram-se, assim como se interseccionam com as questões de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades étnico-raciais. Comunidade Quilombola. Direitos Humanos.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AQPPSC Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz

CNPJ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FCP Fundação Cultural Palmares

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

UNEB Universidade do Estado da Bahia

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Mirangaba-BA, pertencente ao Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. 24
Figura 2: Rede territorial dos quilombos no Município de Mirangaba – BA 25
Figura 3: Categorização temática 33
Figura 4: Categorização – Identidade Racial 34
Figura 5: Categorização – Identidade Quilombola 34
Figura 6: Feira Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro 72
Figura 7: Semana da Consciência Negra 73
Figura 8: Cavalgada das Mulheres que Brilham 73
Figura 9: Samba de Roda 73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados gerais dos entrevistados. 27
Tabela 2: Comunidade Remanescente de Quilombo certificada. 50

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13
2. CAMINHOS DA PESQUISA 22
2.1 – Metodologias e procedimentos do trabalho de campo: Abordagem, métodos da pesquisa, procedimento da análise de conteúdo e significações dos dados colhidos 22
3. A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS QUILOMBOLAS . 36
3.1 – Identidades: formação, influências e conflitos 36
3.2 – Identidades étnico-raciais no Brasil e seus entraves 43
3.3 – A história das Comunidades Quilombolas no Brasil 47
4. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO – MIRANGABA-BA 53
4.1 – Formação e Trajetórias 54
4.2 – A construção da identidade étnico-racial dos jovens quilombolas a partir das vivências dentro da comunidade 57
4.3 – Identidade racial e identidade quilombola: distanciamento e aproximações na Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro 68
5. A (RE) AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS JOVENS DA COMUNIDADE E A IMPLICAÇÃO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E OPORTUNIDADES DE EMPREGOS 81
5.1 – Vivência escolar: a cor, o corpo e a opressão 82
5.2 – Jovens mulheres quilombolas e as dificuldades de acesso ao emprego formal na comunidade 92
5.3 – Atuação da Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz na promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional ou garantidores de renda 99
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 105
7. REFERÊNCIAS 110
8. APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS 122
9. APENDICE B – ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM OS JOVENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO 124
10. ANEXOS 256

1. INTRODUÇÃO

A evidência estava lá, implacável. Minha negrura era densa e indiscutível. Ela me atormentava, me perseguia, me perturbava, me exasperava (Fanon, 2008).

Na minha trajetória pessoal, algo sempre incomodou: não ser visto! Não sabia ao certo o porquê; não compreendia que ser notado, no sentido positivo da palavra, não dependia somente de mim, então havia um esforço descomunal para me encaixar em diversos mundos. O encaixe não me deixava confortável, mas produzia, no olhar do outro, certa satisfação. Contudo, a dor de negar a mim, em favorecimento do outro, esteve sempre presente e, ao mesmo tempo, mascarada pelo sorriso que era um parceiro fiel e disfarçador, já que ninguém nunca se importou com o conteúdo, a aparência era suficiente. Questões como discriminação racial, situações vexatórias em razão da condição social, rigidez religiosa que massacra qualquer individualidade, o sentimento de abandono nas relações escolares, etc estavam sempre latentes. Enfim, o resultado desses recolhimentos foi a criação interna de formas de autoproteção, da indiferença ao afeto, pois tudo passou a ser criteriosamente controlado já que precisava manter-me sobrevivendo.

Em diversos momentos, a indiferença foi a grande âncora que possibilitou certo equilíbrio para realizar escolhas, trilhar caminhos e viver afetos, embora pareça meio paradoxal. Sempre tentei não me envolver em discussões sobre raça, gênero, religião, desigualdade social, entre outras temáticas que se apresentam mais como angústias do que como caminhos possíveis e realizáveis, mas vivemos em um mundo que sempre nos afeta de alguma forma, e, diante de tantas atrocidades, confabulações e encenações, não consegui me manter indiferente por muito mais tempo. Diante da constante tentativa de ser "posto" no meu lugar – não lugar – resolvi eu mesmo me posicionar no lugar que me representa, ou seja, filho do meio rural, migrante para a periferia da cidade, negro, cabelo maravilhosamente crespo, e inquieto. Essa guinada foi resultado das experiências pessoais e profissionais.

Nesse caminhar, entrei na faculdade de direito da Universidade do Estado da Bahia, no campus de Jacobina-BA, e, durante minha trajetória acadêmica de graduação, percebi que a preocupação maior da instituição foi ensinar como a legislação foi construída e como deve ser aplicada, mas não houve a demonstração ou a instigação direta sobre como o direito em nosso

país precisa ser produzido, interpretado e aplicado, levando em consideração as questões próprias de sua formação, como é o caso do período escravocrata e, após, o abandono dos "libertos" e seus descendentes. Foi, então, na Pós-graduação em Direitos Humanos realizada na Universidade Federal da Bahia que essa e outras questões – diversidade sexual, gênero, classe entre outras – foram postas em discussão e vi questionadas suas matrizes. A partir de então, comecei a pensar na possibilidade de cursar o mestrado na mesma área dos direitos humanos. Foi aí que, depois de uns três anos, vi o anúncio da abertura de seleção no PPGDH da UFPE, candidatei-me ao processo e fui aprovado. Nascia, assim, uma outra preocupação: a distância da minha cidade para a capital de Pernambuco. Agora casado, não era simplesmente colocar as roupas numa mochila e partir! Entretanto, consegui me organizar e aluguei um quarto próximo à Universidade. Também me preparei financeiramente e, juntamente com minha esposa Sabrina, decidimos que, inicialmente, ela ficaria em Jacobina, cidade onde moramos, e, depois, caso não fosse possível fazer visitas frequentes, daríamos um jeito de ela ir para Recife. Entretanto, quinze dias antes de viajar, minha esposa descobriu que estava grávida! Mudança de quadro, desespero total! Foi uma crise interna, pois não estava preparado para ser pai e externa em relação à questão de como estudar tão distante? Nestes termos, mantive a minha viagem para Recife, de modo que retornaria um mês depois para resolvermos, contudo, durante o período de um mês, com diversas mudanças, tanto físicas quanto psíquicas de minha esposa, não foi possível esperar tanto: tive que procurar um apartamento em Recife para recebê-la, mas o problema não era só alugar, havia implicações maiores, a exemplo dos custos da sobrevivência, enfim parecia que um caos estava se formando.

No entanto, conseguimos resolver tudo, e a pequena Liz nasceu em 14 de fevereiro de 2023, em Recife-PE, em pleno carnaval. Durante o processo de mestrado, esse contexto deu um outro significado ao curso, à minha vida e à vivência no casamento. O fato é que nunca havia experimentado um sentimento tão nobre como ser pai, pois não dá para traduzir em palavras. A experiência é repleta de conflitos, mas é algo do qual não queremos nos livrar. Assim, sou casado com Sabrina dos Santos, que é quilombola, membro da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro: essa foi, inicialmente, a relação mais direta que mantive com a comunidade. Desse modo, na condição de advogado, mas também como homem negro, como esposo e como pai de descendente quilombola, pleiteio benefícios previdenciários para os membros desta comunidade, sobretudo salário maternidade e aposentadorias, bem como melhores condições de vida para um povo que, há tempos, luta para existir.

Sendo assim, esta dissertação trata da temática da construção e afirmação da identidade étnico-racial da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro e, por isso, é necessário tecermos algumas considerações prévias.

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravização oficialmente, após, em média, trezentos e oitenta e oito anos de exploração de negros e negras raptados de seus países no Continente Africano e de indígenas desterritorializados e explorados (Conrad, 2012; Schwarcz, 2015). Em resumo, trata-se de pessoas e agrupamentos étnicos, cujas identidades foram dissolvidas nesse emaranhado de situações opressoras (Hall, 2006). Nesse sentido, essas vivências, não ocorreram pacificamente, muito pelo contrário! Foi a partir da necessidade de sobrevivência física e cultural que diversas lutas foram - e ainda são - travadas entre os subalternizados (negros, negras e indígenas) e os exploradores (europeus, brancos). Neste contexto, surgem diversas estratégias de lutas que foram e são implementadas, a exemplo da formação de Quilombos e Mocambos em terras brasileiras (Reis, 2019; Gomes, 2015).

Os Quilombos são símbolos de luta e resistência do povo negro contra as opressões do sistema escravista, notadamente na realidade brasileira, assim como nas diásporas africanas espalhadas no mundo, com relevo para a América Latina, onde o fluxo do tráfico de negros e negras africanos foi mais intenso (Reis, 2019; Gomes, 2015). Embora outros países tenham utilizado outras nomenclaturas, a essência contracolonial era - e é - o que caracteriza o Quilombo enquanto movimento (Price, 1979; Almeida, 2002). Ressalte-se que, no Continente Africano, era comum esse tipo de construção/organização (Silva, 2014; Moura, 2022). Na nossa realidade, além dos africanos e seus descendentes, todas as pessoas que sofriam com a colonialidade escravista – indígenas, mestiços, fugitivos do serviço militar, pessoas consideradas criminosas pelo sistema oficial, em suma, os marginalizados – abrigaram-se em Quilombos para garantir a sobrevivência, visto que a sociedade majoritária não os queria por perto (Silva, 2014; Moura, 2022).

Em documentação oficial, o termo “quilombo” só surge por volta do Século XVII. Ressalte-se que outra terminologia usada no Brasil era “mocambo”, contudo, de qualquer forma, um ou outro termo designava, no fim das contas, a mesma situação, pois, acima de tudo, representavam transgressões e enfrentamentos à ordem escravista colonialista (Gomes, 2015). Dito de outro modo, esse processo de resistência configura um levante contracolonial centrado nas práticas e vivências negras (Santos, 2015).

Como símbolo da transgressão, os Quilombos sofrem até hoje exclusões e discriminações negativas, além de diversas tentativas de extermínio das suas culturas, identidades e organização social (Nascimento 2016; 2019; Moura, 2022; Nascimento, 1985). São atitudes perpetradas por meios oficiais, materializadas pela ausência de políticas públicas específicas para tais comunidades ou pela ação de grupos específicos, como religiosos cristãos - católicos e evangélicos - e empresas de exploração dos bens naturais (Santos, 2015).

Algumas empresas propagam erroneamente o fato de que a existência delas em terras quilombolas representa progresso e desenvolvimento, ou seja, oportunidade de vida melhor, ofuscando os danos que são deixados por sua exploração, sem contar com os baixos salários e cargos sem representatividade, dentro das empresas, que são ocupados por moradores das comunidades como forma de legitimar o "investimento". É a dinâmica que vários estudiosos já apontaram em suas obras (Nascimento, 2019; Gomes, 2015; Moura, 2022) e que Florestan Fernandes (2008) expressa como a consolidação da estrutura social e econômica capaz de impor à população negra brasileira uma localização inferiorizada na sociedade, seja pelo trabalho, seja pelas expressões culturais ou modos de viver.

Então é importante identificar, analisar e documentar as formas de resistências atuais das comunidades quilombolas contra as diversas violências colonialistas atreladas às manipulações da realidade que caracterizam os modos de viver destes agrupamentos étnicos como ultrapassados, insistindo nos processos de alienação social, fazendo-os acreditar que a história do povo negro no Brasil trata-se de um "infeliz incidente", localizado em determinado tempo e espaço, devendo ser esquecida, negando, ou pior, legitimando e justificando todo o legado colonialista no Brasil. Tal princípio foi defendido, há tempos, por Padre Antônio Vieira em um de seus Sermões, afirmando que seria melhor ser escravizado no Brasil e salvar a própria alma, que ser livre na África e perdê-la (Santos, 2015).

Deste modo, é importante compreender e registrar como as comunidades quilombolas estão resistindo culturalmente e étnico-racialmente, já que as identidades étnico-raciais têm sido divisoras de águas na sociedade brasileira, bem como todo comportamento e práticas que remetem à ideia de resgate da ancestralidade africana (Santos, 2015; Moura, 2022; Nascimento, 2019). Nesse sentido, a proposta deste trabalho é buscar conhecimentos e experiências na Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, em Mirangaba-BA.

A referida comunidade foi reconhecida em 28/07/2006, pela Fundação Cultural Palmares, conforme processo nº 01420.001673/2006-01 e portaria nº 15/2006, como remanescente de Quilombo. Além da longa caminhada até o reconhecimento, as lutas continuaram em busca de melhorias e reconhecimento social da comunidade junto à sociedade. Para isso, os moradores criaram, em 2019, a Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz – AQPPSC.

A Associação tem sido o espaço de compartilhamento de saberes e experiências culturais com os membros mais jovens além de tratar das necessidades da comunidade, buscando, inclusive, investimentos do Poder Público e da Iniciativa Privada para valorização de suas tradições culturais, formação profissional e afirmação de suas identidades étnico-raciais. No entanto, ainda padece da necessidade de uma atuação mais específica do Estado com implementação de políticas públicas voltadas para essa comunidade, por exemplo, um modelo de escola com educação voltada aos saberes e experiências quilombolas.

A ideia de pesquisar a Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro veio da minha convivência com ela. Atualmente sou casado com Sabrina dos Santos Costa, que faz parte dessa comunidade e, desde que me uni a Sabrina, passei a presenciar as dificuldades e anseios enfrentados pelos quilombolas, bem como perceber o abandono por parte do Poder Público, que não se mobiliza para desenvolver políticas públicas específicas que atendam às demandas da Comunidade, como educação escolar quilombola, educação profissionalizante, oportunidades de trabalho, espaços para criações e reproduções culturais ou mesmo para compartilhamento de saberes e experiências.

As comunidades quilombolas e suas históricas lutas por direitos têm conquistado visibilidades notáveis nas últimas décadas e, por consequência, consolidado alguns direitos essenciais à própria existência. O Decreto nº 4.887/2003 (Brasil, 2003) é um exemplo de importantes conquistas dos quilombolas no Brasil, uma vez que, nesse sentido, não só regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras tradicionalmente ocupadas, como dá ênfase à cultura, à história, à territorialidade e à memória dos povos que se constituíram enquanto comunidades étnicas (Salomão; Castro, 2018). Assim, essa regulamentação, mesmo que tardia, pois ocorreu após quinze anos de sua previsão constitucional, é um marco importante de reconhecimento do direito étnico-racial e das lutas históricas do povo negro (Leite, 2008).

Partindo desse importante instrumento jurídico, mas não só, uma vez que existe também o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/10 (Brasil, 2010), norma igualmente relevante, inclusive no combate ao racismo e à discriminação racial que também assegura aos remanescentes das comunidades quilombolas o direito à preservação de seus costumes, tradições, o direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde, dentre outros direitos, torna-se necessário analisar em que medida os direitos legalmente previstos estão sendo efetivados na Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro.

O objetivo geral deste trabalho é investigar os processos de construção e (re)afirmação das identidades étnico-raciais entre os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro em Mirangaba-BA. Mais especificamente, vamos averiguar os processos de construção e (re)afirmação identitários para sabermos quando as identidades étnico-raciais afirmam-se como tradicionalmente estabelecidas, quando se adequam às novas realidades sem perder características que identificam a Comunidade e quando essas identidades passam por crises e precisam ser reavaliadas.

Investigar a relação dos jovens com a construção e afirmação de suas identidades étnico-raciais na comunidade quilombola em questão foi, portanto, um dos nossos objetivos específicos, pois, a partir dessa investigação, a análise sobre a formação da identidade tornou-se uma proposta possível. Outro objetivo proposto foi analisar as contribuições da Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz na construção e (re)afirmação dessa identidade étnico-racial dos jovens, mas foi preciso avançar para a ação de entender o papel da Associação e, a partir daí, poder identificar em que medida ela é importante e contribui para o surgimento dessas identidades. Já o terceiro objetivo específico da pesquisa foi o de analisar as implicações da identidade racial no contexto comunitário e no espaço escolar.

Os objetivos apontados tiveram o papel de responder ao problema de pesquisa: Como estão sendo construídas e (re)afirmadas as identidades étnico-raciais dos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro em Mirangaba-BA?

A instituição escolhida para mediar a análise dos processos de construção e (re)afirmação das identidades étnico-raciais dos jovens da Comunidade foi a Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz – AQPPSC, pelas razões já apontadas no texto. A abrangência do objeto de estudo referente aos processos de construção e afirmação

ou reafirmação de identidades no território Quilombola exigiu essa delimitação, pois, para além dos mecanismos do Estado através da certificação quilombola, estão presentes no território outros aparatos de poder com potencial para a produção de identidades coletivas, como a escola, as igrejas, os terreiros de candomblé, a Associação e outras práticas sociais como os grupos de reisado e de samba de roda e a Festa de Santos Reis, dentre outros espaços e processos educativos, identificados na pesquisa de campo.

A relevância desse trabalho para o campo dos direitos humanos é saber em que medida o direito de existir e resistir - aqui compreendido enquanto direito às identidades étnico-raciais e culturais e o que isso representa em termos de lutas históricas - está sendo respeitado pelo Estado e pela sociedade e como ele, o direito, afirma-se dentro da própria Comunidade. Mesmo com tantas garantias normativas e o comprometimento do Estado brasileiro em proteger as comunidades tradicionais, estas ainda sofrem com constantes ameaças aos seus territórios e ao acervo natural e cultural ali existentes (Moura de Castilho, 2020). Por isso, as lutas dessas comunidades são constantes ao preservar suas características e costumes tradicionalmente passados das gerações anteriores, bem como adequá-los a cada nova realidade, ou mesmo criar novos hábitos e costumes a partir dos já existentes ou não, é o (re)existir diário.

A luta dos diversos movimentos pelo reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais tem ultrapassado as fronteiras dos países e alcançado contornos internacionais, mobilizando a comunidade internacional (ONG, Institutos e Movimentos Sociais) para reconhecimento de direitos, sobretudo, das consideradas minorias, que são grupos que padecem de representatividade política em seus Estados.

Diversos dispositivos jurídicos já foram assinados e ratificados pelos Estados-membros de organizações internacionais. O Brasil é um dos países signatários de várias normas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma delas e tem papel fundamental nas políticas e normas internas (Brasil, 2004).

É ponderando o processo histórico de formação dos quilombos no Brasil que se percebe a realidade social das comunidades quilombolas atualmente (Gomes, 2015; Nascimento, 2019; Moura, 2022). As articulações dos movimentos sociais antirracistas e a luta perene pelos direitos à vida em seu sentido mais amplo, terra e território, respeito à diversidade sociocultural e a consolidação do exercício da cidadania criaram aproximação com outros grupos sociais, povos indígenas, ribeirinhos, comunidades de fundo de pastos, entre outros, de mobilização

coletiva, encampando novas estratégias e visando a atuação política para fazer valer os interesses dessas comunidades (Santos, 2015; Brasil, 2012).

Atualmente, é no campo político que novas lutas estão sendo travadas com avanços relevantes, e aqui há outra relevância da produção do presente trabalho. No contexto nacional, temos cinco indígenas deputados e deputadas federais eleitos, o projeto "quilombo nos parlamentos", iniciativa da Coalizão Negra por Direitos, elegeu vinte e seis deputados entre estaduais e federais, além de noventa e sete candidatos apoiados pela iniciativa que ficaram na suplência (Uol, 2022). Ainda foi eleito o primeiro governador indígena da história do Brasil, na Bahia, Jerônimo Rodrigues (Agência Brasil, 2022).

Então, é nesse espaço de luta que a Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro também se encontra. Nessa conjuntura, conta com a representação política na Câmara Municipal de Mirangaba-BA, o jovem Carlos Jaqueson Oliveira do Nascimento, eleito em 2020, bem como a Vereadora Socorro Souza, da comunidade vizinha e que faz parte da Grota Quilombola. Portanto, é no fato de ter lutado historicamente para existir enquanto Comunidade e espaço de preservação das práticas culturais, de sobrevivência e memória como constitutivos das identidades étnico-raciais dos jovens desse território que reside a importância do estudo realizado e, por isso, a relevância social e acadêmica.

Enfim, nesta Dissertação, no segundo capítulo intitulado: "Pensamentos e caminhos da pesquisa", apresento os pressupostos metodológicos que contribuíram para traçar o caminho que orientou o trabalho de campo, possibilitou responder ao problema de pesquisa e cumprir com os objetivos. No terceiro capítulo: "A construção das Identidades étnico-raciais Quilombolas", dou início à descrição da fundamentação teórica do trabalho, partindo de olhares diferenciados sobre identidades, sua formação, influências e conflitos, passando pela análise de formação de identidades étnico-raciais no Brasil e suas dificuldades, bem como a história das Comunidades Quilombolas em nosso território, alguns pontos importantes para compreensão do estudo realizado. No quarto capítulo denominado: "A construção da identidade racial Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro – Mirangaba-BA", tem por finalidade apresentar como a Comunidade foi formada, a trajetória até a situação atual, as principais tradições culturais e como os jovens, a partir das vivências em comunidade, constroem suas identidades raciais e como isso impacta em suas vivências. No quinto capítulo, demonstro como a (re)afirmação das identidades étnico-raciais dos jovens da Comunidade impacta em todos os campos de suas

vidas, entretanto, as entrevistas mostraram algumas implicações importantes e decorrentes da identificação, como a relação no espaço escolar e a inserção no mercado de trabalho local, com relevo para questões de gênero. Por último, nas considerações finais, reitero a emergência de duas identidades independentes – racial e quilombola – mas que guardam certa relação entre si, com características próprias da modernidade tardia, e traço uma crítica sobre a "impossibilidade" dos direitos humanos garantir sua tutela, pois tem como característica principal fixar padrões para ser possível identificá-los e, a partir daí, oferecer proteção ou não, o que acaba por conflitar com as identidades fluídas produzidas no processo social da modernidade tardia.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

Realizar qualquer tipo de investigação exige do sujeito o ato de traçar, de forma nítida, o que se pretende e quais os meios que serão utilizados para a conclusão desta. No meio acadêmico, essa necessidade é ainda mais rigorosa já que se pretende tornar científicas as realidades apresentadas e fundamentadas. Dar caráter científico às realidades não quer dizer torná-las inquestionáveis ou insuscetíveis de outros olhares. É, na verdade, abrir caminhos para que outros pesquisadores possam percorrer e, a partir deles, traçar novos percursos.

Este capítulo apresentará o caminho percorrido durante a investigação – do projeto de pesquisa à entrada em campo, os processos de coleta, análise e interpretação de dados – seus percalços, o encontro de mundos dos sujeitos envolvidos – investigador e investigados – e as compreensões criadas a partir dessa troca de experiências. O resultado não é uma conclusão, é apenas uma interpretação das realidades postas as quais são passíveis de múltiplos olhares e, a partir daí, novas experiências, inclusive a emergência de novas identidades.

Assim, proponho-me a explicar como o trabalho foi desenvolvido, os fenômenos encontrados e o que foi diagnosticado em campo. Aqui engloba o que foi possível fazer, os êxitos alcançados, bem como o que não foi possível alcançar ou realizar e as implicações no cumprimento dos objetivos traçados.

– Metodologias e procedimentos do trabalho de campo: Abordagem, métodos da pesquisa, procedimento da análise de conteúdo e significações dos dados colhidos

A investigação científica se consubstancia em um processo de pesquisa que busca solucionar, explicar ou investigar uma questão no estudo de um fenômeno. Bastos e Keller (1995, p. 53) afirmam que: "Pesquisa científica é uma pesquisa metódica sobre determinado tema com o objetivo de explicar os aspectos do estudo". Nesse sentido, para que a pesquisa fosse realizada, foi necessária a escolha de métodos que atingissem a finalidade almejada. No presente trabalho, o método adotado quanto à abordagem foi o qualitativo. Nesse, são empregadas diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta,

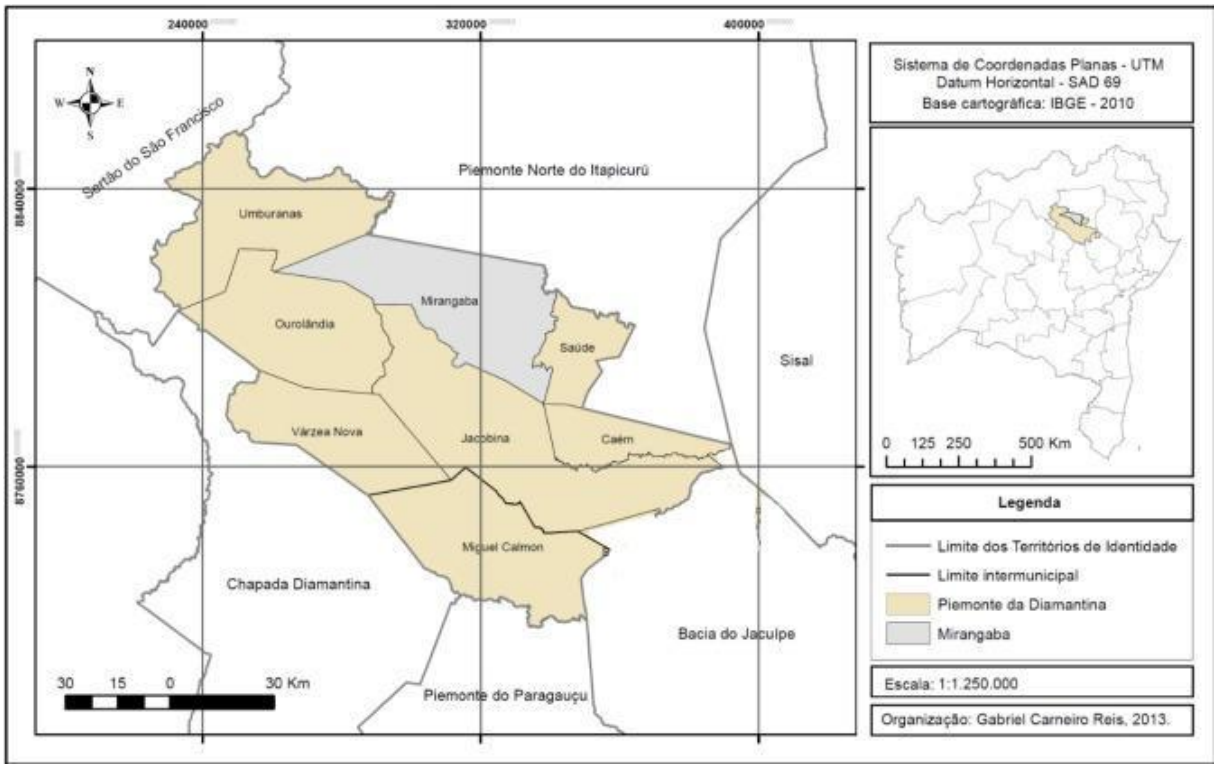
análise e interpretação de dados (Creswell, 2010). Cabe ressaltar que a abordagem qualitativa não dá ênfase à representatividade numérica, mas foca no aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, entre outros. Segundo Jean-Pierre Deslauriers (apud Silveira; Córdova, 2009, p. 32): "na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado".

A pesquisa qualitativa leva em conta toda complexidade histórica que produz a realidade, ela tem diferentes concepções, mas o que a caracteriza é a tentativa de entendimento e interpretação dos fenômenos sociais nos seus significados atribuídos pelos sujeitos implicados. Em suma: "a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo" (Denzin; Lincoln, 2006, p.17).

No campo social, a pesquisa qualitativa vem sendo entendida como uma práxis que objetiva a compreensão, a interpretação e a explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos, que é resultante de múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas dos indivíduos, em síntese, os fenômenos sociais (Alves e Aquino, 2012, p.81). Além de serem resultados das ações humanas, tais fenômenos possuem traços específicos, sendo, inicialmente, históricos, isto é, mudam, transformam-se ao longo do tempo, o que os tornam, portanto, transitórios e particulares, pois, como produtos da ação dos indivíduos, os fenômenos sociais recebem destes sentidos e significados múltiplos e, ressalte-se que, por não existirem independentemente dos indivíduos, só se manifestam por meio das ações, sendo o investigador (pesquisador) também um indivíduo social, que se encontra em uma situação de identificação com o objeto em estudo (Demo, 1981; Minayo, 1992; Alves e Aquino, 2012). Consequentemente, é extrínseco e intrinsecamente ideológico, dado que, no processo de investigação, existe uma relação de co-determinação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, pois a visão de mundo de ambos encontra-se impregnada ao longo de todo o processo investigativo e, por isso, é fundamentalmente qualitativo, pois todo acontecimento social é o produto da ação humana, que, por sua vez, só é levada a cabo por meio de motivações subjetivas, ou seja, crenças, valores, ideais, sentimentos etc. que se encontram expressos nas instituições, estruturas e ações sociais (Demo, 1981; Minayo, 1992; Creswell, 2010; Alves e Aquino, 2012).

A pesquisa foi realizada na Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, localizada no interior do Município de Mirangaba-BA. Atualmente, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), o Município tem uma área total de 1.751.778km², com uma população de 18.603 pessoas, com Índice de Desenvolvimento Humanos – IDH de 0,542, considerado baixo. Em 2007, o Estado da Bahia passou por processo de regionalização e dividiu o estado em Territórios de Identidade: pela Lei estadual 10.705/07, atualmente o Município está inscrito no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina (Bahia, 2007) (**Figura 01**). Neste território, existem vinte e cinco comunidades quilombolas certificadas, das quais dez estão no Município de Mirangaba.

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Mirangaba-BA, pertencente ao Território de Identidade do Piemonte da Diamantina.

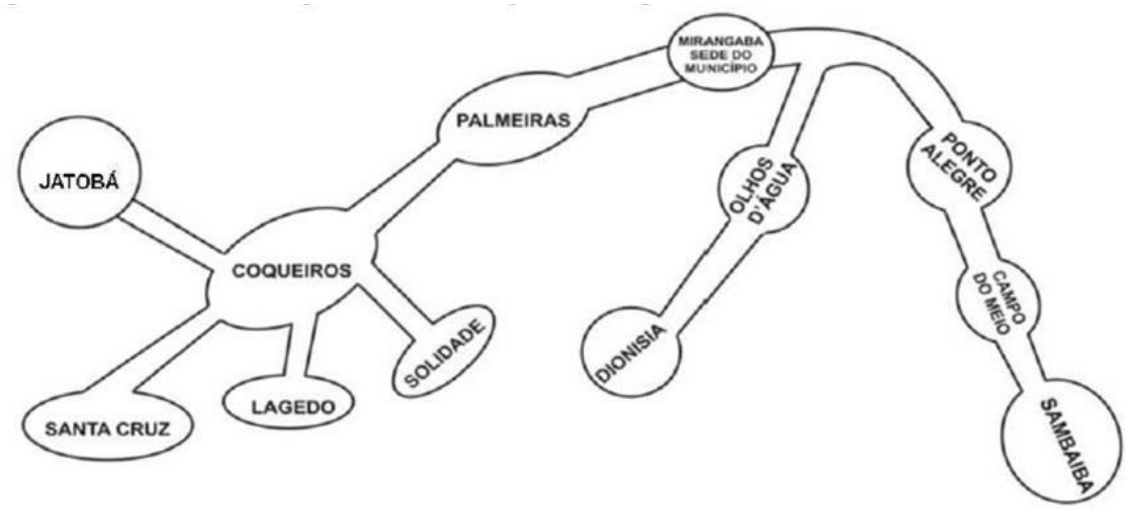


Fonte: Gabriel Carneiro Reis apud JESUS, F. N. 2013.

Ressalte-se que, além da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, existem outras comunidades quilombolas, inclusive já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares – FCP, a exemplo de Jatobá (28/07/2006), Palmeira (28/07/2006), Santa Cruz (28/07/2006), Solidade (28/07/2006), Lagedo (19/11/2009), Dionísia (11/05/2011), Olhos D'Água (11/05/2011), Nuguaçu (01/12/2011) e Ponto Alegre (25/10/2013). Outras comunidades estão

passando pelo processo de reconhecimento, como Chibanta e Sambaíba, que aguardam certificação da FCP (Miranda, 2018, p. 02). A seguir, o mapa da **Figura 02** aponta como estão distribuídas as comunidades na região:

Figura 2: Rede territorial dos quilombos no Município de Mirangaba – BA.



Fonte: SILVA, Jesiâne Lopes, 2017.

A Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro foi reconhecida em 28/07/2006, pela Fundação Cultural Palmares, conforme processo nº 01420.001673/2006-01, pela Portaria nº 15/2006, como remanescente de quilombo. Localizada em uma região de relevo acidentado, composta por um vale de montanhas, as características da região correspondem com as mesmas dos antigos quilombos, até a forma como estão organizadas as diversas comunidades. O trabalho proposto foi no sentido de investigar como a identidade étnico-racial estava sendo construída e vivenciada por jovens da comunidade, mais especificamente jovens entre 18 e 29 anos. Ainda investigamos como as tradições culturais, religiosas e de cultivo definem e transformam constantemente as bases dessa identidade e em que medida ela funciona como meio de exclusão e produção de novas identidades possíveis.

Para ser possível a investigação, foram selecionados, dentro da faixa etária, os jovens filhos de moradores da comunidade quilombola, de preferência os nascidos nela. Outro aspecto inicialmente adotado, mas que, no desenrolar da pesquisa, precisou ser flexibilizado, foi o critério de participante ativo e membro da Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras

de Santa Cruz – AQPPSC, tendo em vista que parte da investigação é saber como a associação contribui para a (re)afirmação da identidade racial. O segundo critério foi difícil de ser cumprido, pois participar da associação para os jovens não significa ser membro dela, aliado ao fato de que vários jovens moram fora da comunidade – em razão de estudos, trabalhos e outros – e, por isso, não conseguem ser frequentes nas reuniões ou cursos ofertados na Associação.

Desse modo, as entrevistas foram fundamentais para a coleta de informações sobre a comunidade, a título de exemplo, dificuldades sobre a origem e formação da comunidade foram verbalizadas nos momentos das entrevistas. Contudo, foi possível dialogar sobre a religião tradicionalmente praticada, festividades, economia e oportunidades de trabalho. Os questionamentos de caráter mais pessoal, como origem da família e de auto identificação étnica e racial, foram suficientemente respondidos. No tocante às relações interpessoais fora da comunidade, sobre se já sofreram algum tipo de discriminação, racismo ou preconceito, se tiveram consciência da perda de alguma oportunidade em razão de pertencer à comunidade ou mesmo pela cor da pele, também foram respondidas as indagações. Outras questões sobre a vivência junto à Associação, se são assíduos em reuniões, eventos proporcionados por ela, se existe algum serviço disponibilizado, se promovem algum evento cultural, bem como se há engajamento de forma geral dos jovens quilombolas foram igualmente respondidas.

No que diz respeito à quantidade de entrevistados, fizemos a opção de não estipular um número de imediato, pois tentamos preservar a representação social da comunidade. Entretanto, para não ficar a ideia de abertura irrestrita, apoiar-nos-emos na ideia de diversidade e saturação (Minayo, 2014; Bauer, 2017; Fontanella, Ricas e Turato, 2008). A primeira, garante a heterogeneidade dos sujeitos ou fenômenos que se estão a estudar, ou seja, a utilização das entrevistas precisa representar essa diversidade, enquanto a saturação cumpre duas funções essenciais: no operacional, indica em que momento o investigador deve parar a obtenção de dados, evitando o desperdício de provas, tempo e dinheiro; já do ponto de vista metodológico, permite generalizar os resultados ao universo de trabalho a que o grupo analisado pertence (Guerra ,2006, p. 40-42). Portanto: "a saturação é definida como um fenômeno pelo qual, depois de um certo número de entrevistas, o investigador – ou a equipe – tem a noção de nada recolher de novo quanto ao objecto da pesquisa" (Guerra, 2006, p. 42). Nesse sentido, foram convidados a participar das entrevistas dezoito jovens, sendo aceito por eles dialogar sobre as questões, já apontadas a título de investigação.

Antes de marcar as datas das entrevistas, realizei uma reunião – intermediada pela presidente da Associação quilombola, Gilmara Pereira da Cruz Oliveira – com os jovens da comunidade para apresentar o trabalho que tinha interesse em desenvolver junto a eles. Para tratar dos assuntos da pesquisa, criamos um grupo no aplicativo de *WhatsApp*, intitulado "entrevista quilombola". A referida reunião ocorreu no dia 28/03/2024, às 18h30. Nesse momento, apresentei meu projeto de pesquisa e o que ele propunha, sanei algumas dúvidas surgidas, aproveitei e apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, focando nos benefícios e riscos da pesquisa e deixando evidente a plena liberdade dos participantes de se recusarem a participar ou responder qualquer das questões direcionadas, sem nenhuma penalização por parte do pesquisador.

Quanto à identificação dos entrevistados, informei que poderíamos suprimir o nome ou qualquer característica que levasse ao reconhecimento dos depoentes, entretanto, os jovens sinalizaram não haver importância ou preocupação quanto a essa situação. Assim, o investigador optou por usar nomes de plantas e frutos da própria região Quilombola.

A realização das entrevistas ocorreu nos dias 06 e 07 de abril de 2024, sábado e domingo, pensado inicialmente dessa forma para garantir uma maior participação dos jovens. Os horários foram livres, como já informei, criamos um grupo no aplicativo de WhatsApp, e os próprios participantes foram informando os horários em que queriam ser entrevistados e o local mais adequado. A partir de então, as entrevistas foram acontecendo; o primeiro ato foi a apresentação do TCLE e a assinatura do participante e das testemunhas. Ressalte-se que ocorreram com poucas intercorrências, por exemplo, na entrevista de Mucunã, o aparelho celular deixou de gravar e tivemos que retomar em outro vídeo; outra situação: como era fim de semana, a comunidade recebe os integrantes que trabalham no entorno, geralmente se reúnem em bares, lanchonetes, jardins e também aproveitam para andar com umas motos barulhentas, então, em vários vídeos, principalmente os que foram gravados na sede da igreja do Sertão, é possível ouvir as motos passando e, inclusive, deixando inaudíveis determinados trechos das entrevistas.

Quanto ao direcionamento das entrevistas, é importante observar que elas foram realizadas em conversas francas: a princípio, seria com perguntas do entrevistador e deixaríamos as ideias fluírem, já que a perspectiva era que as informações surgissem espontaneamente, entretanto, não foi possível, pois alguns participantes não ficaram tão à

vontade, como esperávamos; foram perceptíveis certa timidez, receio em realizar algumas afirmações, e, portanto, a dependência sempre de um questionamento. Para que fosse evitado o excesso de divagações, foi elaborado um guia para as entrevistas, que também serviria de retorno aos temas propostos caso os entrevistados não apontassem algumas informações consideradas relevantes para a pesquisa, mas acabamos utilizando com maior frequência.

Como resultado das perguntas, montei um quadro - retratado pela **Tabela 01** - para visualização mais geral das características dos sujeitos envolvidos na investigação que serve para direcionar a análise dos pontos previstos no trabalho.

Tabela 1: Dados gerais dos entrevistados.

NOME	GÊNERO	IDADE	ESCOLARIDADE	POLÍTICA DE COTAS	IDENTIDADE RACIAL	IDENTIDADE ÉTNICA	EXERCE ATIVIDADADE LABORAL
PALMEIRA	♂	28	GRADUADO	SIM	PRETO	QUILOMBOLA	NÃO INFORMADO
DENDÊ	♀	22	GRADUADO	NÃO	PRETA	QUILOMBOLA	SIM
MUCUNÃ	♀	21	MÉDIO COMPLETO		BRANCA	QUILOMBOLA	NÃO
SABIÁ	♀	18	GRADUANDA	SIM	PRETA	QUILOMBOLA	NÃO
ACÁCIA	♀	27	FUNDAMENTAL INCOMPLETO		PARDA	QUILOMBOLA	NÃO
MARACUJÁ	♀	26	FUNDAMENTAL INCOMPLETO		AMARELA	QUILOMBOLA	NÃO
FLOR-DE-MARACUJÁ	♀	21	MÉDIO INCOMPLETO		PRETA	QUILOMBOLA	NÃO
ORQUÍDEA	♀	23	GRADUANDA	SIM	PRETA	QUILOMBOLA	SIM
CALIANDRA	♀	24	MÉDIO COMPLETO		PRETA	QUILOMBOLA	NÃO
HIBISCO	♂	19	MÉDIO INCOMPLETO		PRETO	QUILOMBOLA	SIM
IPÊ-AMARELO	♀	20	MÉDIO COMPLETO		PRETA	QUILOMBOLA	NÃO
JENIPAPO	♂	26	MÉDIO COMPLETO		PRETO	QUILOMBOLA	SIM
PITANGA	♀	25	GRADUADA		PRETA	QUILOMBOLA	SIM
JATOBÁ	♀	21	GRADUADA	SIM	PRETA	QUILOMBOLA	SIM
CAJÁ	♂	NÃO INFORMADO	MÉDIO COMPLETO		PRETO	QUILOMBOLA	SIM
BURITI	♂	25	MÉDIO INCOMPLETO		NÃO INFORMADO	QUILOMBOLA	SIM
MANDACARU	♀	25	NÃO INFORMADO		PARDA	QUILOMBOLA	NÃO
FLOR DE CACTO	♀	29	NÃO INFORMADO		PRETA	QUILOMBOLA	NÃO

Fonte: Elaboração do autor. Canva. 2024.

Outro instrumento de coleta de dados que utilizei foi a busca por documentos que pudessem retratar a origem e formação da comunidade, bem como a fundação da Associação. Consideramos documento "qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação" (Mazzotti; Gewandsznajder, 2002, p. 169). Nessa busca, encontrei diversas dificuldades e desencontros nas informações, principalmente, diante do histórico do surgimento da comunidade. Alguns moradores oralmente sustentam que a história de Santa Cruz do Coqueiro é desdobramento da Comunidade vizinha chamada Coqueiros: nesta premissa, o surgimento tem relação direta com o quilombo de São Tomé, existente no Município de Campo Formoso-BA. Segundo os moradores, e em carta de autorreconhecimento enviada à Fundação Cultural Palmares, o surgimento da comunidade teria ocorrido por volta de 1900. Após um conflito ocorrido no quilombo de São Tomé, um viúvo chamado Noberto e suas três filhas chamadas Filissa, Mariana e Lianda teriam chegado às terras de Coqueiros, nome dado pela presença abundante de palmeiras babaçu que serviram de alimentação e matéria-prima para a construção das primeiras moradias (Silva, 2017, p. 59). A comunidade de Santa Cruz do Coqueiro, no entanto, teria surgido quando, ao aumentarem a ocupação do território, encontraram uma cruz no meio do "nada", e sem indícios de passagens de pessoas, o fato foi recebido como sinal divino de proteção.

A partir daí, fixaram a cruz e construíram as primeiras moradias no entorno. A versão mais difundida na comunidade entre os mais jovens e nas escolas seria que, por volta do Século XVIII, o território pertencia à comunidade de Saúde, atualmente, cidade de Saúde-BA. A descoberta do território da comunidade teria ocorrido em razão da procura, por um vaqueiro, de seu gado, que, ao andar pelas matas, encontrou uma cruz de madeira caída ao chão e, sem indícios de trânsito de pessoas naquela região, pegou a cruz e fixou em uma ribanceira. Foi entendido, a princípio, como um chamado divino, por parte do vaqueiro, que espalhou a informação pelo povoado de Saúde, e começaram a peregrinação para visitação da cruz. Lá construíram um altar em volta do referido artefato: após certo período, que não se consegue precisar, começaram a construção de pequenas casas de taipa no entorno do altar. Sendo assim, não há qualquer informação sobre relações étnico-raciais em sua formação.

Dada a escassez documental sobre a origem da comunidade, inclusive de informações que consubstanciaram o reconhecimento do território como remanescente de quilombo, não é possível afirmar com exatidão como se deu a formação da comunidade de Santa Cruz do Coqueiro. Os documentos escolares e os utilizados nas apresentações no mês da consciência

negra – novembro – contam a história do vaqueiro, a exemplo de cordéis elaborados pela atual presidente da Associação – AQPPSC – que reforçam esse mito fundador. A dificuldade documental apresenta-se em virtude de a associação criada entre 2004 e 2005 não ser a mesma AQPPSC que foi fundada em 2019, tendo a antiga funcionado só até 2012 e não mais ter ninguém interessado em continuar na representação, o que levou a inadimplementos documentais nos cartórios e junto ao Governo Federal. Toda documentação que tinha como indícios de formação da comunidade perdeu-se nesse período. A única alternativa viável foi buscar junto a banco de dados de universidades da região e arquivos públicos, nos quais, inclusive, face à desorganização das gestões municipais da prefeitura de Mirangaba-BA, não havia material organizado sobre a história da comunidade. No acervo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, há alguns trabalhos realizados como monografias e dissertações, mas em relação às comunidades vizinhas, porém, em algumas passagens, constavam algumas informações soltas sobre a comunidade de Santa Cruz do Coqueiro.

A partir do material colhido – entrevistas e documentos – o tratamento se desenvolveu a partir da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977, p.42), consubstanciada no conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. No campo interpretativo, a análise de conteúdo transita entre dois mundos, a objetividade e a subjetividade, e busca dar forma às questões inquietantes, através da viabilização investigativa para instigar as curiosidades do pesquisador, a afeição pelo latente, o ocultado, "o potencial inédito (do não dito)", nas entrelinhas das mensagens. A análise de conteúdo constitui um método usado para descrever e interpretar o conteúdo de toda sorte de comunicações, posto que: "essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum" (Moraes, 1999, p. 2). Dado que o sentido de um texto nem sempre é manifesto e o seu significado não é único, os diversos significados podem ser de natureza psicológica, sociológica, política ou histórica.

A Análise de Conteúdo desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais já que analisa com profundidade a questão da subjetividade ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto. Nesse sentido, de certo

modo, a análise de conteúdo é uma “interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados” (Moraes, 1999, p. 03)

Tal condição, porém, não a descredencia no aspecto da validade e do rigor científico, já que tem status de metodologia, com princípios e regras bastante sistematizados (Cardoso, Oliveira e Ghelli, 2021, p.100). Assim, a ideia de uma leitura neutra, objetiva e completa está superada. Os valores e a linguagem do objeto analisado, e do investigador, tal e qual a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir (Moraes, 1999).

O método apresentado por Bardin (1977, 2011) constitui-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. *A priori*, na preparação, há seleção dos materiais recolhidos na pesquisa, separando quais bases serão mais proveitosas para a obtenção de dados precisos. Em seguida, na exploração do material, é realizada a codificação: aqui deve ser feito o recorte das unidades de registro e de contexto, gerando palavras ou frases correspondentes a determinado fator comum e que, quando finalizada, será essencial para o próximo passo do método. Nesta etapa, quanto mais específico o código, maiores as chances de resultados mais específicos. Depois, é necessário o agrupamento dos códigos. Esse estágio, chamado de categorização, separa em classes o que foi produzido na fase anterior, não sendo possível que um código pertença a mais de uma categoria. Caso seja importante um afunilamento ainda maior, podem ocorrer mais recortes dos grupos desenvolvidos. E, quanto à interpretação dos resultados obtidos, pode ser feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Para Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”. Por fim, a análise de resultados levanta os aspectos mais importantes observados no trabalho, com a finalidade de fechar a pesquisa desenvolvida. Este último degrau é o que será utilizado para a discussão acadêmica de modo geral.

A exploração em campo do presente trabalho deu-se em função da busca de materiais escritos ou não. Quanto à formação e trajetória da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro e à realização das entrevistas com os jovens, entre 18 e 29 anos, da comunidade, a finalidade era saber como estava sendo construída ou afirmada a identidade étnico-racial dessa população. Nestes termos, os antecedentes históricos são importantes como bússola para a

análise das respostas enunciadas. Os materiais colhidos – ata de fundação da associação, cordel produzido pela presidente da associação, informações sobre reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo, as fotografias e vídeos dos eventos praticados coletivamente e as entrevistas – foram a base para trilhar rumo ao cumprimento dos objetivos da pesquisa. Em suma, organizei o trabalho de campo, em três etapas:

I. A coleta de material escrito produzido pelos membros da comunidade ou externos, que fizessem referências ao surgimento, formação e história da comunidade. Aqui procurei os membros da diretoria da AQPPSC, principalmente a presidente da associação, que me forneceu todos os documentos que tinha disponível na referida instituição (ANEXOS IV, V, VI, VII), bem como outras informações de forma oral. O município não dispunha de documentação histórica sobre a comunidade e, nos acervos da região, só encontrei a UNEB com trabalhos[1] sobre as comunidades quilombolas de Mirangaba-BA, mas nenhum sobre Santa Cruz do Coqueiro;

II. A participação em eventos da comunidade como observador para já identificar as principais tradições e valores sociais compactuados. Nesse sentido, participei da festa junina de 2023, do mês da Consciência Negra – 2023 – cujos festejos ocorreram em Coqueiro, comunidade vizinha, estive nas feirinhas comunitárias, no samba de roda ocorrido em 28/04/24 e ainda estive presente na cavalgada das "Mulheres que Brilham" (ANEXO XI). A partir das observações realizadas, foi possível perceber a integração dos sujeitos em prol dos eventos realizados que são marcas de afirmação da identidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro.

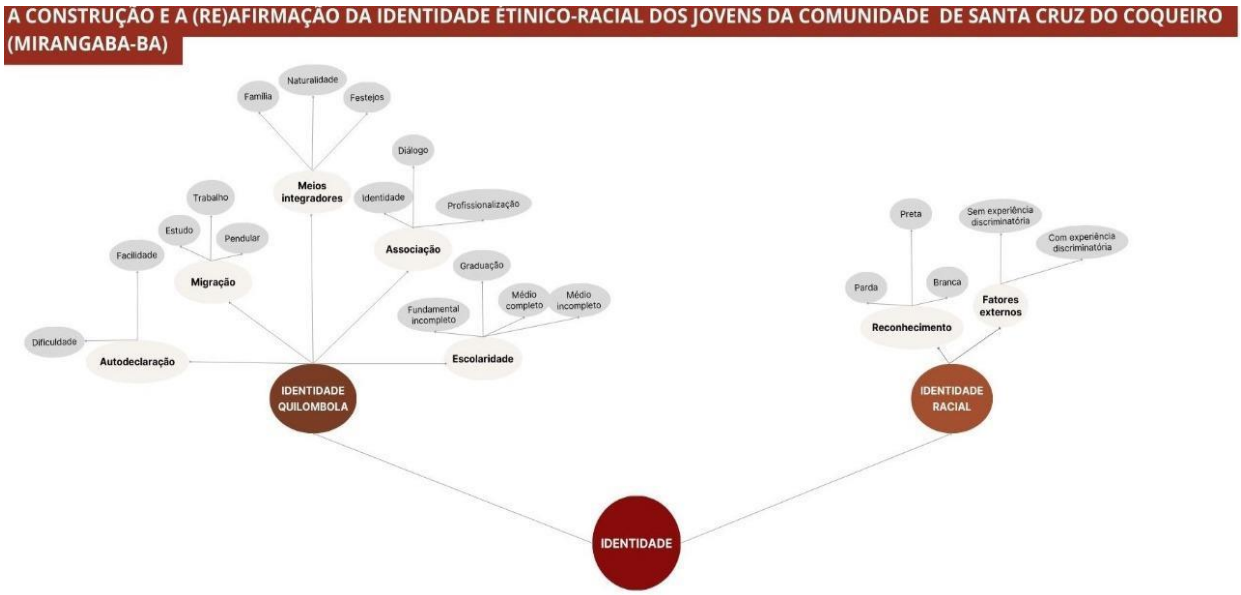
III. Visando identificar os processos de construção e (re)afirmação da identidade étnico-racial entre os jovens da comunidade, realizei entrevistas individuais, o que me fez perceber as angústias e esperanças desse grupo etário.

[1] SILVA, Jesiâne Lopes da. **Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Coqueiro e seus processos educativos na construção da identidade territorial quilombola (Mirangaba-Bahia)**. Orientador: Luzineide Dourado Carvalho. 2017. 180f. Dissertação (mestrado), programa de Pós-Graduação em educação e diversidade da universidade do estado da Bahia, MPED. Departamento de Ciências Humanas – Campus IV. Universidade do Estado da Bahia, 2017.
SANTOS, Amanda Oliveira dos**. Educação feminista e antirracista: narrativas de estudantes negras em Mirangaba- BA**. Orientadora: Ana Lúcia Gomes da Silva. 2019. 177f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia, MPED. Departamento de Ciências Humanas Campus IV. Universidade do Estado da Bahia, 2019.

A codificação do material teve como unidade de registro o tema, pois se pretendeu verificar os núcleos de sentido, cuja frequência de aparição pode apresentar conteúdo semântico para o objetivo analítico escolhido, então: “o tema, enquanto unidade de registo, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma), (...) utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências” (Bardin, 1977, p.105-106). Então, ser preto, ser pardo, ser negro, residir em território quilombola, nascer no território, autoidentificar-se, estudar na comunidade ou fora dela, assim como trabalhar na comunidade ou fora dela, geram a pertinência necessária para codificação do material, já que essa precisa ser baseada na unidade de contexto para ser possível uma nítida compreensão da codificação.

A análise categorial foi a técnica de elaboração adotada, dada a existência de elementos que se relacionam entre si ou tinham características comuns. Ou seja, as categorizações: “são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (Bardin, 1977, p. 117). No presente trabalho, a categorização escolhida foi a semântica, que originou as categorias temáticas – identidade racial e identidade quilombola – e nelas agrupados os códigos de acordo com a pertinência, como visto no resultado apresentado no gráfico a seguir (**Figura 03**).

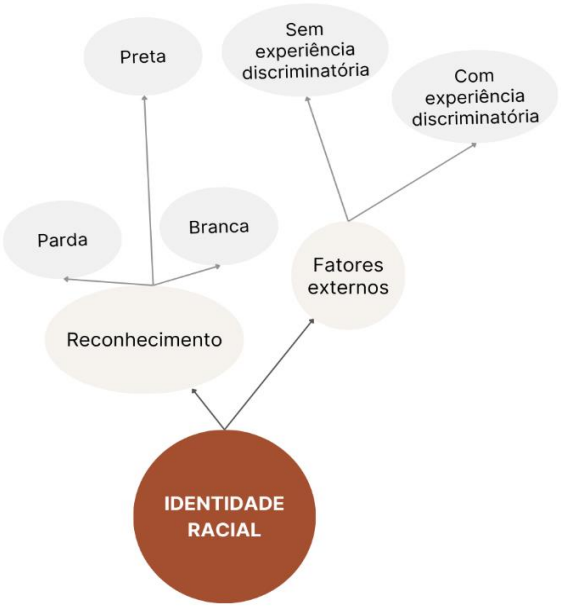
Figura 3: Categorização temática



Fonte: Elaboração do autor. Canva. 2024.

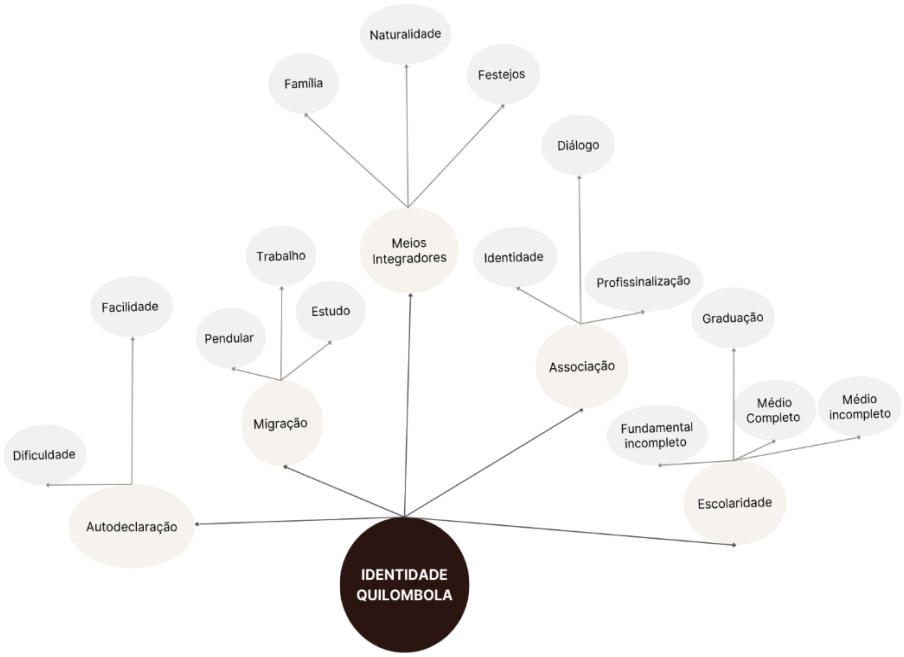
Foram observados os critérios sugeridos por Bardin (1977, p.120) para preservar a qualidade do trabalho, são eles: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e fidelidade e a produtividade. Nesse sentido, individualizados por categorias e após por subcategorização (**Figura 04** e **Figura 05**).

Figura 4: Categorização – Identidade Racial.



Fonte: Elaboração do autor. Canva. 2024.

Figura 5: Categorização – Identidade Quilombola.



Fonte: Elaboração do autor. Canva. 2024.

Os gráficos apresentados acima foram elaborados a partir das entrevistas realizadas com os jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro. Realizei também as observações participantes e, pontualmente, a análise documental direta. Desse processo, foram elaborados os textos que tratavam de cada categoria, de modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise.

A última etapa desse processo é a interpretação dos dados, a possibilidade de apresentar significações novas às informações encontradas em campo. Para Bardin (1977), a interpretação proposta pelo método de Análise de Conteúdo consiste em descobrir o que há por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, um sentido não explícito. E isso exige grande esforço de interpretação do analista. Assim, a interpretação na concepção da pesquisa qualitativa não tem a função de contar opiniões das pessoas, o objetivo é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar, de modo que não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores, mas precisa analisar com profundidade (Gomes, 2007, p. 79).

Isto posto, cabe afirmar que a interpretação é uma leitura sobre o que foi colhido na pesquisa, e não se coloca como a "verdadeira" ou única, pelo contrário! Apenas apresenta uma possibilidade de atribuição de sentido, guardando congruência com os materiais pesquisados e coerência com a fundamentação teórica da pesquisa, à luz de seus objetivos. No presente trabalho, a interpretação ocorreu sob a ótica dos estudos sobre identidades, principalmente, a partir da perspectiva dos estudos culturais e da óbvia existência de uma sociedade hierarquizada racialmente, tendo como consequência as relações sociais mediadas por essas estruturas. Nestes termos, pensar os Direitos Humanos sob o prisma emancipador nessas relações torna-se emblemático, uma vez que são elaborados dentro dessa estrutura social. Então, pensar em "liberdade", "respeito" e "igualdade" é necessariamente romper com os padrões impostos colonialmente, inclusive, pelos direitos humanos.

3. A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS QUILOMBOLAS

O presente trabalho tem o desafio de compreender como estão sendo construídas e (re)afirmadas as identidades étnico-raciais de uma comunidade quilombola. Para tanto, é necessário entender como o conceito de identidades vem sendo trabalhado pela literatura acadêmica, sobretudo, nos estudos culturais, com expressivas contribuições de Stuart Hall (2003;2014), Kathryn Woodward (2014) e Tomaz Tadeu da Silva (2014), assim como analisar como foram sendo construídas as identidades raciais em nosso país, os conflitos em torno dessa temática e quais as principais consequências para os negros e negras, além de abordar o surgimento dos quilombos em terras brasileiras.

A discussão desenvolvida neste capítulo é importante, justamente, para dar base à análise dos dados obtidos em campo e melhor compreendê-los sem hipervalorizá-los ou atrofiá-los. O ponto de partida de nossa discussão se dará a partir do conceito de identidade que melhor atenda e descreva a realidade construída ou performada pelos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro. Além disso, também procuraremos demonstrar, em nossa descrição teórica, as trajetórias das lutas e conquistas dos negros e negras no Brasil, assim como as principais dificuldades, o alijamento da cultura negra, inclusive dos próprios africanos e seus descendentes e suas estratégias de resistência.

Por fim, apresento fatos e informações sobre o surgimento dos Quilombos em nosso país, a implicação e cumplicidade do Estado diante do genocídio do povo negro e como o racismo legitimou as atrocidades cometidas historicamente, passando estruturalmente a reger as relações sociais em todos os seus aspectos, inclusive catalogando espaços que podem ou não ser ocupados por determinadas pessoas.

– Identidades: formação, influências e conflitos

A formação da identidade é um processo complexo e contínuo, pois o sentimento de continuidade advém de um processo gradativo, dinâmico e que sofre modificações e adequações em razão da interatividade com o meio, com os outros e as implicações internas no

indivíduo (Schoen-Ferreira, 2003). A complexidade é marcada, justamente, pelas influências e conflitos nessa relação interativa com o meio social e o resultado pode ser representativo de constantes ajustes no comportamento, como reflexo de mudanças e adequações em sistemas pessoais de valores, interações e afetos (Erikson, 1983; Tavares, 2010; Giddens, 1991).

Em um primeiro momento, os pais e a família representam os principais modelos de identificação (Pereira, 2010; Tavora, 2008; Almeida et al, 2013; Rosa, 2015). Por consequência, é possível que os conflitos, valores, expectativas e interdições presentes no mundo interior dos pais sejam reproduzidos nos filhos. Ainda não se tem consenso sobre o momento exato de início da formação das identidades, mas os autores concordam que elas vão se constituindo logo na infância (Almeida et al, 2013).

No campo da Psicologia social, para Erikson (1972), construir uma identidade importa marcar quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida. Nesse sentido, a identidade é uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido. Segundo Schoen-Ferreira et al:

> A formação da identidade recebe a influência de fatores **intrapessoais** (as capacidades inatas do indivíduo e as características adquiridas da personalidade), de fatores **interpessoais** (identificações com outras pessoas) e de fatores **culturais** (valores sociais a que uma pessoa está exposta, tanto globais quanto comunitários). (2003, p.107)

A partir da perspectiva dos estudos culturais, a linguagem passa a ser a grande mediadora da experiência apreendida, uma vez que as identidades ganham sentido por meio dela e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas (Woodward, 2014). Por isso, a identidade é encarada como relacional. Então, uma identidade, para existir, necessita de algo fora dela, ou seja, outra identidade, algo que ela não é, que difere, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. Em resumo, a identidade é, assim, marcada pela diferença (Woodward, 2014).

Ademais, não podemos olvidar que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, e a luta para a afirmação de diferentes identidades tem causas e consequências materiais

importantes, como é o caso da identidade negra, em constante disputa para se afirmar como parte essencial da formação da sociedade brasileira, enquanto a elite esbranquiçada desqualifica-a, marginalizando e criando sentimentos de ódio na sociedade em razão da cor preta (Munanga, 2020; Gomes, 2005, 2020; Nascimento, 2019).

É inegável que uma das formas pelas quais as reivindicações identitárias acontecem é por meio do apelo aos antecedentes históricos e, por isso, esse reencontro com o passado faz parte do processo de construção da identidade que é mediada pelo poder (Woodward, 2014). Portanto, é possível afirmar que, se existe diferenciação - identidade e diferença -, presente está o poder, pois neste está o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas (Silva, 2014).

Sendo assim, a afirmação da identidade e a enunciação da diferença evidenciam disputas desproporcionais dos diferentes grupos sociais, no sentido de garantir acesso privilegiado a bens sociais. Nesse sentido, a identidade e a diferença estão em íntima conexão com as relações de poder. Inevitavelmente, o poder acaba por definir a identidade e marcar a diferença, não sendo possível separá-las das relações mais amplas de poder (Silva, 2014).

Em síntese, a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder e, por consequência, fatores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo - dinâmicas sociais, posição do sujeito, formas de dominação, relações intersubjetivas - implicam diretamente o tipo de identidade construída e a posição que o sujeito ocupará na sociedade (Castells, 1999).

Então, a operação de afirmar a identidade e marcar a diferença resulta necessariamente em processos de exclusão e inclusão, ou seja, demarcar: “o que somos e por que somos”, implica também marcar: “o que não somos e por que não somos”. A ideia de pertencer e, ao mesmo tempo, não pertencer, constitui-se em demarcação de fronteiras, determinando o que está dentro e o que fica fora, isso é afirmação de identidade. Para Stuart Hall:

> É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são,

> assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída de uma "identidade" em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (Hall, 2014, p. 109/110)

Esse processo de diferenciação é marcado pela ideia de classificação regente dentro da sociedade e, como essa é sempre feita a partir do ponto de vista da identidade, é seguro afirmar que dividir e classificar significam, nesse caso, também hierarquizar. Logo, possuir o privilégio de classificar é representativo também de possuir o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados (Silva, 2014). Portanto, esse sistema é fortemente marcado pela exclusão, ao passo que uma identidade só se diferencia a partir daquilo que ela não é. Em alguns casos, existem diferenças que são mais destacadas que outras, sobretudo, em espaços e momentos específicos.

Para Silva (2014), o procedimento de formação da identidade varia entre dois movimentos: em um, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; em outro, processos que tendem a subvertê-la e desestabilizá-la. É o mesmo que ocorre com os mecanismos que sustentam a construção da identidade, discursivos e linguísticos. Assim como a linguagem, a inclinação da identidade é para fixação. No entanto, como ocorre na linguagem, a identidade está sempre escapando. Por isso, a fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade.

Na tentativa de fixação, geralmente são criadas situações ou laços imaginários para ligar pessoas, criar sentimento de coisa comum. Um exemplo clássico, no caso de identidades nacionais, é a língua, ou melhor, o estabelecimento de uma linguagem única e comum, que incita outras possibilidades, por exemplo, para a construção de símbolos nacionais como hinos, brasões, datas comemorativas, que são aludidos por Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 85) enquanto "mitos fundadores". Estes se constituem como alguma atitude, ação, ocorrida no passado, geralmente com conotação de algo grandioso, heroico, excepcional, que fundou as bases de uma suposta identidade nacional.

Ressalte-se que a história propagada pode ser real ou inventada, o que importa é funcionar como fundamento da identidade nacional, criando nas pessoas o sentimento e a afetividade necessária para garantir a estabilidade e a sua fixação, sem os quais não haveria proficuidade.

É nesse sentido que mitos nacionais são criados e socializados para garantir a união em torno de alguns interesses políticos tornados comuns, face a sua repetição incisiva no imaginário coletivo com reforço material de difusão por meio de produções culturais, literárias e artísticas (Anderson, 1993; Souza, 2012). A identidade nacional comum é um mito forjado contendo aspectos positivos para ser aceito e internalizado pelos indivíduos constitutivos da sociedade nacional, por isso a necessidade de produção de uma solidariedade social entre as diversas classes de modo a direcionar todos a uma finalidade comum (Souza, 2021).

No Brasil, não foi diferente: enquanto necessidade de união do povo em torno de um bem comum, a nossa característica é que não se aceitava que a identidade forjada fosse negra ou indígena (Telles, 2006). E, para evitar inclusive a mera possibilidade de surgimento dessa identidade negra, já que a abolição da escravatura formal tinha acontecido em 1888, em 28 de julho de 1890, em "plena" República, o Decreto nº 528 torna inteiramente livre a entrada nos Portos de imigrantes aptos e válidos para o trabalho, desde que não fossem indígenas da Ásia ou da África, e aqui está o traço óbvio de uma política racista executada pelo governo brasileiro já na República, assim como uma marca da política do branqueamento progressivo da população adotada por esse sistema (Souza, 2021).

Ainda no que concerne à identidade, é importante ressaltar que seu conceito tem sofrido severas críticas, pois suas bases essencialista e unificadora estão em completa desconstrução em diversas áreas disciplinares que, mesmo com suas peculiaridades, repudiam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada (Hall, 2014). A constatação é a existência de processos inconscientes de formação da subjetividade que põem em dúvida as concepções racionalistas de sujeito, sob a influência da crítica feminista e da crítica cultural. A necessidade percebida como cada vez mais premente é a de submeter determinados conceitos essencialistas à crítica desconstrutiva como meio de superar a inadequação destes, e propor um outro olhar que sirva de base para novos conhecimentos. Neste ponto, a perspectiva desconstrutiva impõe a certos conceitos-chave a fronteira "sob rasura" e, por isso, alguns conceitos operam nessa marca. Assim, para Hall:

> O sinal de "rasura" (X) indica que eles não servem mais – não são mais "bons para pensar" – em sua forma original, não reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer

> senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (Hall, 2014, p.104).

Para o autor, a identidade é um desses conceitos-chaves que operam "sob rasura", no intervalo entre a inversão e a emergência; em resumo, uma ideia que não pode ser pensada da maneira antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas. São as fronteiras sendo demarcadas a partir da desconstrução de paradigmas.

Como indicativo de desconstrução, Hall concorda com Michael Foucault no sentido da necessidade de "reconceitualização do sujeito" e, a partir daí, pensá-lo em seu novo lugar, deslocado ou descentrado. Nesse panorama, Hall (2014) entende que, se quisermos focar no processo de subjetivação, em vez de práticas discursivas, e na política de exclusão que essa subjetivação parece implicar, é melhor tratar a questão como identificação, e não identidade.

Numa abordagem discursiva, a identificação é vista como uma construção, como um processo incompleto, uma constância que mantém o sujeito – sempre em processo – e, uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. Nesse sentido, constitui-se como uma sutura, um processo de articulação (Hall, 2014).

Consequentemente, em se tratando do resultado desse processo, a identidade nunca está pronta e acabada, pelo contrário, está sempre em construção, em movimento e necessita do outro para se constituir. Nesse processo, requer uma "sutura" com o que foi deixado de fora, mas que é parte constitutiva dela. Essa ambivalência é o que constitui a identidade em todos os seus aspectos.

Com isso, a importância dessa concepção para a realização da pesquisa pautou-se na realidade das relações sociais atuais, pois, se antes da existência da internet, com seu acesso facilitado, já existia um estreitamento das relações entre pessoas de diversas comunidades locais, regionais, estaduais e nacionais, com o advento dessa ferramenta, essas relações tornaram-se ainda mais fluidas e interconectadas. Esse fenômeno não só ampliou as possibilidades de diálogo e troca cultural, como também desafiou as narrativas tradicionais sobre identidade, permitindo que jovens negros, negras e indígenas reivindiquem suas histórias e culturas de maneira mais visível e impactante. Assim, a formação de identidades étnico-raciais, analisada sob os fenômenos da ambivalência, articulação e "sutura", destaca a

necessidade de um reconhecimento ativo da diversidade como um elemento constitutivo da sociedade contemporânea. Essa dinâmica não apenas reflete a multiplicidade de experiências identitárias, mas também evidencia que a construção e a afirmação dessas identidades são processos fundamentais para a luta por equidade e justiça social. Portanto, compreender as identidades como fluidas e em constante transformação é essencial para reconhecer o papel crítico que desempenham na formação de uma sociedade mais inclusiva e plural.

A construção da identidade étnico-racial no Brasil se revela fundamental para entender as dinâmicas atuais na Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro. A formação dessa identidade está profundamente ligada à história de resistência e luta contra a opressão, refletindo-se nas práticas e nas vivências dos jovens da comunidade. Esses jovens, ao se apropriarem de sua ancestralidade, tornam-se agentes de mudança, desafiando as narrativas históricas que minimizaram a contribuição dos negros na sociedade brasileira. A construção de uma identidade forte e positiva é uma ferramenta essencial para combater o racismo e promover a inclusão social.

Além disso, os processos de (re)afirmação da identidade étnico-racial observados na Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro demonstram a importância da memória coletiva. Os jovens, ao recontar suas histórias e compartilhar experiências, não apenas preservam a cultura quilombola, mas também fortalecem os vínculos comunitários. Essa prática de resgate da memória, alinhada à reflexão sobre suas origens, possibilita uma construção identitária que é tanto individual quanto coletiva, reforçando a ideia de pertencimento e valorização das raízes africanas.

É relevante destacar que a intersecção entre raça, classe e gênero discutida por autores como Gomes e Munanga influencia diretamente as vivências dos jovens na comunidade. As mulheres, por exemplo, desempenham um papel crucial na preservação das tradições e na transmissão de saberes, mas também enfrentam desafios específicos relacionados à sua condição de gênero. Portanto, a análise da construção identitária deve considerar essas múltiplas dimensões, reconhecendo a diversidade de experiências dentro da própria comunidade quilombola e a luta contínua por reconhecimento e direitos.

Por fim, a construção da identidade étnico-racial dos jovens quilombolas não pode ser dissociada do contexto mais amplo das políticas públicas e da luta por direitos. O acesso à educação, à saúde e à cultura é um elemento essencial para que esses jovens possam afirmar

sua identidade em um espaço social que ainda carrega marcas de desigualdade e discriminação. Assim, a construção identitária torna-se um campo de resistência que articula demandas sociais e políticas, contribuindo para a promoção da justiça social e da igualdade racial no Brasil.

– Identidades étnico-raciais no Brasil e seus entraves

A construção das identidades étnico-raciais no Brasil passa, necessariamente, pela identificação da identidade negra, fortemente marcada pela resistência em tempos de escravização e também na pós-escravização, com características específicas em cada momento, mas em ambos a luta constante para manutenção da vida, da integridade física, da cultura, das religiões e de seus saberes-fazeres.

Segundo Munanga:

> O negro foi reduzido, humilhado e desumanizado desde o início, em todos os cantos em que houve confronto de culturas, numa relação de forças (escravidão x colonização), no continente africano e nas Américas, nos campos e nas cidades, nas plantações e nas metrópoles. Essa redução visava a sua alienação, a fim de dominá-lo e explorá-lo com maior eficácia. (2020, p. 41)

Para Cheikh Anta Diop (1959), a identidade cultural dos povos reflete a presença simultânea de três elementos: o histórico, o linguístico e o psicológico. Entretanto, o fator histórico parece ser o mais importante, na medida em que constitui a liga que une os componentes diversos de um povo, através do sentimento de continuidade vivido pela coletividade. Nesse sentido, o essencial para cada comunidade é reencontrar o fio condutor que a une ao seu passado ancestral, o mais longínquo possível. Em resumo, a busca na história permite ao negro reaver sua nacionalidade e tirar dela o benefício moral necessário para reconquistar seu lugar no mundo.

Nesse caminhar, a identidade negra vai sendo construída, levando em consideração diversas variáveis, causas e efeitos, ou seja, por ser uma construção social, histórica, cultural e

plural, ao passo que o grande desafio é construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que, para ser aceito, é preciso negar a si mesmo (Gomes, 2005).

Assim, para falar de identidade negra no Brasil, para além do seu sentido subjetivo e simbólico, é necessário analisar a sua dimensão política como uma tomada de consciência de um grupo que foi excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravizado, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (Munanga, 1994). Nesse sentido, é imprescindível avançar no entendimento do que seria raça na sociedade brasileira, pois, em alguns momentos, é um conceito ressignificado politicamente pelos negros, em outros, conforma-se como categoria social de exclusão.

O uso do termo raça para nomear, identificar ou falar sobre pessoas negras pode provocar certo impacto, desconforto ou até aversão, talvez, pelo fato de que a raça acaba remetendo-nos ao racismo, ao passado da escravização e suas consequências atualmente bem como às imagens que construímos sobre "ser negro" e "ser branco". Acredita-se, na verdade, que a designação raça ainda é o termo que consegue dimensionar a discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade (Gomes, 2005).

Enfim, mesmo com a fundamental contribuição do povo negro para a formação do Estado brasileiro, não há o devido reconhecimento, tampouco reparação efetiva por parte do Estado e da sociedade, muito pelo contrário! O histórico da escravização e as consequências do racismo afetam negativamente a vida, a trajetória e a inserção social dos afro-brasileiros em nosso país (Fernandes, 2007). A abolição não significou a emancipação e a condição de cidadania brasileira aos escravizados, antes, sofreram um segundo processo de marginalização e exclusão de todos os espaços da sociedade, inclusive do trabalho remunerado (Fernandes, 2021; Nascimento, 2019).

Ressalte-se que, com a libertação oficial dos escravizados, a sociedade, nos seus mais diversos setores, bem como o Estado brasileiro não se posicionaram política e ideologicamente de forma enfática contra o racismo. Diferente disso, optaram por tecer práticas sociais, ideologias e políticas públicas que desconsideravam a discriminação contra os negros e a desigualdade racial como resultantes desse processo de negação da cidadania às negras e aos

negros brasileiros (Gomes, 2005; Fernandes, 2021; Souza, 2021). Essa posição de “suposta neutralidade” só contribuiu ainda mais para aumentar as desigualdades e o racismo.

Como nos diz Munanga (2020), o racismo é um fato que confere à raça sua realidade política e social. Em outras palavras, mesmo que contestada cientificamente a ideia de raça, seu uso no sentido político e ideológico tem sido bastante significativo, pois tornou-se instrumento de dominação e exclusão social em diversas sociedades consideradas multirraciais. O fato é que se pode reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a condição de subalternidade em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade negra circunscreve-se no real sob a marca de exclusão. Dito de forma mais assertiva, ser negro, no Brasil, é ser sumariamente excluído! Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra, na visão mais realista, seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluído de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania (Munanga, 2020).

O racismo tem outra característica muito importante, constituindo-se na sociedade brasileira como fenômeno ambíguo, pois é alicerçado em uma constante contradição, visto que se afirma pela própria negação. Nestes termos, Abdias do Nascimento (2019) postula que o Brasil fomenta um racismo de tipo especial, inclusive, criação exclusiva luso-brasileira, sendo difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, porém tão implacável e persistente que está liquidando os homens e as mulheres de ascendência africana que conseguiram sobreviver ao massacre histórico praticado pelo Brasil.

Cabe mencionar que a raça é um conceito que surge como resultado das construções sociais, políticas e culturais engendradas nas relações sociais e de poder ao longo da história, enquanto etnia é o termo que faz referência ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros, indígenas e outros grupos em nossa sociedade (Gomes, 2005). Especificamente, segundo Lima (2008), as etnias negras no contexto brasileiro são demarcadas pelas raízes históricas, socioculturais e políticas que marcam a formação populacional brasileira no contexto do escravismo e pelas relações estabelecidas, tanto nas suas ancestralidades distantes quanto nas vivências contemporâneas.

Essa concepção de Gomes (2005) relaciona-se ao caráter político, social, cultural e histórico das identidades que se formam e se conformam em meio às relações de poder, como bem aponta Hall (2003). Cabe ainda ressaltar que a constituição das identidades está inscrita

em relações de poder, de interações materiais e simbólicas e, como tal, não pode ser pensada fora do campo de tensão contínua e processual, ou seja, o conflito. Desse modo, sua postura parece coadunar-se com as concepções de dialogismo e polifonia, trazidas por Bakhtin (2010), pois, pensar as práticas como espaço para compreensão de construção e expressão das identidades étnicas requer pensar o lugar ocupado por quem realiza as intervenções.

> O pluralismo do pensamento Bakhtiniano, traduzido nos conceitos de dialogismo ou de polifonia, é lugar de conflito e tensão, e os lugares sociais de onde se produzem discursos e sentidos não necessariamente simétricos (Amorim, 2003, p.13).

Entender como esses conflitos e tensões se perfazem na prática, pelas vozes que se expressam ou são silenciadas, os sujeitos constitutivos desses espaços e as atribuições de sentidos produzidos no cotidiano é dar visibilidade, reconhecimento e relevância à construção das identidades étnico-raciais na sociedade brasileira.

Os entraves à construção da identidade étnico-racial enfrentados pelos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro refletem a herança histórica de racismo e marginalização que permeia a sociedade brasileira. Apesar dos avanços nas últimas décadas, a luta por reconhecimento e valorização das identidades negras ainda é repleta de desafios. A internalização de estigmas sociais e preconceitos raciais pode impactar negativamente a autoestima e o desenvolvimento dos jovens, tornando essencial a promoção de iniciativas que fortaleçam a identidade étnico-racial como um recurso de resistência e empoderamento.

Nesse sentido, a análise dos processos de resistência cultural se torna fundamental para entender como os jovens quilombolas enfrentam esses entraves. A valorização das práticas culturais, como a música, a dança e as tradições orais, desempenha um papel vital na afirmação da identidade. Os jovens, ao se envolverem em atividades que celebram sua herança cultural, não apenas reafirmam suas raízes, mas também criam espaços de visibilidade e reconhecimento, contribuindo para a luta contra a invisibilidade social e a exclusão.

Além disso, a importância da educação na construção da identidade étnico-racial não pode ser subestimada. O acesso a uma educação que respeite e valorize as culturas afro-brasileiras é crucial para que os jovens compreendam suas origens e se vejam como

protagonistas na história do país. As iniciativas educacionais que promovem a diversidade e combatem o racismo são essenciais para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de questionar as estruturas de opressão que ainda persistem.

Por fim, a relação entre identidade étnico-racial e direitos sociais é um aspecto central na discussão sobre os entraves enfrentados pelos jovens quilombolas. A luta por igualdade de oportunidades e o acesso a recursos básicos são elementos fundamentais para que esses jovens possam construir uma identidade sólida e resiliente. Ao articular suas vivências e reivindicações dentro de uma perspectiva de justiça social, os jovens da Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro não apenas enfrentam os desafios do presente, mas também pavimentam o caminho para um futuro mais equitativo e justo.

3.3 – A história das Comunidades Quilombolas no Brasil

A história do Brasil foi contada sob a perspectiva do povo branco para homens e mulheres brancos/as e, com isso, toda estrutura econômica, sociocultural, política e militar foi manipulada para preservar o espaço ocupado por uma elite esbranquiçada e minoritária de origem europeia, enquanto a maior parte da sociedade, formada por negros, indígenas e outros subalternizados, teve usurpado o seu direito à participação nessa história - e sociedade - formal, ou, pelo menos, teve omitida a narrativa do papel fundamental exercido por essa população (Santos, 2015; Souza, 2021)

O fato é que, enquanto os jesuítas tentavam domesticar e aculturar os indígenas, os quais foram continuamente exterminados, os povos africanos e seus descendentes fundaram as estruturas socioeconômicas do país (Fernandes, 2007). Os que vieram aqui “colonizar, civilizar e cristianizar” torturavam e assassinavam africanos e indígenas. Além de estuprar mulheres, caçavam armados aqueles africanos fugidos da escravização e abrigados em Quilombos (Nascimento, 2019).

Dizer que o sistema escravista foi - se não a maior - uma das tragédias mais violentas da humanidade, que iniciou o “novo mundo” é relativamente simples e trivial. Complexo mesmo foi o legado deixado por esse regime, que acompanha os descendentes dos africanos e

indígenas como marca inapagável de suas histórias. Atualmente sabemos que a cor da pele não pode significar a redução da condição de ser humano, embora, nesse período, os negros e negras, bem como os indígenas não eram considerados seres com racionalidade e, portanto, tidos como não humanos.

Os negros que aqui chegaram vieram de diversos lugares do Continente Africano, com culturas, religiões e línguas diferentes, inclusive com sistemas de organização da sociedade diversos, desde microssociedades com chefias descentralizadas, até impérios e reinados, e foram reunidos e compreendidos como se pertencessem a uma só comunidade homogênea. Para Flávio dos Santos Gomes (2015), entre os escravizados havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e um sem-número de agricultores, mercadores urbanos, conhecedores da metalurgia e do pastoreio, assim, os primeiros africanos trazidos para as Américas tiveram que adaptar linguagens, moradias, alimentação, idiomas, religiões e culturas.

Sob o manto da homogeneidade, o sistema colonial se beneficiava cada vez mais da mão de obra escravizada oriunda dos países africanos a qual, com seu trabalho no manejo do solo, sustentava economicamente todo o sistema. Assim, a produção de cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão, e a retirada de ouro e prata de montanhas ou rios, além do desenvolvimento de diversas cidades e seus arrabaldes, tornou-se possível (Gomes, 2015).

Entretanto, essa situação não acontecia de forma passiva, posto que diversos levantes, fugas e enfrentamentos fizeram parte dessa história. As fugas deram origem a espaços de sobrevivência, dentro das matas. Em lugares de difícil acesso, nasciam os quilombos brasileiros (Silva, 2012). Desde as primeiras décadas da colonização, existiam essas formações, inicialmente conhecidas com a denominação mocambos e depois quilombos. Estes termos são de origem da África Central para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apreensão de escravizados (Gomes, 2015).

Por volta do Século XVII, a palavra quilombo era também associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Mas a palavra era de origem *umbundu*, que ganhou seu conteúdo sociopolítico e militar, em decorrência de alianças e migrações entre os povos africanos de línguas *bantu*, os *Lunda*, os *Ovimbundu*, os *Mbundu*, os *Kongo* e os *Imbangala* (Calheiros; Stadtler, 2010). Já a palavra mocambo, ou mukambu, tanto em kimbundu como em quicongo (línguas de várias partes da África Central), significava pau de

fieira, tipo de suporte com forquilhas utilizadas para erguer choupanas nos acampamentos. Ainda não se sabe ao certo como esses termos se difundiram no Brasil, mas uma explicação é plausível: a disseminação ocorreu a partir da administração portuguesa (Gomes, 2015).

O fato de o termo quilombo não ser utilizado de forma homogênea no país, sendo em alguns casos utilizado o termo mocambo, não diminui ou torna confusa a ação que os termos designam: formação de estruturas para erguer casas ou acampamentos. Por exemplo, na Bahia, o termo mocambo era mais utilizado, já em Minas Gerais, quilombo estava mais presente. O pesquisador Stuart B. Schwartz (1987) surpreende-se ao ler a documentação das duas capitanias e perceber que o termo quilombo fosse muito mais usado em Minas que na Bahia, onde se preferia mocambo, embora ambas as designações estivessem em uso por volta de meados do século dezoito.

No entanto, é importante ressaltar que, em que pese a formação dos quilombos terem se iniciado com a fuga dos negros escravizados e, por isso, essa formação ser de origem africana, não somente negros fizeram parte do quilombo, mas todos aqueles que sofriam com a opressão do sistema escravista - fugitivos do serviço militar, criminosos, indígenas, mestiços e negros marginalizados (Moura, 2022).

Como bem apontado, é possível que tenham surgido quilombos só de pessoas não negras, mas que estavam em desacordo com a lei. Para Schwartz (1987), quilombo, na verdade, passou a significar um acampamento de qualquer grupo de foras-da-lei, tanto que um oficial em Vila Rica relatou, em 1737, preparativos para destruir um quilombo de brancos homiziados por crimes atrozes, contudo o termo foi usado especialmente para designar comunidades de escravizados fugidos, tornando-se um símbolo da resistência escravizada no Brasil.

Tem-se notícia que o primeiro mocambo foi criado na Bahia, de acordo com registro realizado, em 1575 (Gomes, 2015). De toda sorte, para os escravizados, o sucesso da fuga dependia de vários fatores, dentre eles: ocasião oportuna, apoio de açoitadores eventuais e solidariedade de outros escravizados, bem como estratégias para permanecerem escondidos o maior tempo possível.

Como exemplo, um dos maiores e o mais famoso quilombo foi o de Palmares, que, segundo Abdias Nascimento (2019), surgiu por volta de 1590 pela fuga de escravizados para o seio das florestas localizadas onde atualmente estão os estados de Alagoas e Pernambuco. Esse

quilombo tornou-se uma comunidade com cerca de trinta mil rebeldes africanos, homens e mulheres. Fundaram o primeiro governo de africanos livres nas terras do novo mundo, tendo uma notável organização social e política, nos moldes tradicionais africanos, com destaque para sua sofisticação militar. Palmares resistiu a todas as expedições punitivas de 1630 até 1695, o que demonstrava cabalmente o seu poderio militar e a sua capacidade maior de resistência – social, militar, econômica e cultural – ao sistema escravista (Moura, 2022).

Assim, inegavelmente, Palmares pôs em risco a estrutura colonial inteira: o exército, o sistema de posse da terra dos patriarcas portugueses, ou seja, o latifúndio, assim como desafiou o domínio todo poderoso da Igreja católica, resistindo a cerca de 27 guerras de destruição lançadas pelos portugueses e holandeses que invadiram e ocuparam por longo tempo o território pernambucano (Nascimento, 2019).

A base econômica dos quilombos eram as lavouras de feijão, arroz, mandioca, batata-doce, banana, cana-de-açúcar, entre outros produtos agrícolas. Primeiro os quilombolas abasteciam seus estoques, depois negociavam, através da troca, o excedente da produção, por isso os quilombos mantinham estreita relação com a vizinhança que, inclusive, protegia-os e avisavam-nos antecipadamente sobre algumas expedições que tentavam capturá-los (Gomes, 2015; Moura, 2022). Embora a agricultura - e também a pecuária - seja referência quando se trata de economia quilombola, segundo Gomes (2015), sabe-se que existiam outras atividades desenvolvidas – desde o fornecimento de lenhas à fabricação de cerâmica e cachimbos, até diversos instrumentos materiais que foram produzidos nos quilombos que chegaram a ser comercializados, portanto integrados às regiões através de intermediários.

Essa importante organização social, cultural e econômica encontrou diversas dificuldades em ser conceituada, pois, para alguns, representava tão somente resistência cultural contra a opressão escravista – visão culturalista, enquanto outros viam como característica principal da resistência escravizada, mas não só, existiam vertentes que complementavam o significado. Para o Conselho Ultramarino em 1740, quilombo seria toda a habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tivessem ranchos levantados nem se achassem pilões neles (Gomes, 2015).

Essa definição dava-se estritamente para fins de combate, já que o quilombo era visto como perigoso e uma verdadeira afronta à sociedade da época. O fato é que não existe uma definição de quilombo que dê conta de toda luta e significado para a realidade brasileira,

incorrendo em tentativas perigosas de generalizações (Gomes, 2015). Décio Freitas, por seu turno, propôs a definição do ponto de vista econômico, pois, segundo ele, haveria sete tipos de quilombos no Brasil: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, suburbanos entendidos como de serviço, e predadores (Gomes, 2015). Entretanto, não podem ser considerados como agrupamentos estanques no tempo e no espaço, pois uma das características dos quilombos é a diversidade e a capacidade de adaptação. Nestes termos, em determinados períodos e locais, as formas de se aquilombar adquiriram novos significados (Gomes, 2015).

Para Abdias do Nascimento (2019), quilombo não significa escravizado fugido! Caracteriza necessariamente reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial, assim representando uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. Nascimento, numa visão prospectiva, defende que cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação da sua verdade, já que o quilombismo expressa a ciência do sangue escravizado, do suor derramado enquanto pés e mãos edificadores da economia deste país.

O termo quilombismo foi criado por Abdias Nascimento (2019; 2016) não para substituir o termo quilombo, mas para projetar a ideia de movimento rumo ao progresso libertário e emancipatório do negro.

Então, garantir a identidade cultural dos povos negros, sobretudo, em Comunidades Remanescentes de Quilombos, como é o caso da Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro, é imprescindível para garantia da existência dos próprios integrantes desta. Não estamos nos referindo a algo estático, imutável, mas em permanente reconstrução, respeitando a memória e a história.

A história das Comunidades Quilombolas no Brasil, marcada por resistência e luta, tem um impacto profundo na construção da identidade dos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro. O legado de resistência dos quilombolas, que se organizaram em espaços de liberdade e dignidade, serve como um referencial para esses jovens, que buscam reafirmar suas raízes em um contexto de opressão. A narrativa histórica dos quilombos, portanto, não é apenas uma questão de resgate do passado, mas uma inspiração para as lutas atuais por direitos e reconhecimento.

Os jovens da Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro estão em um processo contínuo de ressignificação de sua história, valorizando as experiências de seus antepassados como elementos centrais de sua identidade. O conhecimento das lutas passadas, como as de Palmares, proporciona um senso de pertencimento e empoderamento, permitindo que esses jovens se vejam como herdeiros de uma rica tradição de resistência. Esse reconhecimento histórico se torna um motor para a construção de uma identidade coletiva que desafia a marginalização e busca a valorização de suas culturas.

Além disso, a luta por reconhecimento das Comunidades Quilombolas é também uma questão de afirmação da identidade e dos direitos dos jovens. O acesso a políticas públicas que respeitem e promovam a cultura quilombola é essencial para a preservação da identidade cultural e para a construção de um futuro mais justo. As políticas que reconhecem a ancestralidade e o patrimônio cultural dos quilombolas são fundamentais para garantir que os jovens possam manter e desenvolver suas tradições, fortalecendo sua identidade em um mundo que muitas vezes tenta apagá-las.

Por fim, a resistência cultural, manifestada através das práticas e saberes tradicionais, é uma estratégia vital para a afirmação da identidade dos jovens da Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro. A valorização das expressões culturais, como a música, a dança e as festividades, não apenas reforça a identidade étnico-racial, mas também serve como um espaço de resistência contra a opressão e a discriminação. Assim, a história das Comunidades Quilombolas se entrelaça com as vivências contemporâneas, permitindo que os jovens afirmem suas identidades em um processo de luta contínua por direitos e dignidade.

4. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO – MIRANGABA-BA

Como vimos, o processo de produção e manutenção das identidades recebe diversas influências sociais, entre elas, regionais, locais, religiosas, culturais, econômicas e dos ascendentes (Bourdieu, 1989). É um processo dialógico, contínuo e instável, pois sofre influências externas e, como vivemos em um mundo em constantes mudanças, a identidade tende a ser mutável. Não podemos discordar do fato de que, tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação, no entanto ela está sempre escapando dos padrões sociais normativos. Em se tratando do conceito fluido e contemporâneo de identidade, a fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, uma impossibilidade (Silva, 2014, p.84).

No tocante ao nosso campo de pesquisa, no decorrer da coleta de dados, percebemos que a construção da identidade dos jovens quilombolas é bastante fluída e conflituosa, mesmo porque o contexto vivencial é bem diverso e complexo, pois, em razão da facilidade de acesso à sede do município, constantemente mantêm contato com outras pessoas de fora da comunidade, além do fato de que alguns trabalham na região, então há inúmeras trocas de saberes que influenciam e são influenciados no decorrer dessas relações. Exemplo dessas influências recíprocas são os desejos de continuarem estudando e os acessos à universidade, a busca ou reivindicação por qualificação profissional, bem como a afirmação da etnicidade e o empoderamento da comunidade.

No que tange à identidade étnico-racial, podemos indicar em campo que a sua construção, afirmação ou reafirmação passam, pelo menos, por duas possibilidades: a identidade quilombola e a identidade racial. Porém, elas não se misturam e até convergem em certos momentos, mas não se confundem entre os membros jovens da comunidade. Isso significa que, em determinadas vivências, uma ou outra identidade encontra-se em evidência. Das entrevistas com os interlocutores, o que ficou evidenciado foi justamente a cisão entre as identidades e uma aproximação maior entre os jovens e a identidade quilombola – maior facilidade na identificação. Surgiram também outras questões que entornam os eixos principais que são considerados importantes para análise da construção e (re)afirmação da identidade desses jovens.

Assim, experiências como a migração, a associação como espaço de diálogo, a escolaridade e os meios de se integrar à comunidade contribuem diretamente para a formação individual e coletiva dos jovens da comunidade, e, dessa forma, os indivíduos se afirmam como sujeitos de direitos a partir de seu território.

4.1 – Formação e Trajetórias

A comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, presente no município de Mirangaba - Bahia, teve a sua identificação étnica e o seu território reconhecido pelo Estado Nacional no ano de 2006, em consonância com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (**Tabela 2**). Atualmente, conta com 424 moradores, em 207 casas, tem uma unidade de saúde, três igrejas, um campo de futebol, uma casa de velório, uma associação, seis bares, entre outros empreendimentos familiares (**ANEXO XII**).

Tabela 2: Comunidade Remanescente de Quilombo certificada.

DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA ABERTURA DO PROCESSO	ETAPA ATUAL DO PROCESSO FCP	DATA DE PUBLICAÇÃO DO D.O.U.
Santa Cruz	01420.001673/2006-01	10/07/2006	Certificada	28/07/2006

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola. Acesso em: 23 jun 2024. Adaptado por Santana, Marcus Costa de, 2024.

Conforme adiantamos na introdução, a origem da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro se deu por volta do Século XVIII, de modo que seu território pertencia à comunidade de Saúde, atualmente cidade de Saúde-BA. A descoberta do território da comunidade teria ocorrido em razão da procura, por um vaqueiro, de seu gado e que, ao andar pelas matas, encontrou uma cruz de madeira caída ao chão e, como não havia indícios de trânsito de pessoas naquela região, pegou a cruz e fixou em uma ribanceira. Foi entendido, a princípio, como um chamado divino, por parte do vaqueiro, que espalhou a informação pelo povoado de Saúde, cujos habitantes começaram a peregrinação para visitação da cruz e construíram um altar em volta do objeto sagrado. Após certo período - que não se sabe por

quanto tempo - começaram a construção de pequenas casas de taipa no entorno do altar. Essas informações foram passadas oralmente entre as gerações da comunidade, tendo sido registradas em diversos documentos, escolares, cordéis e documentos de apresentações realizadas no dia 20 de novembro. É interessante notar que neste mito fundador não há qualquer informação de caráter étnico-racial.

Em outra versão, alguns moradores oralmente sustentam que a história de Santa Cruz do Coqueiro é desdobramento da Comunidade vizinha chamada Coqueiros. Nesta, o surgimento tem relação direta com o quilombo de São Tomé, existente no Município de Campo Formoso-BA. De acordo com os moradores, tal qual registrado em carta de autorreconhecimento enviada à Fundação Cultural Palmares, o surgimento da comunidade teria ocorrido por volta do ano de 1900, após um conflito que aconteceu no quilombo de São Tomé, no qual um viúvo chamado Noberto e suas três filhas Filissa, Mariana e Lianda teriam chegado às terras de Coqueiros, nome dado pela presença abundante de palmeiras babaçu que serviram de alimentação e matéria-prima para a construção das primeiras moradias (Silva, 2017, p. 59). A comunidade de Santa Cruz do Coqueiro, nesse sentido, teria surgido ao ampliar a ocupação do território, onde também encontraram uma cruz no meio do "nada" e, igualmente sem indícios de passagens de pessoas, receberam como sinal divino de proteção. A partir daí fixaram a cruz e construíram as primeiras moradias no entorno.

O nome do território sofreu duas grandes influências: a da existência da cruz, e pela presença abundante de palmeiras babaçu que serviram de alimentação e matéria-prima para a construção das primeiras moradias. Partindo seguindo esse mito fundador, os quilombolas foram constituindo famílias e se fixando no espaço, onde estabeleceram relações sociais e simbólicas, que favoreceram a origem do grupo e o sentido de pertencimento ao território étnico. Nessa perspectiva, "mitos fundadores" têm o condão de dar harmonia e afetividade que garantem certa estabilidade, sentidos de pertencimento e a fixação à identidade territorial, sem os quais esta não teria a mesma eficácia (Silva, 2014, p. 85). A trajetória secular do território quilombola de Santa Cruz do Coqueiro é rememorada com esforço pelos moradores mais antigos, com idade média entre setenta e oitenta anos, que buscam na memória, na paisagem e nas poucas narrativas que ouviram de seus antepassados os sentidos de sua existência. Logo, sabemos que o sentimento de identificação social é uma exigência da própria condição humana, sem o qual o sujeito contemporâneo experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva (Hall, 2011).

Em contrapartida, entre os jovens da comunidade que foram entrevistados, ficou evidenciado quase que um completo alheamento da história da comunidade, uma vez que muitos não sabiam informar, outros tinham ouvido algo a respeito de pessoas mais velhas, mas o fato era que eles não lembravam! Quando questionados sobre a possibilidade dessas informações serem passadas na escola, desconfiavam que sim, por ser o espaço, na visão deles, mais apropriado para esse tipo de conhecimento. Foi também comum o uso de respostas gestuais (Mucunã, 2024) – sinalização negativa com a cabeça, respostas diretas, como a de Sabiá, "não", ou o básico do básico, bem como: "[...] é, os moradores conta que chegaram os primeiro morador daqui e acharam uma cruz, aí colocaram o nome de Santa Cruz, só isso que eu sei", de Maracujá. Tais sinalizações e observações podem ser sintomas de processos colonialistas de alienação, os quais podem ter sido submetidos ao longo de suas vidas.

Estes processos não são novos, nem na história da comunidade em questão, tampouco na história do povo preto e quilombola no Brasil (Machado, 2018). Nestes termos, Fanon (2008) não só identifica, como também teoriza sobre a alienação colonialista incitada pela cor da pele como sendo uma etapa previamente produzida para garantir que o período escravocrata e o sistema colonialista dessem certo. A análise minuciosa e pormenorizada de todas as patologias que nascem da internalização do racismo pelos negros, como a vergonha de si mesmos, os complexos de inferioridade e a fascinação pelo embranquecimento geram um só objetivo, ser esbranquiçado, já que a condição de humano está no modelo ocidental de ser branco (Resende, 2017, p.12-13). Sendo assim, mesmo no pós-abolição, o negro jamais encontrou no branco um ponto de apoio efetivo às suas tentativas de tomada de consciência e de melhoria de sua situação histórico-social (Fernandes, 2021, p.281).

No passado escravocrata, muitas pessoas submetidas a esse sistema, além de sequestradas de seus territórios de origem, também foram separadas de suas famílias, por isso, em certa medida, as novas gerações descendentes de africanos foram crescendo sem ter qualquer conexão com seus ancestrais, ou seja, desconheciam o país, a língua, a religião, a cultura (Gonzalez, 1987). Esse apagamento da memória e da história ancestral relegou o negro à condição de um ser sem história, sem espaço, sem humanidade, sem identidade (Evaristo, 2014). Ou seja, relegado ao não-lugar, conceito abordado por Augé (1995, p. 158), que descreve espaços que carecem de identidade e significado, onde os indivíduos se tornam invisíveis e alienados em uma sociedade que os nega. Nesse processo excludente e estrutural, não tinha terra ou nação para a qual voltar ou lugar para ocupar no país, pois o povo negro e sua história

foram sendo sumariamente apagados, sendo alvo do projeto de branqueamento da população brasileira (Gonzalez, 1987). Reduzido à condição de objeto, de absoluta dependência e marcado como gado, foi relegado a papéis sociais subalternos enquanto grupo racial (Fanon, 1952; Evaristo, 2014).

O fato é que essa lógica foi aplicada de norte a sul do país, em menor ou maior intensidade, e tem como resultado, infelizmente, o que verificamos nas entrevistas realizadas na comunidade de Santa Cruz do Coqueiro, onde os jovens não sabem ao certo suas origens, sabem pouco ou quase nada a respeito da formação da comunidade, desconhecem a história de seus antepassados e, assim, terminam por não ter referência histórica, ocasionando um vácuo a ser preenchido. Muitos dos entrevistados demonstram nem se interessar! Este fenômeno é projetado pelas classes dominantes locais, já que, a partir dessa realidade de apagamento étnico, é difícil criar os sentimentos de unidade, de pertencimento e de origem comum, trazendo como consequência o enfraquecimento dos vínculos identitários da atual geração de quilombolas. À vista disso, para que a comunidade possa continuar existindo e resistindo no enfrentamento às diversas violências e desigualdades, é necessário que os jovens se apropriem de sua história, das lutas travadas para que, desse modo, tenham conquistas e efetivação de direitos fundamentais.

Diante do exposto, compreende-se que o encadeamento de desigualdades gera desencontro entre o ritmo de alteração das estruturas sociais e as esferas heterogêneas da realidade, e, por isso, é desigual o desenvolvimento social em relação ao desenvolvimento econômico, o histórico em relação à vida cotidiana, e a consciência social em relação à situação social (Martins, 2023, p.165). A partir dessa compreensão, acredito que os problemas apresentados nas entrevistas serão melhor entendidos – ausência de oferta de qualificação profissional, desigualdade no acesso às vagas de trabalho na comunidade, perspectiva de melhor qualidade de vida e respeito às condições sociais de cada indivíduo.

4.2 – A construção da identidade étnico-racial dos jovens quilombolas a partir das vivências dentro da comunidade

Em 1974, o presidente da Tanzânia, Julius Nyerere (1974, p.18-19), fez importante afirmação, que, na verdade, foi mais uma constatação sobre a experiência de homens e mulheres

da África, ou de ascendência africana, que convergem para algo comum “uma experiência de discriminação e humilhação imposta sobre eles por causa de sua origem africana. Sua cor foi transformada tanto na marca como na causa de sua pobreza, sua humilhação e sua opressão”. É a famosa “mancha indelével”, apontada por José Bonifácio (2000, p.44), na nossa primeira Constituinte, de 1822 e 1823, que outrora já reconhecia o preconceito e a discriminação que o negro sofria em razão da cor da pele, pois “uma coisa era o escravo, e outra coisa era a cor do escravo”. Sob essa visão, a marginalização do negro estava instituída, e nem a vindoura abolição conseguiria mudar isso, pelo contrário, manteve a mesma lógica sobre o “liberto”. Assim, o sistema – político, econômico, e cultural – excluiu diretamente o negro de qualquer oportunidade de trabalho, inserção social ou acesso aos meios de reprodução cultural (Moura, 2019).

É a partir dessa experiência histórica que vamos analisar a formação identitária dos jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro – em que medida percebem a cor de sua própria pele, e se ela pode se constituir como uma barreira ou não em determinadas situações. É pelo marco da identidade racial que diversos problemas podem surgir, mas como também demarca fronteiras, torna-se necessária sua identificação para elaboração de estratégias de enfrentamento e superação das adversidades. São diversos os relatos dos jovens, que nos levam a pensar a identidade como um movimento interno e externo, um contínuo processo de troca de experiências que suplanta a ideia essencialista de identidade.

Nessa perspectiva, dos dezoito entrevistados, seis se autoidentificam como negros, outros seis como pretos, três como pardos, um branco, outro amarelo, e um não consegue se autoidentificar. Essa diversidade é característica do sujeito contemporâneo já que sua identidade está em constante deslocamento e, com isso, desarticula as identidades fixas do passado e possibilita novas articulações, tendo como consequência a criação de novas identidades e novos sujeitos (Hall, 2022, p.14). Tal afirmação não significa que o surgimento do novo seja sinônimo de algo pronto e acabado, estável, pelo contrário! As mudanças ocorrem e ocorrerão constantemente, pois são desdobramentos de nossa nova realidade.

Inicialmente, os entrevistados que se identificaram como negros foram enfáticos nesse sentido, demonstrando certo “orgulho” e, por isso, não insisti que eles indicassem uma cor para sua pele, já que, no contexto e pela forma da afirmação, estavam referindo-se à cor preta da pele. Essa conclusão não é aleatória, apenas uma explicação, visto que algumas pessoas não

entendem a classificação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE faz em relação à cor ou raça. O que nos interessa é o entendimento, nesse momento, dos entrevistados, então, ser negro no contexto questionado é ser preto.

As pessoas que se identificaram como pardas mostraram-se bem seguras de sua escolha e sem intercorrências externas, já as que se identificaram como pretas, embora seguras, demonstraram diversas situações de constrangimento em razão de não aceitabilidade externa. Temos como exemplo Dendê que, ao se autoidentificar como preta, teceu, de imediato, um questionamento: "[...] já, tipo assim, 'preta?'. Geralmente é ditar cor. Tipo assim, cadê a cor, né? Porque as pessoas têm esse olhar de que preto é realmente a cor, entendeu? Mas fora essa questão, foi super tranquilo". Seguida de outras situações, como a de Jatobá: "[...] por causa da cor, né? Que eu sou meio amarelada, e o povo 'ah, como é que tu é preta assim?".

Percebe-se como a construção, afirmação ou reafirmação de uma ou mais identidades é campo de disputas, pois possui significado cultural, social e economicamente atribuído. Já afirmamos que a identidade é fortemente marcada pela diferença, a qual é sustentada pela exclusão (Woodward, 2014), que ao fim é a razão de ser da identidade. Então, para entendermos esse microssistema, precisamos compreender que faz parte de sistemas maiores, como sistemas de representação. Neles se incluem práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, e assim atribuímos sentido à nossa experiência e àquilo que nos tornamos (Woodward, 2014, p. 17-18). Dito de outro modo, são esses sistemas que constroem uma realidade a partir da qual os sujeitos podem e estão autorizados a falar.

Na história da filosofia ocidental, a representação era dotada de duas dimensões, uma externa – por meio de signos – e uma interna – a representação do "real" na consciência do indivíduo. Com o surgimento do pós-estruturalismo e a filosofia da diferença, há um rompimento com essa ideia clássica de representação (Silva, 2014, p.90). Aqui, passa a ser concebida como marca objetiva da realidade, ou seja, repele qualquer conotação subjetiva ou interior. É na perspectiva pós-estruturalista que o conceito de representação adota todos os atributos de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem. Em síntese, a identidade e a diferença são estritamente ligadas à representação, ou seja, sua razão de existência e aquisição de sentido são por ela legitimados , assim como articulados e inseridos nas relações de poder (Silva, 2014, p.91).

Se quem tem o poder de representar também tem o poder de definir e determinar a identidade, não é à toa que os interlocutores sofrem, a todo momento, intervenção externa em sua autoidentificação. Instituições – família, escola, religião, associações, sindicatos – pelo que representam e, baseadas em sua concepção estrutural de manutenção de uma sociedade segmentada, colocar-se-ão, até de forma inconsciente por seus agentes, como marcadores de espaços, falas e corpos.

Uma vez que, historicamente, são esperados de determinadas pessoas, comportamentos específicos, designações específicas, quando frustrada essa espera – como toda espera é no campo da imaginação – quase que automaticamente há uma movimentação para tentativa de manutenção de estruturas, ou seja, se no passado era assim, no presente tem que ser, e no futuro continuará a ser. Trata-se da velha concepção de mundo estático, já rompida conforme esboçado anteriormente.

Os episódios narrados nas entrevistas apresentam um evidente conflito em que a tentativa de silenciamento, ou seja, a retirada da voz, a possibilidade de se autodeterminar é restringida, pois, na concepção colonialista e arcaica, todavia predominante na atualidade, o preto precisa ser tutelado, tem sempre algo em falta, a humanidade, enquanto condição, que lhe falta (Fanon, 2021). Então, não é dado ao negro – pretos e pardos – o direito de se autogerir. Pelo contrário: ele existe para ser gerido por alguém. Nesse sentido, a identidade não é construída ou formada, é atribuída à sua existência, e nela estaria enclausurada, dado que se pretende fixa, estável e imutável (Hall, 2022). Sendo assim, essa lógica colonialista que insiste em marginalizar e marcar o diferente – o negro – serve às estruturas de poder constituídas na sociedade (Quijano, 2005).

Ante essa teia de impossibilidades para o corpo negro, o que nos resta é gritar até que nossa existência seja percebida, acolhida e respeitada, em qualquer espaço social, inclusive nos espaços de privilégio (Silva, 2019, p.4). Doravante, as histórias de vozes mortificadas, línguas interrompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares em que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com as nossas vozes, temos muito a dizer, a mudar e a interromper esse ciclo de violências (Kilomba, 2019, p.27). É partir de um não-lugar para construção e afirmação de um lugar, um corpo, um sujeito, mesmo que para o mundo esbranquiçado, assim como aludido por Fanon (2008, p.104): “[...] o homem de cor encontra

dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa".

É na construção desse sujeito – considerando sua trajetória – que as complexidades contemporâneas colocam em xeque um centro fixo constituidor das identidades. Se na modernidade já não existia um centro, uma base articulada, na modernidade tardia o grande caracterizador é a "diferença", ao passo que o sujeito é atravessado por diversos conflitos, oriundos dos diversos centros de poder que acabam por produzir uma variedade de posicionamentos do indivíduo, ou seja, identidades legitimamente diversas. Portanto, a pluralidade de centros provoca a emergência de muitas outras identidades, que podem ser hegemônicas num processo de articulação, no processo de formação do discurso e disputa pelo significado da realidade (Laclau, 1986). É nessa disputa pelo significado da realidade que as relações de poder se materializam, de forma direta ou indireta. O indivíduo que está entrelaçado dentro dessas relações, a depender da posição que ocupa, pode se mobilizar para alterá-la ou ficar imóvel dado o conforto de sua posição, assim como é possível uma movimentação para não alteração das posições (Bhabha, 2012; Foucault, 1987). Como se trata de dar sentido à realidade, o conflito pode ser mais acirrado, pode acontecer em campos de saber, de práticas sociais e até de ocupação de determinados espaços, entretanto, alguns sujeitos podem não estar preparados ou dispostos a fazer, participar ou defender (Bourdieu, 2012). Nesse sentido, é compreensível que a dor que envolve o corpo negro o faça cansar, desistir, não lutar, já que sua realidade é sempre constituída pelo sofrimento histórico, político e econômico que insiste em dilacerar seu corpo e sua alma (Mbembe, 2018).

Mas, na realidade de pessoas brancas que preferem se manter em "berço esplêndido", num mundo de privilégios sem questioná-los, é preciso furar essa bolha. Carreira (2018, p.129) se refere à "fragilidade branca", quando aponta que o isolamento branco garantiu um ambiente confortável racialmente, com "almofadas protetoras", ocasionando o não desenvolvimento de habilidades emocionais e cognitivas para tolerar o estresse racial, dialogar sobre o racismo e enfrentar o questionamento sobre os privilégios. Nesse ponto, até uma provocação mínima de estresse racial – qualquer questionamento dos privilégios –torna-se intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos com o fim de restabelecer o equilíbrio racial branco e o conforto racial.

Essa “fragilidade branca” constitui um dos aspectos da branquitude, que ultrapassa em muito a cor da pele, aqui entendida como um conglomerado de processos e experiências – dinâmica, relacional e operacional – neles inclusos, direitos básicos, valores, crenças, perspectivas e experiências supostamente compartilhadas por todos, mas que são, na verdade, apenas concedidas majoritariamente a pessoas brancas em todos os níveis da vida em sociedade (Diangelo, 2018). Essas estruturas de dominação são criadas por pactos que nem sempre são explícitos, mas que guardam em si a lógica da opressão sobre o outro não branco. Logo, a normalização do masculino branco como universal, ou o centro, a partir do qual os demais devem ter como referência ou valor a ser seguido, é o que a Cida Bento (2022, p. 17) denomina de pacto narcísico da branquitude. “[...] esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’”. Essa desconfiança que pende para o medo é um dos elementos constitutivos do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele.

É evidente que muito se fala sobre o legado da escravização e seus impactos danosos ao povo negro, entretanto, pouco se tem aprofundado sobre a herança escravocrata e os efeitos positivos para os indivíduos brancos, ou melhor o que sustentou e ainda sustenta essa estrutura. É necessário provocar as novas gerações brancas sobre as condições materiais que levaram seu grupo ao “sucesso”, fazendo-as enxergarem o panorama geral e completo, a histórica exploração da população de cor, desde a escravização até contemporaneamente. Por conseguinte: “[...] é urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares” (Bento, 2022, p.20). Assim, retomando do ponto de vista das identidades e estruturação de poder, a branquitude se ajusta a cada situação, relação e contexto, imbuída de conflitos, e por isso, não essencializada. Todavia, um dos seus atributos é a busca de: “[...] se invisibilizar por meio da identificação com o padrão normativo dominante, com a representação de ser humano universal” (Carreira, 2018, p.130).

Nas entrevistas realizadas em Santa Cruz do Coqueiro, percebemos como o padrão se impõe e como foi, particularmente, doloroso para alguns jovens, a exemplo de mudanças nos cabelos, cor da pele, vestimentas e comportamentos. Nesse ponto, a sistemática orquestrada é implacável, ou o sujeito se adequa ou é massacrado pelo poder, por isso, em meio a tanta pressão, é possível encontrar pessoas negras que preferem ceder ao padrão da branquitude para evitar conflitos mais acirrados, ou é provável que essa mesma pressão cause confusão nas

informações/conhecimentos que provocam um alheamento total por parte de alguns indivíduos, o que dificulta na sua própria autoidentificação, já que os fatos históricos foram manipulados e a historicidade das lutas, comprometida.

Constitui-se como exemplo a entrevistada que se autoidentifica como branca. Mucunã, não tem segurança sobre essa escolha, pois confessa que, em sua certidão de nascimento, está como parda, mas, pela cor clara de sua pele, acredita ser branca, inclusive, tem preferência sobre essa cor. Nas palavras dela: "[...] a minha cor, eu tenho uma dúvida, entre a parda e a branca, é porque não sei… No meu documento tá parda, mas normalmente é branca, né não?".

Quando questionada sobre a preferência na identificação – "acho que branco". Informa que utiliza essa escolha nos documentos que precisa se identificar. Assim também ocorre com Buriti, que já se identificou como branco, apenas para preenchimento de documentos, mas não consegue realizar sua autoidentificação, sendo chamado por terceiros de "moreno", de "pardo", mas não se mostrou preocupado com essa situação. Diante desses posicionamentos, é importante tecermos algumas observações necessárias para tentar entender a dúvida dos entrevistados, mas que, também, representa um fato relevante para a análise do trabalho.

A tentativa de embranquecimento da população negra e ameríndia operou como ferramenta de genocídio, desde o começo da diáspora forçada no Século XVI, e sua intensificação a partir do final do Século XIX até meados do XX, por políticas imigratórias brasileiras que estavam justificadas em sua fundação por teorias eugenistas, que evidenciavam a raça branca como superior. Dessa forma, acreditava-se que biologicamente falando, cruzando, ou melhor, misturando a população negra e indígena, tornando-a miscigenada, seria possível o surgimento de um povo esbranquiçado (Gomes, 2019, p.68). A cor, como já indicamos, era considerado problema crucial a ser resolvido no país, ou seja, todo descaso, violência e precariedade estrutural as quais todo o povo negro escravizado, agora "liberto" no Brasil, estava adstrito, não sendo preocupação do Estado, quiçá da sociedade que se formava no pós-abolição (Gonzalez, 2019; Ribeiro, 2000). Diversos pensadores da época – José Verissimo, Artur de Gobineau, Sílvio Romero – defendiam a necessidade de contenção e apagamento da raça negra e de toda população afrodescendente, inclusive, já tecendo previsões do resultado da empreitada eugenista de que em dois séculos essa raça desapareceria integralmente (Skidmore, 1976).

O sangue negro – considerado pela Igreja Católica como um "sangue infectado" – precisava urgentemente ser expurgado do mundo ocidental e sua lógica moderna (Gobineau,

1998; Hollanda, 2008; Morrison, 2007). Inclusive, Joaquim Nabuco, considerado fervoroso defensor dos escravizados, estava esperançoso com essa política de branqueamento, pois acreditava ele que: "[...] esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura, mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue" (Nascimento, 2016, p.85). Portanto, para que isso fosse possível, foi montada uma verdadeira estrutura normativa e repressiva por parte do Estado Nacional com a finalidade de legitimar e pôr em prática tal operação.

Antes mesmo da aprovação da primeira Constituição republicana, o governo provisório, imbuído desse comprometimento em erradicar a "mancha negra" da sociedade brasileira, promulgou o Decreto nº 528, de 28 de julho de 1890, o qual, em seu artigo primeiro, garantia a livre entrada de indivíduos aptos ao trabalho, desde que não fossem da Ásia ou África, ao passo que estipulava mecanismos de controle dessa situação, por meio dos agentes diplomáticos e consulares ou pela polícia dos portos, ou ainda pelos comandantes de parques – que também deveriam identificar mendigos e indigentes (Câmara dos Deputados, p.1424; Nascimento, 2016, Skidmore, 1976).

Assim, estava posta a política racista, anti pobreza e anti-humanização, adotada no pós-abolição e executada com rigor por todos aqueles que acreditavam, desejavam e defendiam a superioridade da Europa esbranquiçada.

O Estado brasileiro não parou por aí, uma vez que, entre os anos de 1921 e 1923, ocorreram acaloradas discussões em torno de projetos que proibiam a entrada de "indivíduos humanos das raças de cor preta" (Skidmore, 1976, p.212). Outras ações permaneceram sendo produzidas respaldadas por legislações em prol do branqueamento do povo brasileiro. Assim, Getúlio Vargas assinou, em 18 de setembro de 1945, o Decreto Lei nº 7.967, reafirmando a posição do Brasil em aceitar imigrantes com vistas: "[...] a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia" (Câmara dos Deputados, 2024; Nascimento, 2016, Skidmore, 1976). Então, o que temos aqui não é um racismo dissimulado, mas explícito, embora não faça diferença se for um ou outro haja vista a matriz ser a mesma, tratamento ultrajante em razão da raça e da cor. Em outras palavras, a retirada da humanidade!

Evidenciamos que a tentativa de eliminação da raça negra não foi apenas uma teoria, mas uma realidade materializada por leis, instituições sociais e todas as formas possíveis de socialização passíveis de serem cooptadas para esse fim. Por esse ângulo, embranquecer era o objetivo da nação e foi introjetado nas práticas sociais, na consciência e no inconsciente das pessoas, sendo reflexo nas pesquisas realizadas ao longo do tempo pelo IBGE. No ano de 1890, a população brasileira era composta por 43,97% de brancos, 14,63% de negros e 41,40% de pardos; já em 1950, os que se declararam brancos foram 61,66%, seguidos de 10,96% negros e 26,54% pardos. Nessa época, o IBGE não havia juntado a categoria pardo ao negro, por isso os dados são separados (Nascimento, 2016, p.90). Esses dados, obviamente, não são representativos da realidade da época, apenas da ideologia, visto que essas distorções eram possíveis em razão das pressões sofridas pelos negros para aderência às ideias do branqueamento. Logo, temos os pardos com tom de pele mais claro identificando-se como brancos, e pretos identificando-se como pardos, no geral.

Essa mesma confusão, embora tenha tido maior difusão da informação, a ideologia implantada na construção da história brasileira permanece até hoje e, por isso, é plenamente possível encontrar pessoas atualmente com as dificuldades de se reconhecerem pretas ou pardas e, quando pardas, ficam tentadas a se autoidentificarem como brancas, como ocorre com a entrevistada Mucunã, é apenas manifestação – inconsciente ou consciente – dessa concepção.

Já a entrevistada que se autoidentificou como amarela, assim o faz por pressões externas. Ela confessa que entende ser negra, mas as pessoas de fora da comunidade não aceitam, e ela acaba por ceder. Em suas palavras: “[...] é porque toda vez que eu falo com o que eu sou, todo mundo ri, né? Mas eu já me identifiquei muito como amarela, muito”. Ela prossegue em outra resposta:

> Mandacaru: Quando você vai fazer uma entrevista, aí você falava sobre, que aí pergunta né, aí se eu falar que eu sou negra, aí o povo já ri, olha para mim: Você é negra? Aí eu falo: Sou negra. Mas aí falam: Você faz parte de uma comunidade quilombola, mas você não é negra.

O relato visibiliza as constantes violências sofridas pelo povo negro pertencente a comunidades quilombolas. No caso relatado acima, violência racial e de gênero, por supostamente não ter direito, enquanto mulher negra, à fala e autonomia (Gonzalez, 1984;

Ribeiro, 2018). Todos os instrumentos utilizados para negar ao negro a possibilidade de autodefinição são desenvolvidos pelas mesmas estruturas colonialistas e históricas que negaram sua condição de ser humano (Fanon, 2008). A "fuga" para autoidentificação como amarela enuncia que nossa realidade étnica não iguala os sujeitos pelo processo de miscigenação, constantemente os distingue, hierarquiza e inferioriza socialmente com tamanha intensidade que muitos não brancos procuram criar uma realidade alternativa na qual se abrigam, tentando escapar da inferiorização que a cor proporciona em nossa sociedade (Moura, 2019, p.92). Isso fica nítido quando a interlocutora descreve o constrangimento que sofre com as risadas das pessoas, no momento de sua autodefinição pública.

O que se sabe é que o processo de branqueamento pelo qual passou a sociedade e a imposição dessa ideologia verticalmente gerou, em grande parte da população negra ou não branca, a fuga de suas matrizes étnicas para disfarçar os valores criados a fim de discriminá-los (Costa, 2007; Munanga, 2004). Nesse processo, infelizmente, o negro não se organizou – e isso já era arquitetado pela classe dominante esbranquiçada – em nível de consciência suficiente para o delineamento de uma identidade étnica, que fosse capaz de criar uma "contra ideologia" neutralizadora da imposta pela estrutura dominadora. Nesse caso, foi o contrário, houve uma acomodação desses valores o que acabou por minar, mas não impedir por completo, a possibilidade coletiva de enfrentamento, legando ao negro nesse movimento, a condição de objeto e não sujeito do processo histórico, social e cultural (Moura, 2019, p.99).

Outra importante informação foi apresentada por Mandacaru sobre a sua ascendência. Segundo ela, seu tetravô era negro e sua tetravó indígena, esta teria sido capturada na mata "a dente de cachorro" porque era "brava". Essa situação aponta para mais uma forma de violência colonialista e eugênica perpetrada pelos colonizadores no período da escravização (Hurtado, 2005): os frequentes estupros de mulheres negras e indígenas que serviam de reprodução da força de trabalho e de satisfação sexual dos homens brancos. O escravizado já era concebido como uma "coisa", mas a mulher negra - e também a indígena - sofreu um agravamento de sua situação, pois, além de trabalhar normalmente como os homens, acrescia-se a elas – sobretudo, à mulher negra – a obrigatoriedade de gerar filhos para que fossem comercializados, e estar sempre à disposição para satisfação dos prazeres sexuais dos senhores (Silva, 2017; Nascimento, 1988).

A expressão "*pega a dente de cachorro*" refere-se às explorações e violências coloniais, materializadas em práticas recorrentes de sequestro de mulheres indígenas, que foram retiradas de seu lugar de origem e obrigadas a viver em fazendas ou engenhos (Nascimento, 2023, p.123). Situações como essa não ocorreram apenas no período escravocrata, mas continuaram no pós-abolição, por isso, ainda atualmente é possível ouvir histórias como essas. Na minha concepção, o pior nas narrativas dessa natureza é a ausência total de consternação, posto que o sofrimento imposto à mulher indígena, em nenhum momento, é objeto de reflexão, pelo contrário! Há uma certa "graça" no ocorrido. Isso é um dos efeitos do processo de alienação colonialista pelo qual passou a formação social brasileira, que tornou o sofrimento de homens e mulheres escravizados, mulheres negras e indígenas estupradas e capturadas, um fato irrelevante e, até mesmo, necessário, devido à condição de subalternidade dos sujeitos envolvidos (Carneiro, 2018; Spivak, 2015).

Então, como já afirmado anteriormente, o quilombo, no período escravista, era formado também por indígenas e por pessoas que não eram aceitas na sociedade, ou seja, era um local de união dos indesejáveis socialmente (Reis, 1986). Diante deste encontro de diversas origens étnicas, também era o local de convergência das multiplicidades das opressões sofridas (Gonzalez, 1988). Então, pensar em como as relações entre essas pessoas estavam dispostas, é refletir sobre a interseccionalidade que entrelaça a vida delas. Assim, a interseccionalidade visa identificar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, tratando, especificamente, da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades cruciais que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

A interseccionalidade precisa ser pensada com objetivo de evitar reducionismo, universalização ou hierarquização, caso contrário seria mais uma forma de justificação e manutenção do sistema colonialista posto (Collins, 2016). Ela foi pensada inicialmente para dar visibilidade às opressões da mulher negra, que, além de sofrer pelo fato de ser mulher, tem na pele mais uma marca de opressão que, quando somadas a outras como classe social, por exemplo, piora ainda mais as condições de sobrevivência (Crenshaw, 2002; Piscitelli, 1998; Lugones, 2008; Hirata, 2014; Akotirene, 2019; Lima, 2020). Nessa perspectiva, precisamos compreender o quilombo enquanto território que acolhe os subalternizados, espaço de compartilhamento das crenças e saberes do povo que o forma, em sua maioria negros e negras,

mas também indígenas, fugitivos do serviço militar e pessoas consideradas criminosas pelo sistema oficial (Reis, 1986).

Não é aleatório que, do universo de dezoito jovens entrevistados na pesquisa, 83,33% (15 pessoas) reconhecem-se como negros, pretos e pardos, tendo como referência o conceito apresentado pela Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial – em seu art. 1º, IV, que considera população negra "o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga", temos uma maioria identitária negra. Assim, os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro reconhecem sua identidade como pessoas negras, por consequência sofrem a valoração que essa autoidentificação provoca: humilhação, estigmatização e desumanização.

Desse modo, essa identidade é construída e afirmada para além de convicções essencialistas, ou seja, sem a ideia de imutabilidade e, ainda que pensada de modo coletivo, não é mais um "eu" que se esconde dentro de muitos outros "eus" que reivindica sua ancestralidade como unidade, capaz de engessar e que se sobressai a todas as outras identidades. Afinal: "as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação" (Hall, 2014, p. 108). Ou seja, a construção da identidade do sujeito contemporâneo sofre as incertezas e as inseguranças próprias de seu tempo (Bauman, 2005). Portanto, a identidade tornou-se politizada, e igualmente objeto de manipulação do poder – econômico, social, religioso e político.

4.3 – Identidade racial e identidade quilombola: distanciamento e aproximações na Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro

A singularidade do sujeito contemporâneo é formada a partir de relações intersubjetivas (Lacan, 1977). Para a psicanálise, a constituição desse sujeito implica necessariamente um outro como contraponto fundamental, ou seja, que fornece as condições de possibilidades para sua constituição e reconstituição permanente (Birman, 1991). Na modernidade tardia, é preciso que haja a "reconceitualização do sujeito", refletir sobre sua nova posição, deslocada ou descentrada, dentro desse arquétipo, para articular o processo de subjetivação e a política de exclusão que essa parece demandar (Foucault, 1970; Hall, 2014).

É interessante retomarmos à questão da identidade, ou como propõe Hall (2014), à questão da identificação, uma vez que, em sua concepção, coloca-se como uma contínua construção, que nunca se completa, inclusive, podendo ser sustentada ou abandonada. A identificação é condicional, ou seja, existem condições determinadas de existência e está alojada na contingência. Uma vez afirmada, não anulará a diferença, ela sugere uma "fantasia de incorporação" para dar conta da agregação entre o "mesmo" e o "outro". "[...] a identificação é, pois, um processo de articulação, uma sutura, uma sobredeterminação, e não uma subsunção" (Hall, 2014, p. 106). Logo, o conceito de identidade desenvolvido ao longo do nosso trabalho é, necessariamente, aquele que pensa a construção da identidade por meio das diferenças, suturando as relações que, em razão dos processos de globalização, tornaram-se cambiantes.

Partindo do princípio de que as identidades são pontos de apoio efêmeros às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós é, por meio delas, que somos chamados a falar, a ocupar lugares, ao passo que também é por meio delas que ocorrem as produções de subjetividades que elaboram sujeitos aos quais se pode "falar". É a partir desses encontros, que vamos tentar compreender como os interlocutores da pesquisa estão lidando com a identidade racial e a identidade quilombola ou da "grota quilombola" como aparecem em seus depoimentos.

Os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro se reconhecem e se afirmam como negros, mas uma outra identidade também emerge de seus depoimentos durante as entrevistas; a identidade quilombola, que não se confunde, na concepção deles, com a identidade negra. Também percebemos a presença de uma outra marcação externa em relação aos moradores da comunidade, justamente, por residirem em uma região que é chamada de grota, popularmente entendida como região cercada por serras, rica em cursos de águas perenes ou intermitentes, na qual a pluviosidade/condições climáticas são favoráveis ao plantio e à criação de animais. Então, ser identificado ou se identificar como pertencente à "grota quilombola" gera certo constrangimento para os jovens moradores dessa região.

A informação sobre a "grota quilombola" surge em três relatos e está sempre associada a pertencer a uma região sem infraestrutura, cujas condições socioeconômicas são desfavoráveis. Os relatos de Maracujá, Pitanga, e Flor de Cacto apresentam situações que causaram vexames e exposições desnecessárias.

> Maracujá: Eu me identifico mais como “moro na Grota”, né? As pessoas falam assim, que a pessoa mora na Grota, e sim eu já me senti constrangida. Onde eu moro é um lugar muito complicado, quando chove é muita lama, então quando eu ia para escola eu, os pés sujo de lama, e os moradores da cidade falava que tá trazendo terra, pra construir a casa…
> Pitanga: Mas aí nas escolas sempre tem, quando a gente diz que a gente é da região da grota, da região quilombola, sempre vem aquele receio. O pessoal sempre tem aquele receio.
> Flor de Cacto: Quando eu comecei a estudar, em Mirangaba, que a gente saia, né? Aí perguntavam, “eles moram na grota quilombola”, Ave Maria, que quando dizia isso, que nós era da grota quilombola… “Um, um, um”... Eu me sentia constrangida, eu não queria nem sair de dentro da sala.
> Flor de Cacto: Eu era. Porque era uma vergonha dizer assim, até hoje assim, quando a gente tenta se acostumar, dizia assim: “Oxi, ali é da grota quilombola”. Ainda tem, ainda tem aquele constrangimento, ainda tem uma impressão assim de dizer hoje, porque eles acham que a gente é tudo uns coitadinho, mas não é não.
> Flor de Cacto: Isso, porque dizia assim, “não, os da Grota a gente bota de qualquer jeito, agora o daqui a gente bota na frente”, era um preconceito que eles têm, tinha. Não sei se hoje ainda tem, mas era ruim.

Pelas falas, percebe-se que ser da “grota quilombola” é uma condição ultrajante para os jovens dessa comunidade e, pelas experiências, é provável que as outras comunidades que fazem parte da região sofram também. O espaço escolar, na pesquisa realizada, tem sido, por excelência, o grande reprodutor das desigualdades, tendo em vista que a maior parte das experiências de discriminação, racismo e violência tem ocorrido dentro desse contexto. Assim, as vivências são sintomáticas de uma sociedade racista, preconceituosa, consequentemente, produtora e perpetuadora das desigualdades sociais.

Historicamente, as relações sociais em nosso país fundaram-se em dominantes e dominados, senhor e escravizado, brancos e não-brancos, o urbano e o rural. Essa dicotomia causou, e ainda causa, distorções praticamente intransponíveis, uma vez que garantem as hierarquizações estruturais da sociedade que fazem o sistema capitalista e colonialista funcionar em suas exclusões (Cardoso, Faletto, 1979; Wallerstein, 2001). Isso significa que as ocorrências dentro da escola são apenas engrenagens de uma estrutura maior que marca os corpos indesejáveis, ao passo que são úteis para legitimação das desigualdades que geram economia e lucro para alguns segmentos sociais (Schwarz, 1992; Wallerstein, 2001).

Nesse sistema de hierarquias, especialmente no Brasil em Modernidade Tardia (Giddens, 1991) - integrar-se à vida social significa, para o afrodescendente, aceitar passivamente as regras do jogo estabelecidas pelo e para o branco, ou seja, admitir e reconhecer

sua condição submissa, dependente e de "coitadinho" (Sawaia, 1995). Ou cansado dessa subjugação, romper pela abstenção – isolar-se do convívio com o branco e quebrar o maior número possível de ligações com seu mundo social, constituído pela dita sociedade inclusiva – para que seja possível lutar contra o aparato não só material, mas o baluarte moral invisível, a concepção tradicionalista do mundo (Fernandes, 2021, p.302-303). Assim, romper com essa barreira da cor é um exercício diário: a prática do povo negro precisa ser a de ruptura com todos os conceitos estabelecidos pelas hierarquias, pois, para além da afetação do corpo, da psique e dos espaços ocupados, o resultado dessa interação é uma coletividade fortalecida e informada de seu papel histórico num mundo que a nega (Fanon, 2008; Davis, 2016; Lorde, 2010). Então, em nosso caso de estudo, detectamos que a imagem de pertencimento à "grota quilombola" precisa ser reificada e afirmada como uma das identidades que a Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro pode utilizar, despida do preconceito de um lugar sem qualquer condição material de existência e afirmada como um território de existências negras igualmente dignas de visibilidade e empoderamento.

No tocante à identidade quilombola, a autoidentificação surge como tema uníssono nos depoimentos dos dezoito entrevistados, não havendo resistência ou constrangimento. Alguns jovens, inclusive, afirmam ter orgulho de se identificar em todos os espaços necessários. É perceptível se tratar de uma identidade coletiva, em outras palavras, o sentimento aqui é o da coletividade, de grupo, de comunidade, o que difere bastante, quando questionamos sobre a identificação em relação à cor da pele. Nestes termos, algumas passagens das falas são bastante ilustrativas no tocante a esta percepção.

> **Cajá**: Eu acho que o assunto interessante para nós, que nós é, assim, é muito conhecido né, de nossa região, que nós é quilombola, aí eu fico bem, assim, meio… a gente fica nessa parada, do que a gente fica bem agradecido, chega no lugar todo mundo fala: "olha naquele lugar quilombola, ali e tal". Aí fica até bem recebido, no caso.
> Orquídea: Não, na verdade eu tenho orgulho.

É interessante destacar aqui que o território é essencial para a afirmação dessa identidade (Souza, 2008). Esse sentimento de coletividade nasce a partir do território, efetivamente, por ser um referencial central e definidor do grupo. Podemos nos referir a ela como uma identidade territorial quilombola, então, quando nos referirmos à identidade

quilombola, é dessa expressão que estamos falando. Como toda identidade, essa é uma criação social estritamente relacional, marcada pela diferença e pelas relações de poder, ou seja, sistemas simbólicos e sociais construídos, a partir de referenciais imateriais e materiais (Silva, 2017, p.53).

O território pode ser visto como espaço físico delimitado onde atua um poder político, mas também como um resultado de vivências coletivas – práticas sociais e culturais – que criam significados em relação a esse espaço, ou seja, uma apropriação simbólica, assim, pode surgir o sentimento de pertencimento ou estranhamento, e por consequência o fortalecimento da territorialidade (Silva, 2017). Por ter uma dimensão política e, ao mesmo tempo, simbólico-cultural, ambos servem de controle sobre os indivíduos ali inseridos (Haesbaert, 1999). Assim, como espaço pluridimensional, o território, na dimensão sociocultural, ganha significado a partir da relação de afetividade entre os sujeitos, que resulta em relações simbólicas produtoras do sentimento de coletividade e dos interesses em comum.

As práticas culturais e sociais desenvolvidas pela comunidade e que produzem o agrupamento dos indivíduos são os festejos, as devoções, as atividades econômicas, as trocas, a dádiva e a reciprocidade. Nessa perspectiva, a diversidade de crenças e ritos religiosos praticados pelos moradores em igrejas, terreiros, casas de devotos, bem como os festejos organizados – sobretudo por mulheres – e usufruídos pelos membros da comunidade são exemplos das interações que fortalecem a identidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro. Abaixo, imagens representativas dessas interações:

Figura 6: Feira Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro

Fonte: Autoria própria.

Figura 7: Semana da Consciência Negra

Fonte: Autoria própria.

Figura 8: Cavalgada das Mulheres que Brilham

Fonte: Autoria própria.

Figura 9: Samba de Roda

Fonte: Autoria própria.

De modo geral, a fé católica da comunidade em questão é praticada por meio das rezas e encontros em espaços comunitários e potencializadores de aprendizagens por meio da escuta e da repetição, a exemplo da Igreja Católica e das casas de devotos, que se apresentam como símbolo material da fé dos moradores da comunidade. Esses espaços, além de fortalecerem a religiosidade, também reúnem diversas identidades que coexistem e se reforçam na dinâmica social local. Assim, as identidades, negra, quilombola, da Grota, católica, camponesa, masculina/feminina, jovem, entre outras, entrelaçam-se nesses ambientes, nos quais a cultura e as vivências coletivas contribuem para a construção de um sentido de pertencimento complexo e plural. A convivência e a troca simbólica nesses espaços revelam o modo como a identidade comunitária se forma e se reafirma, integrando aspectos sociais, econômicos, religiosos e de gênero, refletindo a multiplicidade de experiências e resistências que caracterizam a vida na comunidade.

Nesse processo, as rezadeiras, com destaque para as mulheres, apresentam-se como importantes personalidades da comunidade e se destacam como transmissoras de práticas e saberes-fazeres sagrados, que se fortalecem por meio da tradição, dos rituais de penitências na quaresma, dos batizados e dos rituais fúnebres. Com isso, os jovens aprendem os ritos religiosos da comunidade e vivenciam a sua fé. Dos interlocutores questionados sobre sua religião, todos eram católicos.

Por seu turno, os cultos afro-brasileiros são representados pela Festa de Santo Reis, que ocorre anualmente no dia 06 de janeiro. Conforme indicado pelas interlocutoras Caliandra e Ipê-Amarelo, há certo receio em reconhecer a festa como um culto afro, geralmente, afirmam ser católicos. Quando comentamos essa possibilidade, percebemos o medo de julgamentos a partir do olhar do outro, acreditamos que seja por conta dos estereótipos em torno das religiões

de matriz africana e afro-brasileira. Assim, permeia na localidade o sincretismo religioso, conceito bastante criticado por Moura (2019, p.64) por se tratar de uma ideologia hegemônica e esbranquiçada que partiu dos primórdios dos estudos das relações inter-étnicas, sobretudo, da religião, que justificavam a "mistura de religiões" de povos em contato prolongado e permanente sob a ótica da dominação. Ou seja, religiões consideradas animistas, fetichistas, em contato com a religião católica, sofrem modificações, apagamentos e embranquecimento por sua suposta inferioridade.

A relação entre religião colonialista e colonizada segue a mesma lógica do racismo estrutural. No nosso caso, o cristianismo católico foi um dos instrumentos caros ao aparelho ideológico de dominação colonialista durante os tempos de escravização e após a abolição oficial que, obviamente, não significou a liberação do negro no Brasil.

Cabe ressaltar que, tanto as religiões afro-brasileiras quanto o cristianismo são resultado de um longo processo de seleção, associação e reinterpretação de elementos herdados e outros novos, nos quais as variações foram ocorrendo de acordo com as culturas locais e suas relações socioeconômicas (Santos, 1977, p. 23-34). Contudo, a diferenciação só irrompe como resultado da inferiorização racial, social, cultural e política dos povos de origem africana, de modo que a tônica do sincrético simplesmente é analisada sob a ótica da inferioridade das religiões afro, ou seja, do que se incorporou no mundo religioso do oprimido, e não daquilo que alterou na esfera religiosa do opressor, a partir daquela incorporação (Moura, 2019, p.66-67).

Em suma, o dito sincretismo religioso no Brasil é, na verdade, um "sincretismo unilateral", nascido das práticas de resistência afro-brasileiras no contexto escravocrata, o que não deixa de ser uma ação contracolonial (Santos, 2015).

O samba de roda é uma das tradições mais vivas da identidade afro da comunidade, encontra profunda ressonância na Festa de Santo Reis, celebrada em data próxima. Enquanto esta última, mais presente em Coqueiros, evoca um fervor religioso, o samba de roda destaca-se como o mais vibrante movimento cultural local, unindo música, dança e poesia em uma celebração da ancestralidade e da resistência. Através de seus ritmos contagiantes e de suas letras carregadas de significado, o samba de roda preserva a memória de um povo, fortalecendo laços comunitários e reafirmando a identidade negra na contemporaneidade. Atualmente, o samba de roda não ocorre apenas em janeiro, mas em comemorações de aniversários, antes do São João ou nos meses de setembro e outubro, sendo uma manifestação cultural que diverte

muito os indivíduos da comunidade. Segundo a Unesco (2024), esse festejo surgiu no Século XVII, na região do Recôncavo no estado da Bahia, resultante, sobretudo, de danças e tradições culturais africanas e alguns elementos da cultura portuguesa, como a língua, a poesia e alguns instrumentos musicais. Essa expressão cultural foi reconhecida em 2005 como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela própria Unesco.

Esse reconhecimento é muito importante, pois proporciona visibilidade e difusão da cultura afro-brasileira e reafirma a importância do povo negro para a construção do nosso país. Participei, no dia 28/04/2024, da "feira quilombola" que ocorre mensalmente na comunidade e volta-se à venda de produtos produzidos pela comunidade. Depois da feita, fui convidado a participar do samba de roda, o qual, percebi, caracteriza-se por versos produzidos oralmente e espontaneamente pelos participantes, um pouco parecido com o "repente".

É interessante notar que estas são expressões de saberes-fazeres e de realidades vividas, registradas na memória a partir de observações e repetições. Assim, é um movimento que contém uma atmosfera festiva, ao passo que a alegria dos envolvidos contagia a todos em sua volta. Não consigo traduzir em palavras o sentimento de entusiasmo que senti ao participar do samba, mas o que ficou evidente nestas observações foi o fortalecimento da identidade quilombola pelo viés cultural.

As letras das músicas trazem as dificuldades individuais no labor rural de existência, os enfrentamentos para reconhecimento da dignidade das pessoas da comunidade, a apresentação do negro como trabalhador e faceiro, e a exaltação a Zumbi dos Palmares como o grande líder guerreiro. Assim rememoram, de forma lúdica, as histórias de pessoas que já partiram, mas que muito contribuíram para a comunidade.

Outras festividades bastante representativas do empoderamento feminino na comunidade são a festa da mulher e a cavalgada das mulheres. A primeira, inclusive, não admite participação masculina, impondo aos homens – maridos, namorados, noivos, irmãos, primos, tios, primos, avôs e filhos – que fiquem "em casa", como afirmam Mandacaru, Mucunã, Orquídea e Palmeira. Esse momento é muito importante para uma aproximação entre as mulheres da comunidade, que lá podem conversar à vontade, dançar, beber, chorar e rir, sem qualquer intervenção masculina. Geralmente, a festa é à fantasia, então esse é o momento de liberação da imaginação e da vontade, sem se preocupar com julgamentos externos. Assim, a

imagem criada a partir de algum personagem produz um efeito positivo no fortalecimento da autoestima das mulheres.

A cavalgada da comitiva “Mulheres que Brilham”, que é idealizada e efetivada por elas, ocorre no dia das mães, segundo domingo de maio, que em 2024 deu-se no dia 12/05. O evento reúne mulheres, não só da comunidade, mas de todas as comunidades vizinhas. No festejo, não há objeções quanto à participação masculina. Em geral, começa em outra comunidade quilombola – este ano teve início na Fazenda Palmeira – e os participantes marcham em direção à comunidade de Santa Cruz do Coqueiro. À noite, tem a festa de encerramento na praça. Essa tradição é muito importante para a comunidade, sobretudo para as mulheres, tendo em vista que estão na 12º edição do evento. Assim, segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura da Bahia, a cavalgada é o esporte-lazer que mais cresce no estado, proporcionando o contato com a natureza e o prazer de montar, reunindo gerações e valorizando o meio rural (BAHIA, 2014).

Outra festividade muito importante da comunidade é a tradicional festa de São João, aqui também é organizada pelas mulheres, buscando patrocínio, inclusive junto ao Poder Público, para realização do “arraiá”. Os jovens da comunidade têm um grupo de quadrilha junina, da qual, inclusive, a maioria dos interlocutores faz parte. O festejo acontece fora de época, porque entra no calendário municipal: a previsão quase sempre é que ocorra entre fim de julho e meados de agosto.

Em 2023, fui convidado a participar da festa e presenciei o entrosamento dos jovens na celebração, digno de um sentimento de coletividade que une as pessoas em prol do fortalecimento das tradições locais. Para evitar um excesso de imagens no corpo deste trabalho, elas seguem nos anexos, IX, X, XI e XIII.

O mês de novembro geralmente é bem movimentado em razão de ser considerado mês da consciência negra. Ocorrem, nesse período, diversos festejos e comemorações que expressam o sentimento de pertencimento da comunidade e a afirmação e reafirmação da identidade territorial quilombola, bem como as conquistas de direitos culturais e sociais pela coletividade, historicamente às margens da sociedade.

Também pude participar, no ano de 2023, das realizações que ocorreram na comunidade de Coqueiro, vizinha à Santa Cruz, às quais compareceram as autoridades municipais – prefeito,

vereadores, secretários – e pessoas convidadas que trabalham com pesquisas nas localidades do entorno. O que me chamou a atenção foi a participação massiva das comunidades que lá apresentaram suas peculiaridades – vestimentas, artesanatos, culinária, poesias, entre outras –, realizaram homenagens aos moradores mais antigos, e ainda contaram com participações especiais das suas primeiras professoras relembrando as experiências do período. Assim, visualizamos os conflitos geracionais, uma vez que também aconteceram diversas apresentações escolares organizadas pelas professoras atuais.

No território, observamos que a atividade econômica desenvolvida pelas pessoas da comunidade é a agricultura familiar. Em diversas passagens das entrevistas, os depoentes demonstram o exercício dessa atividade, inclusive tem sido a causa de diversas migrações do território, pois os jovens estão sempre em busca de outras fontes de renda. O entrevistado Palmeira, por exemplo, informa-nos que vive em uma comunidade humilde e geralmente a renda é da agricultura familiar. A Mucunã é uma das jovens que exerce diretamente o labor campesino juntamente com sua família. Ela afirma que: "hoje em dia, a gente tá fazendo um pequeno criatório, de galinhas, e aí a gente tá vendendo os ovos": quando questionada se cultiva alguma coisa, ela afirma que a sogra faz o plantio de coentro, cebola, alface. A fala da entrevistada é interessante, porque mostra uma forma diferente de economia. As pessoas da comunidade de Santa Cruz produzem coisas diferentes, então, quem planta não cria animais. Geralmente, as que produzem farinha e *beiju* adquirem a matéria prima de quem faz o plantio, assim como quem produz artesanato não se envolve, na maioria das vezes, com atividades de agricultura, o que representa uma organização bem articulada.

Esse tipo de economia é característica de comunidades que foram excluídas socialmente e são racialmente inferiorizadas, mas, ainda assim, é possível que tenha sido o sistema que mais contribuiu para diminuir as repercussões sociais, econômicas e culturais das diferenças raciais, pois produz no seu interior um nivelamento entre negros e brancos – que não acessaram as condições econômicas favoráveis – por isso, dentro dessa perspectiva, poderia considerar-se um elemento favorável à emergência e à consolidação de uma verdadeira democracia racial no Brasil (Fernandes, 2007, p.47).

A breve descrição dos festejos e da economia solidária de Santa Cruz do Coqueiro teve como propósito demonstrar que a identidade quilombola é criada a partir da reunião desses acontecimentos, pois é a relação com o território em suas dimensões que faz surgir e fortalecer

as identidades por meio desses sistemas simbólicos de representação. Como já afirmamos anteriormente, as identidades surgem nas fronteiras com as diferenças, e é por meio delas que as diversas identidades se afirmam (Hall, 2014, 2022; Woodward, 2014; Laclau,1986).

A identidade racial e a identidade quilombola da comunidade apresentam-se nas entrevistas como distintas a partir do olhar da maioria dos interlocutores. Entrelaçam-se nas práticas socioculturais comunitárias. A formação de ambas as identidades implica o olhar dos sujeitos que pertencem ao grupo étnico/racial sobre si mesmos a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só aquele interpela a nossa própria identidade (Gomes, 2002, p. 39). Mas é a partir daí que ela se firma ou deteriora, a legitimidade nasce nessa articulação frequentemente conflitante.

Nas entrevistas, ficou evidente que a maioria dos jovens da comunidade não acredita existir uma relação direta entre ser negro e ser quilombola a partir das experiências deles. Dos dezoito entrevistados, dez (55,55%) entendem que não há relação direta entre a cor da pele, ser negro – cor preta ou parda – e ser quilombola, enquanto cinco – 27,77% – pensam contrariamente, que há essa relação, especialmente pela história do povo negro, pelo nascimento no território e pela ancestralidade. Apenas três jovens não foram questionados sobre essa relação; por certo descuido do entrevistador, a conversa se encaminhou em outro sentido.

À primeira vista, parece ser uma incoerência ontológica, mas não se trata disso: os jovens da comunidade quilombola vivem a construção e a afirmação da identidade na perspectiva apresentada por Hall (2014, 2022) e Bauman (2005), por meio das diferenças, ou seja, por meio da relação com o outro, aquilo que falta, e, a partir da constatação da "liquidez" das relações, ser identificado como inflexível, permanente ou inegociável é algo cada vez mais insustentável. Diante disso, é mais compreensível que o "pertencimento" e a "identidade" não possuam a solidez de uma rocha, ao passo que não há garantias de duração para toda vida, pois são sempre negociáveis, relacionais e revogáveis. Em síntese, as decisões que o próprio indivíduo toma, as lutas que trava, a forma como se comporta, bem como a determinação de se manter firme a tudo isso são pontos cruciais, tanto para o pertencimento, quanto para a identidade (Bauman, 2005, p.17).

Cada indivíduo da comunidade tem suas experiências pessoais, enfrenta, ao seu modo, as dificuldades que as condições socioeconômicas, raciais e coletivas lhe impõem e, é a partir dessa experiência que a identidade, agora transitória, perfaz-se e afirma-se, podendo

tranquilamente sofrer mutações e, inclusive, ser abandonada. Todos somos: “identidades em movimento” (Bauman, 2005, p.32). E como tal, lutamos para: “juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo”. Nesse sentido, podemos afirmar também que todos os jovens quilombolas, não só os de Santa Cruz do Coqueiro, representam “quilombos em movimento”, na medida em que passam pelos mesmos processos identitários na Modernidade Tardia – velocidade e aceleração do mundo-líquido.

Quilombos ambulantes, os jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro carregam no corpo a marca do agir, sentir e transformar da sua realidade diária. Nestes termos, não lhes é dado o direito de “fugir da própria pele”, precisando conviver com as mazelas que a sociedade racista os impõe. As tolerâncias, fugas e enfrentamentos das diversas situações são formas de proteção individual e coletiva, representando o grito silenciado historicamente, de um corpo e subjetividade mutilados e apagados pelas hierarquias sociais.

Por seu turno, há mais proximidade entre as identidades observadas no trabalho – quilombola e negra – que distanciamentos, e as tradições culturais festejadas pela comunidade mostram isso. O encontro entre as festas tradicionais e os novos arranjos que a elas são agregados geram o sincretismo cultural que, atualmente, percebemos nas expressões festivas da comunidade. Nesse sentido, o samba de roda e a festa da mulher são exemplos desse encontro de iniciativas geracionais diferentes, mas que coexistem no cotidiano da comunidade. O samba de roda, festejo afro, é símbolo da identidade negra que traz em seus versos a história do povo negro – sofrimento, silenciamento e a relação com o divino – ao passo que também evidencia a identidade quilombola, uma vez que envolve toda comunidade e seus arredores, cujos indivíduos se juntam para cantar, dançar e tocar. Assim, essa “sutura” garante a existência e a performatividade das identidades de forma transitória e articulada, como resistências das comunidades quilombolas frente às estruturas sociais colonialistas e racistas.

5. A (RE) AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS JOVENS DA COMUNIDADE E A IMPLICAÇÃO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E OPORTUNIDADES DE EMPREGOS

Na Física, a terceira Lei de Newton, que trata do princípio da Ação e Reação, é categórica ao afirmar que, como resultado de uma ação, temos uma reação de igual intensidade. Trata-se aqui do "encontro" entre dois corpos, duas matérias, que, ao se afirmarem como tais, geram automaticamente a impossibilidade de ocupação do mesmo espaço, no mesmo instante e durante o mesmo período de tempo.

Felizmente, esta lei com suas implicações inflexíveis e de tendência universal não se aplica às relações sociais que, por suas origens, têm necessidade de satisfazer necessidades, sejam elas naturais – fisiológicas, afetivas – ou artificiais – que são criadas pelo ser humano, inclusive a partir das necessidades naturais. Há outra lógica atuando para dar conformidade às relações: a proporcionalidade da reação de acordo com as intenções do agente, nesse caso, logicamente, teríamos uma reação que pode ser na mesma proporção da ação, mas também poderemos ter uma reação superior à ação. Nesse sentido, essa resposta à ação tende a servir para anulá-la, e, para além disso, servir de modelo para as demais pessoas de como "não agir".

Se a lógica da reação nas relações sociais é, principalmente, a proporcionalidade de acordo com os interesses do agente reativo, congruentemente, a afirmação ou a reafirmação de uma identidade étnico-racial pressupõe as mesmas implicações. Ou seja, em se tratando de afrodescendentes, cujos ancestrais foram subjugados, explorados e relegados à condição servil, não sendo permitido a eles a participação na ordem social competitiva em formação, nos seus aspectos econômicos, jurídicos e políticos (Fernandes, 2007, p. 45), é notório que suas existências são visivelmente adesivadas, assim como diversas barreiras que os marcam. Com o passar do tempo, as relações raciais e suas consequências evidenciam que as pessoas de cor não se libertam da condição heteronômica inerente à antiga situação do "escravo", do "liberto", do subalternizado (Fernandes, 2021, p. 295).

O tratamento não seria diferente, quando adicionado às relações de gênero e oportunidades de empregos, pois são opressões que se interseccionam e acabam por agravar a condição do preto e do pardo e, por que não dizer, do quilombola, que, além de carregar todas

essas opressões no corpo, ainda tem em seu território a marca da exclusão de duas formas: a primeira materializada aqui pela presença de empresas de exploração de seus bens naturais, sem qualquer participação, divisão ou beneficiamento direto da comunidade; a outra, pela migração forçada dos jovens em busca de oportunidades de trabalho, já que o seu território não provê as condições mínimas de sobrevivência.

No mais, essas situações são decorrentes das contradições colonialistas herdadas do passado, as quais criaram barreiras para a integração do negro à ordem social competitiva emergente no início do Século XX, já que só lhes interessava a "população de cor", sendo esta a única diretamente prejudicada por essas contradições. Neste ponto, não há surpresas quando setores favorecidos pelo desenvolvimento capitalista ignoraram a existência dos descendentes dos ex-escravizados e, de resto, a integração das relações raciais à sociedade nacional (Fernandes, 2007, p. 49).

5.1 – Vivência escolar: a cor, o corpo e a opressão

O desenvolvimento social, para além de questões econômicas, também se baseia na cultura e na educação, fundamentos da identidade de um povo (Gomes, 2005). Desta forma, quando há restrição no acesso ou permanência na educação formal, ocorre um desequilíbrio na formação do indivíduo, o que impacta diretamente no exercício da cidadania.

Nesse sentido, o povo negro, para além da abolição tardia, precisou enfrentar o descaso do Estado e o abandono da sociedade em geral quanto à sua inserção na ordem social em formação, que foi postergada até o início do Século XX com a promulgação do Código Civil Brasileiro de 1916 (Silva, 2016, p.129). Nesta perspectiva, o negro foi exposto e a ele foi imposta uma organização social que se estruturou para os segmentos privilegiados da raça dominante – branca – e, por isso, o negro permaneceu sempre condenado a viver uma realidade que não foi produzida para tratá-lo como ser humano e como "igual" (Fernandes, 2007, p.33).

Exemplo dessa realidade é exposto nos dados sobre desigualdades entre brancos e negros na educação, apresentados na década passada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.7-8). O referido documento mostra que pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para

brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. Já em 2019, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD educação 2019) demonstrou que a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos caiu em 2022 para o menor nível – 7,4% – histórico desde 2016, mas ainda é mais do que o dobro da registrada entre brancos – 3,4%. O fato é que, de 2019 para 2022, a taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas de 15 anos ou mais recuou de 8,2% para 7,4% no país. O mesmo levantamento demonstra a desigualdade no acesso à educação. Em 2022, dos jovens de 14 a 29 anos fora da escola, 70% eram negros e 28% brancos, índice que teve uma pequena variação na comparação com 2019, quando 71% dos jovens fora da escola eram negros e apenas 27% destes, brancos.

Os dados citados são representativos de uma realidade pungente em nosso país, em que os afrodescendentes ainda são tratados como escória, como menos merecedores de acessos, e, por fim, menos humanos, o que evidencia, mesmo que com os disfarces rotineiros, um racismo dissimulado (Munanga, 2020; Nascimento, 2016; Gonçalves, Oliveira, 2003). Por óbvio, as comunidades quilombolas, pelo que são – representativas da cultura, resistências, do fazer e do viver dos descendentes de escravizados – não recebem tratamento efetivamente diferenciado.

Essa situação fica evidenciada nas entrevistas realizadas com os jovens junto à Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro, sendo notória a dificuldade de acesso à escola – como transporte escolar – já que esta é localizada na sede do Município, entre outras diversas barreiras na permanência de crianças, jovens e adultos no ambiente escolar, que envolvem desde discriminações negativas por parte de colegas de turma até a forma como são expostos em alguns eventos oficiais, a exemplo do desfile cívico de 07 de setembro. Dos dezoito entrevistados, pelo menos cinco evidenciam ter sofrido discriminação na escola em razão da cor ou por serem quilombolas.

O primeiro entrevistado a apontar situações de discriminação, com certo receio e de modo evasivo, foi Hibisco, jovem de dezenove anos que se autoidentifica como negro. Inicialmente, quando perguntado se já sofreu alguma discriminação em razão da cor, respondeu negativamente, mas quando questionado em relação ao ambiente escolar, ele afirmou que: “às vezes, alguém faz uma brincadeira, mas nunca me importei, não. eu nunca fui de levar à frente,

não". Quando questionado se alguma dessas "brincadeiras", mesmo sem dar a devida importância, já o teria marcado de alguma forma, a resposta foi no sentido negativo: segundo ele: "Não, nunca me marcou não, porque sempre, nunca fui de ficar ligando, não".

Apesar de o entrevistado não descrever como ocorriam as "brincadeiras" na escola, tais ocorridos configuram-se como uma situação grave, pois, além de diversas outras opressões, soma-se a elas uma outra que é o tratamento em âmbito escolar, que pode influenciar ou não na permanência do indivíduo na escola.

O entrevistado em questão não terminou o ensino médio, afirmando ter estudado até o primeiro ano do segundo grau, mas também não ficou nítido se chegou a finalizar essa série. Assim, não é possível afirmar que as "brincadeiras" realizadas na escola pelos colegas tenham influenciado a sua não continuidade e finalização dos estudos.

Entretanto, algumas informações são interessantes para nossa análise, por exemplo, a maneira como ignorou as discriminações em forma de "brincadeiras", ou mesmo como quer fazer entender que isso não o afeta, além de ser evidentemente uma maneira de evitar conflitos, podendo ser uma estratégia nítida de inserção no ambiente que se pretende estar. Dito de outro modo, não dar importância faz com que a situação seja "naturalizada" facilmente e ocorra a perda de interesse de quem deseja constranger. Mas o fato é que as características fenotípicas do povo negro, sua condição social e política, estereótipos considerados negativos sempre foram utilizados para anedotas em diversos espaços e não eram compreendidos como ofensa, nem como mecanismo de reforço a uma suposta superioridade de pessoas brancas (Bento, 2002; Adichie, 2019).

Por conseguinte, essas demonstrações de legitimidade dos privilégios associados a determinados grupos raciais — elevados à condição de referência cultural universal — geram uma imposição normativa das características desses grupos, sejam elas reais ou imaginárias. Esse processo de normatização estabelece um padrão que se dissemina e é aceito como modelo em diversas esferas sociais, incluindo a família, as religiões e o Estado. Como resultado, a identidade desse grupo racial dominante passa a ser construída e reconhecida como a representação primordial da humanidade, relegando outros grupos a uma posição de inferioridade. A institucionalização dessas normas aprofunda a desigualdade ao consolidar um sistema de poder em que as características e os valores do grupo dominante tornam-se a medida de valor humano (Moreira, 2019, p. 55). Então, ao que extrapola ao padrão estaria "autorizada"

sua espoliação por diversos segmentos sociais, ainda, o uso que se faz desse excesso não seria passível de reprimenda social, política ou jurídica, vez que os limites desenhados foram respeitados; é isso o que a lógica de dominação racial prega.

Jenipapo, outro entrevistado, também aponta ter sofrido discriminações na escola, por parte de colegas, em forma de "brincadeiras". O padrão se repete, mas a relevância está em afirmar que, quando se tornou adulto, essas atitudes tornaram-se naturais, ou seja, aprendeu a não dar importância aos "insultos", como diz o entrevistado, esses já não o afetam mais; e finaliza afirmando que "passam despercebidos". Vimos esse padrão discriminatório repetir-se, mas, agora, a forma como o sujeito sofredor da ofensiva amolda-se ou mesmo internaliza o tratamento como algo natural nas relações sociais, preocupa-nos, pois, nesse caso, minaram a capacidade do indivíduo de reagir a tamanha agressão. O ditado popular que diz "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura" (Ferrari; Siqueira, 2020) remete-nos à compreensão que, de tanto sofrer discriminações, preconceitos e racismo e não ter instrumentos ou habilidades para fazer cessar as invertidas, elas integraram o imaginário do entrevistado como normal, tendo como saída apenas a adaptação a essa realidade.

Embora esse contexto não seja algo novo, o que ora nos preocupa é a sua não superação, ou seja, mesmo diante de tantos avanços conceituais, elaboração e implementação de políticas públicas, esse círculo permanece "inquebrável" desde a abolição do período escravocrata. O fato é que, desde lá, o negro não era aceito pacificamente, vez que sempre existiram restrições de acessos ou condições mínimas para acessar essas políticas, que não abarcavam a situação do negro. De resto, também existia uma ambivalência nessa situação que tornou toda a integração dos negros no sistema social arbitrária ou impossível de acontecer, sem que muitos se dessem conta disso (Hasenbalg, 1979). Se, de um lado, existia uma repulsa ao tratamento igualitário do negro, de outro, um tratamento explícito que comprometesse os novos requisitos do recente regime "democrático" gerava um desconforto que a elite não estava disposta a sofrer, ou seja, qualquer das situações que viessem a surgir não seria encarada como intenção de prejudicar o negro.

Nesse sentido, Florestan Fernandes (2021) identifica nesse processo uma espécie de acefalização que considera insuperável e com efeitos desastrosos para a população de cor, vez que essas situações não se elevavam à esfera da consciência social. Para evitar possíveis conflitos raciais mais graves e garantir uma maneira eficaz de silenciamento do povo negro, por

meio de uma suposta integração na sociedade, foi necessário restringir, por diversas vias, as oportunidades de acessos a benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais, justamente para não criar a consciência social de sua contribuição para a sociedade brasileira, sobretudo, na formação da economia, isto é, "acorrentava-se o 'homem de cor' aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna" (Fernandes, 2021, p. 274).

O resultado de todas essas conjecturas é a consciência de que o padrão do homem branco deve ser seguido sem qualquer questionamento e, por isso, atitudes como as de que foram vítimas os dois entrevistados são consideradas toleradas e até irrelevantes para diversos segmentos sociais, pois eram apenas "brincadeira" de criança. Ignora-se que, de alguma forma, essas crianças foram socializadas dentro desse padrão discriminatório e que estão apenas reproduzindo algo que presenciaram ou foram ensinadas a fazer. O fato é que esse comportamento não é aleatório. Infelizmente, algumas escolas podem não considerar relevantes esses comportamentos e focarem em outras situações, inclusive de suposto combate ao racismo, discriminação ou preconceito.

As consequências para os que sofrem essas violências são variadas. Os dois entrevistados têm forte resistência à continuidade dos estudos; embora não seja possível concluir que são efeitos diretos dessas discriminações ocorridas em ambiente escolar, fato é que, enquanto Hibisco não terminou o ensino médio, mas "pretende" fazê-lo, Jenipapo finalizou-o na "força do ódio", como afirma e, quando questionado sobre prosseguir com os estudos, assevera que "Não penso, não vou mentir… Penso de jeito nenhum".

Existem mais três entrevistadas que afirmam ter sido vítimas de discriminação racial por pertencer à comunidade quilombola, são elas: Ipê-Amarelo, Pitanga, e Flor de Cacto. A primeira afirmou categoricamente sofrer racismo em razão de sua cor na escola, inclusive com violência física e psicológica. As outras duas sofreram discriminação, mas acreditam que foi em razão de serem pertencentes à comunidade quilombola e não necessariamente por causa da cor.

A entrevistada Ipê-Amarelo foi uma das que mais me chamou a atenção em razão da tamanha violência sofrida em sua vida escolar, e, como enfatizou, em sua vida adulta. Afirma ter tido dificuldades em se reconhecer como negra ante as violências às quais foi exposta na escola, segundo ela: "sofria muito, me batiam, me xingavam, me cuspiam, puxavam meu

cabelo…". Em razão dessa situação, a entrevistada alisou o cabelo de forma permanente, mesmo gostando de seus cabelos crespos. A afirmação ainda me impacta, mesmo sabendo que essas situações ocorrem com frequência em escolas e em outros estabelecimentos: ouvir direto da pessoa que sofreu no corpo a violência indelével nos emociona, assim como percebi em seu olhar as lágrimas sendo seguradas em diversas passagens da entrevista.

Segundo Nilma Lino Gomes (2020, p.29), o cabelo do negro, visto como "ruim" é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre o sujeito, porque o "bom" é o padrão do branco. Aqui, portanto, há um ponto de tensão e, desse contexto, surge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No nosso país, o que temos como ideal é o padrão branco, mas o real é negro e mestiço. A autora é categórica ao afirmar que o tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão e, por isso, marca a vida, a trajetória e o corpo desses sujeitos, significando não apenas vaidade ou tratamento estético, mas identitário.

Quando os colegas da entrevistada atacam-na, inclusive puxando seu cabelo, nada mais é do que a tensão entre o ideal e o real, só que o ideal é revestido de uma estrutura hierárquica de poder que trabalha para se manter como o "querido" e o legítimo. Às vezes, o impacto dessa violência é tão brutal que convence a vítima a se adequar ao invés de resistir e fazer prevalecer o seu real. Essa "aceitação" pode ter diversos motivos, dentre eles, evitar ser violentada de novo e ser aceita com maior tranquilidade nos espaços sociais que frequenta.

Sabemos que estereótipos racistas povoam a mente de uma infinidade de pessoas e se constituíram como elemento fundante das relações sociais e psíquicas do Ocidente (Moreira, 2019, p.45). Não podemos olvidar que a raça como representação cultural é resultado de processos de diferenciação que atribuem sentido às relações raciais hierárquicas, com a finalidade de manter a estrutura de poder dentro de uma sociedade. Por esse motivo, os lugares sociais e as identidades atribuídas a determinados indivíduos são, via de regra, para legitimar as relações de poder.

Falar em relações de poder é tratar da ideia de dominação. Nesse ponto, Adilson Moreira (2019, p. 44) entende que "por ser uma construção cultural, a raça pertence ao mundo simbólico, expressando sentidos que são criados com o propósito específico de dominação". Embora inicialmente tenha sido uma construção cultural, o seu desenrolar na história não ficou restrito apenas ao mundo simbólico como defende o autor. As questões raciais extravasaram esse

mundo simbólico e alcançaram a materialidade das relações, o corpo. Logo, a violência é pedra de toque, cerne do processo identificatório dos negros: é doloroso afirmar isso, mas ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausas ou repouso, por uma dupla intenção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro (Gomes, 2020, p.164).

O corpo negro tem sido o objeto de realização dos "fetiches" do branco, enquanto apenas corpo, não inscrito no mundo de efetiva proteção. O que acontece com ele não desperta curiosidade ou preocupação a ninguém, por isso a vulnerabilidade que o circunda é a marca do seu caminhar. Em consequência, agressões físicas, psicológicas, emocionais e até mesmo a morte de pessoas negras não geram o mesmo incômodo que a morte de uma pessoa branca, e isso é facilmente perceptível em jornais, revistas, conversas do dia a dia em qualquer espaço. Se um negro é assassinado, tem sempre uma justificativa que suaviza a notícia, por exemplo, a taxação como "suspeito" é considerada suficiente para encerrar qualquer possibilidade de discussão.

Aqui há nítida aproximação com o *homo sacer* (Agamben, 2002), que tem sua vida destituída de valor para ser possível a incidência plena do poder soberano. A vida nua a que se refere Agamben é aquela que foi posta para fora da Jurisdição, mas que, estando fora, ainda está adstrita ao Estado e é através dela que este se fortalece. Então, essa escolha não é aleatória, mas mediada pelo racismo. Assim, "o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo" (Foucault, 2005, p.306).

Sendo assim, a morte do outro, indesejável, abjeto, não é a garantia de uma vida mais tranquila e segura, ou mesmo garantia de sobrevivência, mas tão somente o extermínio da raça ruim, considerada inferior, proporcionando uma sociedade mais "sadia" e "pura". Nesta perspectiva de morte aberta pelo Estado, Mbembe faz uma análise mais contemporânea desse poder do Estado, denominando de necropolítica, aqui alicerçado em uma característica muito específica dos países do sul global: a escravização de pessoas negras e os nativos de colônias. Neste ponto: "qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica" (Mbembe, 2016, p. 130). O processo de desumanização de pessoas negras e de

nativos de terras colonizadas perpetrado pelo colonizador também provocou o surgimento de um inimigo ficcional contra o Estado.

Nesse processo, a vida é tomada como coisa, passível tranquilamente de ser governada por terceiros, cujo efeito prático é o escravizado passar a ser propriedade do senhor, e qualquer resquício de humanidade estaria calcado à sombra do seu tutor. Neste cenário, há uma "morte em vida" do escravizado, face a anulação total de suas possibilidades. E, infelizmente, a abolição do sistema escravocrata não rompeu com essa lógica, pelo contrário, sempre a reforçou de formas explícitas e implícitas. Para Fanon (2008, p. 186-187), o negro, em certos momentos, fica enclausurado no próprio corpo e, ainda que não seja possível realizar escolhas, a liberdade só nascerá, de fato, se se engajar no processo de desalienação consistente na recusa em aceitar as mazelas da atualidade como definitiva.

Os argumentos apresentados reforçam a ideia de que o racismo sofrido pela entrevistada Ipê-Amarelo, e não só por ela, foi sedimentado ao longo da história desse país, e que essa lógica de desumanização do negro para legitimar o poder de vida e morte sobre ele o rodeia o tempo todo. A máquina estatal está a serviço da classe dominante e, por isso, o risco de morte é algo cotidiano na vida das pessoas consideradas "descartáveis". Embora existam políticas públicas de Estado que visam a minorar esse risco, não o anulam, devolvendo a missão de permanecer vivo ao indivíduo.

Continuando a análise das entrevistas, Pitanga e Flor de Cacto relatam processos discriminatórios em razão do território. Pertencer à "grota quilombola" vem acompanhado de diversas características e situações preconceituosas das pessoas da sede do Município de Mirangaba-BA, dentre elas, conforme relata Flor de Cacto, situações como: "a maioria do povo dizia 'tu é do quilombo? Então tu anda descalço, tu passa fome?' porque acha que, na cabeça das pessoas, a gente passa fome a gente anda descalço…". No mesmo sentido, Pitanga pontua: "quando a gente diz que a gente é da região da grota, da região quilombola, sempre vem aquele receio. O pessoal sempre tem aquele receio". Essas respostas vieram à tona quando as entrevistadas foram interpeladas se existia alguma dificuldade em se identificar como quilombola e se já tinham sofrido algum tipo de discriminação em razão dessa identificação ou da cor da pele, em ambientes externos à comunidade, a exemplo da escola.

As entrevistadas mostram receio em se identificar como quilombolas, em virtude das consequências da afirmação. A ideia de ser quilombola no imaginário das pessoas que as

respondentes tiveram e têm acesso necessariamente passa pelo crivo da inferioridade, escassez alimentar e sujeição, ou seja, elementos constituintes da condição do negro durante a escravização e no pós-escravização como forma de manutenção do *status quo*. Então não há novidades, assim como não há uma diferenciação complexa entre pertencer à comunidade quilombola e ser negro. Entretanto, a maneira como a cor da pele, a estética negra e a adequação do corpo foram construídas no imaginário brasileiro é também representativa do tipo de relações raciais por aqui desenvolvidas.

Então, se estamos falando de construção da identidade negra ou mesmo sua (re)afirmação, é importante ressaltar que ela ocorre no espaço da casa, da rua, do trabalho, da escola, do lazer, da intimidade, ou seja, na relação entre o público e o privado (Gomes, 2020, p.35). Todos esses espaços sociais articulam-se na trajetória do sujeito e consolidam os arranjos sociais e raciais construídos e/ou (re)afirmados no território. Sendo assim, a produção de identidades tem íntima relação com o território, pois "o território é produto e produtor de identidade, não se refere apenas um ter, mas também o ser de cada grupo social" (Haesbaert, 1999, p.186). Com isso, podemos falar de uma identidade criada a partir do território.

A identidade territorial é evidentemente uma identidade social que tem no território seu ponto central e delineador do grupo. Não podemos olvidar que as relações sociais e as identidades culturais são espaciais, na medida que se realizam no ou através do espaço, mas nem toda identidade é territorial, essa última só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e apropriação cultural e política dos grupos sociais (Haesbaert, 1999, p.172). Portanto, identificar-se como pertencente a um grupo ou a uma sociedade remete-se a algum território, *a priori*: então, por conseguinte, toda adjetivação que o território receber acaba por partilhar com o indivíduo pertencente, por isso, as entrevistadas expressam a dificuldade e até constrangimento ao se identificarem como quilombolas, ante a carga valorativa recebida pelo olhar externo, "uns coitadinho" (Flor de cacto, 2024).

O exemplo representativo é o que falou a entrevistada Flor de Cacto (2024), respondendo à questão sobre se lembrava de alguma situação que causou constrangimento em razão de pertencer à comunidade quilombola:

> Entrevistada: Sim. Porque, na maioria das festas que tinha em 7 de Setembro. E aí a gente, da Grota, eles colocava descalço, de escravo, a gente, sempre da grota. Nos desfiles, não? tinha que ir pra ganhar ponto, a gente ia, quando chegava lá botavam a gente escravo, de pé descalço, e já quem era de Mirangaba, da cidade, tudo em cima dos carros, de princesa… E por que não botava uma de nós também? Aí a gente sentia, depois, quando foi passando o tempo, que a gente foi reconhecendo, disse "não, eles botam a gente no final da fila, de escravo e de índio, e as outras não, tão tudo lá na frente, a gente só para aumentar fila", aliás, eu mesmo me sentia humilhada.

O que acontece na passagem acima é o resultado das relações raciais hierárquicas de legitimidade de poder nas relações materiais entre negros e brancos, entre o centro e a periferia. Mesmo a entrevistada compreendendo que a situação é vexatória e absolutamente reprovável, não tinha mecanismos de resistência, pois a relação do momento era hierárquica: ela participava do desfile e ganhava os pontos ou não participava e arcaria com o ônus. Nesse sentido, à luz de Jessé Souza (2021, p. 54), percebe-se que a dominação social, econômica e política consiste em garantir que as ideias morais coletivamente compartilhadas permaneçam inarticuladas e inconscientes, ou seja, é possível que, ao reclamar da situação, mesmo tendo aderência de mais pessoas à ideia de "humilhação" sofrida pela entrevistada, o "poder" logo se mostraria implacável no sentido de neutralizar e até ridicularizar a demanda apresentada.

Portanto, é possível manipular a raiva do próprio oprimido contra ele mesmo, ou contra outros oprimidos e, nesse contexto, a definição de Souza (2021) é fundamental para entender como dentro dessa estrutura de hierarquização racial o negro não é uma ameaça concreta para as elites dominantes. O autor afirma que o racismo é precisamente o processo de tornar inarticulado o mundo moral compartilhado coletivamente de modo a manipular o sofrimento social para jogar os oprimidos uns contra os outros e convencer as vítimas da própria inferioridade.

Assim, a escola se constitui em mais um espaço de reprodução de violência racial contra aqueles que não se amoldam ao padrão da branquitude. Diante disso, o ingresso, a continuidade, e a finalização dos estudos em seu ciclo básico de ensino médio tornam-se um ato de persistência e resistência à opressão diariamente sofrida, "é saber que a sua presença no mundo, não é a de quem se adapta a ele, mas a de quem nele se insere, é categoricamente a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história" (Freire, 2007, p.54). E não estou aqui afirmando que as pessoas que não conseguiram concluir o ensino médio são fracassadas, mas que, de alguma forma, as que não se adaptaram encontraram outro meio de

lidar com as opressões suportadas, e, obviamente, têm, em suas desistências, razões que, de modo muito enfático, estão relacionadas ao racismo.

5.2 – Jovens mulheres quilombolas e as dificuldades de acesso ao emprego formal na comunidade

O acesso ao emprego formal tem-se tornado um grande desafio para todos, principalmente diante da automação das empresas e as constantes tecnologias que substituem a força de trabalho humana. Para os jovens, em particular, as dificuldades vêm sempre acompanhadas de falta de experiência, da alta competitividade, do conflito de gerações dentro do ambiente de trabalho e da carência na qualificação profissional (Reis, 2015). Se ampliarmos a reflexão levando em conta a vida dos jovens quilombolas, em particular das mulheres, a realidade é bem pior, porque, além da dificuldade, por serem jovens, soma-se, no rol dos obstáculos, a cor da pele, o gênero e a escolaridade e, ainda, adicionam-se as questões de identidade territorial. Aqui temos a junção interseccional de diversas identidades acionadas como mecanismos de opressões sociais: o fato de ser mulher, ser de cor, pertencer a uma comunidade quilombola, ser pobre, não ter experiência no mercado de trabalho, não ter qualificação profissional, não ter a "força física de trabalho" do homem, dentre inúmeras representações sociais colonialistas (Collins, 2019). A confluência dessas opressões põe a jovem mulher quilombola em uma clausura quase intransponível. Do universo de dezoito interlocutores na pesquisa de campo, treze são mulheres, de modo que, por elas, foram externadas diversas dificuldades e mazelas que acompanham a vida na comunidade. A grande queixa dos jovens da localidadez – com exceção de Mucunã, por não ser questionada sobre isso – é a ausência de oportunidades de trabalho nas empresas que exploram o território da comunidade. Em entrevista, informaram que são duas empresas que trabalham com extração de pedras. As entrevistadas não têm qualquer informação de como funciona a contratação de pessoal, assim como as empresas não dialogam sobre oportunidades de trabalho, bem como o impacto de suas ações para a comunidade.

A ausência de comunicação tem provocado angústia nos jovens quilombolas, que não veem alternativas senão procurar empregos fora da comunidade. Também foi possível perceber nitidamente nas entrevistas que estes jovens sentem-se expulsos da própria comunidade pela necessidade de uma vida digna. Tal situação é ainda mais grave para as mulheres que, além da falta de oportunidades, sequer conseguem sair da comunidade para trabalhar em outros lugares,

por diversos motivos, tais como ser mãe, ser pobre, não ter instrução adequada para integração no mercado de trabalho, entre outras.

Participantes das conversas propostas relataram dificuldades para as mulheres se inserirem nas empresas que atuam nas proximidades da comunidade, pois acreditam, por um lado, ser por ausência de qualificação e, por outro, por ausência de interesse. E quando conquistam alguma oportunidade, são contratadas para trabalhos braçais ou considerados femininos. Diante dos depoimentos, tem-se a notícia de que há apenas uma mulher que trabalha como faxineira numa das empresas e de uma outra que acreditam já estar trabalhando no escritório, por ser "qualificada", desta última só se tem notícias, mas não se sabe quem é.

Como dissemos, a melhor forma de compreender essas barreiras identitárias na sociedade e no mercado de trabalho é a partir do viés da interseccionalidade, pois a confluência das identidades subalternizadas pode tornar as pessoas mais vulneráveis a diversas formas de preconceito e opressão (Mombaça, 2021). Da mesma forma como somos participantes de vários grupos sociais, nossas múltiplas identidades ou identidades complexas proporcionam vivências diferenciadas desse preconceito (Collins; Bilge, 2020 p.30).

As jovens quilombolas entrevistadas talvez não tenham se dado conta de que, em nenhum momento, as empresas fizeram contato espontâneo com a comunidade ou com as autoridades municipais para expressarem suas intenções em contratações ou algum tipo de reparação pela exploração das terras. Isso não é aleatório, é basicamente o que se desenha na história do Brasil: a exploração dos bens naturais em terras de negros, sem qualquer obrigatoriedade de contrapartida, óbvia materialização das relações hierárquicas de poder racialmente determinadas, que contam com a aparente apatia e a passividade dessa população.

A tentativa de estabelecer contato com as empresas mineradoras realizada pela jovem Pitanga, enquanto membro da diretoria da associação comunitária, foi frustrada, pois as empresas, que exploram a extração de pedras dentro do território quilombola e geram grandes quantidades de resíduos, ignoraram completamente as reivindicações da comunidade. Segundo Pitanga: "Teve uma vez que a gente até tentou, a gente tentou buscar um contato, mas no primeiro instante veio, fizemos aquela reunião e tal, mas não foi para frente, não." Além de explorar os recursos naturais da comunidade sem oferecer compensações adequadas, as empresas não criam oportunidades reais de emprego, especialmente para as mulheres. Questionada se alguma mulher da comunidade foi contratada, Pitanga informou que somente

uma foi recentemente empregada, e apenas para uma função administrativa no escritório, ressaltando a exclusão das mulheres quilombolas das atividades produtivas das mineradoras, apesar dos impactos ambientais e sociais causados pela exploração.

Ao serem interpeladas se a ausência de mulheres trabalhando nas empresas seria pelo fato da recusa em contratar mulheres ou seria pela ausência de qualificação, as que responderam foram uníssonas em apontar ausência de qualificação, vejamos:

> Marcus Costa: A situação de não ter mais mulheres trabalhando, você acredita que seria a empresa que não quer contratar mulheres ou a ausência de qualificação?
>
> Dendê: Eu acredito que a ausência de qualificação.
>
> Marcus Costa: Tá, você acha que as empresas, elas se recusam, por você ser mulher? Você acha que tem uma dificuldade maior para conseguir um emprego nessas empresas, especificamente falando?
>
> Acácia: Não.
>
> Marcus Costa: Você acha que poderia estar atrelado aí, ou não, à ideia de qualificação? Assim, você ter um curso profissional para poder trabalhar?
>
> Acácia: Sim, porque pra trabalhar tem que ter curso, né? Estudo…
>
> Marcus Costa: Certo, você, enquanto mulher, acredita que já perdeu a oportunidade pelo fato de ser mulher em alguma? Ou você nunca foi tentar, mas você já ouviu falar ou ouviu o pessoal comentando, que não há oportunidade em relação a essas empresas que existem aqui na comunidade? Você sabe informar de alguma coisa?
>
> Maracujá: Não, já ouvi sobre a questão das mulheres, tanto que tem uma que trabalha, uma mulher, e outra, só.
>
> Marcus Costa: Tu sabe me dizer quantas empresas têm?
>
> Flor-de-Maracujá: Que eu sei, só duas.
>
> Marcus Costa: Eles fazem o quê?
>
> Flor-de-Maracujá: Trabalham com pedra, com negócio de pedreira, só que eu acho que eles não aceitam mulher, só se for numa parte de fazer faxina essas coisas.
>
> Marcus Costa: Não, né. Mas essa conversa que eles não aceitariam mulheres, entre aspas, tipo assim, não tenho certeza, seria alguém comentando ou funcionário de lá mesmo da empresa?
>
> Flor-de-Maracujá: Eu acho que, assim, por mais que trabalhe só homem né. E eu acho que aqui é bem difícil ter mulher que tenha feito um curso pra poder trabalhar naquela área que a pedreira precisa, né.
>
> Marcus Costa: Pra uma coisa mais especializada, né? Certo. E com relação à mulher, você já ouviu falar se tem mulher que trabalha nessa empresa?
>
> Orquídea: Não, só homem mesmo.

Marcus Costa: Mas você acredita que não tem, porque é mulher, ou porque não tem mulher capacitada para trabalhar na empresa?

Orquídea: Acho que, incapacitada, eu acho que não. Acho que é a falta mesmo de, não sei, acho que interesse da parte das mulheres, talvez pudesse ter algum, abrir para elas, mas acho que é mais falta de interesse, mesmo.

Marcus Costa: Mas essa falta de interesse seria das mulheres ou da empresa, em contratar?

Orquídea: Acho que ambas as partes.

Marcus Costa: Então, em relação a essa contratação ou não, você acredita que ela não faz, a empresa pode não fazer isso, por não ter mão-de-obra qualificada ou por ela não querer mesmo, que mulheres trabalhem lá?

Caliandra: Eu acho que por não ter mão-de-obra.

Marcus Costa: Qualificada?

Caliandra: Sim, acho que se eles trouxessem esses cursos pra gente fazer, acho que a gente, eu mesma participaria.

Marcus Costa: Existem empresas aqui, né, que trabalham com exploração de minério, você acredita que elas propõem ou deixam aberto a possibilidade de trabalho, principalmente por parte de mulheres, se você acha que há oportunidade pra mulheres?

Ipê-Amarelo: Sim, na parte da cozinha. Tem a oportunidade, porém, tem a falta de capacitação aqui. Então, acaba que a gente não tem oportunidade… Que a gente sabe cozinhar, mas a gente tem que provar que a gente sabe.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, essa cozinha que você tá falando, é a cozinha da própria empresa ou é cozinha que eles terceirizam? Assim, eles contratam alguém que faz alimentação?

Ipê-Amarelo: Terceirizada.

Marcus Costa: Certo. Mas você acredita, qual a sua opinião, sobre essa "não procura" de mulher ou contratação de mulher se daria em razão da empresa não querer ou por ausência de qualificação?

Pitanga: Eu acho que é por ausência de qualificação.

Marcus Costa: Essa situação, você atribuiria a alguma outra situação, por exemplo, o fato deles não terem mulheres trabalhando, poucas mulheres, seria em razão de não ter qualificação profissional ou porque eles realmente não teriam essa tendência de contratação de mulheres? Você consegue dar uma opinião sobre isso? Só pra saber, mesmo?

Mandacaru: Eu acho que até contrataria mulher só que não tem nenhuma capacitada, né? E também eles não oferecem curso para a gente se capacitar, para concorrer com eles, né? Eles já vêm já, os rapazes que já vem, é muito tempo de experiência, né? E eles já traz de fora. E aí não tem nem como a gente competir, e não tem oportunidade.

Marcus Costa: Mas se fosse para você, tipo assim, dar uma opinião, saber mesmo o porquê que elas não empregam, seria, qual seria o motivo, assim? Seria porque eles não querem mulheres trabalhando lá, ou porque talvez não tenha profissionais capacitados?

Flor de Cacto: Não tem capacitação, porque eles querem mais gente daqui de Santa Cruz mesmo, da região, mas só que não encontra. Tanto que na

> limpeza é Isabel, Isabel ela sempre tá na associação, e ela trabalha lá, agora tem uma menina de fora aqui, do Coqueiro, que tá trabalhando lá, no escritório, porque ela foi fez a entrevista e passou, ela fez a capacitação e passou. Mas ela já vem de muito tempo fazendo curso, essas coisas assim.

A intenção de transcrever todas as falas que responderam ao questionamento é no sentido de analisar o porquê de nenhuma mulher entrevistada ter afirmação ou constatação expressa de que a não contratação também e, quem sabe, principalmente, pelo fato de serem mulheres, negras, pobres, havendo apenas a suspeita que seja por ausência de qualificação profissional, enquanto as que estão em formação de nível superior ou as já concluintes continuam sem oferta de emprego nas empresas em questão. Acredito que, dentre outras causas possíveis, – como o receio de expressar em vídeo – que essa inarticulação de ideias seja fruto do processo de alienação colonialista que a sociedade brasileira passou no pós-abolição, sobretudo os povos negros e indígenas, bem como seus descendentes.

O que a situação acima sugere é que, primordialmente, estamos diante de discriminações de gênero e de raça, ou seja, tratamento diferenciado para homens e mulheres da comunidade no acesso às vaga de empregos, visto que a contratação de mulheres pode sugestionar uma desvantagem para o empregador, vez que alguns direitos lhes são reconhecidos por características próprias, por exemplo, a licença maternidade, por consequência lógica, possíveis faltas em razão de cuidados com os filhos. A maioria das jovens mulheres entrevistadas é constituída de mães solteiras – ou como preferem, mães solo – e isso, para determinadas empresas, pode ser considerado um entrave na hora de contratar.

Aliado ao gênero, temos a cor da pele. No Brasil, as mulheres negras historicamente têm menos acesso aos empregos formais do que as mulheres brancas. Segundo o DIEESE (2024, p.2), no quarto trimestre de 2023, as mulheres representavam a maioria dos desocupados (54,3%), das quais 35,5% eram negras e 18,9% não negras. No mesmo período, havia 2,865 milhões de mulheres negras desocupadas, o que correspondia a uma taxa de desocupação de 11,1%. Já as não negras desocupadas totalizaram 1,526 milhão, o equivalente a 7,0% de desocupação. Fica evidente que o fato de ser mulher já é uma barreira para ingresso no mercado de trabalho, agravada pelo fato de ser negra.

Kimberle Crenshaw (2004) adverte-nos que um dos grandes problemas para a identificação da discriminação interseccional é a visão de que as discriminações racial e de

gênero são independentes e que atingem pessoas diferentes. Na visão da autora, estamos diante de grupos sobrepostos, ou seja, quando sobrepomos diversos grupos que sofrem discriminações distintas, no centro se encontram as mulheres de pele mais escura, portanto, as que mais sofrem exclusões sociais, políticas e econômicas. Sendo assim, a interseccionalidade compreende não apenas as questões de gênero, mas também raça, região, classe, entre outros, assim como é capaz de compreender tais fenômenos com mais de uma forma de opressão e discriminação simultaneamente presentes.

A interseccionalidade é pensada como uma categoria analítica a partir da qual é possível tornar visível a existência ou não de desvantagens produzidas sobre as pessoas em uma sociedade desigual. Para as mulheres, as desvantagens podem ser resultantes de discriminações de raça/etnia, sexo, orientação sexual, classe social, moradia, idade, presença de deficiência, entre outras variáveis (Piscitelli, 2012, p.209). As mulheres entrevistadas, em sua maioria, autoidentificam-se como negras e afirmam-se quilombolas. A vivência do dia a dia é justamente a reprodução do que foram socializadas a fazer, exemplo, arrumar a casa, fazer o café da manhã, almoço e janta, cuidar dos filhos e marido (caso tenham) e, paralelamente, desenvolvem algum tipo de atividade que gera renda, geralmente lavoura para agricultura familiar. Ou seja, uma vida simples, sem maiores anseios, a única coisa que desejam é ter uma vida digna. Sonham em trabalhar formalmente dentro da comunidade, entretanto as empresas simplesmente não dialogam, não proporcionam oportunidades para as mulheres. As duas mulheres que as entrevistadas informaram trabalhar na empresa desenvolvem atividades tipicamente ligadas à imagem feminina: limpeza e escritório.

É evidente que se trata de uma lógica colonialista de exploração, não se precisa dialogar, só entrar no território, explorar as pessoas necessárias, pegar o que interessa e depois ir embora. Nesse raciocínio, é inequívoco que, nas relações entre o negro e o branco, as “pessoas de cor” não se libertaram – nem objetivamente, nem subjetivamente – da condição heteronômica inerente à antiga situação do “escravo”, do “liberto”, do “cria da casa” (Fernandes, 2021, p. 295). Enfim, pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo e na dinâmica de identidades viajantes, contingentes, fluidas, a cor da pele não se desarticula da identidade preta (Akotirene, 2020, p.37), por isso, ignorar a existência de uma demanda feminina quilombola é um comportamento coerente com essa lógica opressora.

A estratégia utilizada pelas empresas, de omissão total, além de demonstrar a indiferença com questões da comunidade quilombola, tem outra consequência que é a produção, talvez inconsciente, de informações intrapessoal e interpessoal, como justificativas de não contratações. Aqui estou me referindo à ideia propagada na comunidade de que a não inserção de mulheres nas empresas se daria em razão da não qualificação profissional, conforme exposto pelas entrevistas.

Desse modo, a "informação" é fundamentada em uma "desinformação", ou seja, na falta de uma justificativa expressa por parte das empresas, os membros da comunidade supõem que a ausência de qualificação técnica seja o embaraço na contratação de mulheres quilombolas, gerando certo conforto a essa condição, quando não deveria. Até porque tem pessoas qualificadas e, mesmo assim, não conseguem acesso às vagas de trabalho. Por exemplo, Maracujá afirma ter uma qualificação, "eu tenho uma qualificação. No momento eu voltei a estudar, então se tivesse oportunidade de trabalhar...", e, apesar disso, não consegue ser inserida no mercado de trabalho local, em especial nas empresas localizadas na comunidade. Nesse aspecto, toda experiência, sobretudo quando infrutífera, deve ser encarada em sua realidade e aproveitada para a reelaboração de um novo real; deve-se levar em conta as suas falhas, seus fracassos, seus vícios, a formação familiar, escalonamento social e as estruturas de manutenção de poder (Fanon, 2008, p.58).

É compreensível a dificuldade de aceitação da realidade, principalmente essa que introjetou, inclusive inconscientemente, em pessoas negras uma condição de inferioridade, dependência e servilismo, por ser uma construção história que minou o sujeito e o quebrou por dentro (Mbembe, 2014). É no corpo negro que se inscreve a dor e a marca do excesso e, como não é possível ao homem e à mulher sair da própria pele, é necessário desenvolver habilidades para lidar com essa "herança". Embora seja difícil delinear a superação de inferioridade do negro ou a possibilidade de expulsar de sua vida o caráter compulsório, face a existência de uma exasperação afetiva, uma repulsa em se sentir pequeno e uma incapacidade de qualquer adequação, que o confina em um isolamento intolerável (Fanon, 2008, p.59), é preciso movimentar-se pela transformação das condições existenciais.

A mulher negra, quilombola, pobre, rural, "semi-alfabetizada", mãe, do lar, reúne todas as condições para nunca participar em condições iguais na sociedade competitiva engendrada pelas relações raciais hierárquicas e legitimadas pelas relações de poder historicamente

consolidadas (Gonzalez, 2020). As desigualdades forjadas só se mantêm até que uma tomada de consciência de si e de seu papel no mundo possa provocar o encorajamento necessário à ruptura desse círculo de opressões e, com isso, tratar de reconstruir as bases sociopolíticas, rejeitando radicalmente o que está posto, fazendo surgir, além do respeito às suas particularidades, um ambiente propício ao pleno desenvolvimento de suas capacidades e interesses coletivos (Hooks, 2015).

Isto posto, a pesquisa evidenciou que as jovens mulheres quilombolas de Santa Cruz do Coqueiro almejam ingressar no mercado formal de trabalho, sem precisar sair de sua comunidade, entretanto o silêncio das empresas em não realizar contratação de mulheres para seus serviços – ou, quando ocorre, apenas uma minoria, e para funções consideradas desprestigiadas ou enclausuradoras – é uma mensagem evidente de discriminação de gênero que se associa a outros marcadores como raça/etnia, o fato de serem mães, de terem escolaridade precária, da região onde moram, da idade, entre outros, ou seja, múltiplos fatores agindo simultaneamente para gerar a exclusão social.

5.3 – Atuação da Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz na promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional ou garantidores de renda

A Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz (AQPPSC) está situada no território quilombola de Santa Cruz do Coqueiro no município de Mirangaba, Bahia, inscrita no CNPJ 35.340.888/0001-96, foi fundada no dia 19 de junho de 2019, conforme disposto no trecho a seguir da Ata de Fundação (ANEXO X), registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas da Comarca de Jacobina, Bahia em 16/08/2019.

> Aos dezenove dias do mês de junho de 2019, nesta cidade de Mirangaba-BA, no povoado de Santa Cruz, Snº, às 14:00 horas, reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença, com o fim de fundarem a Associação Quilombola de Produtores e Produtoras de Santa Cruz – AQPPSC. (Associação Quilombola de Produtores e Produtoras de Santa Cruz, 2019, p.1)

De acordo com a Lei nº 10.406/2002, que institui o Código Civil, em seus artigos 45 e 53, as associações são pessoas jurídicas constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Trata-se de um direito fundamental previsto na Constituição Federal, em seu art. 5º, e tem sua existência legal a partir da inscrição do ato constitutivo da associação nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A associação congrega serviços, atividades e conhecimentos objetivando a consecução de determinado fim. Pode congregar finalidades de assistência social, cultural, representação política, defesa de interesses de grupos, e filantropia; a ideia é reunir pessoas com interesses comuns (Sebrae, 2022).

A atual Associação foi pensada, defendida e fundada por mulheres da comunidade quilombola, com a participação de apenas um homem. A primeira associação foi fundada por Marilene Ferreira e Abilino Marcolino, informações passadas oralmente pela atual presidente, Gilmara Pereira da Cruz Oliveira. Com as mudanças periódicas da presidência e os membros da mesa diretora, a última gestão não conseguiu realizar uma regular administração, com atrasos nos registros de atas e outras burocracias, houve má gestão de recurso alocado, tornando-se inadimplente e, com o tempo, inapta. Portanto, a comunidade passou um período sem ter associação regular, mas as mulheres sempre se reuniam para tratar das demandas da comunidade: foi dessas reuniões que surgiu a nova associação.

Diante do exposto, é importante destacar que as mulheres são as mais ativas dentro da comunidade e da Associação e são as protagonistas no desenvolvimento interno, com trabalhos de subsistência, cuidado doméstico e participação ativa nas demandas que envolvem seus interesses, como relatado na pesquisa de campo. Nesse sentido, a atuação feminina dentro das comunidades reforça a transmissão cultural e reafirmação da identidade quilombola (Oliveira, 2017).

A estrutura patriarcal em que está calcada nossa sociedade entrelaçada com o sistema capitalista exclui as mulheres do protagonismo de vários processos, sendo nítida a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico a elas, como também o cuidado dos filhos e as demais atividades do âmbito privado, excluindo-as do espaço público e político, como os lugares de representatividade, fala e luta por políticas públicas (Saffioti, 2015). Em diversas ocasiões, o papel social da mulher sofre desvalorização em relação às atividades desempenhadas por homens em espaços públicos, ocorrendo a discriminação de gênero que,

interseccionada com outras limitações, geram um peso extremamente desproporcional para a mulher.

A atuação política em defesa do território e dos interesses da comunidade de Santa Cruz do Coqueiro tem sido realizada majoritariamente por mulheres, bem como a transmissão de memória e cultura dos que nasceram, trabalham e vivem até hoje. Atuam fortemente em reuniões, falas, manifestações e iniciativas para garantir suas participações. Entretanto, em se tratando desse protagonismo, não podemos esquecer que as diversas dificuldades encontradas por essas mulheres advêm do fato do entrelaçamento de diversas discriminações que se tornam indissociáveis como raça, classe, idade, religião, grau de instrução, entre outros marcadores.

Essa sociedade estamental, que constantemente exclui todos que não são considerados como de "valor social", provocou um desabafo em Lélia Gonzalez (1982, p. 3), ao denunciar a ausência de reconhecimento da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do indígena na formação histórica e cultural desse país, bem como a ridicularização que se faz da imagem dessas pessoas, tendo como resultado a sensação de que só os homens – brancos, social e economicamente privilegiados – foram os únicos a construir o Brasil. E aqui ela denomina de tríplice mentira de sexismo, racismo e elitismo.

Rompendo com as relações materiais de poder, as mulheres estão na dianteira de defesa da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro; desde a fundação, assumiram a presidência e travam diariamente enfrentamentos necessários para que sua comunidade não seja inferiorizada, esquecida e até mesmo negligenciada. As jovens quilombolas com idade entre dezoito e vinte e nove anos de idade, público alvo da pesquisa, de alguma forma participam das movimentações que ocorrem na associação, são bem enfáticas no sentido de afirmar que já participaram ou estão participando de algum evento, curso ou acolhimento pela associação. Para elas, participar desse agrupamento não significa necessariamente estar inscrita, mas usufruir do que a instituição oferece: nas falas, esta vertente ficou evidenciada.

Todos os entrevistados foram uníssonos em afirmar que participam, em alguma medida, das ações da Associação, mas nem todos são inscritos nela, ou seja, dos dezoito, apenas sete não são formalmente associados. As participações variam entre palestras e cursos, além das reuniões ordinárias. Por exemplo, Mucunã, entrevistada, participou de palestra sobre meio ambiente, crimes ambientais mais presentes na região e suas penas:

> A última que eu vi, tratou de… Veio um policial, explicar o preço das multas que as pessoas tomavam e quais eram as coisas, assim, que a gente podia denunciar se a gente presenciasse, como "tocação" de fogo, maltrato aos animais…

Essa iniciativa foi importante, pois não só na comunidade, mas na região, o período do verão foi muito complicado já que diversas queimadas ameaçaram a extinção de várias espécies da fauna e da flora. Logo, a Associação tem uma função importante na difusão de saberes e é importante agência de mobilização social da comunidade. Isso significa que, a partir dessa instituição, há o fortalecimento coletivo através de um movimento interno que reafirma a identidade e o modo de viver das pessoas que fazem parte daquela realidade.

Há uma queixa muito específica dos jovens quilombolas de Santa Cruz do Coqueiro que é a falta de cursos profissionalizantes ofertados pelo Poder Público, ou a associação, em que pese os esforços desta no sentido de promover qualificação e promoção da produção local. Diversas foram as falas nesse sentido e é de Mandacaru uma delas: "eu acho que seria legal, que nem hoje em dia as escolas com o tempo integral pegar um pouco desse tempo integral e qualificar os jovens. Quando terminar seus estudos, já ter uma qualificação para o mercado". Aqui, ela se refere ao mínimo necessário para ter acesso a um trabalho digno, de preferência dentro da comunidade. Desse modo, a necessidade da garantia de renda e, também, do aperfeiçoamento profissional para as comunidades quilombolas tem a ver com transformação da estrutura histórica de repressão que, por séculos, impediu que esses grupos vivenciassem a inserção digna no mercado de trabalho (Nascimento, 1984).

Outro fato importante e que deve ser considerado é que os jovens quilombolas querem ter acesso a conhecimentos e oportunidades de trabalho diferentes do que é tradicionalmente desenvolvido na comunidade – economia de subsistência. Talvez isso seja sintomático da busca pelo novo ou pela mudança, ou seja, também há a realidade difícil que enfrentaram durante a vida em razão desse modelo. Nesse sentido, os cursos ofertados pela Associação não são atrativos para todos os jovens, visto que, na visão deles, são para pessoas mais idosas, embora nem todos concordem com isso, as que discordam:

> Dendê: Então, assim, a associação age com parceria entre muitas pessoas aí fora, mas o que que acontece, não são cursos que dá para envolver os jovens, mas são mais cursos que envolvam as mulheres, então assim é mais mulheres que vão, as mulheres que participam, artesanato, essas questões todas, para que elas possam aprender, né? E daqui a pouco ter sua própria renda e dar continuidade, mas não é algo que, os jovens, eles têm aquele interesse, entendeu? E de tá participando, de tá lá, nessa questão não. Só mais é questão de mulheres, assim, em uma idade mais avançada.
>
> Flor de Cacto: Nem tanto, porque às vezes é umas atividades que não é muito pro mundo dos jovens. Sabe, às vezes é uma coisa que a gente não tem muito interesse. Então a gente nem vai, os jovens nem participam.
>
> Palmeira: Eu creio que seja com menos pessoas, viu? Geralmente a parte do artesanato fica para o público feminino e mais idade também. Acho que os jovens não se interessam muito…

Os jovens que acreditam que o curso é uma oportunidade de gerar conhecimento e renda participam das oficinas e revelam muita satisfação em relação ao vivenciado, conforme demonstram os relatos:

> Mandacaru: Olha, os cursos que tem pela associação, é mais assim, para jovem, que nem agora a gente tá participando de um curso que veio, para reutilizar as farda do policial, que não pode, né? Que não pode jogar fora, e aí eles trouxeram para a gente fazer colcha, bolsa, boneca… E essa semana já começou os trabalhos.
>
> Jatobá: Os jovens fica mais acuado, mais de fora, por conta que, eu acho que eles acham que os projetos que traz não ajuda muito, mas eles estão equivocados, porque eles têm uma mente fechada ainda: "ah, a associação, pode trazer o quê de bom?", "Ah, não é um curso que vai me agradar, não é alguma coisa que vai me agradar"... Mas conhecimento nunca é demais.

É compreensível a insatisfação dos jovens em relação aos cursos ofertados pela associação, pois todos eles vêm sob a tarja de artesanato, que leva a pensar em algo que complementa a renda e não é fonte principal, além de não ser algo atraente em termos de investimento de tempo na visão dos membros do grupo. Sabemos que a ideia é empoderar, principalmente mulheres, por meio da arte: essa ação tem sido muito relevante dentro da comunidade, mas acredito que precisamos ir além, já que o empoderamento é um processo e não um fim sem si mesmo (Berth, 2020, p.71). É necessário minar a potência do paternalismo (heterossexual, branco, cisgênero), alterar a distribuição da ocupação dos espaços de poder e de decisão e promover a inclusão de jovens quilombolas – mulheres negras e homens negros.

Empoderar não é um processo fácil e rápido, pelo contrário, é um movimento interno que sofre influência externa, ou seja, os agentes de mudanças externas podem ser catalizadores essenciais nesse processo. Nesse sentido, quando há capacitação de pessoas, seja pelo Estado, por instituições privadas, a exemplo da associação, elas se fortalecem e empoderam a si próprias, isto é, não é quem promove o curso que as empoderam. Portanto, o que essas iniciativas podem fazer é gerar um ambiente favorável ou mesmo agir como uma barreira ao processo de empoderamento (Berth, 2020, p.73).

Desse modo, a associação quilombola de Santa Cruz do Coqueiro tem realizado importante papel na interlocução com o Poder Público, sempre cobrando investimentos para a comunidade e realizando parcerias para realização de diversos cursos, ainda que não seja o esperado pelos jovens da comunidade, que sabem da realidade e das dificuldades enfrentadas pela instituição. De qualquer forma, a busca pelo empoderamento tem sido uma constante na luta coletiva da comunidade; durante a coleta de dados, tal fato foi notório. Cada um a seu modo, mas em solidariedade com os demais, tenta construir um espaço plural, inclusivo e de resistência às opressões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que resultou nesta dissertação teve como objetivo principal investigar os processos de construção e (re)afirmação da identidade étnico-racial entre os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro em Mirangaba-BA. Nessa perspectiva, realizamos as análises dos elementos que compõem a construção dessa identidade, principalmente o sentimento de pertencimento, com ênfase sobre os aspectos socioculturais e econômicos da vida dos indivíduos.

Seguimos na busca por entender a dialética entre a formação da identidade e o sujeito, deparamo-nos com uma espécie de cisão entre identidades que, *a priori*, poderiam ser encaradas em conjunto ou fundidas, contudo, para os jovens da comunidade, são distintas, podendo até se encontrar em algum momento, mas não se confundem.

A coexistência das identidades racial e quilombola, assim como os conflitos e os apagamentos que por vezes emergem entre elas, refletem a condição de nossa modernidade tardia. Nessa fase, as sociedades são marcadas por mudanças constantes, rápidas e contínuas, permitindo que múltiplas identidades sejam adotadas simultaneamente, sem que, necessariamente, apresentem-se como contraditórias. É o que Bauman (2005) chama de "identidades em movimento", por sua vez, uma maneira reflexiva da vida, pois "as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter" (Giddens, 1991, p.39). Por isso, a concepção de identidade precisou ser revista epistemologicamente, abandonando a ideia de fixação, permanência, estabilidade e unidade, para incluir aquilo que ela deixava de fora, a diferença. Nessa nova perspectiva, despontou uma identidade mais fluída, que tanto é desestabilizadora quanto desestabilizante, ou seja, cindida nos próprios fundamentos e alojada na contingência, sendo resultado da intersecção de diversos elementos, como discursos políticos, culturais, práticas sociais e histórias particulares. Assim, existe uma interdependência entre identidade e diferença, que imprime na identidade seu caráter fragmentário, incerto e negociável, com isso define sua temporalidade.

Na contemporaneidade, a identidade se tornou "descentrada", não existe mais um padrão fixo ao qual podemos nos apegar, pelo contrário, fluida por natureza, ela escapa aos fechamentos e, por isso, estará sempre aberta. Nesse sentido, não ficamos engessados para

apenas utilizar a identidade nos padrões que se propõe, há uma dialética questionadora que movimenta e constantemente a põe em questão. Segundo Hall (2014), aqueles que reivindicam a identidade não se limitam a ser posicionados por ela, seriam suscetíveis de posicionar a si próprios e de reconstruírem e transformarem as identidades históricas, herdadas supostamente por um passado comum, assim, somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e lugares, de acordo com os papéis sociais que necessitamos representar. Por isso, conjunturas sociais diversificadas produzem diferentes significações para o sujeito envolvido.

Então, para os jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, a identificação ocorre de acordo com o espaço e o momento, quando chamados à visibilidade a identidade que melhor atenda aos seus interesses e que lhes garanta proteção será a que vai aparecer, e não há nenhum problema nessa escolha, pois a luta para a afirmação de diferentes identidades tem causas e consequências materiais importantes. Esse é o caso da identidade racial negra que, ao ser assumida, torna o sujeito passível de sofrer racismo, agressão física e tantas outras violências próprias da estigmatização das pessoas de cor. A identidade quilombola, por outro lado, confere a condição de excluído socialmente e de escassez no território por parte do centro urbano do Município de Mirangaba-BA, o que provoca diversos episódios de discriminação e racismo.

Na vivência das identidades, observa-se uma intersecção com questões de gênero, evidenciada pela dificuldade das mulheres em acessar o mercado de trabalho formal na comunidade, marcada pela presença de apenas duas empresas no território. Nesse contexto, as mulheres acabam criando ou internalizando justificativas que neutralizam qualquer ação contra essas empresas, baseando-se na ideia de que a qualificação profissional seria um requisito para atuar nelas.

O que nos chama atenção é que não há qualquer justificativa formal ou até mesmo informal direta para comunidade, em que pese as tentativas de contato dos membros da Associação para mediar as possibilidades. O silêncio, que diz mais que as palavras que poderiam ser ditas, é perturbador para as jovens mulheres quilombolas que anseiam um trabalho remunerado adequadamente e que proporcione qualidade de vida para suas famílias. Esse impasse é representativo das relações raciais e de gênero operantes na comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, uma vez que, conforme constatado em campo, as mulheres dessa comunidade são empoderadas, tomam iniciativas em praticamente todos os eventos ocorridos,

então por que não seriam capazes de trabalhar em uma empresa? Se o motivo é a suposta falta de qualificação profissional, por que as jovens com nível superior concluído ou em formação não têm oportunidade nem de estágio? Assim, são questionamentos que provocam uma conclusão óbvia: as discriminações de raça e gênero formam barreiras que impedem o acesso das jovens mulheres quilombolas a esse mercado de trabalho.

A presente investigação logrou êxito ao conseguir atingir os objetivos propostos no projeto de pesquisa e com isso, responder à pergunta principal sobre os processos de construção e afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro, que se tornaram demonstrados pela autoidentificação, as festividades, a religiosidade, a participação na Associação – AQPPSC, a economia comunitária e outras práticas culturais e sociais desenvolvidas pela coletividade. Além disso, ficaram evidentes as consequências diretas – discriminação, racismo, opressão, negação, silenciamento – e indiretas – desenvolvimento de relações afetivas e o não direito à “fragilidade” – dessa condição que, embora não seja estática intracomunidade, é marcada externamente como algo fixado.

No campo político, a afirmação de uma identidade torna-se não apenas uma escolha, mas uma necessidade estratégica. Walter Mignolo (2008), ao discutir a "desobediência epistêmica", destaca que o reconhecimento das identidades não deve ser visto como essencialista, mas como uma ferramenta contingente para resistir e enfrentar as estruturas de poder estabelecidas. Nesse sentido, a identidade quilombola e a identidade racial negra, longe de serem categorias fixas ou naturais, são assumidas pelos jovens da Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro como um ato político. Essa afirmação é necessária para reivindicar direitos, visibilidade e reconhecimento em um contexto de opressão e exclusão, mesmo que tais identidades sejam fluídas e multifacetadas.

Judith Butler (2003) também contribui para essa compreensão ao sugerir que as identidades são performativas e que seu caráter provisório não diminui sua eficácia política. De fato, para esses jovens, assumir uma identidade em momentos específicos pode ser uma forma de enfrentar as pressões raciais e de gênero impostas pela sociedade. A identidade em política, então, não busca essencializar ou fixar as identidades, mas utilizá-las como instrumentos de luta contra a marginalização e a opressão. Portanto, essa estratégia de "identidade provisória" é vital para que grupos historicamente subalternizados possam articular suas demandas no campo político sem se submeter a categorizações rígidas.

O trabalho desenvolvido é importante para a sociedade, pois apresenta mais um grupo étnico com suas peculiaridades que provoca uma reflexão crucial sobre as hierarquias raciais estruturadas no sistema de desigualdades. Pensar sobre uma modernidade que produziu e produz disparidades socioeconômicas e de sobrevivência baseada na cor da pele é, necessariamente, denunciar de que lugar se pensa e o que se prospecta para gerar novas práticas sociais que rompam com essa lógica colonial que silencia e deixa que as estruturas se reproduzam ainda mais. Além disso, debruçar-se sobre essas questões é uma tentativa de impedir que o caos do passado e do presente se perpetue nos desastres que os diversos campos – político, social, religioso, econômico – possam patrocinar.

Para o campo dos Direitos Humanos, a existência de identidades fluidas, fragmentadas, e, de certo modo, prescindíveis tem um primeiro entrave, já que essa maleabilidade é uma barreira importante para uma instituição que se pretende fixa e fixante de parâmetros. Temos, invariavelmente, que toda tentativa de tutela específica fixante não dará conta das identidades em disputas, porque a todo esforço de definição, marcação, ou controle a identidade escapa. Também não podemos olvidar que os direitos humanos foram e são estruturados por hierarquias que alimentam as desigualdades que se operam na sociedade, essa é uma crítica contundente, pois pensar em emancipação a partir de um sistema que acaba por legitimar os estamentos não nos é possível. Enquanto a lógica da colonialidade não for rompida em todos as práticas sociais, educacionais, políticas, jurídicas e econômicas não nos é possível esperançar. Assim, retorna ao sujeito negro, quilombola, dissidente, excluído, inferiorizado, subalternizado o dever de lutar, como nos diz Conceição Evaristo (2017, p.54), é preciso ir lá, no fundo do poço, pôr o dedo na ferida e fazer sangrar. É preciso que a ferida sangre o sangue mau, apodrecido, para que seja possível nos livrarmos dessa “condenação” ao não lugar, e então trilhar novos caminhos possíveis.

Os conflitos internos e externos decorrentes das lacunas abertas pelo surgimento de múltiplas identidades e as intersecções com outros marcadores sociais deixam o caminho aberto para realização de novos estudos com diferentes recortes, como a educação continuada e a qualificação profissional dos jovens quilombolas, bem como foco específico nas relações de gênero e a inserção no mercado formal de trabalho impossibilitado pelas empresas presentes na comunidade. Ainda é válido pensar sobre os impactos da migração em busca de trabalho em outros Municípios e Estados. Outra abordagem interessante e importante seria sobre a ancestralidade negra da comunidade, a qual, dada à escassez de material, não foi possível

abordar neste trabalho. Outra ideia é pensar a Associação da comunidade como articuladora dos processos de construção e afirmação de identidades e como fonte de economia comunitária.

Assim, acredito que o presente trabalho conseguiu explorar e analisar questões importantes na construção e afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da comunidade quilombola de Santa Cruz do Coqueiro e perceber que, embora cada indivíduo cuide de sua própria vida, ao mesmo tempo cuida da vida dos outros. A ação coletiva que move as vivências comunitárias dá significados diferenciados às experiências do fazer coletivo, terminam tendo consciência de que, se não cuidam da sua própria gente, o outro – externo – pode solapar sua dignidade. Nesse sentido, a contribuição principal para a comunidade das discussões traçadas no texto é a constatação da necessidade de mais informação sobre as aproximações e distanciamento entre as identidades sustentadas entre os indivíduos e o enfrentamento coletivo de situações que evidenciam barreiras que interseccionam gênero e raça, aprofundando o quadro da desigualdade entre homens e mulheres.

7. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias: da emergência à remanência**. Manaus: Editora Valer, 2002.

ALMEIDA, Ana Maria, et al. **A formação da identidade: uma perspectiva multidimensional.** São Paulo: Editora Moderna, 2013.

ALMEIDA, Ana Paula; BANDONI, Beatriz Bandoni; CHAVES, Lucimara Werneck; CAMARGO, Maiara Fernanda Amaral; FERREIRA, Rosangela Aparecida; KAULFUSS, Marco Aurélio. A construção da Identidade. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**. 2º ed.. 2013. Disponível em: https://fait.revista.inf.br/site/e/servico-social-2-edicao-maio-de-2013.html. Acesso em: 16 jan 2024.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 a 2012. **Informação & Sociedade**: Est., João Pessoa, v.22, n.esp, p.79-100, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13678/8211. Acesso em: 06 jul. 2024.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2002.

AMORIM, Marilia. **O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa, 2001.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo.** Traduzido por José Marcos Mariani, São Paulo: Editora Livraria Francisco Alves, 1993.

Associação Quilombola de Produtores e Produtoras de Santa Cruz – AQPPSC**. Ata de fundação**. 2019.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

BAHIA. SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura da Bahia. **Cavalgadas e Vaquejadas da Bahia: Calendário 2014**. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/calendario_cavalgada_2014.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.

BASTOS, Cleverson leite. KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BAUER, Martin W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e Poder nas Organizações Empresariais e no Poder Público**. São Paulo: Corta Margem, 2002.

BERTH, Joice **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BHABHA, Homi K. **A Localidade da Cultura**. Trad. Maria Helena T. P. de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. UFMG, 2012.

BIRMAN, Joel. **Sujeito, singularidade e interpretação em psicanálise**. Física. 1(2):126–42, ano 1991. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73311991000200007. Acesso em: 01 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Ed. 34, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890**. Regularisa o serviço da introducção e localisação de immigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1424 Vol. 1 fasc.VI. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945**. Dispõe sôbre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 16 jan 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALHEIROS, Felipe Peres,& STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. ***Revista Katálysis***, *13*(1), 133–139, ano 2010. https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/GhqFYFrwN6TyWHNPxTLGgcs/?lang=pt. Acesso em: 29 jan 2024.

CARDOSO, F. H., FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. In: **Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP**, v.20, n.43, p.98-111, Monte Carmelo, MG, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347. Acesso em: 07 jul 2024.

CARNEIRO, Sueli**. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Saber, Consciência e a Política do Empoderamento**. Tradução de Heloísa Toller Gomes. São Paulo: Contexto, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: uma re-visão crítica**. Editora Boitempo, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill; Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. – São Paulo: Boitempo,2020.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Cláudia de Lima. **A Resistência e a Formação da Identidade Negra no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/IntersecionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 jun. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Tradução de Carol Correia. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/. Acesso em: 30 jun. 2024.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **A metodologia científica das ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes**. Ano 2024. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024/index.html?page=2. Acesso em: 16 jun 2024.

DIANGELO, Robin. **Fragilidade Branca - Porque é tão difícil para os brancos falar sobre racismo**. Tradução Rita Canas Mendes, Edita_X, 2020.

DIOP, Cheikh Anta. **Unité culturelle de I'Afrique noire**, Paris: Présence Africaine, 1959.

ERIKSON, E. H.. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ERIKSON, Erik H. **Identidade: juventude e crise**. Tradução de Lúcia de Andrade, São Paulo: Editora Zahar, 1983.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Palhas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. São Paulo: Malê, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água: Crônicas**. Belo Horizonte: Dicionário da Literatura Brasileira, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. tradução de Renato da Silveira - Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina.** "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro". São Paulo, 10 a 13/09/2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_deivison_GI.pdf. Acesso em: 23 jun 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. - São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES. Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2.ed. revista. São Paulo: Global, 2007.

FERRARI, Caroline Girardi, Siqueira, Maity. **Água mole em pedra dura tanto bate até que fura: uma comparação entre a compreensão de provérbios por crianças e adultos**. DELTA [Internet]. 2020;36(2):2020360204. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-460X2020360204. Aceesso em: 12 jun 2024.

FONTANELLA, Bruno J.B.; Ricas, Janete; Turato, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**.TraduçãodeLaura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIDDENS, Anthony. (1991). **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Edson de Almeida, São Paulo: Editora Globo, 1991.

GOBINEAU, Arthur de. **Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas**. Tradução de José A. E. de M. Andrade. São Paulo: Editora 34, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GOMES, Flavio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, 5(1), 66–78, ano 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31930/18982. Acesso em: 28 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino**. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOMES, Nima Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38–47, 2002. DOI: 10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702. Acesso em: 4 jul. 2024.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES, Alex Ratts, OLIVEIRA, João Carlos Rodrigues. **O Movimento Quilombola e a Luta pela Terra: Cultura e Resistência nas Comunidades Negras Rurais**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **A Construção da Identidade Negra: O Papel da Educação na Formação do Negro no Brasil**. São Paulo: Moinhos, 1987.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra e a luta por autonomia**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **De Palmares às escolas de samba, estamos aí. Mulherio**. São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Salvador: Edufba, 1987.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Analise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso**. Cascais: Princípia, 2006.

HAESBAERT, Roberto. Identidades territoriais. In: ROZENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

HASENBALG, Carlos Alfredo**. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**. v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005. Acesso em: 30 jun. 2024.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **A Resistência: uma história do Brasil e do Negro**. São Paulo: Editora 34, 2008.

HOOKS, bell. **Todos deveriam ser feministas**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/mirangaba.html?. Acesso em: 13 fev 2023.

IBGE. **Cor ou Raça**. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html. Acesso: 26 jun 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. **Educação 2019**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736. Acesso em: 11 jul. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó. Rio de Janeiro, 2019.

LACAN, Jacques. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1977.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out., 1986. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7550572/mod_resource/content/1/Ernesto%20Laclau.pdf. Acesso em: 26 jun 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. UFSC. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9951>. Acesso em: 16 jan 2024.

LIMA, Karen Fonseca de. Interseccionalidade E Consubstancialidade: descolonizando as perspectivas. In: **Reunião Brasileira De Antropologia**, 32., 2020, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 2020. Disponível em:

https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=120. Acesso em: 30 jun. 2024.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: Uma reflexão teórico-metodológica. **Revista Fórum Identidades**. Ano 2, vol. 3, jan-jun de 2008, p. 33-46. Disponível em:< chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/LIMA-%20Maria%20Batista.%20Identidade%20EtnicoRacial%20no%20Brasil%20uma%20reflexao%20teorico-metodologica..pdf. Acesso em: 06 out 2023.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. São Paulo: Ática, 2010.

LUGONES, María. Colonialidad y Género: Hacia un feminismo descolonial. In: Walter Mignolo (org). **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, pp. 13-54, 2008.

MACHADO, Ana Maria de Almeida. **Racismo e Colonialidade: Saberes e Práticas de Combate ao Racismo na Educação**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D.. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF*, n.34, p. 287-324, Dossiê: Pensamento Decolonial, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição, São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Comunidade negra rural de coqueiros: trajetória, identidade e cultura**. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1519412037_ARQUIVO_ArtigoCarmeliaHistoriaoral.pdf. Acesso em: 13 fev 2023.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Comunidade negra rural de coqueiros: trajetória, identidade e cultura**. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1519412037_ARQUIVO_ArtigoCarmeliaHistoriaoral.pdf. Acesso em: 13 fev 2023.

MOMBAÇA, Jota. **Não Vão Nos Matar Agora**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MORRISON, Toni. **A Senda do Sopro: a experiência do negro na literatura norte-americana.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOURA DE CASTILHO, Cláudio Jorge. Territórios violados, resistências e massacres de povos e pobres na história do brasil – mas a luta continua… **Boletim Goiano de Geografia, Goiânia**, v. 40, n. 01, p. 1–25, 2020. DOI: 10.5216/bgg.v40i01.60739. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/60739. Acesso em: 16 jan. 2024.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. – São Paulo: Perspectivas, 2019.

MUNANGA, Kabengele**. A Formação da Identidade Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4.ed. 2. Reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro; Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiaspórica, Ano 3, nº 6-7, p. 41-49, 1985.

NASCIMENTO, José Ítalo dos Santos. "Pega a dente de cachorro": mulheres indígenas no Ceará colonial, início do século XVIII. **Revista Em Favor De Igualdade Racial**, 6(2), 120–130, ano 2023. Disponível em: https://doi.org/10.29327/269579.6.2-10. Acesso em: 30 jun 2024.

NASCIMENTO, Sueli. **O que é o Feminismo Negro?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

NYERERE, Julius Kambarage. **Speech to the Congress. The Black Scholar**. V.5, nº 10, jul.-ago. 1974.

OLIVEIRA, Emília Joana Viana de. **Mulheres Quilombolas na Luta por Políticas Públicas: uma reflexão a partir do Quilombo Rio dos Macacos-BA**. Seminário Internacional "Fazendo Gênero 11 e 13th. Florianópolis, 2017.

PEREIRA, Mariana. **Família e formação da identidade.** In: *Psicologia, saúde e sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Nas Fronteiras do Natural: gênero e parentesco. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 305, jan. 1998. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12010/11296>. Acesso em: 30 jun. 2024.

PRICE, Richard. **Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas**. New York: Anchor Press, 1979.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Ed. Edgardo Lander. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. **Rebeldes do Escravismo: A resistência negra no Brasil**. Companhia das Letras, 1986.

REIS, Maurício. Uma Análise da Transição dos Jovens Para o Primeiro Emprego no Brasil. **Revista Brasileira De Economia**. Jan/2015; 69(1):125–43. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbe/a/gcwRBsh6GLqz9LWzx8SQdsq/#. Acesso em: 15 jun 2024.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. FRANTZ FANON E A ALIENAÇÃO DO NEGRO E DO BRANCO NO SISTEMA COLONIAL. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 9(21), 08–19, ano 2017. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/223/239. Acesso em: 23 jun 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo de feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, João Carlos B.. **O mito da democracia racial**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ROSA, Lúcia**. Identidade e subjetividade: construção na infância.** In: *Psicologia e Educação: Interfaces e Conexões*. São Paulo: Editora Papirus, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALOMÃO, Fausy Vieira; CASTRO, Cristina Veloso de. A identidade quilombola: Territorialidade étnica e proteção jurídica. **Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito PPGDir./UFRGS**, 13 (1), 2018, 236-255. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2317-8558.73034. Acesso em: 16 jan 2024.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Juana Elbein dos. A percepção ideológica dos fenômenos religiosos: sistema nagô no Brasil, negritude versus sincretismo. In: **Revista de Cultura Vozes**. São Paulo, n. 7, v. 71, p. 23-34, set. 1977.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena, AZNAR-FARIAS, Maria, & SILVARES, Edwiges Ferreira De Mattos. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos De Psicologia** (natal), 8(1), 107–115, ano 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100012>. Acesso em 04 out 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B.. Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no brasil colonial. **Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE-USP. V.17, n. esp., 1987, pp. 61-88. Disponível em:< https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157408/152768. Acesso em: 06 out 2023.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **O corpo como documento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SEBRAE. **Associação é estratégia de fortalecimento. 2022**. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/associacao-e-estrategia-de-fortalecimento,10e5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em: 18 jun 2024.

SILVA, Érica A. C. A. da. **O que é Racismo Ambiental?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

SILVA, Jesiâne Lopes da. **Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Coqueiro e seus processos educativos na construção da identidade territorial quilombola (Mirangaba-Bahia)**. Dissertação, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/975fc3dd-ca6c-460b-8bc8-35a354e5cb94/contente. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, Mariah Rafaela. Devir selvagem: a arte do grito (ou do grito na arte). **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro. v.3. n.1. 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/39916/29689. Acesso em: 27 jun 2024.

SILVA, Sandro José da. À sombra da nação: a imaginação do direito étnico no contexto capixaba. In: Osvaldo Martins de Oliveira (ORG.) (Brasil). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. 1. ed. aum. Rio de Janeiro: Abant,

2016. 352 p. v. 1. Disponível em: https://www.aba.abant.org.br/files/85_0019032.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O Movimento Quilombola e as Identidades Raciais no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, B. O.. Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty**. Pode o Subalterno Falar?** In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (orgs.) *Critical Cultural Studies*. São Paulo: Editora Edusc, 2015.

TAVARES, Maria de Fátima. **A identidade: uma construção social**. 2ª edição, São Paulo: Edunesp, 2010.

TAVORA, Valdir. **A família e a formação da identidade.** São Paulo: Editora Vozes, 2008.

TELLES, Edward E. **Pela Livre Circulação de Pessoas: Imigração e Racismo no Brasil.** São Paulo: Editora Autores Associados, 2006.

UNESCO. Samba de Roda do Recôncavo Baiano. **Representação da Unesco no Brasil**. 2024. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/RL/samba-de-roda-of-the-reconcavo-of-bahia-00101. Acesso em 04 jul. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar, revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

8. APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO
CAMPUS RECIFE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
CURSO DE MESTRADO

GUIA DE ENTREVISTA INDIVIDUAL PARA OS JOVENS

Mestrando: Marcus Costa de Santana
Orientador Prof. Dr. Aristeu Portela Junior

1) Qual seu nome? Tem algum apelido?
2) Nasceu na comunidade? Quantos anos têm?
3) Sempre viveu em Santa Cruz? E como é viver aqui?
4) O que gosta de fazer diariamente?
5) Tem muitas amizades na comunidade? Como é a relação?
6) Participa dos eventos que acontecem aqui? Ajuda de alguma forma a organizar?
7) E a associação? Participa diretamente dela?
8) As atividades desenvolvidas na associação têm participado delas? Você sente que elas te aproximam das outras pessoas?
9) O que mais te chama atenção nelas(atividade)?
10) A associação desenvolve algum tipo de atividade voltada a educação, dança, teatro, confecção de artesanato, ou de qualquer outro produto?
11) Me conte como você se envolve nessas atividades.
12) Atualmente, você se considera de que cor?
13) E o que te faz acreditar que essa cor mesmo?
14) Já teve dificuldades em se identificar dessa cor para outra pessoa?
15) A pessoa se identificar como negra (pardos e pretos) te causa algum espanto?
16) Já sofreu algum tipo de discriminação em determinados espaços (escola, igreja, lojas, na cidade)? Se sim, que tipo?
17) O que mais te chamou a atenção nessa situação? Como você se sentiu? Te fez repensar alguma coisa?
18) você sabe o que é racismo? Acredita que já sofreu alguma vez?
19) Você acredita que já perdeu alguma oportunidade por ser da cor que se identifica ou por pertencer a Comunidade quilombola?
20) E quanto à comunidade quilombola, tem alguma dificuldade de dizer que mora nela ou que pertence a ela?
21) O que é ser quilombola para você?
22) Já te contaram alguma vez a história do surgimento da Comunidade de Santa Cruz?
23) Que mais te chamou a atenção nessa história?
24) Em algum momento, já ouviu ou viu a história da região ser passada em escolas ou eventos que participaste?
25) Você acredita ser verdade o que te contaram?
26) Se tivesse que mudar algo em sua comunidade o que mudaria?

27) E quanto aos Estudos? Estudou ou estuda? Já fez ou pretende fazer universidade? Qual seria o curso?
28) Como são as aulas? Tratam de alguma coisa de sua comunidade ou das comunidades quilombolas?
29) Qual a sua perspectiva com os estudos?
30) Sonha em arrumar um emprego?
31) Preferia que fosse dentro da comunidade ou fora dela? Por que?
32) Realiza alguma atividade que ajuda no sustento da família?
33) Voltando a questão do pertencimento à comunidade, você acredita que existe relação entre ser quilombola e ter a pele escura (não ser branco)? Por que você acredita nisso?
34) Você em algum momento, caso não se considere negra, já se identificou como uma pessoa negra (pardo ou preto)? Se sentiu à vontade para fazer isso?
35) E se você chegar em frente a um espelho, e olhar minuciosamente para você mesmo, mudaria alguma coisa no seu corpo (cabelo, cor da pele, nariz, olhos, mãos, pés, etc)? Por que?

9. APENDICE B – ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM OS JOVENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO

Entrevista 1- Caroline Dias Pereira (Mucunã), 06 de abril de 2024.

Parte I

Marcus Costa: Bom dia.

Entrevistada: Bom dia .

Marcus Costa: Qual é o teu nome completo?

Entrevistada: Caroline Dias Pereira.

Marcus Costa: Tu tem algum apelido, que se sente mais à vontade de ser chamada?

Entrevistada: Todo mundo me chama de Carol

Marcus Costa: Então vamos lá, com o seu nome "Carol". Tu nasceu nessa comunidade aqui mesmo?

Entrevistada: Nasci em Jacobina.

Marcus Costa: Nasceu em Jacobina? Mas tu sempre foi filha do pessoal daqui, ou tu vivia lá e mudou pra cá?

Entrevistada: Não, eu só nasci lá mesmo.

Marcus Costa: Ah, tu nasceu lá mas é da comunidade daqui, né? Pronto. Seus pais sempre viveram aqui, a vida toda?

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: Ah, ótimo. Quantos anos tu tem?

Entrevistada: Vinte e um.

Marcus Costa: Vinte e um, ah, nova. E nunca saiu daqui, sempre viveu aqui nesta comunidade de Santa Cruz, né?

Entrevistada: (Sinaliza que não, com a cabeça)

Marcus Costa: E o que tu gosta de fazer? Tu estuda, faz o que?
Entrevistada: Não, eu já me formei, hoje em dia eu sou só dona de casa.

Marcus Costa: Mas já teve pretensão de fazer alguma coisa a mais? Um curso profissionalizante, uma universidade…

Entrevistada: Aham, eu já tive pretensão de fazer faculdade, de Direito…

Marcus Costa: E, “qual foi”? Desmotivou?

Entrevistada: É que as minhas condições, não..

Marcus Costa: Não ajudaram, né?

Entrevistada: É…

Marcus Costa: Mas você ainda é muito nova, tem a possibilidade de você conseguir. E aqui, na verdade, tu tem muitas amizades assim? Como é?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: É mais reclusa em casa, no caso, né?

Entrevistada: É…

Marcus Costa: E com relação à sua relação com a comunidade? Você se dá bem com todo mundo?

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: Tem atritos?

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Então se tiver festa de aniversário, ou qualquer coisa assim, o pessoal convida todo mundo?

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: E com relação a essa associação, que a tá participando aqui nesta entrevista, você participa dela?

Entrevistada: Participo.

Marcos Costa: Dos projetos, tudo certinho? As reuniões né, que tem de vez em quando, alguma coisa…

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: Ela faz algum evento, assim, a associação? Enfim, alguma coisa, sei lá… Um evento cultural, uma festa que de vez em quando tem na comunidade?

Entrevistada: Festa da Associação?

Marcus Costa: Sim, se existe alguma festa, alguma coisa assim…

Entrevistada: Da Associação, não, acho que não.

Marcus Costa: Mas ela proporciona algum curso, alguma coisa assim, de vez em quando?

Entrevistada: Proporciona.

Marcus Costa: Você sabe lembrar de algum assim, que possa citar?

Entrevistada: Agora mesmo "tá" tendo um curso, de, tipo artesanato. "Tão" fazendo e ensinando a fazer bolsas, bonecas, coisas assim…

Marcus Costa: Ah, sim. E com relação com aqueles materiais, feitos de palha, faziam antes aqui, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Ainda fazem ainda, ou pararam mais?

Entrevistada: Não, aqui na associação não, não "tá" tendo, mas algumas pessoas da comunidade fazem ainda.

Marcus Costa: Já chegou a fazer alguma coisa daqueles materiais?

Entrevistada: Não…

Marcus Costa: É, tu saberia me dizer aqui, no caso, qual foi a atividade que aconteceu aqui e que chamou mais tua atenção particularmente, já que tu faz parte da associação?

Entrevistada: Na associação, geralmente tratam de reuniões…

Marcus Costa:Essas reuniões tratam de quê, especificamente?

Entrevistada: A última que eu vi, tratou de… Veio um policial, explicar o preço das multas que as pessoas tomavam e quais eram as coisas, assim, que a gente podia denunciar se a gente presenciasse, como "tocação" de fogo, maltrato aos animais…

Marcus Costa: Ah, então veio tratar mais a questão de falar sobre a Legislação, né? Violência doméstica, essa questão da do meio ambiente, realmente, que tem as grandes queimadas da região, né? E, me diga uma coisa, a comunidade…Ah, não, a comunidade não, A Associação, ela já fez alguma ponte com relação a algum curso profissionalizante para vocês que são jovens e que fazem parte daqui?

Entrevistada: Não, que eu lembre, não.

Marcus Costa: Nunca teve nenhuma discussão sobre isso e vocês também nunca provocaram, né, na associação, do pessoal da associação essa necessidade, não né? Pronto. Hoje, se fosse para você se classificar em uma cor, por exemplo, que a gente sabe que hoje em dia no serviços públicos, e até em particular, as pessoas hoje estão trabalhando muito, mas é de classificação tanto de cor quanto de raça, gênero… Hoje, se você se classificasse em cor, se classificaria em qual cor?

Entrevistada: A minha cor, eu tenho uma dúvida, entre o parda e a branca, é porque não sei… No meu documento tá parda, mas normalmente é branca, né não?

Marcus Costa: Mas você, assim, me diga: no sentido de parda ou branca a dúvida maior é mais pelo tom? Você não entende direito como é que acontece?

Entrevistada: É, no caso, com o pardo

Marcus Costa: Ah, sim, mas, assim, em relação a um ou ao outro, você tem, assim, uma preferência?

Entrevistada: Acho que branco.

Marcus Costa: Se identifica mais um branco, né? Você colocaria isso em algo que você faz de diferente, documento e tal, ou atendido médico, geralmente pergunta, né? Numa ficha de atendimento. Então, você se entende como branca. Em algum momento, alguém já tentou fazer uma classificação de sua cor, sem necessariamente perguntar, ou já foi direcionado para você, ele perguntar: "ah, você é de que cor", e ao mesmo tempo já vai falando logo, "pardo, preto ou branco". Não? Ninguém nunca direcionou essa essa classificação?

Entrevistada: Não

Marcus Costa: Ah, então, pronto. a próxima pergunta, assim, que eu iria perguntar, se você já passou por alguma dificuldade com relação à cor que você se define. Nunca presenciou nada, não né? Foi tratada diferente, e tal, em algum lugar pela cor, não né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Mas você acha que já foi tratado diferente por alguma outra situação?

Entrevistada: Já.

Marcus Costa: Qual seria? Se você puder falar, né.

Entrevistada: Financeiramente. Normalmente quando você chega numa loja, né, você percebe, em outras coisas também, quando quiser fazer um documento que você tá lá, que outras pessoas têm mais essa coisa do que a gente né? Normalmente na loja as outras pessoas são bem mais atendidas, melhor do que a gente né?

Marcus Costa: Mas, você acha que estaria relacionado a questão financeira e social, não seria problema de uma relação com a forma de seu cabelo, não, você não acha que teria não, né? É mais a sensação de que eles acham que você não teria condição. Interessante. Me diga uma coisa, quando você estudava, na sua escola, você sentiu algum tipo? E aí voltando um pouco, para essa ideia de ser tratado diferenciado. Em algum momento, por parte de professores, diretores, coordenadores ou até colegas de turma, você já sentiu algum tratamento diferenciado. E aí, envolvendo essa questão de cor, mas talvez, como você "tá" dizendo, você acha que nunca sofreu, esse tratamento diferenciado também em razão da condição social, você já sentiu algum tratamento diferenciado na época que estudava?

Entrevistada: Na escola? Não

Marcus Costa: Igreja.. Tu pertence a alguma igreja?

Entrevistada: Não frequento nenhuma igreja, não, mas eu sou Católica.

Marcus Costa: Mas então você nunca sentiu nenhuma discriminação, nada nessas situações né?

Entrevistada: Não

Marcus Costa: E, falando um pouquinho aqui da comunidade, você já ouviu falar sobre a história da comunidade, em algum momento? Como ela surgiu, do que ela vem decorrendo… Pai, avô, nunca comentou sobre isso não?

Entrevistada: (Sinaliza que não, com a cabeça)

Marcus Costa: Nem na escola comentaram sobre isso?

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Sempre estudou aqui na comunidade ou em Mirangaba?

Entrevistada: Primeiro estudava aqui, depois fui “pra” Mirangaba.

Marcus Costa: Tu estudou quanto tempo aqui, tu lembra?

Entrevistada: Até o quinto ano.

Marcus Costa: Até o quinto ano, certo. E em relação, especificamente, a comunidade, a ideia de ser uma comunidade quilombola, você já se identificou como uma pessoa quilombola?

Entrevistada: Já.

Marcus Costa: Já sentiu alguma dificuldade em relação a isso? Já “tremeu na base” na hora de dizer: “Eu sou quilombola”?

Entrevistada: Normalmente, as pessoas entendem como quilombolas as pessoas que são negras, e aí por ver uma pessoa que não é da cor negra, elas acham que não é também, entende? Mas eu me considero quilombola, porque eu moro aqui, né? Sempre morei minha vida toda, então eu me entendo como quilombola.

Marcus Costa: Então você nunca teve dificuldade de dizer isso não, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Ah, é porque, às vezes, têm pessoas que têm né, essa dificuldade de identificar, ou dizer que mora numa comunidade quilombola? Talvez até por essa essa situação, né, dessa ligação entre uma coisa e outra. É, e, se fosse para definir hoje o que seria uma pessoa quilombola, você conseguiria fazer uma definição?

Entrevistada: Uma pessoa quilombola?

Marcus Costa: Sim, com base na sua realidade, enfim.

Entrevistada: Eu acho que as pessoas que vivem assim, em regiões igual a gente tá vivendo aqui, que tem uma grande necessidade, né, das coisas assim, de mais oportunidades, essas coisas todas assim.

Marcus Costa: Certo, com relação à ideia, ainda puxando essa ideia de uma uma possibilidade de discriminação, agora em razão da, de você pertencer a sua comunidade. Você já sentiu que você sofreu algum tipo de discriminação por pertencer à comunidade quilombola? E aí esse momento é escola? Sei lá, em algum espaço que você foi, algum projeto de prefeitura, onde teve assim, se você sentiu que você não foi bem tratada porque você pertencia a uma comunidade quilombola… Você já sentiu isso?

Entrevistada: Normalmente, é sempre assim… Como é que fala? Presente assim, né? A gente vê, né, a diferença entre uma pessoa que mora na cidade e uma pessoa que se identifica como quilombola. Ele sempre vai, em algumas vezes, as preferências são sempre quilombolas, outras não, são mais para as pessoas da cidade.

Marcus Costa: É, mas você já sentiu que alguma oportunidade, aí agora voltando mais pessoas para você,
lhe foi tirada pelo fato de você ser quilombola ou você apresentou algum tipo de dificuldade, para que você tivesse acesso, e aí eu vou só exemplificar, para que você tenha conhecimento, para você tem a noção mais ou menos, por exemplo, você precisou, sei lá, se cadastrar no Bolsa Família?

Entrevistada: (Sinaliza que não, com a cabeça)

Parte II

Marcus Costa: Voltando à entrevista, a gente vai voltar a falar um pouquinho sobre a ideia de estudo, de prosseguir uma questão da formação. Você ainda tem perspectiva de continuar estudando e como é que você pensa assim, vou dar outro exemplo: hoje, por exemplo, você é mãe, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: É mãe é recente, né? E aí você pensa em organizar sua vida para voltar a estudar ou sempre isso fica mais distante?

Entrevistada: Às vezes eu penso, né? Porque ele é muito pequenininho, aí também, depois fica me atormentando, né? Porque eu penso: como que eu vou deixar ele? Mas na minha, na minha vontade mesmo, era ir atrás de um curso, atrás de uma profissão assim, alguma coisa, sabe? Que me fizesse ter mais condições de “coisar" ele.

Marcus Costa: Sustentar, né?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Mas hoje, pelo menos, você é mãe, como é essa sua situação? Você vive com alguém, é mãe solteira…

Entrevistada: Eu sou casada.

Marcus Costa: É casada, né? Então aí você só tem ele de filho ou tem mais de um?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Tem mais não, né? Mas aí você sente que teria como contar para o seu marido para cuidar da criança, assim, ou ele trabalha já assim desses trabalhos que o dia todo fica fora de casa, só volta à noite?

Entrevistada: Ele trabalha de manhã e de noite.

Marcus Costa: Ah, de manhã e de noite. Ah, então fica só tu ou tem uma rede de apoio, no sentido de vó, de mãe…

Entrevistada: Tenho mãe.

Marcus Costa: Ah, então você tem sua mãe, né? E irmã, você tem também?

Entrevistada: Não, tenho não.

Marcus Costa: É, então fica realmente mais restrito, né, essa situação. Mas assim, é, se você fosse voltar a estudar hoje, e tal, e tivesse oportunidade de universitária, você escolheria qual curso? Assim, tem em mente?

Entrevistada: Assim, minha vontade mesmo sempre foi fazer Direito.

Marcus Costa: Sim, mas Voltaria a fazer se estivesse oportunidade, assim, faria direito ou escolheria outro?

Entrevistada: Talvez faria assim, né? Porque a minha vontade, mas eu também tenho que pensar nas oportunidades daqui, né? Normalmente as pessoas deixam de fazer o que gostam, assim, estudar a área que gosta para poder estudar na área que tem uma oportunidade daqui, né? Normalmente vai mais enfermagem, ou técnico de enfermagem, que é o que mais…

Marcus Costa: Que aparece mais oportunidade, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Interessante, eu pensei até que poderia ter outras áreas aqui, com relação a isso…

Entrevistada: Não, das áreas a que eu vejo mais as meninas fazendo é essa.

Marcus Costa: No caso, se fosse pra arrumar algum emprego, sua preferência seria arrumar um emprego aqui na região ou, se fosse um trabalho, por exemplo, tanto faz, ser aqui ou fora?

Entrevistada: Eu acho que aqui, né?

Marcus Costa: Perfeito…

Entrevistada: É, tem que ser aqui, assim, aqui por perto. Porque, no caso, pra eu me deslocar de lugar…

Marcus Costa: Não daria certo…

Entrevistada: Não daria certo, não.

Marcus Costa: Certo. É, tu faz alguma coisa hoje, assim, que ajude a complementar sua renda? Do tipo, a ideia, por exemplo, de fazer algum artesanato com o pessoal que tá dando o curso aqui, de poder aprender a fazer, né, bolsas, pra vender, você tem alguma atividadezinha assim, que você faz e que lhe ajuda de alguma maneira?

Entrevistada: Hoje em dia, a gente tá fazendo um pequeno criatório, de galinhas, e aí a gente tá vendendo os ovos.

Marcus Costa: Vendendo os ovos…

Entrevistada: É.

Marcus Costa: E, com relação, já percebi que o pessoal aqui faz muito horta, essas outras frutas, e tal… Vocês têm isso também?

Entrevistada: Sim, tem.

Marcus Costa: Aí você faz, no caso, a horta… Planta o quê na horta, assim, o que tem costume de fazer?

Entrevistada: Tem coentro, cebola, alface… Na questão da horta, é mais a minha sogra, que ela mexe mais. Só tem isso.

Marcus Costa: Mas é natural…

Entrevistada: Isso, natural mesmo.

Marcus Costa: Não tem agrotóxico não, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Interessante. É, a gente voltando à essa situação, ainda, da ideia da comunidade, você acredita que a ideia da comunidade quilombola, ela teria necessariamente de ser identificada por uma cor de pele? Por exemplo, ah, uma comunidade quilombola, na lógica você já pensa de ser negro, ser branco, ser pardo… Será que isso deveria ser uma regra, ou as pessoas estão equivocadas com essa identificação?

Entrevistada: Equivocadas, eu acho, porque a comunidade não tem só pessoas negras, não tem só pessoas brancas, entendeu? Então e acho que há muito equívoco, quando diz assim, como eu tinha falado antes, quando diz assim: uma comunidade quilombola, já pensam nas pessoas

negras, só tem pessoas negras. Normalmente quando você chega e você fala que é daquele lugar, as pessoas não acreditam, não acreditam, porque olham, já vai olhando logo pra sua cor, aí diz, fica assim, meio que sem acreditar mesmo.

Marcus Costa: É, faz parte... Mas, ainda "batendo nessa tecla", você já se sentiu constrangida por conta disso? Do tipo, a pessoa acha que tem que ser só pessoas negras, de cor de pele escura, você já se sentiu constrangida por não ser reconhecida como quilombola, como por exemplo, a pessoa bota em dúvida não somente com palavras, mas só com o olhar você sente, né?

Entrevistada: Sim. Pra comprovar que você é de quilombo você tem que estar com o papel na mão, leve um papel que comprova que você é, que aí você é, porque, se não, normalmente acontece isso.

Marcus Costa: Sem o papel, não adianta, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: É complicado mesmo… Uma outra pergunta, que é mais uma reflexão que a gente faz, hoje se você chegasse, por exemplo, em frente ao espelho e se olhasse, com relação a você, seu corpo, cor, nariz, cabelo, você se sente, vamos dizer assim, completa, realizada, que tem, tipo assim, que é o estilo que você quer, ou você mudaria alguma coisa?

Entrevistada: Não sinto, não… Não…

Marcus Costa: Você mudaria alguma coisa em você? Seu cabelo, cor de pele, nariz…

Entrevistada: Mudaria.

Pode dizer? Fique à vontade, também, não tem problema.

Entrevistada: Ah, mudaria a maior parte do corpo todo…

Marcus Costa: Tem alguma coisa específica, que você pode apontar?

Entrevistada: A barriga… Na minha cabeça, a minha barriga tá enorme.

Marcus Costa: Bom, né, enfim… Então seria só isso, né? Assim, de imediato, você vê…

Entrevistada: E o rosto…

Marcus Costa: O rosto também?

Entrevistada: O rosto também…

Marcus Costa: É assim mesmo, então, as perguntas é basicamente essas, você quer acrescentar alguma coisa? Em relação à comunidade, por exemplo, tô lembrando aqui agora, os festejos que acontecem na comunidade, eu percebo que tem a festa junina, tem outras que talvez eu não saiba direito, mas tu se lembra de alguma que a comunidade faz aqui?

Entrevistada: Aqui, normalmente, tem a festa das mulheres, que elas fazem, é, deixa eu ver o que mais…

Marcus Costa: A festa das mulheres é aquela da cavalgada?

Entrevistada: Tem a cavalgada e tem a festa das mulheres mesmo.

Marcus Costa: Ah, é específica, né? É uma festa que eu já ouvi falar, aquela que é à fantasia, né?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Ah, tá. Aí, e tirando essas, tem alguma festa católica, por exemplo, a Dos Reis, aquela que eu esqueci, Santa Luzia, aqui também. Só que aí Santa Luzia parece que é na sede do município, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Tem alguma aqui, que eles fazem aqui, que é pra comemorar alguma coisa santa, aqui na região que considera eles, alguma coisa assim?

Entrevistada: Tem [não identificado] também.

Mas acontece?

Entrevistada: Acontece.

Marcus Costa: Aí geralmente vocês participam desse ou fica meio de fora?

Entrevistada: A gente participa algumas vezes, só que eu não sei, porque, como eu tenho menino pequeno…

Marcus Costa: Não dá pra ficar saindo, né?

Entrevistada: É, normalmente em algumas coisas eu vou, outras não.
Então, outra coisa também que eu fiquei curioso quando você disse que é católica, e pratica de certa forma, né, essas festas religiosas, por exemplo, em relação à religião evangélica, já percebi que na comunidade tem, tem algumas pessoas que seguem, né, você tem alguma resistência à religião evangélica, ou você participou, participa, ou não teria problema em participar dessas convivências?

Entrevistada: Não, eu sempre fui católica.

Marcus Costa: Sempre foi católica. Aí então você não teria uma rivalidade, com relação a isso, não né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Aproveitar pra saber se a pessoa tem alguma tendência, não gosta de ir muito, e tal, fica afastado, aí isso é interessante.

Entrevistada: Não, eu respeito todas.

Marcus Costa: Respeita, né? Pronto. Há alguma coisa que, assim, você acha interessante destacar em relação à comunidade? Tu lembra de alguma coisa?

Entrevistada: Negativo?

Marcus Costa: Não, positivo ou negativo, você que vai dizer, assim.

Entrevistada: Eu acho que os governadores não olham muito, assim, pra aqui, pra região, sabe? Tipo, aqui falta poste de luz, falta calçamento, algumas coisas… Na verdade aqui mesmo não tem calçamento.

Marcus Costa: É, eu percebi mesmo na hora que eu vim.

Entrevistada: Aqui não calçamento, só tem dali da parte da igreja católica pra cima, calçamento, e na outra parte tem a pista, e aqui, né, no caso, eles não fazem calçamento, por mais que a gente vá atrás, lá, no lado da minha casa mesmo, não tem poste, aí pra mim vim mesmo pras reunião da associação com um menino, é difícil, você vem no escuro, pra você voltar já é tarde. Quando começa a reunião já são seis, sete horas, e quando vai terminar é…

Marcus Costa: Mais tarde, né? Aqui, na comunidade, existe saneamento básico? No sentido de, a retirada do esgoto e colocar numa rede geral pra jogar pra fora da comunidade?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: O pessoal ainda usa aquele modelo de fossa ainda, né?

Entrevistada:(Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: A água é encanada? Quando a água é distribuída, é pela Embasa que distribui, uma empresa aqui do Governo…

Entrevistada: Aqui, geralmente, caía uma água, aí agora disse que já vai mudar pra ser paga.

Marcus Costa: Vai ser paga?

Entrevistada:É.

Marcus Costa: Mas você não sabe qual é a empresa que vai ser responsável por isso, não, né?

Entrevistada:Não.

Marcus Costa: Com relação a essa falta de atenção dos governantes, né, com relação à área de saúde, por exemplo, vocês têm agente de saúde aqui?

Entrevistada: Tem, a gente tem.

Marcus Costa: Você se sente suprida, vamos dizer assim, por esses agentes de saúde e por essa atenção, de estar visitando sua casa, saber como é?

Entrevistada: Não, não. Uma vez ou outra ela vai, outra vez não, tem coisa que é pra avisar que elas tão no posto, elas não avisa…

Marcus Costa: Em relação ao posto de saúde, agora que você tocou no ponto, existe alguma coisa no posto de saúde, ou melhor, algum programa ou alguma situação assim, de atenção específica à mulher? Que você sente que é voltado só pra mulher? Que você é chamada em algum momento, uma consulta, um preventivo, alguma coisa assim?

Entrevistada: Preventivo.

Marcus Costa: É feito aqui na comunidade mesmo?

Entrevistada: É, quando tem palestra, também, sobre coisa assim.

Marcus Costa: Aí eles chamam vocês pra participar, né? E eles já apontaram, em algum momento, e aí a gente chama isso de Políticas Públicas, que é algum programa específico voltado pra mulher, e, nesse caso, não só pra mulher enquanto mulher, mas pra mulher quilombola, pra mulher negra, você já sentiu isso durante essas políticas, dentro da saúde, por exemplo, no posto de saúde, já viu alguém falar sobre isso?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não, né? Do tipo voltada pra: "ah, não, a gente vai tá fazendo aqui uma semana da mulher quilombola", e aí você ter algumas coisas específicas com relação a isso, exames, contatos, e tal.

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Certo, é porque existe uma linha a nível nacional que é um programa que trata especificamente da mulher, e tem a mulher negra, né, no sentido de algumas doenças específicas que o negro tem, e é por isso que eu tô te perguntando, porque pra mulher quilombola também tem programas voltados a esse sentido. Aí eu só queria saber se você já percebeu se existe aqui na comunidade, por parte aí, né, dos governantes. E aí com relação à escola, tem escola aqui na comunidade?

Entrevistada: Tem.

Marcus Costa: É até que série, aqui?

Entrevistada: Até a quinta.

Marcus Costa: Até a quinta, né? Você já estudou aqui, não já?

Entrevistada: Já.

Marcus Costa: Tu lembra se na tua época teve, ou se tu tem alguma informação, se hoje, por exemplo, já existe também a educação voltada, no sentido de valorização da ideia de comunidade, como comunidade quilombola? Tu sabe se na tua época teve?

Entrevistada: Eu acho que, na minha, não.

Hoje, tu acredita que tenha?

Entrevistada: Hoje, eu acredito que tenha.

Marcus Costa: Os professores são daqui mesmo, da comunidade ou de fora?

Entrevistada: Alguns são daqui, acho que uma só é daqui, e os outros são de fora.

Marcus Costa: Então, assim, eu entendo que, pra mim, assim, tá o suficiente. Se você quiser aproveitar, e quiser acrescentar alguma coisa, além dessa situação da não atenção do Governo, se quiser acrescentar, fique à vontade.

Entrevistada: Acho que não tem mais nada não.

Marcus Costa: Não? Então, pronto. Eu agradeço pela participação, viu? Espero que a gente consiga dar essa devolutiva, depois, próximo ao trabalho, viu? Muito obrigado.

Entrevista 2- Janiele Souza de Jesus (Flor-de-maracujá), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa tarde.

Entrevistado: Boa tarde.

Marcus Costa: Qual é teu nome nome completo?

Entrevistado: Janiele Souza de Jesus.

Marcus Costa: Tem algum apelido, pra lhe chamar?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: É Janiele mesmo, né?

Entrevistado: É, Janiele.

Marcus Costa: Janiele, tu nasceu aqui na comunidade de Santa Cruz?

Entrevistado: Na verdade eu morava no Coqueiro e depois eu vim morar aqui em Santa Cruz

Marcus Costa: Certo você está nessa Grota aqui, né.

Entrevistado: Isso.

Marcus Costa: Pronto, aí tem muito tempo que tu mora aqui?

Entrevistado: Já tem uns seis anos já Que eu moro aqui em Santa Cruz

Marcus Costa: Certo seis anos tu tem quantos anos

Entrevistado: Vinte e um

Marcus Costa: Vinte e um? É nova. Mas, tu sempre viveu aqui nesta linha, nunca viajou pra outro lugar? Não conhece outro lugar não, né?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Sempre foi aqui nessa comunidade, né.

Entrevistado: Sim, sempre foi aqui.

Marcus Costa: Pronto me diz assim o que tu gosta de fazer diariamente assim se você sei lá, não, eu trabalho, eu fico só com, porque tu disse que tem um filho né

Entrevistado: Eu tenho uma filha.

Marcus Costa: Pronto, e aí cuida só de sua filha ou, não, gosta de participar dos cursinhos que são oferecidos, e tal? O que tu faz, assim, diariamente?

Entrevistado: Ah, diariamente, na maioria das vezes, eu fico em casa, agora eu voltei a estudar, né, no período da noite, então fica meio difícil pra mim, só em casa, da escola pra casa e cuidando da minha filha né.

Marcus Costa: Cuidando da filha, né? Qual é o nome da sua filha?

Entrevistado: Jasmine .

Marcus Costa: E, me diga uma coisa quer dizer que você voltou a estudar, e tá em que série hoje?

Entrevistado: Eu estou fazendo o primeiro ano e o segundo ano do ensino médio.

Marcus Costa: Primeiro e segundo?

Entrevistado: É

Marcus Costa: É a aqui mesmo mesmo na comunidade?

Entrevistado: Não, em Mirangaba.

Marcus Costa: Então, tem que se deslocar com transporte escolar?

Entrevistado: É.

Marcus Costa: Pronto, me diga, assim, o que provocou a você voltar pra escola.

Entrevistado: Rapaz, eu, na verdade eu Terminei foi por "descaração" minha né que eu não terminei de estudar aí teve a pandemia em 2019 né aí depois era pra mim ter voltado e não voltei aí quando foi em 2021 eu engravidei e fiquei com vergonha de ir pra escola grávida né aí eu esperei, engravidei, pari e esperei o tempo certo que eu possa deixar minha filha pra mim poder voltar ao estudo

Marcus Costa: Sim, sim… mas é interessante ter retornado, mas, com essa volta ao estudo, você tem em mente alguma coisa? Quer fazer uma faculdade? Quer fazer algum curso?

Entrevistado: Rapaz… Tenho, eu queria fazer um curso.

Marcus Costa: Um curso profissionalizante ou, assim, uma faculdade específica? Já tem em mente, também, o curso? Se tiver pode falar, diga aí.

Entrevistado: Eu queria fazer um curso de designer de sobrancelha, pra mim eu me identifico com isso, né.

Marcus Costa: Você acha que isso poderia ajudar também aqui, também, trabalhar até por aqui mesmo, né.

Entrevistado: É.

Marcus Costa: Pronto. Com relação a trabalho, já que a gente entrou nessa área, rapidamente, você acha que aqui na comunidade vocês têm oportunidade de trabalho?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Não?

Entrevistado: Não tem não.

Marcus Costa: Existe empresa em algum lugar da comunidade?

Entrevistado: Aham.

Marcus Costa: Tu sabe me dizer quantas empresas tem?

Entrevistado: Que eu sei, só duas.

Marcus Costa: Eles fazem o quê?

Entrevistado: Trabalham com pedra Com negócio de pedreira, só que eu acho que eles não aceitam mulher, só se for numa parte de fazer faxina essas coisas

Marcus Costa: Certo. Me digam uma coisa, você já teve alguma vez ou você sabe de alguém, de mulher que já tenha tentado entrar lá e eles não tenham aceitado…

Entrevistado: Rapaz essa pergunta é meio difícil, tem uma mulher que trabalha mas é na parte da faxina

Marcus Costa: Mas, tu não sabe de ninguém que possa ter tentado entrar em outra coisa, né?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Não, né. Mas essa conversa que eles não aceitariam mulheres, entre aspas, tipo assim, não tenho certeza, seria alguém comentando ou funcionário de lá mesmo da empresa

Entrevistado: Eu acho que, assim, por mais que trabalhe só homem né. E eu acho que aqui é bem difícil ter mulher que tenha feito um curso pra poder poder trabalhar naquela área que a pedreira precisa, né

Marcus Costa: Certo então nesse caso talvez o maior problema seja a questão da qualificação. Então aqui na comunidade não há curso de qualificação, e nenhum empresa em algum momento se propôs a fornecer, nem a prefeitura da assistência quanto a isso.

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: E a Associação? Você acha que a associação já tentou, ou melhor, se, em algum momento, a associação já propôs algum curso desse ou vocês já tenham procurado, ou você, individual, tenha procurado a associação pra tentar conseguir algum curso, alguma faculdade, não, né?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Pronto. Então, com relação ainda com essa ideia da Pedreira e tal, você acha que se tivesse e aí eu vou focar na questão da mulher se tivesse mulheres qualificadas você acha que haveria chance de emprego, "nera"?

Entrevistado: Eu acho que teria né, eu acho

Marcus Costa: Certo com relação e aí a gente vai mudar um pouquinho só pra saber assim com relação a sua cor, E aí não é especificamente, você já consegue se classificar? Não tem a cor do IBGE, de pesquisa né, você tem que fazer uma consulta e aí eles perguntam e você tem que responder tal pergunta… você já consegue classificar sua cor hoje, cor de pele?

Entrevistado: Já.

Marcus Costa: Qual é sua cor?

Entrevistado: E me considero como preta, Negra na verdade

Marcus Costa: Então sendo negra você em algum momento já se sentiu constrangida ou já sofreu algum algum tipo de discriminação tanto dentro da comunidade por alguém daqui ou fora da comunidade em algum momento quando você foi fazer alguma coisa, e você sentiu, foi numa loja, ou: " ah, fui na Secretaria de Saúde, ou alguma coisa, e no tratamento que foi me dado, houve uma diferença". Você já passou por isso?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Pronto. Me diga uma coisa, e a ideia de ser quilombola? Você acredita que tem alguma relação o fato de ser Quilombola e cor de sua pele?

Entrevistado: Deixa eu ver se eu entendi essa parte, como eu, assim, deixa eu ver se tem como eu explicar, Me considero como um quilombola?

Marcus Costa: Não, assim, você tá dizendo que já se classifica como negra, preta, negra e tal, E você pertence mesmo à comunidade quilombola, É reconhecida como Quilombola. Aí eu queria saber se você acredita que existe uma relação entre a cor de sua pele, o fato de ser negra, e pertencer à uma comunidade Quilombola, do tipo, aí teria a ideia né, como surgiu a comunidade você ouviu falar de como surgiu a comunidade, alguém já lhe explicou? Sua vó, sua mãe, seus pais…

Entrevistado: Talvez já, mas eu acho que não lembro.

Marcus Costa: Não lembra não, né?

Entrevistado: Não

Marcus Costa: Mas você não sabe ter uma noção de como foi que surgiu comunidades Quilombolas por aí afora?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Não? Então assim Você conseguiria definir, assim, hoje, o que seria a comunidade quilombola? Você já tem na sua cabeça assim uma definição, definir como é pertencer à uma comunidade Quilombola?

Entrevistado: Deixa eu ver, deixa eu raciocinar aqui.

Marcus Costa: Pode ficar à vontade.

Entrevistado: Eu acho que, por conta das coisas que tem na comunidade, né? Da pessoa morar nela e por conta da minha cor, e, deixa eu ver mais aqui… repete aí a última parte

Marcus Costa: É No sentido assim, é porque às vezes você pertence à uma comunidade quilombola, e existem algumas pessoas e alguns estudos, Algumas situações, Que a comunidade Quilombola ela seria oriunda de pessoas negras que, numa época antiga, fugidas da escravidão, Do regime de escravidão, então elas seriam algumas comunidades formadas necessariamente formada por negros, ou outros grupos que também fugiam de algum tipo de situação. E aí a pergunta que que eu lhe fiz é: se o fato de você ser negra, você acha que existe uma relação, com fato de também pertencer a uma comunidade Quilombola? Ou seja, ser Quilombola é ser negro? A outra pergunta seria essa, se necessariamente você pode ser quilombola e ser de outra cor, por exemplo. Ai seria essa ideia

Entrevistado: Não, olha, eu sou negra e pertenço à uma comunidade Quilombola.

Marcus Costa: Aí você acredita que existe uma relação Entre uma coisa e outra? Algum vínculo ou alguma coisa assim?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Pronto, é isso que a gente quer ficar sabendo, porque as vezes algumas pessoas, elas ligam diretamente. Quando você fala por fora, quilombola é considerado uma pessoa que tem que ser negra, entendeu? Por isso que eu lhe fiz essa pergunta, existem também pessoas que não se identificam como negra, e não deixa de ser quilombola por não se identificar como negra. Então, me diga uma coisa, a sua relação aqui na comunidade é uma relação assim tranquila com todo mundo, já rolou atrito com alguém, e esse alguém veio tentar enviesar Algum tipo de discriminação que você tenha sofrido.

Entrevistado: Não

Marcus Costa: A ideia da cor da pele, a ideia de você ser quilombola, ou até a ideia de ser mulher, por exemplo, e aí, às vezes já sofreu discriminação por parte de algum homem, ou alguma coisa assim, entendeu? Ou alguma outra mulher. Então, assim, só queria saber se você já sofreu alguma situação assim.

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: E Fora da comunidade? Você estando vivendo fora, na época que você estudava, tu estudou sempre aqui?

Entrevistado: Sempre em Mirangaba.

Marcus Costa: Mirangaba né que é o município. Então lá o tratamento, e o tratamento lá seria por parte dos colegas, professores, e gestores, no caso diretor, coordenador… se o tratamento lá era tranquilo, ou você sentia que tinha alguma diferença por você pertencer à comunidade quilombola, ou por você ser negra, necessariamente.

Entrevistado: Não, nunca tive essa situação, não.

Marcus Costa: Nunca teve essa concepção né, de diferença. Com relação ao surgimento da comunidade em si, tu disse não sabe né, se os pais Já falaram, tu não lembra né, se teve alguma informação em relação a esse surgimento.

Entrevistado: Não, não lembro.

Marcus Costa: Pronto. Na comunidade, existe alguma coisa, dentro da comunidade que, se você pudesse mudar, você mudaria ou indicaria mudança? Pode ser qualquer coisa, desde a história que a gente está falando aqui de ter cursos profissionalizantes, oportunidade de emprego, acesso a questão de saúde, posto de saúde, escola, pode ser qualquer coisa, uma praça, ou alguma coisa que tu mudaria a estrutura.

Entrevistado: Assim, pra ter, assim, dentro da comunidade, mais, é a comunidade se unir, por exemplo, teve alguma coisa na associação, a maioria que vai é só associado, e a pessoa de fora não vai. Então eu acho que, se pudesse mudar, eu acho que, assim, as pessoas ser mais unidas.

Ter alguma apresentação, pra poder participar mais, né? Tem alguém doente, né, e alguém quer fazer uma rifa pra poder ajudar mais, né?

Marcus Costa: Pronto. Com relação, já que você tocou nesse assunto de doença, com relação atendimento de saúde aqui na localidade, vocês são atendidos normalmente aqui? Médico, enfermeiro…

Entrevistado: Somos.

Marcus Costa: Tem algum posto aqui na comunidade?

Entrevistado: Tem.

Marcus Costa: Então assim assim né você se sente, vamos dizer assim, tranquilamente atendida pelo posto de saúde. Tem agente de saúde lá na sua rua, que visita lá sua casa?

Entrevistado: Tem.

Marcus Costa: Visita com frequência?

Entrevistado: Visita

Marcus Costa: Com relação ainda à profissionalização, você acha que está faltando o quê, assim que haja a iniciativa de ter novos cursos aqui, te deve ter uma educação mais profissional, pra ajudar vocês a conseguirem trabalho, faltaria o que, assim? Iniciativa de alguém, do município, da prefeitura, de Associação, para dar um passo à frente?

Entrevistado: Eu acho que falta alguém da comunidade né Que deveria pensar no jovem Que hoje aqui na comunidade tem muito jovem né Pra poder Disponibilizar um curso pra gente tá fazendo Até mesmo associação, mesmo, pra até mesmo ocupar a mente do jovem, né, pra não ficar em casa, no videogame, celular…

Marcus Costa: A gente tem hoje aqui na comunidade hoje um vereador, né?

Entrevistado: É, temos.

Marcus Costa: Em algum momento já teve alguma proposição dessa situação pra ele, essa proposta, oi ele já chegou pra vocês lá via associação, pra fazer algum tipo de proposta quanto a isso?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Pronto. Me diga uma coisa, em relação ao trabalho, se fosse pra você escolher hoje um trabalho aqui ou fora daqui, qual seria sua preferência hoje? você continuaria, ou não, ter que decidir entre comunidade e tal, e escolher ficar aqui. Se tivesse uma oportunidade fora, iria, tipo assim…

Entrevistado: Eu, se eu tivesse uma oportunidade eu iria pra fora porque aqui não tem recurso e nem meio pra trabalhar, né. É como eu disse que eu queria fazer um curso de designer de

sobrancelha, que aqui o povo procura muito, porque é poucas pessoa que tem, e eu queria terminar os estudo pra depois fazer o curso.

Marcus Costa: Mas se por acaso você tivesse na comunidade a oportunidade de trabalho, de emprego, você ficaria nela ou ainda assim você tentaria sair, por exemplo.

Entrevistado: Não, se tivesse emprego, eu ficaria.

Marcus Costa: Deixa eu só ver se tem mais alguma questão… vamos fazer o seguinte, com relação a fazer parte da comunidade quilombola, a vivência do pessoal aqui, você se sente acolhida dentro da comunidade? No sentido de: "não, qualquer coisa que acontece, eu participo, dos eventos, a gente tem uma certa rotina de integração". Você se sente, assim, acolhida dentro da comunidade?

Entrevistado: Me sinto, bastante.

Marcus Costa: Você consegue compartilhar as coisas, participa da vida da Associação, no sentido de cursos que as vezes eles oferecem, a própria reunião né quando acontece…

Entrevistado: Sim, participo

Marcus Costa: Eu já te perguntei, mas só pra reforçar, o fato de você considerar negra, e se você já teria sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação, e você disse que acredita que não tenha sofrido. Então, assim, você já conseguiu identificar se em algum momento, não só discriminação, mas se você já teve alguma redução, algum impedimento, de participar de alguma coisa, em relação a esse ideia da cor da pele, se: "ah, não, eu percebi que aconteceu só porque eu sou negra". E aí Negro, a gente fala de cor a pele, mas às vezes o cabelo, por você ter um cabelo cacheado que não é liso, e às vezes se quer usar seu cabelo cacheado, não tenho nenhum problema com isso, mas às vezes você pode ter alguém que acha que deveriam ter o cabelo liso, na pior das hipóteses, você nunca sentiu discriminada nos espaços, ou você deixou de participar de alguma coisa porque você ficou constrangida, porque achou que não sentiria encaixada, já deixou de participar?

Entrevistado: Já, já. Já deixei de participar, porque eu, quando morava no Coqueiro, a gente tinha um grupo de dança, a gente sempre apresentava no dia da Consciência negra, inclusive eu nasci no dia do quilombo, dia 20 de novembro, dia da consciência negra. Então, por conta, minha mãe, ela nunca aceitou meu cabelo do jeito que ele é, sempre alisava, eu usava cabelo liso, e por conta disso, todas as meninas usavam o cabelo cacheado, aquele afro bonito, eu deixava de participar das danças, porque eu achava que não me encaixaria com o cabelo liso no meio das meninas que tinha um cabelo afro, e aí eu deixava de participar.

Marcus Costa: Você se "auto excluía" do meio das meninas, não é?

Entrevistado: Era, eu me excluía.

Marcus Costa: E como você se sente em relação a isso, assim? Primeiro em relação à sua mãe, que queria que você sempre andasse com o cabelo liso, mas você se sente angustiada, como você se comportava?

Entrevistado: Eu não dizia nada não, porque eu achava que meu cabelo dava muito trabalho, principalmente na hora de ir pra escola, e gastava um pouquinho mais, e como a gente não tinha muitas condições, eu achava que a parte dela alisar era mais por dar muito trabalho né, muito trabalho, porque o cabelo afro, crespo, ele dá muito trabalho.

Marcus Costa: Aí, assim, ao você não participar da atividade você sentia como? Angustiada ou ficava mais tranquila por compreender a situação?

Entrevistado: Na verdade eu ficava de fora Mas assim sempre tinha aquela angústia dentro de mim porque eu queria estar no meio das meninas com o cabelo afro Porque eu não tinha como a gente fazer uma apresentação no dia da Consciência negra, você como negra, né, com cabelo afro, tá todas as meninas de cabelo afro, e eu no meio de cabelo liso, então eu sempre ficava angustiada, de não poder participar.

Marcus Costa: Mas já que a gente entrou nessa questão eu fiquei em dúvida enquanto a situação, você acredita que uma pessoa negra que alisa o cabelo, que necessariamente ela perderia suas características afro? Se ela tem um cabelo crespo, ela perderia suas características? Não tô nem falando de criança e adolescente, que a gente até compreende, mas vamos dizer agora que você já está adulta, se você, se fosse dar uma nova oportunidade, pra participar e tal e você tivesse que alisar o cabelo, você se sentiria ainda constrangida com essa situação?

Entrevistado: Eu acho que sim.

Marcus Costa: Sim? Mas você acha que o fato de alisar o cabelo, perderia alguma característica?

Entrevistado: Perderia, eu acho que perderia

Marcus Costa: Que as vezes fica assim essa dúvida, e tal, mas é interessante, e por última eu vou fazer só mais uma pergunta pra não tomar muito do seu tempo, se você chegasse hoje em frente ao espelho, se olhasse da cabeça aos pés, aí você olha a cabelo cor de pele, nariz olho boca, você se acha satisfeita com você, ou você mudaria alguma coisa em você?

Entrevistado: Eu mudaria.

Marcus Costa: Você quer compartilhar o que você mudaria?

Entrevistado: Depois que eu engravidei, e pari, meu corpo não ficou do jeito que era, então eu acho que mudaria o corpo, meu cabelo não mudaria, nada de mim, só meu corpo mesmo.

Marcus Costa: O formato do corpo?

Entrevistado: Isso o formato do corpo.

Marcus Costa: Muito obrigado, Janiele, vai ser basicamente isso. obrigado pela sua participação.

Entrevista 3- Ricardo Souza Lima (Buriti), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa tarde.

Entrevistado: Boa tarde.

Marcus Costa: Qual é seu nome?

Entrevistado: Meu nome é Ricardo.

Marcus Costa: Ricardo… nome completo

Entrevistado: Ricardo Souza Lima.

Marcus Costa: Tem algum apelido, Ricardo?

Entrevistado: Rick.

Marcus Costa: Então você pode ser chamado de Rick, né?

Entrevistado: É.

Marcus Costa: Quantos anos você tem, Rick?

Entrevistado: Eu tenho vinte e cinco anos.

Marcus Costa: Tu nasceu aqui na comunidade mesmo?

Entrevistado: Nasci na comunidade de Santa Cruz.

Marcus Costa:Sempre viveu por aqui?

Entrevistado: Sempre só morei uns anos em jacobina

Marcus Costa: Certo, mas viveu mais aqui né?

Entrevistado: Sempre aqui

Marcus Costa: Certo, você gosta daqui?

Entrevistado: Gosto, eu acho que aqui é uma região muito boa, calma, eu gosto bastante daqui

Marcus Costa: Tem muitas amizades aqui na comunidade?

Entrevistado: Tenho bastante. Sou bem conhecido também.

Marcus Costa: Então você participa dos eventos daqui?

Entrevistado: Participo.

Marcus Costa: E o que é que tem tem mais, aqui?

Entrevistado: Aqui tem mais, assim, cavalgada, corrida de cavalo, também tem umas festinhas que é normal todo lugar

Marcus Costa: Aí tá sempre participando…

Entrevistado: Sempre participando.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, em relação à associação, você participa da Associação?

Entrevistado: Não, eu não sou muito de participar assim, porque eu não sou muito chegado à Associação.

Marcus Costa:Certo, então os cursos reuniões quase não participa né

Entrevistado: Quase não participo.

Marcus Costa: Ah, pronto. Me diga uma coisa, você sabe me dizer se na associação existe alguns cursos que seriam, nessa ideia, de serem profissionalizantes, de dar uma profissão a alguém? consegue promover essa profissão?

Entrevistado: Rapaz eu acho que sim , porque a associação é muito interativa, tá sempre buscando melhorias, essas coisas assim. Eu acho assim né

Marcus Costa: Outra coisa , você estudou ou estuda?

Entrevistado: Estudei , só não conclui, fiz até o primeiro ano

Marcus Costa: Tem alguma pretensão de voltar , ou vai deixar quieto?

Entrevistado: Ter eu tenho , só que assim, a minha vida é um trabalho muito corrido

Marcus Costa: Tu trabalha de quê?
Entrevistado: Sou operador de máquina.

Marcus Costa: Aqui mesmo?

Entrevistado: Aqui na comunidade do Lajedo.

Marcus Costa: Uma das empresas que têm ali, né?

Entrevistado: É, mineração

Marcus Costa: Essas empresas, tu acha que tem muita gente da comunidade que também trabalha nelas?

Entrevistado: Ah, bastante

Marcus Costa: Então não entra muita gente de fora, né?

Entrevistado: Não, gente de fora é só no começo, que é pra ensinar o pessoal daqui, pra justamente poder ficar.

Marcus Costa: Interessante. Nessas empresas, existe presença de mulheres trabalhando?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Nem limpeza, nem nada?

Entrevistado: Não tem, em uma, tem, nas outras, não têm.

Marcus Costa: Só estou te perguntando porque algumas pessoas levantaram a queixa de que não tem mulher trabalhando nas empresas.

Entrevistado: É isso mesmo.

Marcus Costa: Vou lhe fazer umas perguntas aqui com relação à ideia de ser quilombola, e a ideia de cor da pele. Todo lugar que você chega hoje, todo lugar assim né, que vai fazer um cadastro ou uma consulta, o pessoal pergunta: "ah, qual é a cor da sua pele", pra preencher de alguma forma. Você já tem na sua cabeça definida qual seria a cor da pele?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Você se classifica de alguma forma?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Em nenhum momento o pessoal fala: "ah, tu é de que cor"… e aí tu já marca logo de uma vez? Marcava como, assim?

Entrevistado: Já, branco. Branco.

Marcus Costa: Porque tem branco, pardo, preto, amarelo, indígena… tem toda essa situação, mas aí você não tem na cabeça ainda?

Entrevistado: Não, só marcava e pronto

Marcus Costa: Mas, em algum momento, você já foi classificado pra alguém? De: "ah, fulano, tu é de tal cor".

Entrevistado: Já.

Marcus Costa: Já? Em quê, assim? Tu lembra?

Entrevistado: Já me chamaram de moreno, essas coisas, de pardo…

Marcus Costa: Mas foi num ambiente assim, tipo evento, foi espaço de alguma coisa de sei lá de governo…

Entrevistado: Não, não. Só escola mesmo

Marcus Costa: Me diga uma coisa , A questão de profissionalização, você acha que está faltando o quê aqui na comunidade pra que se tenha um acesso maior a essa questão de especialização

Entrevistado: Acho que mais cursos.

Marcus Costa: Seria um cursos mais voltados para o que as empresas já fazem ou cursos novos

Entrevistado: É porque assim as empresas Que vêm pra cá elas não oferecem cursos entendeu só quando já estou engraçadas há muito tempo assim que elas vão lá faz curso essas coisas e oportunidades que é bem bem mínima mesmo aqui

Entrevistado: Marcus Costa: Você acha que por exemplo a prefeitura, o município, poderia ajudar nessa situação?

Entrevistado: Podem, ajudava bastante.

Marcus Costa: Se tivesse, né?

Entrevistado: É

Marcus Costa: Pois é então. Deixe-me ver se tem mais alguma coisa só pra não me perder aqui, você trabalha nessa empresa, você tem algum sonho e uma ideia de mudar de empresa ou de mudar de profissão, de ter algo melhor?

Entrevistado: Eu sou um cara que visa mais um crescimento de tabela, sempre ser mais alguma coisa na vida aí vão aparecer as oportunidades, essa que foi pra mim, se eu tiver condições de chegar perto de onde eu quero eu vou

Marcus Costa: Então nesse caso não precisaria ser dentro de uma empresa ou necessidade seria dentro da empresa, pra não não precisa trocar?

Entrevistado: Não, pode ser fora.

Marcus Costa: Vamos lá, vamos voltar um pouquinho pra ideia da da comunidade. Você pertence então à comunidade quilombola. Você, em algum momento aí fora ou aqui mesmo, você vai se identificar como um quilombola, você já fez isso em algum espaço, em algum lugar?

Entrevistado: Já, já falei.

Marcus Costa: Se sentiu constrangido em fazer ou se sentiu ou melhor você já teve algum tipo de resistência você falou mas não queria falar Ficou aquele constrangimento

Entrevistado: Não, eu falo com minha aptidão mesmo, e com orgulho.

Marcus Costa: É porque tem muita gente que fala mas fica naquela coisa

Entrevistado: Com vergonha, né?

Marcus Costa: Mas tu não se sente constrangido

Entrevistado: Não, não. Eu sinto é orgulho

Marcus Costa: Com relação a essa mesma temática Você acredita que já sofreu algum tipo de discriminação ou perda de oportunidade em alguma coisa Por pertencer à comunidade

Entrevistado: Eu não sei te falar se realmente já aconteceu alguma coisa assim…

Marcus Costa: Mas é por causa disso você não tem suspeita, né?

Entrevistado: É.

Marcus Costa: Às vezes cê percebe que foi de tratado diferente ou você nunca nem fez essa ligação Nunca consegui identificar não, né?

Entrevistado: Não, não.

Marcus Costa: Pela cor da pele, mas o que você ainda não tenha uma classificação muito clara na cabeça, geralmente o pessoal classifica aí moreno até mesmo branco mesmo né. Mas é só uma dúvida que a gente precisa saber porque as pessoas quando sofrem esse tipo de discriminação, e aí é interessante saber né, pra não ser pega de surpresa. Com relação a pertencer à comunidade, e a ideia de cor da pele, você acha que tem alguma relação o fato de você pertencer uma comunidade quilombolas e a cor da pele da pessoa.

Entrevistado: Não entendi.

Marcus Costa: Em alguns espaços, quando as pessoas dizem: “eu sou quilombola” ou “fulano é quilombola”, algumas pessoas já remetem, automaticamente o fato de ser quilombola a uma pessoa negra, uma pessoa mais escura… você acha que existe uma relação hoje, do que você vive hoje, ou acha que não tem nada a ver? Que é uma forma equivocada?

Entrevistado: Não, acho que não.

Marcus Costa: Não teria essa relação.

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Uma última pergunta, só pra gente finalizar, se você hoje chegasse em frente ao espelho, teria alguma coisa em você que você modificaria? Seu corpo e tal? Cabelo olho nariz

Entrevistado: Só essas orelha.

Marcus Costa: Então você só não é muito conformado com as orelhas.

Entrevistado: Só isso mesmo, de resto eu gosto de tudo.

Marcus Costa:Tem alguma coisa que você queria falar sobre a comunidade, que seja interessante?

Entrevistado: A comunidade é um lugar bom de se morar, de se viver, é calma. O pessoal mesmo que vem de fora Quando chega aqui já não quer mais ir embora se acolhe todo mundo. É bacana ser quilombola, eu gosto. É lugar bom de se viver

Marcus Costa: Então pronto eu agradeço Ricardo, pela sua participação, espero que a gente se encontre por aí. Valeu, obrigado.

Entrevista 4- Marcela Santos (Ipê-amarelo), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa tarde.

Entrevistada: Boa tarde.

Marcus Costa: Tudo bom?

Entrevistada: Tudo ótimo.

Marcus Costa: Me diga seu nome completo.

Entrevistada: Marcela [não compreendido] Santos.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Tu nasceu aqui na comunidade, mesmo?

Entrevistada: Nasci.

Marcus Costa: Tem quantos anos?

Entrevistada: Vinte.

Marcus Costa: Ótimo.Você sempre viveu aqui na comunidade, já saiu em algum momento pra fora…

Entrevistada: Eu saí, em algum momento, pra fora.

Marcus Costa: Tem muito tempo?

Entrevistada: Tem uns três anos.

Marcus Costa: Viveu onde, assim?

Entrevistada: Em São Paulo.

Marcus Costa: Sentiu muita dificuldade, entre aqui e lá?

Entrevistada: Senti

Marcus Costa: Consegue destacar alguma coisa que tu sentiu maior dificuldade, assim?

Entrevistada: Em arrumar emprego por, na verdade, ser negra, ser discriminada…

Marcus Costa: Certo. Então a vida terminou ficando mais difícil por lá…

Entrevistada: Ficou mais difícil.

Marcus Costa: Esse foi o motivo de ter retornado?

Entrevistada: Sim, por ser difícil.

Marcus Costa: Aqui na comunidade, o que você faz, habitualmente ou diariamente, que a gente chama, se trabalha em alguma atividade, ou não, se faz estuda ou qualquer coisa assim?

Entrevistada: No momento eu estou parada porque eu tenho um filho de um ano e aí eu preciso cuidar dele e no momento eu estou parada.

Marcus Costa: Com relação ao que você disse de ter um filho Você tem a "família completa", é mãe solteira..

Entrevistada: Mãe solo.

Marcus Costa: É, mãe solo. Às vezes você tem uma mãe, um pai, um esposo, depende da conjuntura. Você sente muita dificuldade, por conta de ser mãe solo?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Conseguiria destacar rapidamente quais seriam as principais dificuldades?

Entrevistada: Educação, porque normalmente um pai faz muita falta na vida de um filho, eu já passei por isso, fui criada por mães solo também, e eu sei a importância de um pai na vida de uma criança não educação educação de estar presente de dar dar amor carinho nem sempre só a mãe supre a necessidade da criança.

Marcus Costa: O pai do teu filho é presente, ajuda em alguma coisa?

Entrevistada: É ausente.

Marcus Costa: Se eu fizer uma pergunta que você não se sente à vontade de responder, pode falar, não tem problema não. Aqui na comunidade tu tem muitas amizades?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não é de se enturmar muito, não. E os eventos da comunidade tu participa dos eventos da comunidade, que sempre tem?

Entrevistada: Neste momento não, mas eu participava muito, das quadrilhas, samba de roda, festejos…

Marcus Costa: Aqui tem samba de roda também, né?

Entrevistada: Tem.

Marcus Costa: Existe uma Data certa pra ocorrer esse samba de roda ou o pessoal só se reúne mesmo?

Entrevistada: Existe uma data certa, geralmente, que é do Santos Reis.

Marcus Costa: Aí, normalmente, o pessoal se reúne e faz né, entendi. Em relação à associação daqui você faz parte da Associação no sentido de Falar participar da reunião se tiver algum curso ou alguma oportunidade

Entrevistada: Sim, participo.

Marcus Costa: Você sente que essas atividades, desenvolvidas lá, te ajudam em alguma coisa na sua vida diária? Ou até mesmo na comunidade?

Entrevistada: Sim porque acaba ajudando a gente também a ter uma renda extra, fazendo peneira ou bolsas bonecas.

Marcus Costa: Então você participa, eu já vi uma vez o pessoal fazendo, peneiras aqueles negócios que o pessoal faz e ensina a fazer. E aquela palha ali são vocês que vão tirar?

Entrevistada: Sim, é a gente que vai tirar.

Marcus Costa: É coqueiro ali, né?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Interessante. Já vi o pessoal trabalhando nessa situação. Vou entrar agora numa parte que você até apontou no início, em relação à cor da pele. Como a gente já sabe, todo lugar que a gente chega hoje, para prestar algum serviço, precisar de alguma coisa, geralmente o pessoal classifica com a cor da sua pele, você sabe classificar? Se entende de uma cor hoje?

Entrevistada: Sim, eu sou negra.

Marcus Costa: O fato de você se identificar como negra é algo, tipo assim, espontâneo, que você sabe que é e se reconhece como tal, ou porque as pessoas já te classificam como?

Entrevistada: Eu me identifico.

Marcus Costa: Existe algum constrangimento em você dizer que é?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Já sentiu em algum momento uma resistência em fazer esse reconhecimento? Não precisa ser agora, não, desde antes, alguma vez na vida, você sentiu essa resistência? Até falou, mas tinha essa dificuldade de entender?

Entrevistada: Sim, quando eu era criança.

Marcus Costa: Tu acha que essa dificuldade vem de quê, assim?

Entrevistada: Por sofrer racismo em escola, eu tenho cabelo crespo, mas por conta de racismo, de fazer no meu cabelo, eu acabei alisando e continuo até hoje.

Marcus Costa: Então, não foi propriamente uma escolha, você se sentiu pressionada a fazer, né?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Mas, ainda esse negócio de criança, que você sofreu discriminação no seu âmbito familiar, sua mãe, ela fazia algum tipo de pressão pro seu cabelo ser alisado ou não?

Entrevistada: Ela sempre gostou do meu cabelo crespo desde criança.

Marcus Costa: Aí você que se sentia, não, você sofria situações. Então na escola, por exemplo, essa discriminação vinha só por parte dos colegas ou você percebia isso por parte de professor, de gestor, no caso?

Entrevistada: Por parte dos meus colegas.

Marcus Costa: Sofria muito com isso, assim?

Entrevistada: Muito, me batiam, me xingavam, me cuspiam, puxavam meu cabelo…

Marcus Costa: E tudo em razão de cor da pele…

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Em razão, também, a situação da cor da pele, vou fazer uma pergunta aqui, embora já tenha sido respondida parcialmente, você já se sentiu diminuída por alguém, e aí não necessariamente mais na infância, agora já depois de jovem, adulto, você já se sentiu constrangida por alguém ou sentiu que você perdeu a oportunidade ou foi reduzida algum tipo de oportunidade em razão da cor da pele?

Entrevistada: Sim, quando ainda trabalhava me senti diminuída , por ser negra então, eu trabalhava em casa de família então eles praticamente falaram que eu tinha que trabalhar ali porque eu era negra.

Marcus Costa: Mas isso foi aqui na região ou foi quando você saiu?

Entrevistada: Foi quando eu saí.

Marcus Costa: Aqui, na região, tu já sofreu de alguma forma ? Sei lá, saiu pra comprar alguma coisa, fazer alguma coisa, e você sentiu essa situação?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Em relação à escola, tu estudou, estuda…

Entrevistada: Eu estudei, me formei e agora estou cursando enfermagem, porém está trancada.

Marcus Costa: Certo. Você faz enfermagem em que universidade?

Entrevistada: Nível Técnico

Marcus Costa: Qual empresa?

Entrevistada: Eu fazia em São Paulo

Marcus Costa: Fazia em São Paulo, trancou e veio?

Entrevistada: É, tranquei.

Marcus Costa: Mas, pensa em retomar o curso?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Qual seria hoje a principal dificuldade que tu tem pra retomar, hoje?

Entrevistada: A falta de dinheiro, de condições financeiras, porque no momento eu estou sem trabalhar, e não tenho profissão, tenho que retomar o curso.

Marcus Costa: A sua maior maior questão seria financeira, nesse ponto.

Entrevistada: Isso

Marcus Costa: Aqui na comunidade vocês acham que têm alguma perspectiva de emprego?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Existem empresas aqui, né, que trabalham com exploração de minério, você acredita que elas propõe ou deixem aberto a possibilidade de trabalho, principalmente por parte de mulheres, se você acha que há oportunidade pra mulheres?

Entrevistada: Sim, na parte da cozinha. Tem a oportunidade, porém, tem a falta de capacitação aqui. Então, acaba que a gente não tem oportunidade… Que a gente sabe cozinhar, mas a gente tem que provar que a gente sabe.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, essa cozinha que você tá falando, é a cozinha da própria empresa ou ou é cozinha que eles terceirizam? Assim, eles contratam alguém que faz alimentação?

Entrevistada: Terceirizada.

Marcus Costa: Então não seria propriamente da empresa

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Eu quero saber em relação à empresa, se a empresa teria mulheres trabalhando, na empresa mesmo, ou se ela propõe alguma coisa de iniciativa pra trazer mulheres pra trabalhar dentro da própria empresa.

Entrevistada: Eu acredito que não, porque são mais empregos pesados , trabalhar com pedras…

Marcus Costa: Conhece alguém que trabalhe diretamente lá, que seja mulher

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: É porque a dúvida é essa, as pessoas dizem que tem uma dificuldade de acesso. Com relação aos cursos profissionalizantes, das empresas que tem aqui, eles oferecem algum tipo de curso profissionalizante pras pessoas que moram aqui na comunidade?

Entrevistada: Até o momento, não.

Marcus Costa: E a prefeitura, município, tem? Algum curso já veio uma vez?

Entrevistada: Já veio um curso da eólica, algumas pessoas fizeram, só que não aqui, até o momento a eólica, né…

Marcus Costa: Mas teve cursos voltados pra lá, pra empresa eólica, né?

Entrevistada: Sim

Marcus Costa: E com relação a você, tecnicamente falando, você acredita que se procurasse uma empresa dessas, por exemplo, Você teria oportunidade de trabalho? Vamos simular aqui, que você tenha terminado seu curso, curso de técnico de enfermagem, se você terminasse se o técnico de enfermagem, tivesse vagas… Você acredita que a empresa contrataria?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: E aí vou adicionar o fato de mulher e ser filha da comunidade…

Entrevistada: Acredito que sim.

Marcus Costa: Falando também em comunidade, ser quilombola, você consegue ter uma definição assim do que é uma pessoa quilombola?

Entrevistada: Uma pessoa que participa das culturas.

Marcus Costa: Já te falaram alguma vez, ou você já procurou saber, qual origem da comunidade? Como foi que surgiu…

Entrevistada: Nunca falaram, não.

Marcus Costa: Pais, Avós… Não? Então, essa identificação quanto a ser quilombola, que defenda a comunidade quilombola, pra você é tranquila ou tem alguma resistência de se identificar?

Entrevistada: Pra mim é tranquilo.

Marcus Costa: Já precisou se identificar em algum local que você foi, sei lá, "eu fui em mirangaba, fazer o cadastro de bolsa família, e precisei dizer que sou da comunidade quilombola", já teve que fazer?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Mas sentiu uma resistência na hora? Aquele impacto de ter que dizer por exemplo, de se sentir constrangida, não?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Então assim se identificar como quilombola e como negra, como você se identificou, você acredita que há uma relação entre uma coisa e outra? Entre ser quilombola e ser negra?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Consegue identificar qual seria a relação?

Entrevistada: Acredita que por ser de origem negra, mesmo, meus antepassados, acredito que isso tenha uma influência.

Marcus Costa: Porque existem pessoas que não conseguem se identificar, né, e tal… Aí seria interessante realmente a gente saber se as pessoas, se você por exemplo está sendo entrevistado, consegue ter isso mas claramente. Então é possível em algum momento da vida e você tenha sofrido alguma discriminação sendo comutativamente negra e quilombola, ou você acha que pode ter sofrido mais por ser negra, ou mais por ser quilombola?

Entrevistada: Mais por ser negra.

Marcus Costa: A gente tá terminando, só mais uma pergunta, se você hoje fosse colocado em frente ao espelho e você de cabeça aos pés, você sente alguma necessidade de mudança? O que você mudaria em você? Aí vou dar só um exemplo, mudaria o nariz mudaria orelha mudaria a cor da pele mudaria meu cabelo você teria algo como identificação?

Entrevistada: Sim, eu mudaria meu cabelo novamente para o crespo.

Marcus Costa: Então quer dizer que teu cabelo está definitivamente liso? Então tá, você voltaria pro Crespo, Por se identificar mais fortemente como uma pessoa negra e quilombola, no caso, certo. Então, é basicamente isso, você quer acrescentar alguma coisa em relação à comunidade, em relação à sua vivência… Na família você sempre teve isso muito tranquilo ? Cor de pele, cabelo, e tal?

Entrevistada: A minha família é quase completamente toda negra.

Marcus Costa: Então hoje, se você tivesse uma vaga de emprego, e hoje pedissem pra você se classificar, qual a sua cor de pele, qual a sua etnia, qual comunidade que você participa, teria problema em fazer esse tipo de identificação?

Entrevistada: Não, nenhum.

Marcus Costa: Então, é só isso, muito obrigado pela entrevista, viu? Agradeço.

Entrevista 5- Mateus da Silva Pereira (Jenipapo), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa tarde.

Entrevistado: Boa tarde.

Marcus Costa: Qual é seu nome completo?

Entrevistado: Mateus da Silva Pereira.

Marcus Costa: Mateus. Tem algum apelido, Mateus?

Entrevistado: Bob.

Marcus Costa: Então a gente vai tratar aqui como Bob. Tu nasceu aqui na comunidade?

Entrevistado: Sim.

Marcus Costa: Tem quantos anos?

Entrevistado: eu tenho vinte e seis

Marcus Costa: Vinte e seis… sempre viveu por aqui? Ou já saiu por algum tempo?

Entrevistado: Eu comecei a viver aqui, certo, aos cinco anos de idade, mas passei dos meus nove meses até 5 anos lá em Jacobina.

Marcus Costa: Mas, tu tinha ligação direta com aqui?

Entrevistado: Tinha, porque a família da minha mãe é daqui.

Marcus Costa: Aí, sempre esteve aqui na comunidade…

Entrevistado: Isso.

Marcus Costa: Mas, tirando dessa sua convivência, você já saiu algum momento, tipo, pra trabalhar fora? Pra ficar fora mesmo da Comunidade?.

Entrevistado: Só até Jacobina, mesmo.

Marcus Costa: E hoje, você trabalha com o quê?

Entrevistado: Eu trabalho com entregas.

Marcus Costa: Entregas, né? E esse trabalho, Ele é realizado aqui na comunidade, fora daqui…

Entrevistado: Só lá em Mirangaba, entrega de água nas casas.

Marcus Costa: Ah sim. Tu participa da da associação daqui, assim, eu vou participar desse tipo de você se associar, participar de reunião e outras situações?

Entrevistado: Não, não.

Marcus Costa: Mas participa de nada daqui, por exemplo, tem uma palestra, não sei o quê…

Entrevistado: quando eu tô por aqui, sim.

Marcus Costa: Tu consegue participar, né?

Entrevistado: Sim.

Marcus Costa: Você consegue saber se a associação daqui, ela promove algum tipo de curso ou algum tipo de…

Entrevistado: Já promoveu vários cursos, de peneiras, essas coisas… É, esses artesanatos. Já trouxeram muito para a comunidade. Muita gente especializou muito na área

Marcus Costa: Certo, então. Mas você teve alguém, por exemplo, ou você ou alguém da família, que chegou a participar desse curso aqui?

Entrevistado: Tive, as mães.

Marcus Costa: Participou, né. assim, me diga uma coisa, os eventos da comunidade, você participa dos eventos da comunidade.

Entrevistado: Quando possível, sim, quando eu tô pela região sim.

Marcus Costa: Quais são as principais eventos que tu gosta de participar, quando acontecem?

Entrevistado: Os esportes equestres, que envolve cavalo, é, futebol essas gincanas movimentos que tem na igreja, voltado também à questão religiosa, por eu ser muito religioso, sempre que tem eu tô participando, né?

Marcus Costa: Você tem alguma religião?

Entrevistado: Eu sou católico.

Marcus Costa: Então geralmente as festas católicas aí pode, participa né. com relação à questão da comunidade em si, é, em relação a, também, fazendo um link logo aqui com relação a ideia de cor da pele, Eh, quando você chegar hoje geralmente para ser atendido no posto de saúde ser

atendido uma UPA da vida, ou até quando você vai conseguir um emprego, ou fazer algum curso, entrar na escola, por exemplo, eles agora precisam dessas informações da pessoa, nome, data de Nascimento… e eles perguntam se você, assim, qual é a cor da sua pele, já deve ter visto isso em algum momento. Alguém tem de perguntar qual é a cor de sua pele ou lhe dar o cadastro para você fazer, e lá tem a opção você marcar, você consegue se identificar com alguma cor?

Entrevistado: Já eu sempre marquei como que eu não sabia, mas eu sempre me denominei como negro, pela região qilombola, mas é sempre uma coisa que eu não sabia.

Marcus Costa: Mas, isso fica claro na sua cabeça?

Entrevistado: Fica.

Marcus Costa: Fica no sentido de ser… certo, que às vezes pode haver uma confusão e aí a gente saber direitinho… Então tá, você tá dizendo que sempre marcou como negro, por pertencer à região quilombola, mesmo. Você acredita que existe uma relação entre ser negro e ser quilombola? no sentido, assim, necessariamente o fato de ser quilombola, a pessoa tem que ser negra, ou se consideraria negro, ou o contrário, não existiria essa relação diretamente?

Entrevistado: Acho que existe a relação, porque se denomina muito pelo pessoal que que vive na região, né? Aí você se sente familiarizado por isso.

Marcus Costa: Por isso, né? Certo. Então você, se classificando assim como negro e como sendo quilombola, um ajuda o outro ao mesmo tempo. Você acredita que já sofreu algum tipo de discriminação em relação…

Entrevistado: Já.

Marcus Costa: Consegue lembrar de algumas situações assim?

Entrevistado: Não, porque era mais na época de Infância, as brincadeiras de infância, que você sempre tinha, você ia para escola e tinha sempre os meninos aqui por ter uma um patamar, um padrão, acima de você, achando que se sentia superior a você, mas eu sempre denominei que todo mundo é igual, né? Aos olhos de Deus, todo mundo é igual

Marcus Costa: Então, no caso da escola, você já sofreu discriminação…

Entrevistado: Já.

Marcus Costa: Mas você sentiu só por parte dos colegas ou isso tinha a ver também com professores e diretor…

Entrevistado: Não, só os meninos mesmo, professora não, graças a Deus eu sempre tive uma índole boa, assim, para cativar as pessoas e criar amizade fácil até hoje depois de muitos anos formado ainda. Vejo os professores, ainda fala comigo, lembra…

Marcus Costa: Então a discriminação…

Entrevistado: É, brincadeira de escola

Marcus Costa: O constrangimento que você sofreu foi basicamente na infância, né?

Entrevistado: É, infância

Marcus Costa: Então depois que você cresceu, já se tornou um adulto, você não sofreu mais…

Entrevistado: Não, se torna uma coisa meio que natural.

Marcus Costa: Então, essa ideia de ser natural, seria você se titular como negro quilombola ou natural seria essas brincadeiras em que às vezes as pessoas mexem, ou mais, sei lá…

Entrevistado: É, por você se sentir naturalizado como negro quilombola, e, tipo, esses… esses insultos, essas picuinhas, não vão fazer mais… você vai chegando num padrão de idade que você não liga mais para certo tipo de conversinha, passa despercebido

Marcus Costa: Com relação ainda a essa situação e falando na situação de emprego. Você acredita que em algum momento, acredita não, você já passou por algum momento de ter possibilidades, portas fechadas, por exemplo emprego, oportunidade de curso ou de outras oportunidades…

Entrevistado: Por esta questão em relação a isso? não, ainda não, graças a Deus não, não…

Marcus Costa: Em relação à escola. Tu estudou até que série?

Entrevistado: Eu sou, eu concluí o ensino médio que fala, né?

Marcus Costa: Então depois disso você não quis mais continuar…

Entrevistado: Não, não.

Marcus Costa: Mas pensa em voltar?

Entrevistado: Já fiz na força do ódio. Não penso, não vou mentir… Penso de jeito nenhum. Possa ser que, assim, apareça alguma coisa que me interessa lá de um curso, se Eu tô com tempo, eu vou fazer, não tô fazendo nada mais, até pra espairecer a mente e passar o tempo, eu posso fazer. mas dizer assim que é uma coisa espontânea, eu vou me dedicar os estudos, continuar… Não. me formei à pulso, por causa mesmo de mainha, que me botou na parede, à pulso mesmo. Eu vou mentir para quê?

Marcus Costa: Hoje, por exemplo, você tá satisfeito. Por exemplo, né? Com essa questão do estudo, não quer seguir a diante, e acha que "tá de boa".

Entrevistado: Pra mim, tá bom.

Marcus Costa: E em relação ao emprego? Você se sente satisfeito no emprego, acha que poderia melhorar?

Entrevistado: Poderia melhorar, né. Sempre você quer buscar melhoras, mas graças a Deus, eu gosto muito de pensar que Deus dá pra gente o que a gente merece, então aonde eu estou hoje, tá bom para mim.

Marcus Costa: Mas, caso hoje surgisse oportunidade melhor…

Entrevistado: Abraçaria com os dois braços, num cabo de aço para apertar bem.

Marcus Costa: Tá certo, tá errado não. Com relação, também, ainda com essa questão de emprego, e aí voltando pra conta da comunidade: você acredita que aqui na unidade existem chances de trabalho, aqui dentro?

Entrevistado: São mínimas, são mínimas mesmo, as áreas que é voltada a essas cargas de mercadorias que vão pras feiras e quem já é acostumado a trabalhar na roça tirando isso, quem não tiver disposição não trabalha mais em nada aqui, na região, aí a gente Bem que queria né que tivesse oportunidade. pra não precisar Sair daqui, pra ir pra Jacobina pra trabalhar lá. Imagina aí, trabalhar em casa, ter o seu emprego aqui pertinho de casa, os custos ser menor, não viver de aluguel, que no caso é o meu caso…

Marcus Costa: E, me diga, o pessoal sempre relatou aqui que existe empresas aqui, de minério, né?

Entrevistado: Tem, muito.

Marcus Costa: Em relação à oportunidade dessas empresas, você acha que o pessoal daqui da comunidade Tem a oportunidade na empresa?

Entrevistado: Tem muita gente na região que trabalha lá, mas é nos serviços, mais no trabalho braçal, porque esses de maquinários, essas coisas, já trazendo especializada. Ou tenta especializar daqui, quando tem muito a questão do conhecimento para não ter que pagar muito, gastar muito com o pessoal de fora.

Marcus Costa: Então, geralmente eles trazem de Fora?

Entrevistado: geralmente tem alguns de fora, mas tem alguns aqui também, né? Já era especializado na área, já trabalhou em algum lugar, lá fora. Aí chega e facilita a vida deles.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, tu conhece muita gente que trabalha aí nessas empresas?

Entrevistado: Conheço, conheço muita gente.Tem uns colegas meus, que trabalham de vigilante, nas máquinas mesmo, furando essas pedras, nos caminhões, caçamba, tratores…

Marcus Costa: Me diga uma coisa, é, trazer um pouquinho para a realidade da mulher, existem oportunidades para mulher dentro dessas empresas?

Entrevistado: Eu acho difícil. Nunca vi daqui não, daqui nunca vi nenhuma, a não ser as mulheres que trabalham numa questão culinária que eles vêm, acho que sai mais viável, do que trazer um monte de fora, e vêm e almoça com as meninas ali, mas é mínimo, mínimo.

Marcus Costa: É, então, elas são terceirizadas, né? Na empresa mesmo, não tem não. Tu, assim, se você parasse para refletir um pouco sobre isso, você acha que o problema aí estaria na falta de qualificação, ou porque a empresa, de fato, não teria muito interesse em contratar mulheres?

Entrevistado: Não, acho que o mundo que a gente tá vivendo hoje não tem mais essa questão de ser homem ou mulher, não, é mais especialidade mesmo. Acho que se chegar uma mulher "topada" aí, que desenrole, tão "pouco se lixando", eles dizem: "então vá, vá lá"

Marcus Costa: Então, assim, pensando nesse ponto de vista, o que estaria faltando assim de imediato, pelo menos essa questão seria a oportunidade de profissionalização?

Entrevistado: Profissionalização especial.

Marcus Costa: Você acha que está faltando mais iniciativa por parte do município, por exemplo, Poderia ajudar, a associação também poderia fazer alguma coisa ou a empresa mesmo poderia fazer, então você sabe dizer se a empresa fornece algum tipo de curso nesse sentido?

Entrevistado: Não, não. Eles, é, eu acho que devia ter uma tipo, como é que diz… um vínculo entre eles, os representantes da região ou juntamente com o prefeito, com o governo, para fornecer, né? Esse meio, pro pessoal conseguir ter uma estrutura, por não ter renda para correr atrás, às vezes até tem vontade, mas não tem o financeiro, que tem que ser gasto.

Marcus Costa: Então, esse caso, o município, também, a Prefeitura não faz, né?

Entrevistado: Nada dessas questões.

Marcus Costa: Então aqui, por exemplo, você acha que o município, a prefeitura, tô falando prefeitura pra facilitar, eles dão atenção, mais específica pra comunidade de vocês?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: A gente sabe que essa parte de profissionalização ela não tem muito, mas as outras coisas, você acha que…

Entrevistado: Não, não. sempre foi muito a região, aqui em especial, sempre foi muito carente para essas para essas questões de privilégio, assim, e sempre é cobrado pela galera da região, pela comunidade, mas como diz o velho ditado: "todo mundo tem os seus", né?

Marcus Costa: Então, é o seguinte, Hoje, Se você chegasse, eu vou fazer uma última pergunta, se você chegasse hoje, em frente a um espelho, e olhando para você, cabelo até as pontas dos pés, você se sentiria necessidade de mudar alguma coisa em você? aí pode ser qualquer coisa, nariz, ouvido, cabelo, cor de pele.

Entrevistado: Acho que a minha personalidade é difícil de ser mudado, tá ótimo para mim .

Marcus Costa: satisfatório assim, né?

Entrevistado: Sinto vontade de mudar nada em mim, não. tenho uma opinião formada, tenho os meus próprios gostos, tenho minha família, graças a Deus, tem o meu trabalho, amigos…

Marcus Costa: Nesse caso,tu já é casado?

Entrevistado: Não, não. Sou solteiro

Marcus Costa: Sua família é pai e mãe.

Entrevistado: Mãe, no caso. Mãe, tio, irmão, sobrinho…

Marcus Costa: Tranquilo. Então, é basicamente isso, são essas perguntas. Eu agradeço a participação.

Entrevistado: Tá ótimo pra mim

Marcus Costa: Qualquer coisa, estamos aí.

Entrevista 6- Orleandro de Jesus Miranda (Cajá), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa tarde.

Entrevistado: Boa tarde.

Marcus Costa: Qual é seu nome completo?

Entrevistado: Orleandro de Jesus Miranda.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistado: Tem, me chamam de Bel.

Marcus Costa: Pronto, vou te chamar de Bel. Tu nasceu aqui comunidade?

Entrevistado: Sim.

Marcus Costa: Sempre viveu por aqui?

Entrevistado: Vivo um pouco aqui, vivo mais pra fora.

Marcus Costa: Mas tu sai com frequência ou tipo assim não só vou trabalhar e retorno

Entrevistado: Não, saio por conta de serviço.

Marcus Costa: Sempre em busca de emprego, né?

Entrevistado: De melhora, é.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, tu atualmente está trabalhando de alguma coisa fora e voltou para comunidade?

Entrevistado: Tava, tava trabalhando como operador de máquina.

Marcus Costa: Fora daqui?

Entrevistado: Era.

Marcus Costa: Tu tem amizades aqui?

Entrevistado: Bastante.

Marcus Costa: A relação aqui é boa com a comunidade, tem atrito, alguma coisa assim?

Entrevistado: Não, aqui eu sou bem recebido.

Marcus Costa: E, estando aqui na comunidade, tu participa dos eventos daqui, que acontece?

Entrevistado: Sim.

Marcus Costa: Tem muitas festas, né? aí Tem vários tipos, né cavalgada, não sei o que, e tal…

Entrevistado: Isso aí, é… Bastante.

Marcus Costa: E festas religiosas também às vezes tem aqui, né?

Entrevistado: Tem.

Marcus Costa: Tu se denomina assim, hoje, como católico, evangélico… Tu tem alguma religião?

Entrevistado: Eu também já fui crente, já.

Marcus Costa: Mas hoje é solto na vida?

Entrevistado: Hoje pretendo voltar, ainda.

Marcus Costa: Mas, atualmente, hoje, você tá fora de uma religião, não é isso?

Entrevistado: Isso.

Marcus Costa: Pronto aí só pretende voltar? pronto, tranquilo. Me diga uma coisa, em relação à associação daqui de Santa Cruz, que é da comunidade, você participou ou participa das coisas que ela oferece? Do tipo reunião, cursos, qualquer evento que ela faz, assim?

Entrevistado: Curso eu nunca fiz não, mas a reunião eu já fui, tem um bocado de ano, já.

Marcus Costa: Às vezes elas fazem palestra, né sobre alguma coisa aí, e tal.Já participou de alguma, não?

Entrevistado: Não, não, não.

Marcus Costa: Mas você tem conhecimento se a associação ela meio que promove alguma coisa que traz eventos, e tal…

Entrevistado: Sim, traz muitas coisas para cá.

Marcus Costa: Então, é o seguinte, é, em relação também à situação da comunidade, do fato de ser quilombola, isso, na sua cabeça é claro? assim, você por pertencer a uma comunidade quilombola, isso é tranquilo?

Entrevistado: Eu acho que o assunto interessante para nós, que nós é, assim, é muito conhecido né, de nossa região, que nós é quilombola, aí eu fico bem, assim, meio… a gente fica nessa parada, do que a gente fica bem agradecido, chega no lugar todo mundo fala: "olha naquele lugar quilombola, ali e tal". Aí fica até bem recebido, no caso.

Marcus Costa: Em caso do ser quilombola, Você pertence à comunidade, né? Você já sofreu alguma discriminação com relação a isso?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Tipo assim, em questão de alguém olhar assim, diferente, demonstrar de alguma forma, e aí eu vou lhe dizer, agora, não só agora adulto, mas desde quando era criança, na escola, alguma coisa assim?

Entrevistado: Não, não, não, não, não.

Marcus Costa: Então assim, ser quilombola, inicialmente, parece que não teve um problema assim, né?

Entrevistado: Pra mim, Até hoje, não.

Marcus Costa: Pronto, e você tem alguma dificuldade em se intitular como quilombola? Ou é tranquilo? Nunca sentiu dificuldade?

Entrevistado: Não, não. Eu sou (tranquilo).

Marcus Costa: É tranquilo então, né? E em relação a chamada cor da pele ou etnia, como a gente chama, às vezes, hoje, você, quase todo lugar que você vai e frequenta que é um órgão do estado ou você vai tentar um emprego ou fazer um exame às vezes acontece, ele sempre pergunta qual é a cor da sua pele? Qual é a sua etnia você consegue fazer aquela classificação tranquilamente. Você já se define com a cor da pele?

Entrevistado: Já.

Marcus Costa: Já? E qual seria a cor da pele?

Entrevistado: A mesma daqui de nós daqui da região.

Marcus Costa: Mas assim, cor, que ele fala assim para ela: você é pardo, preto, branco, indígena…

Entrevistado: Já, nunca recebi essa pergunta não, mas eu botava negro mesmo.

Marcus Costa: Botava negro, né?

Entrevistado: Botava.

Marcus Costa: Certo, porque assim, eles hoje essa classificação tá bem alta, né? Tudo que você faz hoje, você precisa dessa classificação, aí tem vezes que tem pessoas que têm dificuldade de dizer, "eu não sei qual é a cor da minha pele, na verdade", aí fica nessa dúvida. Aí eu só queria saber se você já tinha essa…

Entrevistado: Não, não, nunca passei não. Mas se botar assim eu vou botar que eu sou negro mesmo, né?

Marcus Costa: Tu acha que existe uma relação entre ser negro e ser quilombola, ou seja o fato de ser quilombola, necessariamente, leva a ideia de ser negro junto?não sei se tu entendeu a pergunta. Se existe uma relação entre ser quilombola e ser negro. Qual é a relação que eu tô falando, o fato de você ser quilombola, levaria uma compreensão de você também ser negro, ou não, uma coisa não depende da outra, você pode ser quilombola e não ser negro, necessariamente.

Entrevistado: É, tipo assim… Acho que é a mesma coisa, porque se não a gente, no caso mora aqui, aí todo mundo é quilombola, a gente nasceu e viveu aqui, é a mesma coisa.

Marcus Costa: Tu já ouviu falar sobre a história da comunidade, em algum momento? Como foi que ela surgiu,como ela se formou…

Entrevistado: Não, lembro que uma mulher, uma vez, na escola, falou como começou, como surgiu…

Marcus Costa: Então, como você não lembra, não adianta tá fazendo a pergunta específica sobre alguns detalhes, mas essa pergunta que eu lhe fiz que você acha que tem uma relação, porque em muitos locais o pessoal sustenta, né? Em livros, em estudos, que a comunidade quilombola foi formada por negros, né? Então por isso que a gente quer saber se existe uma relação, entre uma coisa e outra, e tem gente que não se identifica como negro, né?Diz até que é quilombola, só que negro, não é. Aí por isso que eu tô lhe perguntando, porque às vezes tem essa resistência.

Entrevistado: É, tem uns que é.

Marcus Costa: Na escola, mesmo, você disse já, que nunca sofreu isso, nunca sentiu aí por fora, né lugar nenhum, em local de compra…

Entrevistado: Até agora não, em lugar nenhum.

Marcus Costa: Você vai comprar alguma coisa, você nunca foi, assim, atendido de forma diferente, porque era negro, quilombola, sei lá, porque acham que você não tem dinheiro… Porque também tem disso, né? Às vezes o pessoal lhe trata diferente, né? Por causa dessa situação, mas aí como você foi me dizendo que não, não coisou… E estudo? Tu estudou, estuda, como é?

Entrevistado: Estudei já, me formei já.

Marcus Costa: Mas tem a pretensão de fazer algum curso universitário, alguma coisa diferente? Ou até o ensino médio, tá bom?

Entrevistado: Faria, se tivesse a oportunidade que você botou né?

Marcus Costa: Mas sente essa necessidade hoje ou isso é só Se surgir?

Entrevistado: É, só isso surgindo eu faço. é melhor…

Marcus Costa: Pra arrumar um emprego, né? Com relação a essa situação, assim, de emprego, estudo, você tem ainda algum objetivo da vida, tipo assim, para ser algo melhor, ou um sonho, de, por exemplo: "não, eu quero trabalhar nesse tipo (de emprego), me tornar tal coisa". Vou citar outra situação, de você por exemplo, você estar numa empresa, aí vem a ideia de se tornar uma… como é que a gente chama? É do mercado fiscal, né?

Entrevistado: Encarregado.

Marcus Costa: É, encarregado, essas coisas assim, você tem alguma coisa em mente assim ou uma profissão específica? "Não, eu quero ser um eletricista"...

Entrevistado: Assim, não, no caso, assim, essa parte assim eu nunca tive muito interesse não viu? O negócio é mais é… tipo assim, agora pra nós mesmo tem que ir para fora, porque aqui não tem. Pois, por mim, eu estaria aqui até hoje, que cheguei o sonho que eu consegui, que era de se formar, tirar minha habilitação… Queria ser motorista, toda a vida eu fui para isso, aí fui, e nada. nunca surgiu vaga, até hoje, porque a região aqui para nós, aqui povoado, não tem muito desenvolvimento pra serviço. Aí eu fui mudando,fazendo curso, e tal, e foi melhorando. Agora, mais vai mexer com o negócio de ir pra fora, aí, é, mexer com soja, plantação, mais esses negócio.

Marcus Costa: É, mas seria aquelas grandes plantações, né? Aí, de colheitadeira e…

Entrevistado: É, aí eu fiquei já por essa parte, mas, hoje, meu sonho é ser motorista, mas é na região pra nós é complicado. Aí nós tem que ir para fora, aí você vê que na roça não tem, e você tem que caçar.

Marcus Costa: Tu já tentou alguma vez assim, na região, alguma cidade, por exemplo, ela tem uns currículos assim, nessa parte do motorista?

Entrevistado: Já, já. tem um lugar que chama, mas tipo, a gente ir desprevenido é melhor aguentar não, porque a gente não tem a cara assim não tem realmente…

Marcus Costa: Por conta do custo, né?

Entrevistado: É.

Marcus Costa: É a média.Tu é casado, tem família…

Entrevistado: Sou solteiro. Hoje, a minha família nasceu aqui, mas completamente hoje, não vive aqui.

Marcus Costa: Tá pra fora, né?

Entrevistado: É, todo mundo foi embora, foi pra Minas Gerais, só minha irmã que tá mais eu aqui, que chegou de viagem,mas já tá indo embora, já. Só tô aqui Até hoje, ainda, esperando ela passar um dia para mim levar ela embora. Mas se fosse, no caso de nós viver aqui, nem minha mãe saía daqui não.

Marcus Costa: É porque gosta, né? Da região.

Entrevistado: Eu só fico lá, aqui, por um ano, dois anos, e quando dá Saudade eu volto pra lá de novo.

Marcus Costa: Mas é bom quando chega aqui, né?

Entrevistado: Quando eu chego aqui, eu sou bem recebido, até hoje, graças a Deus.

Marcus Costa: Que bom. Me diga uma coisa, só pra gente encerrar aqui, com relação a você especificamente, você chegando hoje, em frente a um espelho e olhando para você, aí você olha o corpo todo do cabelo, nariz, olho, cor de pele… Você teria alguma coisa, hoje, que você faria uma mudança? Se você tivesse oportunidade?

Entrevistado: Tipo…

Marcus Costa: Não, tem gente que não sente. "Não, eu faria o meu nariz, mandava fazer alguma coisa em meu nariz", se fosse possível fazer, né que você vai fazer, entendeu? Tem gente que não gosta do cabelo, não…

Entrevistado: Não, tá bom demais pra mim.

Marcus Costa: Se sente satisfeito, né?

Entrevistado: Sinto, graças a Deus. Que tem pessoa que, assim, se Deus deixou assim, tem que ser assim e acabou.

Marcus Costa: Pronto, é só isso.

Entrevistado: Só isso?

Marcus Costa: Isso. Agradeço profundamente.

Entrevista 7- Maicon dos Santos (Hibisco), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa tarde.

Entrevistado: Boa tarde.

Marcus Costa: Qual é teu nome completo

Entrevistado: Maicon [não compreendido] dos Santos

Marcus Costa: Tem algum apelido, Maicon?

Entrevistado: Maicon, mesmo

Marcus Costa: Maicon, então. nasceu aqui na comunidade?

Entrevistado: Nasci.

Marcus Costa: Tem quantos anos?

Entrevistado: dezenove.

Marcus Costa: Ah, novo. E tu sempre viveu por aqui ou já saiu em algum momento?

Entrevistado: Já saí, já.

Marcus Costa: Já saiu, passou muito tempo?

Entrevistado: Já tem, já vou fazer um ano já.

Marcus Costa: Aí você fica indo e voltando, mais a trabalho, por quê?

Entrevistado: A trabalho.

Marcus Costa: Certo. por ser a trabalho, você acha que a comunidade aqui não tem oportunidade de vocês, ou já sabe que não tem, nunca teve…
Entrevistado: Não tem uma oportunidade, aí a gente pega e sai fora

Marcus Costa: O motivo de não ter trabalho, por exemplo, você acha que teve emprego que você não tenha qualificação, ou não tem emprego mesmo? ou as duas coisas?

Entrevistado: É as duas coisas, né?

Marcus Costa: Então assim, A qualificação, porque, assim, a gente tem aqui na região, os meninos sempre tão falando, a presença de duas empresas, né, que explora, né? Pedras, minérios aí. Essas empresas, elas precisam de mão de obra qualificada, né? Você ter qualificação. Então, hoje, se fosse para você tentar entrar numa delas, você acha que conseguiria?

Entrevistado: Eu mesmo já tentei uma vez, não consegui

Marcus Costa: Não conseguiu, não… mas tu acha que foi esse o problema? da questão de tu não ter qualificação, de outra coisa, não?

Entrevistado: Creio eu que sim.

Marcus Costa: Não acredita que seja outra coisa não, né?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Então, assim, a gente estaria aqui hoje na comunidade, nesse sentido, seria falta basicamente de qualificação profissional, seria isso?

Entrevistado: Falta de qualificação e de trabalho também, né?

Marcus Costa: Questão de trabalho também, né? A gente não tem muitas oportunidades. E com relação à ideia de responsabilidade por essa qualificação, você acha que caberia quem? Ao município, à empresa que tá chegando, à associação poderia ajudar de alguma forma…

Entrevistado: Creio eu que a parte, né, da prefeitura. Mas se a prefeitura pudesse conversar com eles, para dar oportunidade à pessoa da comunidade mesmo, seria uma boa ideia.

Marcus Costa: Você entende que eles não dão preferência às pessoas da comunidade?

Entrevistado: Eu acho mesmo que é escolhida, os que entra lá

Marcus Costa: Você sabe, assim, por exemplo, se a empresa lá eles contratam mais gente de fora ou tem muita gente aqui da comunidade ou é meio a meio? Como é que você vê?

Entrevistado: É mais só gente de fora

Marcus Costa: Mais gente de fora… e aí eles ficam, tipo residindo por aqui, né? pronto, então vou voltar um pouquinho, só para Associação, tu já participou de alguma coisa da associação? Reunião ou algum curso?

Entrevistado: Já fui, já fui pra umas reunião aí, já

Marcus Costa: E algum curso, assim, a exemplo, de palestra, essas coisas? Já participou alguma vez?

Entrevistado: Já fui algumas vez, já.

Marcus Costa: Já foi, já. Pronto. Você sabe dizer se a associação promove algum curso para as pessoas aqui da comunidade?

Entrevistado: Chegou uma ideia aí, só que eu acho que não foi para frente, né? Aí logo em seguida, eu viajei.

Marcus Costa: Mas sabe qual é o problema? Mais ou menos o que foi?

Entrevistado: Era dos artesanato lá, né.

Marcus Costa: E, com relação a eventos aqui na comunidade, tu sempre participou dos eventos da comunidade ou era mais de fora, assim?

Entrevistado: Eu era mais de fora.

Marcus Costa: Ah, nunca foi de se enturmar diretamente, né?

Entrevistado: É.

Marcus Costa: Então, é, eventos tanto aqui mesmo, do pessoal quanto religiosos, já participou de algum evento religioso? É mais por fora, né?

Entrevistado: Mais por fora.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, em relação a estudo,tu estudou, estuda…

Entrevistado: Estudei, até o primeiro ano.

Marcus Costa: Até o primeiro, não chegou a terminar?

Entrevistado: Não, cheguei não.

Marcus Costa: esse fato de você não terminar, hoje, tu sempre necessidade de terminar ou pra tu tanto faz, assim?

Entrevistado: Eu sinto necessidade

Marcus Costa: Sente necessidade? Já foi cobrado alguma vez aí por fora ?

Entrevistado: Já, quando eu comecei a trabalhar, cobraram o estudo.

Marcus Costa: Mas pretende voltar?

Entrevistado: Pretendo.

Marcus Costa: E voltando a estudar, você teria uma pretensão de fazer um curso, uma universidade, alguma coisa assim, uma qualificação mais específica...

Entrevistado: Aí vai depender da comunidade. Se eu tiver a comunidade, aí eu quero concluir, se a comunidade tiver um serviço para me oferecer eu fico.

Marcus Costa: Sim, nesse caso, você não teria de imediato que tá sem o objetivo com relação a cursos. Tipo: “Eu tenho vontade de eletricista”. Tipo assim.

Entrevistado: Por enquanto, ainda nada

Marcus Costa: Então você não tem objetivo? Aonde você tá hoje trabalhando, você se sente, assim, realizado? Ou acha que deveria melhorar ou correr atrás de algo melhor?

Entrevistado: Não tem escolha, né.

Marcus Costa: Assim, qual é o sentimento, o cenário? Às vezes você: “não eu tô de boa, tipo assim, eu tô morando fora e não era a melhor opção, mas eu tô de boa”. Por exemplo, aí, ou às vezes, você fica doido para voltar…

Entrevistado: você realmente tá longe de casa…

Marcus Costa: Aí, tu tá lá sozinho, como é que eu fica?

Entrevistado: Fico lá sozinho, é só eu e os cara de lá mesmo.

Marcus Costa: E aí, no caso, teus parente, família, fica tudo aqui, é?

Entrevistado: Tudo aqui, aí eu vou trabalhar cinco, seis meses, aí venho passar um tempo aqui, aí "torno" a voltar.

Marcus Costa: E aí tem hora que você fica pra lá e pra cá, né? Complicado, mesmo. E com relação, e agora eu vou tocar na questão e, se você se sentir à vontade pra falar, com relação à questão de cor de pele. A ideia de se identificar. Em alguns espaços, que você foi, você pode frequentar ou precisar de alguma coisa, eles vão pedir que você preencha lá sobre qual é a cor de sua pele, qual é a sua etnia… Você já se identificou?

Entrevistado: Já, negro

Marcus Costa: Pronto, você se identifica como negro, o fato de você se identificar como negro, sempre isso aconteceu ou foi depois de algum tempo que você parou pra analisar?

Entrevistado: Sempre aconteceu.

Marcus Costa: Você já sofreu algum tipo de discriminação, por conta disso?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Nem na escola quando estudava, quando era novo…

Entrevistado: Às vezes, alguém faz uma brincadeira, mas nunca me importei, não. eu nunca fui de levar à frente, não.

Marcus Costa: Na escola, com as colegas… dentro da escola, por exemplo, com professores e diretores já teve algumas… Já sentiu alguma diferença?

Entrevistado: Já teve uma brincadeira, mas eu nunca fui levar à frente, não.

Marcus Costa: Tu lembra de uma brincadeira, assim, que te marcou? Mesmo que você não dê importância, mas que te marcou, assim?

Entrevistado: Não, nunca me marcou, não, porque sempre, nunca fui de ficar ligando, não

Marcus Costa: Ah então vamos lá, também, pelo fato de você ser negro ou se identificar como negro, você acha que já perdeu alguma oportunidade, inclusive de trabalh? Não precisa ser só trabalho, não. Qualquer outra oportunidade

Entrevistado: Eu acho que não.

Marcus Costa: De ganhar alguma coisa, de participar de alguma coisa, de trabalhar…

Entrevistado: Acho que não

Marcus Costa: Você nunca percebeu isso não, né? E a ideia de ser negro, agora voltando para sua comunidade, que é a comunidade quilombola, você se identifica como quilombola?

Entrevistado: Sim.

Marcus Costa: Sente alguma dificuldade em se identificar? Tipo: "ah, eu tenho dificuldade", ou "Ah, eu meio que não queria me expor, mas eu vou falar que sou, pra ver".

Entrevistado: Não, não.

Marcus Costa: Nunca teve essa resistência não, né?

Entrevistado: Não, sempre fui e sempre falo.

Marcus Costa: Sempre fala, né? Existe algum tipo de orgulho nisso, de você falar?

Entrevistado: Tem.

Marcus Costa: Então por aí afora você sempre, não tem problema falar sobre isso, né?

Entrevistado: Falo direto.

Marcus Costa: Pronto. Só retornando um pouquinho, porque eu acabei esquecendo, você vai saber das informações que correm aí pela comunidade, e tal. Você sabe dizer se nessas empresas aí, que tá aqui, se elas contratam mulheres para trabalho?

Entrevistado: Ainda não ouvi falar que contratam mulher, não.

Marcus Costa: Não? Pronto. Só mais uma coisa. Você, hoje, se você chegar em frente a um espelho, se olhar tanto do cabelo aos pés, você conseguiria ou você sente a necessidade de mudar alguma coisa em você? Do tipo: "não, eu mudaria esse cabelo, eu vou pintar de outra cor"... alguma coisa assim? ou você sente satisfeito com uma pessoa que você é hoje?

Entrevistado: Me sinto satisfeito hoje e sempre, assim.

Marcus Costa: Seus pais sempre moraram aqui na comunidade, e aí você estudava por aqui, depois foi pra Mirangaba, né?

Entrevistado: Isso.

Marcus Costa: Já voltou e aí a vida se encaminhou, né?

Entrevistado: Exatamente.

Marcus Costa: Já construiu família?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Não? Só namorada mesmo. Pronto, as perguntas são essas, eu agradeço a participação, viu? Muito obrigado e qualquer coisa estamos aí, viu?

Entrevista 8- Helena Silva do Nascimento (Acácia), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa noite.

Entrevistada: Boa noite.

Marcus Costa: Qual é o seu nome completo?

Entrevistada: Helena Silva do Nascimento.

Marcus Costa: Tu tem algum apelido, Helena?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Gosta de ser chamada de Helena mesmo, né?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Pronto? Você nasceu aqui, na comunidade?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Tem quantos anos?

Entrevistada: Vinte e Sete.

Marcus Costa: Vinte e sete. Sempre viveu em Santa Cruz ou já saiu em algum momento?

Entrevistada: Não, sempre por aqui, mesmo.

Marcus Costa: Sempre aqui mesmo, né? E, assim, como é viver aqui em Santa Cruz? No sentido de você ter a oportunidade de trabalho, ou iniciativa de…

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Tem não? De jeito nenhum, assim?

Entrevistada: Aqui tá faltando muito do trabalho…

Marcus Costa: Em relação às empresas que tem aqui, que eu ouvi falar que tem, em algum momento já foi dado a oportunidade a vocês?

Entrevistada: A eu, não.

Marcus Costa: Não, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Tá, você acha que, as empresas, elas se recusam, por você ser mulher, você acha que tem uma dificuldade maior para conseguir um emprego nessas empresas, especificamente falando?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Mas já tentou alguma vez? Não?

Entrevistada: Não, não

Marcus Costa: Você acha que poderia estar atrelado aí, ou não, à ideia de qualificação? Assim, você ter um curso profissional, para poder trabalhar?

Entrevistada: Sim, porque pra trabalhar tem que ter curso, né? Estudo…

Marcus Costa: Então, assim, é possível dizer que a comunidade não teria, assi, esses cursos de qualificação, para poder ajudar, né? A entrar na empresa… Pronto. Em algum momento, assim, já ouviu falar sobre se a empresa procurou a Associação, a prefeitura, para tentar ver se consegue ministrar esse cursos aqui na Comunidade?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não, né? Iniciativa da prefeitura, algum.. Já teve alguma coisa assim? Com relação a isso, para poder ajudar a você, e a vocês, né? De forma geral, nunca teve não, né? Você estudou?

Entrevistada: Estudei, até a sexta série.

Marcus Costa: Nesse estudar agora, por exemplo, você parou ou pretende voltar, ou não quer mais saber…

Entrevistada: Parei, tô querendo voltar de novo.

Marcus Costa: Querendo voltar? Nesse momento do voltar, qual seria o seu objetivo agora? Seria só terminar ou já pensando em alguma coisa pra trabalho?

Entrevistada: Terminar e pensar em arrumar algum curso, né? Pra tá trabalhando.

Marcus Costa: Pra estar trabalhando, né? Certo. Você, nessa ideia de voltar, você começa a pensar em alguma dificuldade para retornar? Por exemplo, hoje você é casada? Tem filho?

Entrevistada: Aham. Tenho.

Marcus Costa: Pronto, então, assim, você…

Entrevistada: É um pouco mais puxado, complicado, porque tem filho.

Marcus Costa: Sim, tu tem quantos filhos?

Entrevistada: Uma, uma menina.

Marcus Costa: É nova?

Entrevistada: Tem sete anos.

Marcus Costa: Ah, é nova. Aí, de qualquer forma, fica um pouco mais difícil, né?
Retornar, assim. Mas, assim, pretende voltar, né? A ideia é que volte. Certo, então, pensando um pouquinho também ainda na comunidade, com relação à associação, você participa da Associação?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Das reuniões, dos cursos que lá oferecem, e tal, e tal. A associação consegue promover algum curso de qualificação? Seria mais ou menos a ideia da qualificação para uma empresa, para você trabalhar em alguma coisa, ou ela só oferece cursos mais…

Entrevistada: Tipo artesanato, né?

Marcus Costa: Sim, seria mais essa ideia de ser autônomo, de você mesmo cuidar de sua renda… Então não teria nenhuma qualificação para o mercado de trabalho específico, né? Formal… Aí você participa desses cursos?

Entrevistada: Não, nunca participei de nenhum, não.

Marcus Costa: Já teve vontade, ou é porque, também, não acha que seria muito interessante?

Entrevistada: Porque também não tem interesse, né?

Marcus Costa: Certo. O pessoal falou que a associação também produzia aqueles, eu não sei como é artesanato, mas aquele material de peneira…

Entrevistada: É isso, é isso mesmo.

Marcus Costa: Ah, tá. Porque ele falava que tão fazendo um aí, também, agora de boneca.

Entrevistada: De boneca, de um bocado de coisa.

Marcus Costa: Pronto. Então, enquanto comunidade, em relação a emprego a gente já constatou mais ou menos a dificuldade, e agora, assim, com a ideia de ser quilombola, para você é tranquilo?

Entrevistada: Sim

Marcus Costa: Se titular como quilombola, entender o que é quilombola… Já sofreu algum constrangimento por se defender como quilombola?

Entrevistada: Não

Marcus Costa: Você já teve alguma dificuldade de dizer que era quilombola, de declarar que era… A dificuldade é tipo assim, né, não que você vai negar, é que chega um momento que você tá num ambiente e fica meio assim, nunca se sentiu assim, não?

Entrevistada: Não, nunca, se eu sou do lugar, como é que eu vou ficar?

Marcus Costa: É que pode acontecer, aí a ideia é saber. Então, ótimo. Então, e a ideia de cor de pele? Você se definir, como ultimamente a gente tem utilizado, tanto em atendimento médico, até uma satisfação de emprego, matrícula escolar… Sempre há essa classificação, para poder definir a nossa sociedade, mais ou menos, como é que está organizada. Aí, o que eu quero saber é o seguinte, você já se definiu com relação a uma situação dessa ou já marcou em algum desses formulários uma cor específica?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não lembra, não? Porque provavelmente tu já deve ter enfrentado, ou, não sei, respondeu ou não essa pergunta, ou respondeu alguma coisa. Sempre, olha, vou colocar aqui exemplo, você vai preenchendo seu nome, data de nascimento, aí aqui coloca a etnia, ou cor, aí vem preto, pardo...

Entrevistada: Já.

Marcus Costa: Já? E qual foi a cor que tu colocou?

Entrevistada: Pardo.

Marcus Costa: Você se identifica com o pardo, Ou você tem alguma dúvida? Se você é pardo, você é...

Entrevistada: Não

Marcus Costa: Porque, às vezes as pessoas marcam porque precisam marcar, mas, aí, tem aquela dúvida, se a cor é parda, é branca, é negro, sabe? Você não tem dúvida quanto a isso?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Certo. Em razão de sua cor, você já sofreu algum tipo de discriminação?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Nem na escola, quando estudava, quando pequeno… Parentes, colegas, amigos… Nenhum tipo de brincadeira que lhe deixasse constrangida, não?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Então tá. Em algum momento, você saiu para ir na cidade comprar alguma coisa, ou na região ou fora da região, e você precisou se identificar como quilombola, você sentiu algum tratamento diferenciado? E aí é diferenciada, no seguinte, de ir colocando, tipo,

como se fosse uma pessoa menor, uma qualidade menor, pelo fato de você pertencer à comunidade quilombola ou interior, especificamente?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Nunca aconteceu, não. Você nunca sentiu essa…

Entrevistada: (Sinaliza que não, com a cabeça)

Marcus Costa: Tá, então, voltando um pouquinho para a questão do trabalho, você acredita, ou melhor, você sabem informar se o município tem realizado algum tipo, ou elaborado algum tipo de projeto, para trazer algum curso de qualificação pra essa região? Junto da Associação, ou, sei lá, da igreja, posto de saúde…

Entrevistada: Não sei, não.

Marcus Costa: Deixa eu só ver aqui… Uma última pergunta que eu vou fazer, só pra gente finalizar, quando você, se você fosse colocado em frente a um espelho, hoje, se olhasse no espelho, você teria necessidade de alterar alguma coisa em você? E aí seria fisionomia física, sei lá, nariz, ouvido, olho, cabelo, cor de pele…

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Porque, às vezes, as pessoas não se sentem completas, não sei como você está hoje, você se sente completa

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: Pronto. Você quer acrescentar alguma coisa? Assim, em relação à comunidade? Alguma situação assim…

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Tem até outra pergunta, que eu esqueci de te falar, com relação à história da comunidade, como ela surgiu, como ela se desenvolveu, alguém já te falou sobre isso,ou você sabe alguma informação sobre como ela surgiu, o histórico dela, assim.

Entrevistada: Não sei nem como é, quem sabe contar isso é o mais velho…

Marcus Costa: É isso, pai, mãe, nunca te passou alguma coisa, ou você não prestou atenção? Porque às vezes passa, e você não tá muito, né, ligada...

Entrevistada: Não…

Marcus Costa: Pronto, então, você não sabe ou não recebeu essa informação. Pronto, é basicamente isso, eu agradeço a participação, viu? Muito obrigado.

Entrevistada: De nada, obrigada você.

Entrevista 9- Geisilane dos Santos Cruz (Sabiá), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa noite.

Entrevistada: Boa noite.

Marcus Costa: Me diga seu nome completo.

Entrevistada: Geisilane dos Santos Cruz

Marcus Costa: Você tem algum apelido?

Entrevistada: Gê.

Marcus Costa: Então, pode lhe chamar de Gê… Tu nasceu aqui na comunidade?

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: Sempre viveu aqui?

Entrevistada: Sempre vivi aqui, mas, agora não, por causa da faculdade.

Marcus Costa: Você tem quantos anos aí?

Entrevistada: Dezoito.

Marcus Costa: Ótimo. Aí, você passou na faculdade?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Tá fazendo que curso?

Entrevistada: Educação Física.

Marcus Costa: A universidade é a…

Entrevistada: UNEB.

Marcus Costa: A Universidade Estadual… Tá gostando do curso?

Entrevistada: Até agora, sim.

Marcus Costa: Ótimo. O ingresso, nesse curso, tu entrou por algum meio afirmativo? No sentido de cotas, foi?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: E a cota foi de…

Entrevistada: Negro, porque de negro tinha mais vagas do que quilombola.

Marcus Costa: Aí você preferiu arriscar como negro, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Pronto. É que às vezes é bom a gente saber, pra ter um impacto, também no resultado. Já que você entrou na universidade como negro, primeiro, assim, qual é a sua perspectiva com a universidade? Assim, no final, é tá na área ou você pretende ainda seguir nome para tipo, uma pós-graduação, mestrado, doutorado…

Entrevistada: Por enquanto, atuar na área.

Marcus Costa: Só atuar na área, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Vai ser professora de educação física?

Entrevistada: Bacharel.

Marcus Costa: Ah, tu tá no Bacharelado?

Entrevistada: Tô, agora tem os dois, quando você chega aí, no quinto semestre, a gente escolhe Licenciatura ou Bacharelado.

Marcus Costa: Ah, agora é você quem escolhe… Não sabia dessa, não. Que maravilha!

Entrevistada: É, aí você fica por lá até o nono,Acho que é o nono período.

Marcus Costa: Ah, então houve essa mudança… Que antes era só uma coisa, aí você tinha que fazer bacharelado por fora… Ai, que ótimo, ótimo. Então, vamos lá, Você entrou, na universidade, como negra, pra você ter acesso às cotas, você já se identificava antes, como negra? Ou você chegou a se identificar só pra o vestibular?

Entrevistada: Já. Já tinha me identificado antes.

Marcus Costa: Já? Já teve alguma dificuldade em se identificar como Negra?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Com a dificuldade, eu quero dizer, vou tentar ser um pouco mais redondo, às vezes a pessoa não consegue saber sua cor, e depois pode ser que ela não queira aceitar. São duas situações diferentes, né? Então, assim, aí você já teve alguma dificuldade em relação a isso?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Nunca teve vergonha, nem constrangimento?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Ótimo. Então, é o seguinte, também, ainda nessa questão da cor, você já passou por algum tipo de constrangimento? Em razão de sua cor?

Entrevistada: Ainda não, mas é porque, nunca se sabe, né?

Marcus Costa: Nem na escola, quando você estudava? Porque tem muitos casos que acontecem, que a gente conversa daqui, a gente percebe mais que mais passa, é no momento da escola.

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Nunca, nem com professor, diretor, nem colegas de sala? Certo… Agora, a gente vai fazer um linque com a ideia de ser quilombola, se identificar como quilombola, o participando uma comunidade quilombola, você tem alguma dificuldade quanto a isso? Ou para você é super tranquilo, assim?

Entrevistada: Pra mim é tranquilo.

Marcus Costa: Se chegar a mesma pergunta, em relação a cor, você já se sentiu constrangida ou você criou um pouco de resistência em se identificar, em algum momento?

Entrevistada: Não.
Marcus Costa: Não? Então, até o tratamento em alguns ambientes, quando você se identifica, nunca sofreu nenhum tipo de discriminação?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Oportunidades, nunca teve perdida oportunidade, nunca passou por essa situação? É, ainda nessa questão quilombola, a ideia de você ser quilombola e ser uma pessoa negra, você entende essa situação como algo, vamos dizer assim, não sei se a palavra seria "decorrente" um do outro, mas se estaria associada, do tipo, ser quilombola é necessariamente você ser negro, ou ser negro nesse caso, há uma grande chance de você ser qulombola dentro da comunidade, mas a minha pergunta principal é no sentido de que se existiria uma relação, entre ser quilombola e ser negro.

Entrevistada: Eu acho que não.

Marcus Costa: Não? Então, nesse ponto, poderia ser possível uma pessoa ser quilombola e não ser negra?

Entrevistada: É, sim.

Marcus Costa: Trazendo também, essa situação, você sabe um pouco do histórico da sua comunidade? No sentido de como surgiu, Como foi que foi se desenrolando ao longo do tempo…

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Pai, mãe, avô… Nunca contou?

Entrevistada: O básico do básico.

Marcus Costa: Mas já falou, mais ou menos, de como surgiu. Você lembra de alguma coisa?

Entrevistada: Não, tem muito tempo até.

Marcus Costa: Mas já passou algumas informações, né?

Entrevistada: Na escola, também, né?

Marcus Costa: Aí, no seu momento de escola, já foi passado algumas histórias com relação à criação da Comunidade?

Entrevistada: Já.
Marcus Costa: Que ótimo. Vamos lá, agora você tá no curso universitário, está estudando fora da comunidade, por não ter o curso por aqui, pela região, só em Jacobina, mesmo… Em relação ao mercado de trabalho, você consegue visualizar alguma chance de trabalho dentro da comunidade, na sua área de formação?

Entrevistada: Assim,vejo possibilidade de trabalho voluntário, que aí eu consigo.

Marcus Costa: Mas, é, mesmo com essas possibilidades que a gente tem aí, né? Aí tem, por exemplo, já foi noticiado aqui duas empresas que funcionam aqui…

Entrevistada: São muitas, né?

Marcus Costa: É, vi muito o pessoal falando assim, e a possibilidade da eólica vir também pra região, você acha que essa situação não favorece a sua futura profissão? Assim, no sentido de você ter, assim, uma vaga de trabalho na sua área.

Entrevistada: Na minha área é mais difícil conseguir, dentro dessas empresas.

Marcus Costa: E aí, agora eu queria que você respondesse, se tivesse outra oportunidade de emprego, que não fosse na sua área, dentro dessas empresas, você aceitaria?

Entrevistada: Aceitaria, de boa.

Marcus Costa: Mas, assim, essa aí, a ideia de você aceitar, porque você quer retornar à comunidade ou porque você acha que não vai ter outra oportunidade de lá, em Jacobina, por exemplo.

Entrevistada: É meio difícil, mas eu voltaria. Sim, voltaria.

Marcus Costa: Se você tivesse oportunidade aqui e tivesse oportunidade em Jacobina, exercendo a sua profissão, você escolheria qual?

Entrevistada: Voltaria.

Marcus Costa: Voltaria para cá.

Entrevistada: É, por questão familiar.

Marcus Costa: Você se sente integrada na comunidade, a relação de ter muita amizade, assim?

Entrevistada: Aqui? Sim.
Marcus Costa: Então, é uma questão mais amistosa que você consegue, né? Me diga uma coisa, em relação à associação, você participa da associação?

Entrevistada: Participo sempre, desde o ano passado.

Marcus Costa: E, nessa Associação, você participa do que ela promove, por exemplo alguns eventos, né? Tem palestra, ou curso…

Entrevistada: Quando eu tô por aqui, sim.

Marcus Costa: Certo, a associação já ofertou algum tipo de curso que pudesse ajudar, ou pelo menos dar ideia de qualificação com o mercado de trabalho?

Entrevistada: Até o momento, não.

Marcus Costa: Não, né? Você acha, ou melhor, não é nem que você acha, já aconteceu aqui, ou se existe algum projeto do município, que é a prefeitura, trazer algum tipo de projeto nesse sentido?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Pensando nas empresas, assim, em algum momento?

Entrevistada: Também não.

Marcus Costa: Pronto, em relação às empresas, também tem uma pergunta que eu achei interessante, racionalizou, eu queria saber sua opinião quanto a isso, em relação ao mercado de trabalho para mulher, para essas empresas.

Entrevistada: É muito difícil ter mulher.

Marcus Costa: Você acha que tem essa dificuldade mesmo? Ou o pessoal que…

Entrevistada: Tem.

Marcus Costa: Mas, você consegue elaborar, mais ou menos, o porquê dessa situação?

Entrevistada: Acho que é porque, tipo assim, o que ele trabalha é, tipo, nem todas as mulheres quer e nem também tem o conhecimento.

Marcus Costa: Então, vamos dizer assim, você teria como uma solução, pensando assim, para essa situação específica, assim?

Entrevistada: Acho que não. A não ser que eles implantem, tipo assim, algum curso…

Marcus Costa: Ah, sim, você nunca percebeu ou nunca viu ninguém falar, se a empresa já se mobilizou nesse sentido de, pra tentar ver se integraria mais em questão de mulheres na empresa, e tal. Com relação aos trabalhadores que vem, pra essas empresas, são de fora ou são daqui?

Entrevistada: Tem de fora e tem daqui.

Marcus Costa: Mas, vamos dizer assim, de meio a meio, ou tu acha que tem mais de fora do que ele aqui? Ou tem mais daqui do que de fora?

Entrevistada: Sempre contrata pessoas diferentes…

Marcus Costa: Mas, eu tô perguntando, porque as vezes sai na rua, né?

Entrevistada: Eles pegam pessoas daqui.

Marcus Costa: Então eles, de qualquer forma, vamos dizer assim, tentam equilibrar no sentido de não só trazer gente de fora, né? Também, me diga uma coisa, os festejos que acontecem aqui na comunidade, que eu sei que tem vários, você participa?

Entrevistada: Participo.

Marcus Costa: De todos? Inclusive os religiosos?

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: Não sei se você já se definiu, se é católica…

Entrevistada: Sou católica.

Marcus Costa: Então, existem os festejos católicos, e aí você também participa quando acontece, né? Certo deixe-me ver, eu vou fazer uma pergunta que eu não fiz a todo mundo, mas eu acho interessante a gente saber, a ideia, eu acho que com você poderia usar a ideia de identidades, quilombola e identidade Negra, você acha que em algum momento, as duas se confundem? No sentido de, você pode se identificar como quilombola e automaticamente, a ideia de ser negra estaria já dentro identidade, ou elas são diferentes, por exemplo?

Entrevistada: Eu acho que são iguais.

Marcus Costa: Então, elas seriam iguais, poderiam se confundir, por exemplo, em algum momento?

Entrevistada: Depende da situação.

Marcus Costa: Para, só para finalizar, eu acho que a gente já, é… Ah, tá, vou fazer uma pergunta, que tenho curiosidade, agora no curso de geografia, a gente sabe que tem a quantidade de pessoas cotistas, né?

Entrevistada: É Educação Física…

Marcus Costa: Oh, tá, desculpe, Educação Física. Nas aulas que você já teve até agora, e falou que tá naquela parte teórica ainda, né? Que a parte basilar ali…

Entrevistada: Tá tendo prática.

Marcus Costa: Já tá tendo prática? Ah. Nas discussões em sala, em relação a assunto, conteúdo ou na conversa entre as pessoas, você já percebeu se algum aluno da turma tem alguma discriminação? As pessoas que entram por cotas?

Entrevistada: Não, nunca ficou claro.

Marcus Costa: Que às vezes numa conversa, alguma coisa, solta. Às vezes até sem aquela intenção de ofender…

Entrevistada: Às vezes eu acho que, até dentro da sala, que entrou, a grande parte é cotas.

Marcus Costa: Ah, então tá ótimo. Talvez, no momento, não apresente esse problema, porque tem algumas turmas em que, às vezes, colegas comentam, eles não comentam até por maldade, mas porque não concordam com o sistema, e tal, né? Aí é porque bateu a curiosidade. Só uma última pergunta, para encerrar, eu vou forçar mais um tempo, se você chegasse hoje, em frente a um espelho, e aí você olhar você por inteiro, corpo, cabelo… De cabelo ao pé, você teria alguma coisa, em você, que você modificaria?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: É, nada, você se sente completa e suficiente.

Entrevistada: Eu estando bem, é o que importa.

Marcus Costa: Então eu agradeço a participação, viu? Obrigado.

Entrevista 10- Vanderlânia Silva dos Santos (Mandacaru), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa noite.

Entrevistada: Boa noite.

Marcus Costa: Me diz teu nome completo?

Entrevistada: Vanderlânia Silva dos Santos.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistada: Lane.

Marcus Costa: Lane,você nasceu aqui nessa comunidade?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Veio de onde?

Entrevistada: Eu vim de Jacobina, do povoado que chama… Nasci no povoado que chama Barrocão Velho. Aí depois quando pequena, eu me mudei para outro lugar que chama Cachoeira dos Alves.

Marcus Costa: Certo, mas, essa comunidade era também uma comunidade quilombola?

Entrevistada: Aqui onde eu nasci é, Barrocão Velho.

Marcus Costa: Então você já é de origem quilombola…

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Tu tem quantos anos?

Entrevistada: Vinte e cinco.

Marcus Costa: Certo, há quanto tempo tu reside aqui?

Entrevistada: Oito anos.

Marcus Costa: Oito anos? Veio com a família, é casada…

Entrevistada: Vim com o marido.

Marcus Costa: É mãe, já?

Entrevistada: Sou.

Marcus Costa: Tem quantos filhos?

Entrevistada: Um.

Marcus Costa: Um, certo. É, me diga uma coisa, o que você costumeiramente faz no dia a dia? Você trabalha?

Entrevistada: Não, só sou dona de casa.

Marcus Costa: Dona de casa mesmo, né? Então trabalha, né? De casa.

Entrevistada: Trabalho de casa.

Marcus Costa: Então, vamos lá, aqui na comunidade, você tem muitas amizades?

Entrevistada: Tenho.

Marcus Costa: Tem uma boa relação com o pessoal…

Entrevistada: Tenho.

Marcus Costa: É sempre acolhida na comunidade, e tal…

Entrevistada: É, é uma "comunidadezinha" até boinha da gente viver.

Marcus Costa: Pra conviver, né? Tu participa dos eventos, que aqui acontecem?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Do tipo, aqueles eventos, né? Até andei mencionando, depois, alguns dias aí…

Entrevistada: Tem, aqui tem cavalgada, tem quadrilha, tambémtem…

Marcus Costa: Aquela festa da mulher também, né?

Entrevistada: É, festa fantasia que tem.

Marcus Costa: Então, assim, você sempre participa dessas atividades, né? E tal… Tem alguma característica nessas atividades que chama atenção?

Entrevistada: Especialmente nessa festa da mulher, que é uma festa dedicada à mulher, só mulher participa, os filhos ficam em casa, marido fica em casa. É só a mulher, é, a cantora é mulher...

Marcus Costa: Não pode entrar de jeito nenhum homem?

Entrevistada: Não, homem não. O que vem, do que faz parte da banda, se for homem tem que ficar atrás de uma cortina.

Marcus Costa: É mesmo?

Entrevistada: É, só mulher. Festa das mulher.

Marcus Costa: Interessante. Então, vamos lá, essa festa feita pelo pessoal da comunidade, ou envolve mais alguém? Tipo assim…

Entrevistada: É o pessoal da comunidade.

Marcus Costa: Só o pessoal da comunidade , né? É, as mulheres que se organizam, né? Pronto. Vamos voltar um pouco em relação à associação, tu faz parte da associação?

Entrevistada: Faço.

Marcus Costa: É ativa das coisas dela, do tipo, de cursos, reuniões, palestras…

Entrevistada: A reunião, né? Que é mensal. Eu participo, sempre que tem palestra e eu posso, eu participo também.

Marcus Costa: Pronto. A comunidade, desculpe, a associação, ela tem ofertado algum tipo de serviço, ou algum tipo de lazer, alguma situação assim que vocês possam, vamos dizer assim, usufruir, né? Lá na associação, do tipo, ela faz algum curso para que vocês participem, para uma melhora Profissional ou não?

Entrevistada: Olha, os cursos que tem pela associação, é mais assim, para jovem, que nem agora a gente tá participando de um curso que veio, para reutilizar as farda do das do policial, que não pode, né? Que não pode jogar fora, e aí eles trouxeram para a gente fazer colcha, bolsa, boneca… E essa semana já começou os trabalhos.

Marcus Costa: Aí no caso tu participa desses cursos?

Entrevistada: Participo.

Marcus Costa: Gostou?

Entrevistada: Gostei. Fiquei animada, né? Que tem umas coisas, também, que a gente só vê na casa da vó da gente, né? Aquela colcha de fuxico e de retalho.

Marcus Costa: Ela ensina a fazer também, lá?

Entrevistada: Ensina, tá começando a ensinar.

Marcus Costa: Maravilha.

Entrevistada: Começando a fazer fuxico e retalho.

Marcus Costa: Você acha que com essa, esse aprendizado, dá para que você consiga ter alguma renda com base nisso?

Entrevistada: O intuito é isso aí, né? É as mulheres terem uma renda, as mulheres que tiver participando.

Marcus Costa: Então, é o seguinte, em relação, falando ainda desses cursos, mas aí mais voltado à ideia das empresas, que a gente sabe que existe aqui, tu sabe quantas empresas tem aqui? Que tá explorando alguma coisa?

Entrevistada: Duas.

Marcus Costa: Duas, elas trabalham com o quê?

Entrevistada: Com extração de pedra.

Marcus Costa: nessas empresas, você consegue ver a participação de homens e mulheres? Assim, de forma igualitária?

Entrevistada: Não, é só homem.

Marcus Costa: E esses homens são daqui da comunidade ou são de fora? Ou é misturado?

Entrevistada: Na empresa de cá, tem alguns que é de fora, e na de baixo, a mão de obra maior é de fora. Agora não sei agora, né, que fecharam e retornaram, aí não sei se vai colocar mais gente da comunidade ou não.

Marcus Costa: Você acha que essas empresas precisariam, necessitariam ou deveriam, integrar mais o pessoal da comunidade no seu mercado de trabalho, assim, dar mais oportunidades ao pessoal da comunidade?

Entrevistada: Com certeza, porque aqui o nosso lugar é pequeno, é uma comunidade que não é rica, né? E ia entrar um dinheirinho extra para gente, né? Ia correr dinheiro aí, nos comércio pequeno que tem, né? Ia ajudar bastante.

Marcus Costa: Essa situação, você atribuiria a alguma outra situação, por exemplo, o fato deles não terem mulheres trabalhando, poucas mulheres, seria em razão de não ter qualificação profissional ou porque eles realmente não teriam essa tendência de contratação de mulheres? Você consegue dar uma opinião sobre isso?
Só pra saber, mesmo?

Entrevistada: Eu acho que até contrataria mulher só que não tem nenhuma capacitada, né? E também eles não oferecem curso para a gente se capacitar, para concorrer com eles, né? Eles já vem já, os rapazes que já vem, é muito tempo de experiência, né? E eles já traz de fora. E aí não tem nem como a gente competir, e nã tem oportunidade.

Marcus Costa: Sim, nesse caso, uma necessidade de uma qualificação, você acha que a empresa deveria ofertar essa qualificação ou você acha que seria uma obrigação ou responsabilidade do município, da própria comunidade mesmo? Você tem alguma opinião formada quanto a isso?

Entrevistada: É, aqui às vezes aparece o curso, né? Mas é para particular, mas eu acharia que, como a empresa já funciona aqui, eles fazer esse curso para a gente, que tem muita gente aqui, também, que não tem condição de pagar o curso, eles fornecer esse curso para essas pessoas se capacitar, para mim, eu acho que seria melhor, né?

Marcus Costa: Então, assim, de imediato a empresa também teria que ter, assim, esse lado, assim, essa responsabilidade, né?

Entrevistada: Sim, tinha que trazer, né? Pra poder ajudar, né? Porque eles são grandes empresas, né? Eles podiam manter um professor por um tempo, né? E aqui o espaço acho que não seria problema, né? O espaço a gente arrumaria, sem problema.

Marcus Costa: Ainda falando um pouco da comunidade, e aí, mais pensando do ponto de vista de você se identificar como quilombola ou não, você sente alguma dificuldade de se identificar como quilombola ou dizer que mora numa comunidade Quilombola?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Pra você é tranquila essa situação.

Entrevistada: Tranquilo.

Marcus Costa: Nunca sofreu nenhuma discriminação quanto a isso, não?

Entrevistada: Até agora, não.

Marcus Costa: Mesmo quando estudava, na escola e tal?

Entrevistada: Não, nunca sofri com isso não.

Marcus Costa: Certo, em relação à cor de pele, a gente sabe que em muitos ambientes, hoje, precisa que você se classifique, né? Que seja por, tipo, de cor de pele, raça ou etnia, e aí ele vai colocar, é: negro, pardo, indígena, me parece que é amarelo a outra opção, e o branco, né? E aí, assim, você já se identificou alguma vez? Você já sabe se tem que ficar tranquilamente com relação a isso?

Entrevistada: É porque toda vez que eu falo com o que eu sou, todo mundo ri, né? Mas eu já me identifiquei muito como amarela, muito.

Marcus Costa: E parou por aí ou ainda fica com dúvida?

Entrevistada: Eu, quando falo que é negra, que eu tô errada, né? Que eu sou nada negra.

Marcus Costa: Mas assim, quem é que, por exemplo, quem é assim, qual o tipo de pessoa que diz assim, você não é negra? É a família, é colegas… Ou Não, é de fora?

Entrevistada: Quando você vai fazer uma entrevista, aí você falava sobre, que aí pergunta né, aí se eu falar que eu sou negra, aí o povo já ri, olha para mim: Você é negra? Aí eu falo: Sou negra. Mas aí falam: Você faz parte de uma comunidade quilombola, mas você não é negra.

Marcus Costa: Eles é que dizem, na verdade, né?

Entrevistada: Eles que dizem, pela aparência.

Marcus Costa: Mas você se sente negra ou você sente como a cor que eles dizem?

Entrevistada: Olha, pela trajetória da minha família, eu me sinto negra, porque meu avô veio de lá de longe, disse que (ele) era negro e minha avó era índia, essa mistura, né? De negro com índio.

Marcus Costa: Depois disso não aconteceu mais nenhuma mistura aí dentro da família não, né? Negros e negras.

Entrevistada: Mas aí, foi isso lá atrás que era minha avó que falava, né, que o tataravô dela, era negro, negro, negro e a mulher dele era índia, diz que foi capturado, né? Que naquele tempo diz que elas era brava…

Marcus Costa: E aí essa captura acontecia como?

Entrevistada: Eu nem sei, mas foi capturada.

Marcus Costa: Ela só falava que foi capturada. Rapaz, o negócio é brabo.

Entrevistada: Agora não sei como é que foi a captura, né?

Marcus Costa: Falando sobre essa situação, ela começou a tocar na situação, de por exemplo, como foi que a comunidade foi formada? Se ela era da comunidade, assim…

Entrevistada: Minha avó? Minha avó era filha da comunidade aí vizinho, aí é uma comunidade pequenininha, todo mundo se conhece, todo mundo é parente. E aí começou a se formar nessa época mesmo. Aí todo mundo, tipo, mais lá, tipo que nem nossa comunidade aqui, a maioria das pessoas são negras. São tudo negras.

Marcus Costa: Certo. Vamos dizer assim, então, hoje você se identificaria como…

Entrevistada: Negra, mesmo não parecendo, né?

Marcus Costa: Você se identificar é que interessa assim, né? Então, assim, nesse caso, quando você se identifica como negra, as pessoas sempre tentam enquadrar?

Entrevistada: Essa reação…

Marcus Costa: Essa reação das pessoas, causa em você algum tipo de constrangimento?

Entrevistada: Causa.

Marcus Costa: Causa? Você se sente como? Se você se sentir à vontade pra falar…

Entrevistada: Olha, porque assim, você se sente uma doida, que ficam: não, você não é, você não, você pode fazer parte, mas você não é. Entende? Que nem: "ah, você foi acolhido nessa comunidade, você não é de lá", entendeu? Eu não me sinto bem, né? Às vezes até que falo, né? Que sou Amarelo, pra não ter o povo perguntando: "ah, com o que você se identifica".Pra não ter essas questão, né?

Marcus Costa: Então, assim, nesse caso você sente que há um choque entre você dizer que é quilombola e entre você dizer que é negra? Ou se você dissesse que era quilombola, você se sentiria, tipo assim, já preenchido nos requisitos como Negra e quilombola, ou você acha que como eles fazem essa diferença, se existe de fato a diferença ou você se sente como quilombola já Negra, ou teria, necessariamente, que se identificar de forma separada? Consegue entender mais ou menos o que eu falei?

Entrevistada: Mas eu falei, faço parte. Eu me identifico.

Marcus Costa: Seria, como se fosse automático, como ser quilombola já identificaria como Negra, ou não?

Entrevistada: Eu acho que sim, por conta dos antepassados, tudo indica que… Corre na veia, o sangue.

Marcus Costa: Você já ouviu falar, mais ou menos, como foi que essa comunidade daqui de Santa Cruz foi formada através de comentário de alguém falando…

Entrevistada: Não sei…

Marcus Costa: Sabe informar, não.

Entrevistada: Sei informar, não.

Marcus Costa: Pronto. Com relação a gente, vamo só tentar fechar aqui, com relação ao município e ainda falando sobre a ideia de qualificação profissional, você acredita que o município teria algum tipo de responsabilidade, nesse sentido de ofertar esse tipo de qualificação de cursos, uns para a realidade que está vindo e que está acontecendo, na verdade? Já teve, no sentindo de que teve, já alguma movimentação nesse sentido?

Entrevistada: Eu acho que seria legal, que nem hoje em dia as escolas com o tempo integral, pegar um pouco desse tempo integral e qualificar os jovens. Quando terminar seus estudos, já ter uma qualificação para o mercado.

Marcus Costa: Aqui na comunidade de vocês, vocês têm um representante, né, no legislativo, vocês se sentem, vamos dizer assim, atendidos por esse representante? Nas demandas que vocês procuram, e tal. Entre elas, talvez, essa que ele tá falando, né, da qualificação, ou não, vocês acham que isso fica solto?

Entrevistada: Não, eu não me sinto representada, não.

Marcus Costa: Não, né? Então vamos lá. Vou fazer uma última pergunta. Acho que é isso, já conseguiu aqui algumas informações muito importante, mas tem uma última pergunta que eu vou lhe fazer, com relação mais de, como pessoalmente, se você fosse colocada de frente a um espelho agora, nesse momento, você se olhasse da cabeça aos pés, você tem necessidade de mudar alguma coisa em você? E aí eu tô falando, pode ser qualquer coisa, características físicas, orelha, cabelo, boca, cor de pele ou você se sente completa?

Entrevistada: Me completa, do jeito que Jesus me fez. Não queria trocar nada, não queria mudar nada.

Marcus Costa: Você quer acrescentar alguma coisa que você acha importante?

Entrevistada: Não, tá ótimo.

Marcus Costa: Muito obrigado, viu?

Entrevistada: Por nada.

Marcus Costa: Foi um prazer.

Entrevista 11- Jaciane Dias dos Santos (Maracujá), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa noite.

Entrevistada: Boa noite.

Marcus Costa: Como é que é o nome completo?

Entrevistada: Meu nome é Jaciane Dias dos Santos.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistada: Tenho, só que eu não gosto de usar.

Marcus Costa: Tá bom, tem problema não. Tu nasceu nessa comunidade aqui, de Santa Cruz?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Tu tem quantos anos?

Entrevistada: Vinte e seis.

Marcus Costa: Certo, já chegou a sair dessa comunidade, em algum momento, para trabalhar, para viver fora e retornou ou sempre viveu aqui?

Entrevistada: Pra trabalhar, não, mas pra viver no outro lugar, sim.

Marcus Costa: Já? Ficou quanto tempo? Sabe, assim, mais ou menos?

Entrevistada: Não, fora, e no momento eu não moro na comunidade de Santa Cruz.

Marcus Costa: Certo, mas tá sempre visitando a comunidade…

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: A sua saída da comunidade, se deu em razão de alguma situação de trabalho, que tem a ver com a questão econômica, se você precisou sair para trabalhar ou marido, ou alguém assim, para poder sobreviver, ou foi só porque a vida mesmo se encaminhou e precisou sair?

Entrevistada: Foi em questão de marido, que precisou sair pra trabalhar mesmo.

Marcus Costa: Só o marido que é de fora?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Certo, você faz parte dessa Associação daqui?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Participa das reuniões, a questão dos eventos, né? Tu participa dessas coisas?

Entrevistada: Nem todos, porque, como eu moro longe, nem sempre tem transporte, aí não dá pra eu participar de tudo.

Marcus Costa: Tu reside aqui mesmo, nessa região, ou foi pra outra região?

Entrevistada: Na região, mesmo.

Marcus Costa: Na região mesmo, né?

Entrevistada: É

Marcus Costa: alguma comunidade aqui perto?

Entrevistada: Barrocão de Cima.

Marcus Costa: Ah, no outro lado aqui, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Ah pronto, tranquilo. Me diga uma coisa, com relação a trabalho, a gente vai ser um pouco mais específico aqui na comunidade, você acha que essa comunidade oferece opções ou oportunidade de trabalho?

Entrevistada: Opção, eu acho que não, tem poucos lugares que oferecem emprego. Mas tem capacitação, essas coisas, e nem todo mundo tem.

Marcus Costa: Certo, você, quanto mulher, acredita que já perdeu a oportunidade pelo fato de ser mulher em alguma, ou se não, você nunca foi tentar, mas você já ouviu falar ou viu o pessoal comentando, que não há oportunidade em relação a essas empresas que existem aqui na comunidade? Você sabe informar de alguma coisa?

Entrevistada: Não, já ouvi sobre a questão das mulheres, tanto que tem uma que trabalha, uma mulher, e outra, só.

Marcus Costa: Certo, nesse caso, nas empresas, você sabe dizer se tem muitas mulheres trabalhando, ou só teria essas duas?

Entrevistada: Que eu saiba, por aqui pela região da gente, só são essas duas.

Marcus Costa: Se a gente tivesse como atribuir a essa situação a uma responsabilidade, desse tipo, o porquê de não ter? Poderia, você conseguiria elaborar, se seria por conta de não ter qualificação profissional, por que a empresa não quer contratar mulheres, outras coisas assim? Você consegue elaborar?

Entrevistada: Eu acho que as empresas, as empresas não, as pessoas não têm muita disponibilidade para trabalhar nessas empresas, porque gosta de festa, essas coisas, só que com mulheres também, tem a qualificação, né?

Marcus Costa: Então você acha também que o trabalho seria pesado, isso que você tá querendo dizer, para as mulheres poderem fazer…

Entrevistada: É pesado.

Marcus Costa: Entendi, mas, por exemplo, se lhe fosse dada a oportunidade de trabalho na empresa, você aceitaria?

Entrevistada: Eu tendo uma qualificação, no momento eu voltei a estudar, então se tivesse oportunidade de trabalhar…

Marcus Costa: Que ótimo, então você voltou a estudar, tá estudando em que série?

Entrevistada: Nono.

Marcus Costa: Então você parou, aí resolveu voltar agora, a volta agora é pensando já em alguma coisa? Do tipo: "ah, eu vou terminar para ver se eu consigo arrumar algum emprego, ou qualificar melhor para entrar no mercado de trabalho", ou é só para terminar mesmo?

Entrevistada: Bom, de primeiro, era terminar, porque ele sempre me incentivou a terminar os estudos, mas eu tenho um foco, assim, de arrumar um emprego, fazer algum curso para essas coisas.

Marcus Costa: Certo, mas você acredita que vai ter dificuldade em relação a isso? Em que sentido? Se você acha que a comunidade, e a comunidade eu tô falando mais assim, Associação, município, estado, se você acha que vai ter dificuldade em conseguir uma qualificação, se for esperar, por exemplo por essas entidades promoverem o curso.

Entrevistada: Eu acho que sim, aham.

Marcus Costa: Então, assim, provavelmente, você teria que se movimentar para você mesmo ter o curso, que talvez não venha. E aí né, em relação aqui, à comunidade, especificamente, você participa dos eventos da comunidade?

Entrevistada: Nem todos.

Marcus Costa: Mas consegue lembrar dos que você participa?

Entrevistada: Mais os da associação, alguns eu consigo participar.

Marcus Costa:Aqueles eventos religiosos também, você é evangélica, você é católica…

Entrevistada: Eu sou católica.

Marcus Costa: Então você também consegue participar dos eventos que tem, né?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Agora a gente vai voltar um pouquinho sobre a ideia de ser ou não quilombola, você se identifica como quilombola?

Entrevistada: Me identifico como quilombola.

Marcus Costa: Você já se sentiu constrangida, ou alguém já lhe constrangeu, em relação a essa identificação? De você chegar e dizer "eu sou quilombola", aí a pessoa ou faz algumas "Caras

e Bocas" ou fala alguma coisa, ou você no momento, no ambiente, às vezes você não se sente segura de você se identificar como quilombola. Já passou por essa situação?

Entrevistada: Eu me identifico mais como "moro na Grota", né? As pessoas falam assim, que a pessoa mora na Grota, e sim eu já me senti constrangida. Onde eu moro é um lugar muito complicado, quando chove é muita lama, então quando eu ia para escola eu, os pés sujo de lama, e os que mora na cidade falava que "tá trazendo terra, pra construir a casa"…
Marcus Costa: Certo, então, vamos lá. Esse constrangimento aconteceu na época da escola, infância, ou já agora?

Entrevistada: Agora, mesmo.

Marcus Costa: Depois de adulto já? Então, quando isso acontece, qual é sua sensação, com relação a essa informação, que chega assim como um choque, na verdade né?

Entrevistada: É, mas eu procurei trabalhar minha mente e não ligar, não. Porque foi um tempo, bastante tempo, então assim, né? Ah, então, eu já não tô na na idade para tá ligando para isso, não.

Marcus Costa: Não, mas aí você ouvindo essa situação, você não teve nenhuma reação ou você falou alguma coisa?

Entrevistada: Oxe, aí eu levei na brincadeira também.

Marcus Costa: Então tá, mas você ficou ofendida, dessa forma.

Entrevistada: Fiquei constrangida.

Marcus Costa: Então vamos lá, com relação também à situação de ser quilombola, tem uma outra situação que a gente também precisa saber, em relação a chamada cor da pele, ou como você se identifica, como etnia ou raça, né? As pessoas chamam. Você já fez algum tipo de classificação assim, em algum momento?

Entrevistada: Eu me identifico como parda.

Marcus Costa: Em todos os documentos que você preenche, e tal.

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Já teve alguma dificuldade em identificar sua cor da pele?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Já sofreu algum constrangimento em razão dessa cor? Não sei, se identificar assim, existe assim, em razão da cor e existem razão de se identificar com a cor, então às vezes, por exemplo, você pode dizer "não, eu sou preta", aí a pessoa dá risada e diz "não, você não é preta, você é tal cor", você já passou por algum tipo de situação assim?

Entrevistada: Já.

Marcus Costa: Como foi? Vê aí se você consegue elaborar.

Entrevistada: É tipo assim, a pessoa diz "eu sou parda", aí a pessoa olha para você e diz "não, você é amarela" no caso. Não constrangedor, né? Mas, no caso…

Marcus Costa: Sim, mas aí você se sentiu como, nessa hora assim? Você disse, se sentiu firme, no sentido de dizer "não, eu sou parda, e tem que constar aí parda", ou você se sentir constrangida, e até abrir o nome pra, por exemplo…

Entrevistada: Não, sempre considero parda.

Marcus Costa: Mas já teve essas piadinhas, essas brincadeiras, né, com relação a isso? Pronto, em razão dessa situação de ser parda, de ser quilombola, juntando aí essas duas situações, vamos dizer assim, você já passou por algum tipo de constrangimento ou você percebeu que você perdeu alguma oportunidade, ou não foi tratada adequadamente, em razão de você se identificar como moradora Da Grota? Para você, eles querem começar a falar, ou por você ser parda?

Entrevistada: Não, nunca, não.

Marcus Costa: Nunca percebeu nada? Você vai na prefeitura ali, fazer um cadastro de bolsa família, atualizar, e às vezes o tratamento que você recebe quando o pessoal sabe que você é da grota, quilombola, é diferente da pessoa que é de lá da cidade, já percebeu alguma coisa assim?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não, então, é o seguinte, você já ouviu falar um pouco sobre a história dessa comunidade? Como ela surgiu, e tals, como ela se desenvolveu?

Entrevistada: É, os moradores conta que chegaram os primeiro morador daqui, e acharam uma cruz, aí colocaram o nome de Santa Cruz, só isso que eu sei.

Marcus Costa: Mas eles não chegaram a identificar quem seriam esses primeiros moradores não, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Se eram pessoas assim da região, ou vieram de longe, enfim…

Entrevistada: Não identificam.

Marcus Costa: Em relação à situação do ser quilombola, e ser negra, você consegue, se você não entender direito, só me perguntar, você consegue relacionar ou criar uma ligação entre a ideia de ser quilombola e ser parda? Por exemplo, "não, eu sou parda, porque provavelmente eu sou da Comunidade quilombola, e aí a comunidade foi formada assim, e a gente saiu de lá", essa lógica, ou para você, sei lá, independe? Você pode ser quilombola e ser branco, ser negro, ser pardo…

Entrevistada: Para mim é independente, é.

Marcus Costa: E aí você poderia ter, né? Avaliação de cor. Entendi. Uma última pergunta, só pra gente finalizar, pra não tomar mais seu tempo, se você hoje fosse posta em frente a um espelho, é uma análise sua, e você se olhasse da cabeça aos pés, você sentiria necessidade de modificar alguma coisa em você? Aí pode ser qualquer coisa, cabelo, cor de pele, orelha, nariz, olho… Ou Você se sente completa?

Entrevistada: Eu, quando eu era pequena, eu tive uma… Eu me queimei, aí com isso um dos meus pés, ele ficou menor que o outro, então hoje eu me sinto constrangida, em comprar um sapato, essas coisas, porque o meu pé é um maior que o outro então se fosse para mudar, eu mudaria meu pé.

Marcus Costa: É mesmo? Interessante. Só isso, não teria outra coisa.

Entrevistada: Outra coisa? Eu voltaria a ser que nem eu era antes, barriga sarada.

Marcus Costa: Então tá, muito obrigado, viu?

Entrevistada: Por nada.

Marcus Costa: Quer acrescentar alguma coisa, se você acha importante? Sei lá, alguma informação que talvez eu não tenha perguntado, que seria interessante?

Entrevistada: Não, só sobre o trabalho mesmo. Seria bom se tivesse mais cursos, e, disponível para toda a comunidade, e ser informado, porque muitos dos cursos e concursos que são feitos na comunidade, não, na cidade, não são postos para todas as pessoas, só quem já tá lá dentro mesmo, sabe sobre esses concursos. Então seria muito favorável para toda a comunidade.

Marcus Costa: Certo, esses cursos, você acredita que teriam que ser gratuitos, pagos…

Entrevistada: É tipo, concurso pra guarda municipal, essas coisas…

Marcus Costa: Não é nem o concurso, de preparação, porque você tá falando do curso preparar também, né? Para esses concursos, deveria ser gratuito…

Entrevistada: Gratuito, sim.

Marcus Costa: Tudo isso promovido pelo Município, né? Essas coisas, muito obrigado, eu agradeço pela participação, viu?

Entrevistada: Obrigada.

Entrevista 12- Ana Cláudia Santana Cruz (Dendê), 06 de abril de 2024.

Marcus Costa: Boa noite.

Entrevistada: Boa noite.

Marcus Costa: Me diga seu nome completo.

Entrevistada: Ana Cláudia Santana Cruz.

Marcus Costa: Você tem algum apelido?

Entrevistada: Não, as pessoas me chamam só de Ana, mesmo.

Marcus Costa: Certo, Ana. Ana, você nasceu aqui na comunidade?

Entrevistada: Sim, nasci, me criei e vivo até hoje.

Marcus Costa: Quantos anos você tem?

Entrevistada: Vinte e dois anos.

Marcus Costa: Nova. Sempre viveu aqui em Santa Cruz, nunca saiu pra, sei lá, passar uma temporada fora e voltar?

Entrevistada: Já, já. Eu convivi aqui aí depois eu saí pra fazer ensino médio, fiz ensino médio em Jacobina, aí depois tornei a voltar para cá, aí comecei a graduação, aí no meio da graduação eu voltei para Jacobina pra trabalhar, como aqui a gente não não tem, assim, um emprego, uma fonte de renda. Aí eu precisei voltar para Jacobina para poder trabalhar, aí agora eu tornei a voltar de novo.

Marcus Costa: Saiu do emprego ou teve outra oportunidade por aqui?

Entrevistada: Eu arrumei uma oportunidade aqui, aí eu voltei pra morar aqui.

Marcus Costa: Já que a gente entrou nessa questão de trabalho também, em relação a trabalho aqui na comunidade, você acredita que há uma facilidade de se arrumar trabalho aqui, em relação a isso, que já foi noticiado aqui, de empresas que existem aqui na comunidade, ou não? É só as duas empresas que tem, por exemplo, a preferência é sempre pra quem vem de fora?
Entrevistada: Então, aqui na verdade é muito escasso de emprego. Então, o que acontece, na verdade a maioria dos jovens sai muito para fora, tem a questão de Mina, esses lugares assim. O fato de ter empresas, acabam contratando algumas pessoas, mas foi, assim, não foi uma grande quantidade e, assim, muitas empresas querem pessoas qualificadas, então assim, muitos jovens aqui, infelizmente, não tem oportunidade de sair para fora para estudar. Ou às vezes a oportunidade surge, mas a condições não dá, então assim, acabam fazendo de fora, tem muitas pessoas que é de fora, que vem trabalhar aqui e mora aqui, né, que acaba morando.

Marcus Costa: Mas se você tivesse como pelo menos, assim, fazendo um cálculo de cabeça, ou sei lá uma imaginação, será que vai ter que ter mais gente de fora ou ter mais gente daqui, nessas empresas? Ou é equilibrada assim?

Entrevistada: É equilibrada, eu acho que para o trabalho mais simples, eles conseguem contratar pessoas aqui, mas tipo, um trabalho que é mais elaborado, quer dizer, tipo de um técnico, de engenheiro, de algo assim, eles precisam trazer de fora, porque aqui infelizmente não tem.

Marcus Costa: Você já percebeu se há alguma movimentação por parte da empresa, que tenta qualificar algumas pessoas daqui para isso?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Tirando a empresa, a prefeitura, por exemplo, já teve alguma orientação? Ou você sente que tem, ou que pode haver um projeto?

Entrevistada: Também não, na verdade, assim, já ocorreu de trazer cursos pra Mirangaba, mas assim, de uma certa forma, que tinha parceria com a prefeitura mas de certa forma tinha que pagar, então assim, aí eles entravam de acordo com a prefeitura, até porque falaram que era é para vir, né? Alguma coisa assim relacionada à eólica, alguma coisa assim, para cá, então teve o curso de… Eu não me recordo se era alguma coisa relacionada, à eólica, eu não me lembro muito bem. Mas eu lembro que tinha que pagar, porque assim, quem queria participar e ter aquela qualificação tinha que pagar.

Marcus Costa: Então vamos lá, tu ainda lembra quanto era que custava esse curso?

Entrevistada: Eu não lembro, não.

Marcus Costa: E, sendo em Mirangaba, existia como se deslocar pelo município, ou você teria que pagar também pela passagem?

Entrevistada: Também teria que pagar.

Marcus Costa: Pagar ida e volta e o curso ainda.

Entrevistada: Ida e volta e curso e lanche, né? Ainda tinha lanche, café, que como a gente saia daqui cedo, tinha que tomar café. Tinha essa questão toda.

Marcus Costa: Então essa situação, de certa forma, criava ou cria, criava, né? Na época, e cria-se, que existisse um embaraço no sentido das pessoas participarem, né?

Entrevistada: Com certeza, porque assim, quando a gente vai tirar o dinheiro tipo, do curso, o dinheiro de passagem, dinheiro de lanche… Então fica, assim, muito caro. E aí acaba que muitas pessoas não conseguiam participar.

Marcus Costa: Em relação à associação, mas ainda dentro desse assunto, a Associação promove algum curso de qualificação ou de, sei lá, de tentativa de melhoria de renda? Você tem um curso para que a pessoa, que vire um empreendedor, por exemplo, para que você tenha um incremento na renda.

Entrevistada: Então, assim, a associação age com parceria entre muitas pessoas aí fora, mas o que que acontece, não são cursos que dá para envolver os jovens, mas são mais cursos que envolvam as mulheres, então assim é mais mulheres que vão, as mulheres que participam, artesanato, essas questões todas, para que elas possam aprender, né? E daqui a pouco ter sua própria renda e dar continuidade, mas não é algo que, os jovens, eles têm aquele interesse, entendeu? E de tá participando, de tá lá, nessa questão não. Só mais é questão de mulheres, assim, em uma idade mais avançada.

Marcus Costa: Estaria pós trinta anos, por exemplo? Ou fica mistura aí, entre…

Entrevistada: Fica a mistura, porque sempre tem um ano que participa, mas jovens são muito poucos. Eles não têm nenhum interesse.

Marcus Costa: O desinteresse dos jovens se daria, você consegue elaborar do que seria? Seria um desinteresse de você não querer a qualificação ou o que está sendo ofertado não é interessante?

Entrevistada: Eu acho que para nós somos jovens, não é interessante. Não, não é. E às vezes a gente fica assim, a gente quer ter algo, que ver algo, que dá logo renda, né? E muita das vezes é algo que requer um tempo, e tudo, e às vezes acaba não tendo paciência e não participa. E aí, não tem assim.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, e você acredita que poderia haver uma movimentação, uma parceria, entre as empresas, o município e a associação, para poder ofertar esses cursos?

Entrevistada: Eu acredito que sim, principalmente conforme a associação, eu garanto que sim, porque a nossa Associação ela é aberta, né? Tipo, apoia mesmo, se é para vir, abraça, corre atrás, busca meios, então assim, através da associação e dos jovens, eu acredito que teria um grande interesse, e agora se depende também deles, né? Porque a gente sabe que, se fosse depender da gente, era bem fácil, mas quando depende outras pessoas, é bem mais difícil.

Marcus Costa: Em relação aos empregos ainda e a relação de contratação de mulheres, como é que acontece hoje? Sabe me dizer?

Entrevistada: Então, eu só sei, dessas empresas que estão aqui, só sei de uma mulher que é contratada, que foi contratada.

Marcus Costa: Tu sabe o que é que ela faz lá?

Entrevistada: Eu acho que trabalha com essa questão de lançamento de notas, é escritório, lançamento de notas, o que chega, o que sai, essa questão toda.

Marcus Costa: Então a gente só teria aí, nesse ambiente predominantemente masculino, uma mulher trabalhando.

Entrevistada: Uma mulher, que eu saiba, sim.

Marcus Costa: A situação de não ter mais mulheres trabalhando, você acredita que seria a empresa que não quer contratar mulheres ou a ausência de qualificação?

Entrevistada: Eu acredito que a ausência de qualificação.

Marcus Costa: Você acha que o tipo de trabalho, pela empresa, também dificulta esse acesso?

Entrevistada: Acho que sim, pelas empresas que estão aqui, eu acho que sim.

Marcus Costa: Por quê?

Entrevistada: Porque, assim, pelo que eu percebo são empresas que trabalha com retirada de pedras, né, de pedra…

Marcus Costa: Minérios, essas coisas.

Entrevistada: É. Então assim, eu acredito que eles trabalham também muito com máquinas, então assim, pra trabalhar com máquinas precisa de qualificação, e muitas vezes as mulheres não tem o interesse dessa qualificação. Tipo, trabalhar com máquina é bem difícil. Então, acaba não tendo, as mulheres não tendo qualificação eles não colocam, né?

Marcus Costa: Quando você fala é interessante, quando você fala que talvez as mulheres não se interessem, vamos aprofundar um pouquinho da situação, você acha que elas não se interessam ou não tem cursos que possa capacitar para esse tipo de situação? Só queria que você pensasse nesse ponto de vista, porque você é integrada na comunidade, você conversa com as outras meninas, né? Já demonstraram em algum momento ou nunca pensaram sobre isso?

Entrevistada: Eu acredito que é falta mesmo, porque, tipo, eu mesmo fui fazer as coisas que teve em Mirangaba, esse da eólica e tal, e tinha muita, daqui foi eu e mais outra menina, então assim, eu acredito que tendo curso, eu acredito que ela participam, com certeza.

Marcus Costa: A pergunta também, é que você não vai saber a resposta Tecnicamente falando, mas a opinião, você acha que se tivesse a qualificação, a empresa contrataria mulheres para trabalhar lá, nesse serviço mais pesado ou mais qualificado?

Entrevistada: Eu não sei, não sei afirmar. Mas eu acredito que contrataria, eu acredito, né? Eu não sei dizer, porque eu não sei como é que funciona toda essa movimentação lá, mas acredito que sim.

Marcus Costa: Superando essa questão do emprego, se tiver mais alguma coisa a gente volta para ele, eu vou querer saber com relação a atuação da associação: a associação, ela promove muitos eventos daqui na comunidade? Tipo, sei lá, palestra, cursos, além do que ela já faz periodicamente? Eu lembro uma época que vocês estavam fazendo aqueles negócios com um material, de cesto…

Entrevistada: É, peneira, artesanato.

Marcus Costa: Já considera artesanato?

Entrevistada: Aham, artesanato.

Marcus Costa: Sim, eu percebi que tinha essa movimentação, aí percebi também uma época que eu vi, que eu estive lá no Facebook, é que se juntavam os jovens aqui para ir cozinhar na associação, por levar, não, eu acho que era cozinhar mesmo, tipo assim, fazia um bolo, não sei o quê…

Entrevistada: É, foi.

Marcus Costa: Isso aí era cursos ou era só a junção da da comunidade mesmo?
Entrevistada: Então a gente fez um projeto e esse projeto entrava tanto questão de jovens, quanto mulheres, quanto crianças. E aí, através disso a gente foi trabalhando, a gente tinha um projeto com as crianças, um projeto com os jovens também, que era palestras, reuniões, para irem se juntando, né? Para estar ali conversando, se abrindo. E também com as mulheres, que

entrava mais a parte também do Artesanato, mas tinha também a questão da das receitas, né? Da região trabalhar as receitas da região, fazendo essa questão toda.

Marcus Costa: Então nesse caso aí era um projeto, não era algo tão…

Entrevistada: Era, só um projeto, tanto que depois que acabou o projeto a gente deu uma pausa e tá retornando agora.

Marcus Costa: É que teve a questão da pandemia também, aí…

Entrevistada: Foi, foi. Por conta da pandemia a gente não teve como dar continuidade.

Marcus Costa: Toda a situação que a gente precisa falar, e aí agora voltando especificamente para comunidade, o fato de você ser quilombola, você participar da comunidade, você consegue se identificar tranquilamente como quilombola?

Entrevistada: "Uhum", sim.

Marcus Costa: Já teve alguma dificuldade, em algum momento?

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Nem na escola, em nenhum ambiente?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: É que às vezes a pessoa tá em ambiente que tem aquela resistência, de se identificar automaticamente, né? Você nunca teve problema.

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Já sofreu algum tipo de discriminação em relação a isso?

Entrevistada: Também não.

Marcus Costa: Você não ser tratada como deveria, ou se achar que foi, aquelas caras e bocas assim, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Enfim, então essa ideia de continuar, queria que a gente voltasse um pouquinho em relação a ideia de cor da pele, exige-se muito hoje essa situação de você se classificar, sua raça, sua etnia, cor da pele. Então, você consegue já se identificar tranquilamente?

Entrevistada: Sim, sim.

Marcus Costa: E você se identifica como?

Entrevistada: É tanto que… Como preta e como quilombola também. É tanto que eu consegui, né, passar na na universidade através da questão de ser quilombola, não tem como, eu cheguei

a não ir por conta de despesas, também, porque quando a gente sai daqui para ir para outro lugar, que nesse caso seria Senhor do Bonfim, seria assim, muito ruim, toda questão de aluguel, de alimentação, de transporte… Envolveria muita coisa, então assim, o fato de eu pegar uma cidade que fosse mais perto, que no caso seria Jacobina, seria um gasto bem menor para mim, e numa instituição particular.

Marcus Costa: Tu passou quando, assim, pra essa primeira, só a primeira né, que passou? Foi quando tu terminou os estudos?

Entrevistada: Foi, em 2019.

Marcus Costa: Passou em que curso?

Entrevistada: Pedagogia.

Marcus Costa: Era UNEB?

Entrevistada: Era UNEB.

Marcus Costa: Pronto, aí depois disso não demorou pra você ir, você fez agora pedagogia.

Entrevistada: Fiz.

Marcus Costa: Mas então, em qual Universidade? Unopar?

Entrevistada: Unopar.

Marcus Costa: Mas já tentou UNEB de alguma forma? Assim, pra outros cursos, ou só queria pedagogia?

Entrevistada: Eu consegui, só que eu acabei me passando do tempo da inscrição, e acabei não pagando e perdendo.

Marcus Costa: Mas deu certo, na Unopar.

Entrevistada: Deu, deu certo.

Marcus Costa: Você, na Unopar você pegou algum tipo de bolsa, alguma coisa?

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Integral, né?

Entrevistada: Foi, eu que paguei.

Marcus Costa: Aí teve que morar lá?

Entrevistada: Então, eu fico lá e cá, por causa dessa. Como teve um tempo que eu ainda não tava trabalhando, eu ficava lá e cá, aí a partir do momento que eu comecei a trabalhar lá, eu comecei a ficar fixo. Aí eu fiquei fixo lá e fazia faculdade durante a noite.

Marcus Costa: Certo, me diga uma coisa, se agora, você voltou pra comunidade, né? Tá estabelecida aqui, se surgisse outra oportunidade em Jacobina, talvez até ganhando um pouco melhor, você retornaria para Jacobina ou você preferia ficar aqui?

Entrevistada: Então…

Marcus Costa: Vamos lá, qual é a diferença, só tem uma melhorzinha vantagem, mas em compensação você tem outras despesas, e tal, mas a ideia mesmo da pergunta é saber se você sairia da comunidade. Você pegou outra oportunidade…

Entrevistada: Aí eu acho que eu iria se fosse uma oportunidade muito boa, é. Mas se não, não. Porque é como você falou, é um gasto, em eu ir, eu ficar… Tipo assim, se for caso de morar de aluguel, então vem energia, vem a água, vem a alimentação. Então assim, eu morando aqui sem pagar aluguel e não tendo tantas despesas que nem eu tenho lá, então tipo, eu receberia bem mais do que morando lá.

Marcus Costa: Seria mais vantagem.

Entrevistada: É, seria bem melhor.

Marcus Costa: Aí é o seguinte, voltando agora pra questão da cor. Você já se sentiu discriminada em relação assim?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Em algum momento você se identificou, para alguém ou eu numa situação, assim "sou preta", as pessoas aceitaram isso tranquilamente, ou fizeram caras e bocas? Pelo seguinte, às vezes, as pessoas querem que preta seja um preto que a gente chama retinto, que é aquela cor escura, né?

Entrevistada: Exatamente.

Marcus Costa: Então você tem essa, e às vezes você sofre algum tipo de assédio, ou algum tipo de pressão, para que você se reclassifique de outra forma, já sentiu alguma situação assim?

Entrevistada: Já, tipo assim, "preta?". Geralmente é ditar cor. Tipo assim, cadê a cor, né? Porque as pessoas têm esse olhar de que preto é realmente a cor, entendeu? Mas fora essa questão, foi super tranquilo.

Marcus Costa: Então, mas isso foi em alguma coisa da Universidade, alguma coisa que foi fazer assim, de concurso, alguma coisa assim?

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Então assim, você deve nunca sofreu discriminação, em relação a você ser negra e ser quilombola.

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Em razão só dessa situação você nunca passou por constrangimento, nada.

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Nunca teve uma oportunidade de diminuída, por exemplo, em razão disso não?

Entrevistada: Não, não. Porque as pessoas,hoje em dia eu acho que tá pelo reconhecimento também, né? Antes, eu acho que as pessoas tinham preconceito a mais, até mesmo dizer "ah, eu sou quilombola", mas hoje eu acho que com essa questão de inúmeras comunidades sendo quilombolas, né? Às vezes, sendo reconhecida, então assim, eu acho que fica mais fácil também, até da aceitação das pessoas em questão a essa questão de ser quilombola, né?

Marcus Costa: É interessante você falar assim, que atualmente, é por isso que eu perguntei se no passado na escola, se você não tinha sofrido, porque realmente tem meio que um corte, né?

Entrevistada: Aham.

Marcus Costa: Que as pessoas passaram a entender um pouco melhor, não que pare a esse respeito 100%, mas tem um cortezinho aí, e às vezes diante, a pessoa também se sentiu constrangida em se reconhecer, por conta dessa expressão, né? A questão de que deveria ter na escola, aí às vezes professores, diretores, você vê que o olhar poderia ser um pouco diferente, ou um tratamento diferente, mas já que você tá dizendo que não aconteceram, e meio que se tivesse acontecido, talvez nem tenha percebido, né? Mas é importante a gente saber. Aí, assim a gente teria uma última pergunta para você, e a pergunta que a gente faz ,a pergunta final que a gente acaba fazendo, pra todo mundo. Se você é colocado na frente um espelho hoje, e você se olha no espelho, do fio do cabelo até o pé, você sentiria necessidade de mudar alguma coisa em você ou você se sente completa da forma como você é?

Entrevistada: Não. Sempre tem necessidade de mudar alguma coisinha, né?

Marcus Costa: Essa mudança seria uma característica física, por exemplo no cabelo, no olho, na boca?

Entrevistada: Não, não, não. Eu acho que eu me gosto, da forma que eu sou, acho que eu não mudaria essa questão, não, não.

Marcus Costa: Na estética, pronto. Tem alguma coisa que você quer acrescentar, nessa entrevista, que eu não falei? Que você acha importante trazer, se quiser, se sinta à vontade.

Entrevistada: Não, não. A gente que, a nossa comunidade, é uma comunidade que abraça, né? Abraça tudo que chega, na verdade, sendo curso, sendo palestra, é tanto que as outras pessoas elas ficam, quando vêm visitar, ou quando coisa, assim "nossa, toda a gente participa?". E é que as pessoas realmente, elas participam, e elas se importam, com questão Associação, questão de estar participando, é estar ali, né? E as pessoas que estão à frente, que no caso são chamadas de… Sumiu…

Marcus Costa: Presidente?

Entrevistada: Isso. Eu cheguei a ser, também, secretária na associação, tive que sair também, como fui para outra para outra cidade, tava muito difícil. Então assim, é essencial que a pessoa

sempre esteja, né, presente. Então assim, por conta do trabalho, e tal, eu não conseguiria estar vindo sempre, aí acabei saindo, outras pessoas entrando, que moram aqui, tinham como estar. Então assim, eu acredito que através da associação e através de de outras pessoas de Alto, das autoridades, né? Que tudo depende do interesse, a nossa comunidade pode crescer ainda mais e vou, levando para o sentido de jovens, eu acho que qualificar para que não tenha necessidade de sair, né? Da nossa comunidade, porque eu acho que 50% dos jovens hoje mora fora por falta de trabalho aqui dentro mesmo, porque assim, é um povoado, roça mesmo, as pessoas, tem pessoas que trabalham em dia a dia nas enxadas, essa questão toda, e hoje jovem não quer isso, né? São poucos, então assim, tendo uma qualificação para que cada quem possa ter o seu dinheiro, aqui dentro da nossa comunidade mesmo, seria bem mais fácil, pra gente.

Marcus Costa: Você acha que, vão ser duas perguntas: os jovens, eles participam muito da associação, inclusive como você tá dizendo que foi secretária na direção da associação, tinha alguma outra pessoa, além de você, jovem? Ou era só tu? Ou depois disso, se aconteceu antes?

Entrevistada: Acho que só era eu.

Marcus Costa: Então a participação, tirando aí da diretoria, dos jovens dentro da associação, era ativa também ou tinha essa…

Entrevistada: Era, era ativa. Tinha tanto outros jovens, também. Eles participam muito, muito mesmo.

Marcus Costa: E se tivesse essa ideia de curso profissionalizante, você acha que os jovens se engajaram mais?

Entrevistada: Com certeza, sim. É tanto que tem uns projetos que funcionam aqui, né? Eles fazem questão de participar, é novidade para eles, então eles fazem questão realmente de participar.

Marcus Costa: É basicamente só essas as minhas perguntas, agradeço a participação.

Entrevistada: Também agradeço.

Marcus Costa: Agradeço a disponibilidade, viu? Muito obrigado.

Entrevistada: Por nada.

Entrevista 13- Jeane Silva Santos (Orquídea), 07 de abril de 2024.

Marcus Costa: Bom dia.

Entrevistada: Bom dia.

Marcus Costa: Qual é seu nome completo?

Entrevistada: Jeane Silva Santos.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistada: Não, normalmente “Jê”, “Geo”...

Marcus Costa: Pronto, nasceu aqui mesmo na comunidade?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Sempre viveu por aqui ou já saiu alguma vez daqui? Em outra localidade?

Entrevistada: Assim, atualmente eu moro em Jacobina, mas eu me mudei daqui com 17 anos.

Marcus Costa: E tu tem quantos anos hoje?

Entrevistada: Vinte e três.

Marcus Costa: Vinte e três. Mas tá sempre por aqui?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Com frequência, né?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, e assim, habitualmente o que você costuma fazer? Você trabalha, você é só em casa, o que é que você…

Entrevistada: Atualmente eu trabalho como babá.

Marcus Costa: Certo. Estuda, já estudou?

Entrevistada: Completei o ensino médio e agora estou cursando geografia.

Marcus Costa: Em qual Universidade?

Entrevistada: UNEB.

Marcus Costa: Pra ingressar nessa universidade, tu chegou a entrar pelo sistema de cotas?

Entrevistada: Sim. Quando eu entrei no SISU, tinha 5 vagas para ampla concorrência, aí eu estava em sexto de 5. Aí eu resolvi usar a cota quilombola.

Marcus Costa: E aí você sentiu dificuldade de conseguir a vaga ou foi tranquilo, assim?

Entrevistada: Na verdade eu tive medo, porque só tinha uma vaga, e foi a que eu consegui.

Marcus Costa: Ah, pronto. Me diga uma coisa, e qual sua perspectiva, com essa Universidade, assim, você já pensa em trabalho?

Entrevistada: Por mais que eu esteja entrado recente, já penso no futuro.

Marcus Costa: Consegue visualizar, assim, o que talvez seja uma porta de trabalho já certo, e que você tem uma, vamos dizer assim, uma oportunidade de você avançar, principalmente economicamente falando?

Entrevistada: Sim, já penso, e acho que sim.

Marcus Costa: Como você se reconheceu, ou melhor, como você já entrou na faculdade como cotista quilombola, você já teve alguma dificuldade em se reconhecer quilombola?

Entrevistada: Quando criança eu acho que a gente não tinha muito costume de falar sobre, eu acho que nem sabia, realmente, que a gente fazia parte, mas depois de uma certa idade a gente começou a aprender sobre se identificar também.

Marcus Costa: Esse aprendizado que você fala, veio da escola, veio de casa do pessoal, né?

Entrevistada: Eu acho que de pesquisas pessoais, porque antigamente, no meu tempo de criança, não era muito acostumado a falar sobre.

Marcus Costa: Então, você pode ter tido acesso na escola, por exemplo, vivendo mesmo com o pessoal, até na associação, seria possível?

Entrevistada: Na associação não fazia muita parte das reuniões, mas é, na escola…

Marcus Costa: É que você não tinha noção, mas depois foi descobrindo, né?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Então, pronto. Mas em algum momento de sua vida, você teve dificuldade de dizer que era quilombola? Do tipo, você tá, sei lá, no ambiente, e aí você precisava dizer suas origens, e tal, e você criou alguma resistência de imediato?

Entrevistada: Não, na verdade eu tenho orgulho.

Marcus Costa: Orgulho, né? De falar?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: É porque às vezes tem pessoas que pensa, nessa situação de resistência, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: E com relação à cor da pele, você já pensou sobre, já se definiu?

Entrevistada: Sim, antes eu me identificava como uma pessoa parda, só que hoje eu já comecei a me aceitar como uma pessoa o negra.

Marcus Costa: O negro aí, você quer falar da cor preta, né?

Entrevistada: Isso.

Marcus Costa: Certo, e com relação a isso, como foi essa mudança? Ou como foi inicialmente aceitar a sua cor, você sentia a resistência em se identificar, ou tinha dúvida?

Entrevistada: Na verdade, eu sempre me associei a uma pessoa parda, naquele sentimento que eu comecei a aprender mais sobre, e hoje eu me considero como uma pessoa preta.

Marcus Costa: Essa situação já te causou algum constrangimento? Em algum espaço que você frequentou?

Entrevistada: Já sim. Quando nova, eu entrei em uma loja, com meu pai, e a gente foi meio que destratado.

Marcus Costa: Mas você acha que foi razão da cor ou em razão da ideia de ser quilombola, ser do interior?

Entrevistada: Eu acredito que tenha sido mais pela cor.

Marcus Costa: Pela cor, né?

Entrevistada: A gente entrou, e entrou outra pessoa em seguida, de uma pele mais, né? Aí…

Marcus Costa: O tratamento foi diferente?

Entrevistada: Foi diferente, na verdade nem atenderam a gente, atenderam outra pessoa.

Marcus Costa: Que situação… Então nesse caso, tirando disso, já passou por uma outra situação?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Sei lá, na escola, quando tava na escola, professor, diretor, colega de escola… Alguma coisa que você foi fazer em prefeitura, ou município, posto de saúde, já sentiu alguma diferença tratamento?

Entrevistada: Não, só nesse lugar mesmo.

Marcus Costa: Só nesse período que aconteceu, né? Certo. Você acha que existe alguma relação entre a ideia de ser quilombola e ser negra?

Entrevistada: Eu acho que um pouco, uma parte. Porque vem dos descendentes, né?

Marcus Costa: Sim, mas você já ouviu falar da história da criação do povoado aqui, alguém já te contou alguma coisa nesse sentido?

Entrevistada: Já contou, só que lembrar… Foi mais quando eu era, criança que aprendeu na escola, faz muito tempo.

Marcus Costa: Mas o pessoal passava essa história, né?

Entrevistada: Passou.

Marcus Costa: Então, assim, pra você, é possível você dizer que ser quilombola é necessariamente ser negro, ou não necessariamente precisa ser negro, pode ser de outra cor, não tem muito essa?

Entrevistada: Eu acho que não necessariamente.Porque existe, né, várias diversidades.

Marcus Costa: Certo. E com relação a sua saída daqui pra Jacobina, se deu em razão de quê, assim?

Entrevistada: Em questão que, eu meio que casei, um tempo, então meu marido morava lá, aí…

Marcus Costa: Isso teria uma relação, também, por falta de oportunidades aqui na comunidade?

Entrevistada: Aqui até que tem uma certa quantidade de emprego, só que mais masculinos, porque é mais na pedreira, muito mais aqui também tem a questão de roça, de plantar as coisas mesmo.

Marcus Costa: E seu marido também é daqui da região?

Entrevistada: É sim.

Marcus Costa: Então ele foi para lá, você acredita também que deve ter sido por fato da oportunidade, enfim?

Entrevistada: Na época sim, porque o único trabalho que tinha era esse em roça, carregar banana, essas coisas.

Marcus Costa: Então tá. Então, falando sobre a questão de trabalho aqui na comunidade, a gente tem um conhecimento do pessoal falando que tem essas Pedreiras aqui, né? Você já ouviu falar, ou você sabe com relação à forma de empregar as pessoas, se eles empregam muita gente da comunidade ou é mais gente de fora ou é metade metade?

Entrevistada: Eu acho que, atualmente, a maioria é daqui da comunidade.

Marcus Costa: Você sabe dizer se eles ocupam cargos mais especializado, os daqui, ou é mais aquelas funções que conseguem desenvolver sem precisar de uma profissionalização?

Entrevistada: Eu acho que, no começo, eles começam com um trabalho, como vigia, essas coisas. Mas hoje, atualmente, eu conheço alguns que já tá, mudou o cargo.

Marcus Costa: Pra uma coisa mais especializada, né? Certo. E com relação à mulher, você já ouviu falar se tem mulher que trabalha nessa empresa?

Entrevistada: Não, só homem mesmo.

Marcus Costa: Mas você acredita que não tem, porque é mulher, ou porque não tem mulher capacitada para trabalhar na empresa?

Entrevistada: Acho que, incapacitada, eu acho que não. Acho que é a falta mesmo de, não sei, acho que interesse da parte das mulheres, talvez pudesse ter algum, abrir para elas, mas acho que é mais falta de interesse, mesmo.

Marcus Costa: Mas essa falta de interesse seria das mulheres ou da empresa, em contratar?

Entrevistada: Acho que ambas as partes.

Marcus Costa: Ambas as partes?

Entrevistada: É, porque é, eu nunca ouvi falar que aqui nenhuma delas, no caso tinha duas, mas uma fechou, nunca ouvi alguém falar que entrou alguma mulher, só homem mesmo.

Marcus Costa: É porque, aliás, essas empresas, elas têm o costume de trazer pessoal de fora, né? Aí às vezes vai começando a colocar o pessoal de outro lugar depois. E aí, algumas pessoas se queixam com relação a mulheres, por exemplo, que não têm a oportunidade, aí a gente fica tentando investigar para saber, né? Se é pelo fato de ser mulher, se é porque não tem uma profissionalização... Você sabe dizer, aqui na comunidade, se existe curso de profissionalização para alguma coisa?

Entrevistada: Às vezes aparece algum na associação, mas, curso, curso, não.

Marcus Costa: E com relação à ideia de profissionalização, você acha que nesse caso, se há alguma dificuldade, você acha que caberia à empresa proporcionar o curso de profissionalização?

Entrevistada: Sim, acho que seria ótimo pra comunidade, e até pra própria empresa.

Marcus Costa: E, se a empresa não proporcionasse, o município seria o outro, que seria responsável? Prefeitura, por exemplo, proporcionar?

Entrevistada: Também, porque, né, aqui meio que não tem muita oportunidade. Acho que mais por isso também que não tem curso pra profissionalizar, acho que isso também acaba atrapalhando.

Marcus Costa: Isso poderia ser, por exemplo, o motivo de muita gente sair daqui da comunidade?

Entrevistada: Sim, várias pessoas viajam pra fora.

Marcus Costa: Trabalhando fora?

Entrevistada: Isso, porque é pouca a oportunidade aqui.

Marcus Costa: Certo. Se por acaso, você e seu esposo tivesse essa oportunidade de trabalho aqui, e o seu estilo de vida hoje, de lá de Jacobina, você optaria por qual lugar? Se tivesse uma oportunidade de trabalho, por exemplo, sei lá, como professora de geografia, se você, fosse isso uma vaga de trabalho, concurso ou contratação para trabalhar aqui, vocês viria embora, ou preferiria morar lá e ficar vindo só fazer o seu trabalho?

Entrevistada: Eu viria morar aqui.

Marcus Costa: Morar aqui, né?

Entrevistada: Aqui é bem melhor, mais tranquilo do quê morar na cidade.

Marcus Costa: Cero. Aqui tu tem boas relações, com o pessoal daqui da comunidade?

Entrevistada: Sim, minha família é toda daqui, mora todos aqui, e muitos amigos também.

Marcus Costa: Muitos amigos, tu participa dos festejos daqui?

Entrevistada: Sempre que eu posso.

Marcus Costa: Certo, tu consegue lembrar de algum, tipo assim, que é propriamente aqui da comunidade?

Entrevistada: Tem o São João e a tradicional Cavalgada das Mulheres, que é no Dia das Mães.

Marcus Costa: Dia das Mães, aí essa iniciativa é das próprias mulheres daqui?

Entrevistada: Sim, São João também.

Marcus Costa: São João também, certo. Em relação à associação, tu já participou de alguma coisa da Associação?

Entrevistada: Já, palestras, raramente, assim, raramente não, antigamente tinha muitas vezes que vinha, que fazia lá, e eu acompanhava.

Marcus Costa: Certo. Com relação ao acesso, já utilizou o serviço de saúde daqui da do município, aqui do povoado? Posto de saúde, você acha que é bem atendida, é voltado assim, pra ideia de comunidade quilombola?

Entrevistada: Aqui, na verdade, falta, eu acho, que mais profissionais, mas é ótimo o atendimento. Dá pra atender.

Marcus Costa: Certo. Voltando com aquilo sobre a ideia de ser quilombola, você conseguiria fazer, elaborar uma definição do que é ser quilombola?

Entrevistada: Não, eu acho que não.

Marcus Costa: Não tem problema, só se você tivesse. Vamos lá, então eu vou fazer uma última pergunta… Sim, só voltando um pouquinho enquanto eu lembrei aqui, em relação a ser quilombola, a gente falou sobre a questão de você ser negra e sofrer discriminação, e quanto ser quilombola, tu já sentiu algum tratamento diferenciado no sentido negativo, não positivo?

Entrevistada: Na verdade, foi sempre positivo.

Marcus Costa: Positivo, né? Você participou das coisas, nunca teve…

Entrevistada: Não, não. E as pessoas que eu conversei sobre, tipo, acha muito interessante, muito bom.

Marcus Costa: Mas elas sabem mais ou menos como é a história da…

Entrevistada: Sim, recentemente, agora na aula na faculdade, teve um professor meu que ele fez doutorado dele aqui, aqui não, na outra comunidade quilombola também, aí ele achou, ele ficou muito feliz quando eu falei que era quilombola. Isso é, eu me senti muito bem, também.

Marcus Costa: Reconhecimento, né? Uma última pergunta, só pra gente finalizar. Hoje, se você chegasse em frente a um espelho, e olhasse para você, seu corpo, dos cabelos até o pé, você mudaria alguma coisa em você? Você sentiria a necessidade de mudar alguma coisa?

Entrevistada: Às vezes dá vontade, como também não, às vezes é de fases, eu acho. Mas atualmente, não.

Marcus Costa: Não. Você se sente completa com o que você é, digamos assim.

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: É basicamente isso, você quer acrescentar alguma coisa, que acha interessante acrescentar? Se quiser falar, fica à vontade.

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Então tá, muito obrigado, viu? Pela participação.

Entrevistada: De nada.

Entrevista 14- Vanessa dos Santos Espírito Santo (Flor de cacto), 07 de abril de 2024.

Marcus Costa: Bom dia.

Entrevistada: Bom dia.

Marcus Costa: Me diga seu nome completo.

Entrevistada: Vanessa dos Santos Espírito Santo.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistada: Menopausa.

Marcus Costa: Menopausa? Mas se sente à vontade com chamar ele, assim?

Entrevistada: Sinto, não tenho muita coisa, não.

Marcus Costa: Tu nasceu aqui mesmo, na comunidade?

Entrevistada: Eu fui criada, eu nasci em Jacobina.

Marcus Costa: Não, nascer assim…

Entrevistada: Ah, sim, me criei.

Marcus Costa: Pronto. Quantos anos você tem?

Entrevistada: Tenho vinte e nove.

Marcus Costa: Aqui na comunidade, o que é que tu faz diariamente? Você trabalha em alguma coisa, faz alguma…

Entrevistada: Eu sou manicure, eu faço unha, só quando tem unha para fazer, aí eu faço.

Marcus Costa: Você é casada, solteira…

Entrevistada: Sou solteira, sou mãe solo.

Marcus Costa: Mãe solo? Certo. Tem quantos filhos?

Entrevistada: Quatro.

Marcus Costa: Quatro? Pronto. Me diga uma coisa, você participa dos eventos da, ou melhor, você participa da associação?

Entrevistada: Participo.

Marcus Costa: Participa dos eventos que lá acontecem?

Entrevistada: Sim, às vezes sim, às vezes não, mas sempre tô lá.

Marcus Costa: Certo, mas é costume associação tá sempre fazendo alguma coisa lá, promovendo algum curso, alguma palestra, alguma movimentação que traga as pessoas para dentro?

Entrevistada: Sim, sim.

Marcus Costa: E com relação aos jovens, os jovens conseguem se envolver nessas atividades?

Entrevistada: Nem tanto, porque às vezes é umas atividades que não é muito pro mundo dos jovens. Sabe, às vezes é uma coisa que a gente não tem muito interesse. Então a gente nem vai, os jovens nem participam.

Marcus Costa: Certo. E com relação às atividades, essas coisas que fazem lá, existe algum curso de profissionalização? Que ela oferece?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não, né?

Entrevistada: Não. Aqui é bem escassa, essas coisa toda.

Marcus Costa: E com relação, aí agora, aproveitando isso para falar com relação ao acesso a emprego formal, em empresas, essas coisas, como é que é isso?

Entrevistada: É muito difícil aqui.

Marcus Costa: É mais difícil?

Entrevistada: É muito difícil, porque tem que ter um, você tem que ter uma especialização, né? E aqui, a gente, eu mesmo no meu caso, eu não tenho dinheiro para fazer curso, né? A gente, a maioria dos jovens que faz, não tem condição de dizer assim "não, vai lá fazer um curso", espera sempre ter uma oportunidade e não tem. É difícil, é difícil aqui em Santa Cruz.

Marcus Costa: É, então, e a gente sabe de notícias daqui, que tem empresas, né? Que atuam no quintal… E esses funcionários, dessas empresas, eles ainda vêm de fora ou eles contratam daqui?

Entrevistada: Não, a maioria é tudo do Espírito Santo, sempre de longe, porque aqui não tem gente capacitada, não tem.

Marcus Costa: Certo, atualmente, hoje, você consegue dizer se tem mais gente de fora ou menos gente, ou mais daqui, consegue saber?

Entrevistada: Os que são capacitados, tipo de máquina, é mais de fora. Agora, pra ajudante, ajudante lá na empresa, é os daqui. Mas é mais gente fora, porque são os "cabras" mais capacitados.

Marcus Costa: Certo, e em relação a mulheres, as empresas empregam mulheres?

Entrevistada: Difícil, são mais para faxina. Aqui tem uma mulher sozinha.

Marcus Costa: Que trabalha de faxina?

Entrevistada: Que trabalha limpando, lá.

Marcus Costa: Mas se fosse para você, tipo assim, dar uma opinião, saber mesmo o porquê que elas não empregam, seria, qual seria o motivo, assim? Seria porque eles não querem mulheres trabalhando lá, ou porque talvez não tenha profissionais capacitados?

Entrevistada: Não tem capacitação, porque eles querem mais gente daqui de Santa Cruz mesmo, da região, mas só que não encontra. Tanto que na limpeza é Isabel, Isabel ela sempre tá na associação, e ela trabalha lá, agora tem uma menina de fora aqui, do do Coqueiro, que tá trabalhando lá, no escritório, porque ela foi fez a entrevista e passou, ela fez a capacitação e passou. Mas ela já vem de de muito tempo fazendo curso, essas coisas assim.

Marcus Costa: Então você acha que, nessa situação, de não ter capacitação, geraria uma certa responsabilidade, por exemplo, da empresa, pra promover um curso de capacitação? Ou você acha que isso seria iniciativa das pessoas, ou vamos dizer assim, da prefeitura, da Associação ou a empresa, de fato, deveria, já que teria essa demanda, essa necessidade, promover os cursos de capacitação, na sua opinião, assim?
Entrevistada: Na minha opinião, se a empresa tomasse uma iniciativa, eu acho que se juntasse com a associação, prefeitura, devem falar com os vereadores… Eu acho que sim. E, porque aí eles ia se juntar, e ia montar o lugar, o espaço, para ter esses curso, e vários jovens, aqui tem muitos jovens que precisam de trabalho, precisa porque muitos aqui sai pro corte de cana, para longe da família, porque não tem aqui, entende? Então seria se juntasse a prefeitura, a iniciativa viesse da empresa, porque se eles querem que jovem daqui trabalhe, então eles deveriam se juntar com as pessoas aqui, a associação e com outras pessoas que podem ajudar, né?

Marcus Costa: Sim, então assim, a gente tem pessoas daqui que tão indo pra fora porque precisam trabalhar?

Entrevistada: Sim, a maioria dos jovens daqui. Eles saem para fora corte de cana, mamão, manga...

Marcus Costa: Talvez se tivesse essa profissionalização e a vaga de emprego aqui…

Entrevistada: Ficaria, não sairia daqui, não teria tantos jovens fora de casa, não teria.

Marcus Costa: Então, assim, com essa ideia também de profissionalização, e você falou aí dos Vereadores, em nenhum momento nenhum Vereador tomou iniciativa com relação a pensar nisso, a chamar vocês para conversar sobre essa possibilidade?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não?

Entrevistada: Não. Os vereadores, acho que esqueceram um pouco dos jovens…

Marcus Costa: Me diga uma coisa, voltando especificamente a pertencer à comunidade quilombola, você tem alguma dificuldade se identificar como quilombola, ou dizer que pertence à comunidade quilombola?

Entrevistada: Não. Às vezes assim, antes que não tinha essa coisa da associação, eu tinha vergonha. Eu tinha, de dizer que quilombola, porque a maioria do povo dizia "tu é do Quilombo? Então tu anda descalço, tu passa fome?" porque acha que, na cabeça das pessoas, a gente passa fome a gente anda descalço… Eu acho, eu tinha vergonha,

Marcus Costa: Tinha vergonha? Mas já teve algum lugar assim, específico, que você lembra dessa, sei lá, dessa, vamos dizer assim, desse constrangimento de você falar ou você ficar com vergonha de falar, e quando falar a pessoa fazer essa…

Entrevistada: Quando eu comecei a estudar, em Mirangaba, que a gente saia, né? Aí perguntavam, "eles moram na grota quilombola", Ave Maria, que quando dizia isso, que nós era da grota quilombola… "Um, um, um"... Eu me sentia constrangida, eu não queria nem sair de dentro da sala.

Marcus Costa: Era?

Entrevistada: Eu era. Porque era uma vergonha dizer assim, até hoje assim, quando a gente tenta se acostumar, dizia assim: "Oxi, ali é da grota, quilombola". Ainda tem, ainda tem aquele constrangimento, ainda tem uma impressão assim de dizer hoje, porque eles acham que a gente é tudo uns Coitadinho, mas não é não.

Marcus Costa: Pronto, me diga uma coisa, e com relação a sua cor de pele, você já chegou a ser definir, assim, se você já preencheu em algum lugar, "ah, eu sou tal cor", a cor de pele geralmente tá sempre associada à ideia de raça e etnia. E aí, você já chegou a se classificar em algum lugar, ou você hoje se sente mais tranquila com relação à cor de sua pele?

Entrevistada: Eu sempre, sempre negra. Sou negra, é.

Marcus Costa: Mas já teve dificuldade em se aceitar e fazer essa classificação?

Entrevistada: Não, não.

Marcus Costa: Nunca passou por nenhum constrangimento em se identificar assim?

Entrevistada: Não, meu constrangimento era só essa questão da grota, de quilombola. Antes, porque não tinha, o povo quase não falava disso. Só dizia assim "ó aquela menina ali é Da grota, quilombola".

Marcus Costa: Isso poderia gerar uma espécie de preconceito…

Entrevistada: Exatamente. Ah, minha filha era ruim, viu?

Marcus Costa: Certo. Me diga uma coisa, e você já sentiu também, em algum momento, de você ter alguma oportunidade retirada ou diminuída, ou não ter acesso a determinadas coisas por pertencer tanto à grota quilombola ou pelo fato de ser negroa?

Entrevistada: Com certeza.

Marcus Costa: Já sentiu essa…

Entrevistada: Já, já.

Marcus Costa: Tu consegue se lembrar de alguma situação?

Entrevistada: Sim. Porque, na maioria das festas que tinha em 7 de Setembro. E aí a gente, da Grota, eles colocava descalço, de escravo, a gente, sempre da grota. Nos desfiles, não tinha que ir pra ganhar ponto, a gente ia, quando chegava lá botavam a gente escravo, de pé descalço, e já quem era de Mirangaba, da cidade, tudo em cima dos carros, de princesa… E por que não botava uma de nós também? Aí a gente sentia, depois, quando foi passando o tempo, que a gente foi reconhecendo, disse "não, eles botam a gente no final da fila, de escravo e de índio, e as outras não, tão tudo lá na frente, a gente só para aumentar fila", aliás, eu mesmo me sentia humilhada.

Marcus Costa: Certo, isso daria a ideia de ser um tipo de racismo, uma coisa assim?

Entrevistada: Isso, porque dizia assim, "não, os da Grota a gente bota de qualquer jeito, agora o daqui a gente bota na frente", era um preconceito que eles têm, tinha. Não sei se hoje ainda tem, mas era ruim.

Marcus Costa: Tu já sofreu, você disse que ficava constrangida com relação a dizer que era da garota e tal, mas isso já aconteceu em relação a professor e diretor de escola, ou só entre os colegas?

Entrevistada: Não, só entre os colegas, as meninas.

Marcus Costa: Certo. Com relação, deixa eu fazer uma última pergunta aqui, me diga uma coisa, uma dúvida que a gente tem, uma curiosidade, na verdade, quando se fala em ser quilombola e ser negra, você acha que uma coisa faz parte da outra ou são coisas Independentes? Você pode ter um quilombola, pode ser negro, branco, azul, amarelo, indígena, o fato de ser quilombola já leva quase automática a ideia de ser negra?

Entrevistada: Eu acho que não, eu acho assim, que o povo quilombola é um só, um só, a gente luta contra a diferença, a gente é um povo de Cultura, a gente é sofrido, é sofrido… Os antecedentes da gente é sofrido, mas a gente é, eu mesmo, na minha opinião, a gente é uma pessoa só.

Marcus Costa: Certo, me diga uma coisa, com relação a esses antecedentes, já te contaram alguma vez como foi que surgiu a comunidade?

Entrevistada: Se me contou, eu não lembro.

Marcus Costa: É que às vezes avós, pais, vão contando algumas coisas, né?

Entrevistada: É, algumas coisas.

Marcus Costa: É, então tá bom. Me diga uma coisa, só uma última pergunta, se você em frente a um espelho hoje, se olhasse assim, do cabelo aos pés, você conseguiria identificar alguma necessidade de mudança em você?

Entrevistada: Como assim? Fisicamente?

Marcus Costa: Sim, fisicamente falando, e também em termos de comportamento também, mas a ideia aqui é que mais é no primeiro mesmo, você chegar em frente ao espelho e dizer "olha, eu mudaria meu cabelo, mudaria meu nariz, minha cor de pele, minha boca, meu olho…", tem essa necessidade?

Entrevistada: Eu mudaria meu sorriso, que eu gosto muito de rir, sabe? E meu sorriso é curtinho, mais meu sorriso, e assim, só.

Marcus Costa: Não teria outra coisa não, né?

Entrevistada: Meu cabelo, não.

Marcus Costa: Não, não, tranquilo. É só porque às vezes as pessoas não se sentem completas.

Entrevistada: É, só o sorriso.

Marcus Costa: Então, não haveria essa necessidade. Aí é basicamente isso. Quer acrescentar alguma coisa, em relação à comunidade? Algo que precisaria…

Entrevistada: Não, a comunidade precisa de ajuda para os jovens. A gente, eu mesma já tenho 29 anos, mas tem muito jovem aí que tá aí, quando não pode sair, fica aí dentro da casa dos pais, os pais não tem condições… E os jovens precisa de ajuda, na comunidade.

Pronto, então, eu agradeço sua participação, viu?

Entrevistada: Obrigada.

Marcus Costa: Muito obrigado. Qualquer coisa estamos por aí.

Entrevista 15- Michele Jesus dos Santos (Pitanga), 07 de abril de 2024.

Marcus Costa: Bom dia.

Entrevistada: Bom dia.

Marcus Costa: Qual é seu nome completo?

Entrevistada: Meu nome é Michele Jesus dos Santos.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Nasceu aqui na comunidade?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Tu tem quantos anos hoje?

Entrevistada: Eu tenho vinte e cinco.

Marcus Costa: Você já construiu família ou ainda mora com os pais?

Entrevistada: Já, já construí família.

Marcus Costa: Sempre viveu aqui em Santa Cruz ou saiu em algum momento?

Entrevistada: Desde quando nasci.

Marcus Costa: Sempre morou aqui, né?

Entrevistada: É, sempre morei aqui.

Marcus Costa: Certo, então nunca precisou morar fora, por nenhum motivo não, né?

Entrevistada: Por enquanto ainda não, né?

Marcus Costa: Certo, então, me diga uma coisa: e aqui na comunidade, o que é que você faz assim, diariamente? Você trabalha em alguma coisa, é mais dona de casa…

Entrevistada: Agora eu tô trabalhando, recentemente agora eu tô trabalhando, mas eu quando chego, logicamente, eu vou fazer também a necessidade de casa, e às vezes, final de semana, faço algumas coisas extras. Eu faço unha, eu vendo algumas coisinhas, em casa mesmo.

Marcus Costa: Tu trabalha em quê hoje?

Entrevistada: Tô trabalhando na escola.

Marcus Costa: Na escola?

Entrevistada: "Uhum".

Marcus Costa: Mas é professora…

Entrevistada: Sou na sala de aula, né?

Marcus Costa: Pronto, me diga uma coisa, com relação a trabalho aqui na comunidade. Você acha que existe uma facilidade de trabalho aqui?

Entrevistada: Não, é muito difícil, principalmente que a maioria dos jovens larga, a maioria, larga os estudos cedo, aí logicamente vai para um serviço braçal, porque aqui o único meio de viver é esse, ou é de roça ou se você vende alguma coisa, porque é muito difícil.

Marcus Costa: Então, você acredita que há um desestímulo dos jovens? Já que eles deixam os estudos, provavelmente não teria uma facilidade para entrar em um emprego melhor, né?

Entrevistada: Não tem oportunidade no mercado de trabalho, "aham". E aí é isso, também, às vezes a oportunidade de cursos, de terminar os estudos, eu acho que dificulta mais ainda arrumar trabalhos melhores, tem que ser trabalhos braçais mesmo.

Marcus Costa: Certo, com relação às empresas, que dizem que tem aqui na região, você sabe dizer como é o sistema de emprego deles? Eles trazem pessoas de fora, pega a pessoa daqui da comunidade…

Entrevistada: Logo no início mesmo eles pegaram muita gente daqui da comunidade, e é isso que eles estão pretendendo, eu acho que agora também, tirar mais o pessoal que vem de fora, porque já vem especializada, né? Porque se eles for gastar tempo, for especializar… Aí no caso é perda de produção, aí, mas agora eles estão empenhando mais em contratar gente daqui da comunidade mesmo.

Marcus Costa: Hoje você conseguiria dizer que tá, tipo, 'metade metade", ou ainda tem uma maioria que é de fora ou a maioria daqui? Você já ouviu falar de alguma coisa assim?

Entrevistada: Parece que a maioria é daqui, das regiões, então tem dois, três, quatro, mas a maioria é daqui da região.

Marcus Costa: Da região, né? E com relação à qualificação, a gente sabe que a comunidade tem uma dificuldade de qualificação, ou alguma coisa assim. Mas você acha que essa qualificação hoje, com essa demanda da empresa, seria uma responsabilidade da empresa fazer essa qualificação, ou buscar?

Entrevistada: Eu acho que elas deveriam também ter mais um olhar para a comunidade, porque assim, eles qualificando aqui o pessoal mesmo, da comunidade, eles não vai gastar tanto para trazer o pessoal de fora, porque logicamente tem um gasto a mais, aí eles investindo em qualificar, e também fazer cursos para jovens, para senhoras que ficam, eu acho que é bem interessante.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, em relação a essa qualificação, nunca teve nenhuma iniciativa da empresa? Em procurar assim a comunidade, a associação, sei lá, o município, para tentar ver se conseguia, de repente?

Entrevistada: Teve uma vez que a gente até tentou, a gente tentou buscar um contato, mas veio no primeiro instante, veio, a gente fez aquela reunião e tal, mas não foi para a frente, não.

Marcus Costa: E com relação ao acesso ao trabalho, do emprego formal, em relação às mulheres aqui da humanidade, você acredita que, ou melhor, você sabe dizer se tem alguma mulher que trabalha nessas empresas ou não?

Entrevistada: Agora, no momento, não. Até que eles estavam procurando uma mulher para contratar, mas, no momento, não. Parece que agora, recente, foi contratada uma menina para o escritório.

Marcus Costa: Certo. Mas você acredita, qual a sua opinião, sobre essa "não procura" de mulher ou contratação de mulher se daria em razão da empresa não querer ou por ausência de qualificação?

Entrevistada: Eu acho que é por ausência de qualificação.

Marcus Costa: Então assim, acredita-se então que, talvez, a atividade que ela desenvolva não seria um problema? Assim, no sentido de ser mulher, qualquer espécie de discriminação, não só no sentido positivo, mas também no sentido negativo.

Entrevistada: Eu, meu ponto de vista é que a maioria dos trabalhos lá são bem pesados, né? Mas o trabalho lá, a não ser que seja para limpar e passar, e o escritório. Porque tem também a qualificação, você tem uma qualificação, tem uma habilitação, e tal, que a maioria precisa, né? Hoje em dia, a maioria dos trabalhos pedem.

Marcus Costa: E com relação à Prefeitura Municipal daqui, nunca tomou iniciativa nesse ponto? De procurar vocês ou pra promover algum curso que pudesse ajudar vocês a entrarem lá nas empresas?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não. E a associação, tem tido alguma iniciativa pra isso ou já tentou e não deu certo?

Entrevistada: A Associação, a gente já tentou. Quando eu fazia parte da associação, a gente já tentou vários meios, mas até agora ainda não conseguimos.

Marcus Costa: Então, falando agora da associação, a Associação promove algum tipo de curso, eventos, aqui na comunidade?

Entrevistada: Por enquanto, agora, a gente está precisando de emendas para isso, mas sempre estamos buscando para que o pessoal venha participar mais, por conta dos projetos. Porque às vezes vem projeto e o pessoal não tá participando, então não adianta nada, é em vão.

Marcus Costa: Mas, falando assim no sentido de participação dos jovens, você acha que os jovens participam mais ou não, assim, da associação?

Entrevistada: Ultimamente, tão, porque às vezes eles estão precisando de documento da associação, e a gente tá sempre "batendo na mesma tecla", que vocês têm que ser mais ativos, tem que estar participando, porque sempre vêm projetos para jovens, vêm atividades para fazer com jovens, e na maioria das vezes é a minoria, mas aqui graças a Deus, o pessoal foi participativo.

Marcus Costa: Certo, esses projetos que vêm, em algum momento, nunca tocou na ideia de profissionalização, não? Assim, por exemplo, com jovens, ou eles focam mais na questão de, sei lá, produção de artesanato, alguma coisa assim?

Entrevistada: É, eles colocam mais na produção de artesanato, mas a maioria das vezes parece que os jovens não se… Deixa ver como é que eu falo… Não se identificam.

Marcus Costa: Não se engajam, ficam sem participar, né?

Entrevistada: Não, é bem difícil.

Marcus Costa: Mas, nesse caso, vocês divulgam os projetos certinho?

Entrevistada: "Aham".

Marcus Costa: Há uma intensificação dessa disseminação, né?

Entrevistada: "Aham", tem. a gente tá sempre divulgando quando vem projeto, e tal, pra eles participarem, às vezes manda até pessoalmente, pra ver se vem.

Marcus Costa: Tu tem alguma função mesmo da associação?

Entrevistada: Assim, no ano passado eu era vice-presidente e agora eu tô só como o corpo fiscal mesmo.

Marcus Costa: Sim. Esses projetos que vêm para Associação, eles são os projetos que a gente chama de “vincular" ou eles ficariam livres? Em que sentindo, você tem uma verba que vem e aí o projeto é livre, para vocês fazerem o tipo de projeto que quer, ou ele já é outro projeto específico, já viem o projeto específico?

Entrevistada: Não, tem o projeto específico. Se a gente se inscreveu, ultimamente a gente ganhou até o da leitura, que a gente recebeu, aí eles vêm específicos. “Vocês vão comprar tanto de material e tanto vocês vão gastar com lanches, reuniões, e tal”.

Marcus Costa: Aí é vinculado então.

Entrevistada: Sim, é vinculado.

Marcus Costa: Certo, assim, e essas emendas que você recebe é diretamente estadual ou federal, seria isso?

Entrevistada: “Uhum”.

Marcus Costa: O município, em um momento, ajudou vocês aqui na comunidade como repasse de verba, com aplicação de algum projeto?

Entrevistada: Por enquanto não.

Marcus Costa: Não, né? Já tentaram, já tiveram, assim uma curiosidade em tentar conversar para ver se conseguiria alguma coisa?

Entrevistada: A gente sempre tá atento, a essa situação sempre tamo atento.

Marcus Costa: Aqui na comunidade de vocês, vocês têm um vereador eleito, que é daqui?

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça).

Marcus Costa: Em algum momento ele já teve uma iniciativa de algum projeto com relação a essa ideia de profissionalização, voltada ao emprego mesmo, né?

Entrevistada: Não,ele participa, quando têm ações ele participa. mas é trazer exatamente um projeto dele, não.

Marcus Costa: Então não tem iniciativa direta dele, né? Algum projeto…

Entrevistada: Não. Sempre ele tá ali, junto com a gente, sabe? Mas para trazer exatamente, não.

Marcus Costa: Certo, voltando um pouquinho agora para a ideia da vivência em comunidade, existem muitos eventos aqui na comunidade, que são bem instituídos?

Entrevistada: É mais, a maioria das vezes, só o que vêm são realizados pelas escolas, né? Que nem o vinte de novembro, que a Consciência Negra, tem os festejos de São João, o pessoal sempre faz porque é tradição, né? Quadrilha, e tal, e as cavalgadas.

Marcus Costa: Você participa desses eventos?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Gosta de participar?

Entrevistada: E a gente tem que participar, né? Da comunidade. A gente mesmo, na comunidade, não participar é…

Marcus Costa: Então é vocês mesmos que empreita toda a situação…

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Então vamos lá, em relação a pertencer à comunidade, ou se identificar mais claramente como quilombola, você faz isso de forma tranquila e natural ou você tem alguma resistência fazendo isso?

Entrevistada: Não, eu faço isso de forma tranquila e natural, porque é a comunidade da gente, né? Se a gente não sentir orgulho da comunidade que a gente tem, não se reconhece. Eu vou fazer, a gente vai estar coisando as origens da gente, né? Vai estar deixando a identidade da gente.

Marcus Costa: Mas, em algum momento, e aí, voltando pro passado, você já teve dificuldade em se identificar ou você não sabia o que era, então você podia fazer?

Entrevistada: Quando a gente é pequena, logicamente a gente não sabe do que se trata realmente, mas aí como a gente vai crescendo, aí você vai entendendo, né? Como é as coisas, sempre tem alguns que… sempre tem aquele que fica meio cabreiro, de se… Mas aí logicamente vai se adaptando.

Marcus Costa: Você já sofreu algum tipo de discriminação em relação a isso de se identificar? E aí eu tô falando não só de agora, mas tipo assim, na escola, quando você estudava…

Entrevistada: Mas aí nas escolas sempre tem, quando a gente diz que a gente é da região da grota, da região quilombola, sempre vem aquele receio. O pessoal sempre tem aquele receio.

Marcus Costa: Aquelas coisas, aquelas brincadeiras que causam constrangimento…

Entrevistada: Logo no início, eu acho que sim, mas depois…

Marcus Costa: Consegue, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Mas isso por parte dos colegas ou professor e diretor?

Entrevistada: Não, acho que é mais por parte dos colegas, mesmo, ficar zoando.

Marcus Costa: Em algum momento, por exemplo, dessa situação assim, você se sentiu muito constrangida a ponto de, sei lá, não querer voltar à escola ou estando lá sempre evitar, ou não?

Entrevistada: Não. Sempre levo para, eu não levo pro pessoal, sabe? Não "levo para o coração", que nem diz o povo.

Marcus Costa: Aí no caso, você sempre levava como se fosse brincadeira.

Entrevistada: É, eu tinha que levar. Mas sabendo que é uma coisa muito séria, sabe?

Marcus Costa: Em relação à cor de pele, que a gente chama de raça e etnia, você já se classificou, se classifica tranquilamente em qualquer lugar que você vai que você tem que preencher ou falar?

Entrevistada: Sim, como uma mulher preta, nascida numa região quilombola, eu me reconheço.

Marcus Costa: Já teve alguma dificuldade, em algum momento da vida?

Entrevistada: Não. Eu amo a minha cor.

Marcus Costa: Então, vamos lá, já passou por algum constrangimento em razão da cor da pele?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Em nenhum atendimento…

Entrevistada: Não, nunca. E pretendo não passar, porque deve ser muito, é muito doloroso, sabe? Quando é algo relacionado à sua estrutura física, é.

Marcus Costa: Então, vamos lá. Ser quilombola e ser negra, você acredita que existe uma relação entre as duas ou ela seria coisas independentes? Vou dar um exemplo, ser quilombola poderia ser necessariamente Negra ou não, vamos dizer assim, eu posso ser Branco e ser quilombola, posso ser Amarelo e ser quilombola.

Entrevistada: Não necessariamente, por conta das misturas, né?

Marcus Costa: Sim.

Entrevistada: Das misturas das raças e tal, mas, tem a ver por conta dos escravos e tal, mas é ser originalmente negro, acho que não, porque o sangue corre ali pelas veias, né? E independente da cor da pele ou não…

Marcus Costa: Morar aqui, né?

Entrevistada: Mora, convive, é nascido, né? Na região. Filho de gente do Povo, que mora na região também…

Marcus Costa: Me diga uma coisa, alguém já te contou a história, como surgiu essa região aqui?

Entrevistada: Já ouvi na associação, aí teve uma vez que a gente fez um documentário com um pessoal mais velho daqui, a gente já até já ouviu alguma coisa, que logo depois de fugir o povo vinha para cá, e aí casavam, ficavam por aqui mesmo, já ia formando família e tal, sabe?

Marcus Costa: Mas tu já ouviu falar quais foram as primeiras pessoas que tiveram a iniciativa de vir para cá?

Entrevistada: Não me recordo muito, não.

Marcus Costa: Quem fundou, aí quem foi que realmente… Porque vem, aí conhece alguém que tá, e já fica por aqui, né?

Entrevistada: Tem que ser muito antiga também, né?

Marcus Costa: Porque às vezes é isso, aí vem do seu avô, bisavô…

Entrevistada: É, ouve de um jeito, realmente.

Marcus Costa: Que às vezes você não dá importância, mas geralmente sempre às vezes conversando sobre isso. Então, vamos lá, eu vou te fazer uma última pergunta com relação a essa situação, ou não, é sobre se a prefeitura do município daqui, ela desenvolve algum projeto pensando em vocês enquanto comunidade quilombola, quanto pessoas negras? Existe algum projeto que desenvolva aqui na comunidade?

Entrevistada: Por enquanto não.

Marcus Costa: Que a gente pode chamar até, inclusive, de política pública. Alguma política, se existe?

Entrevistada: Por enquanto, não. É mais pela associação, vinculando.

Marcus Costa: É o vínculo, né?

Entrevistada: É, porque o pessoal é bem participativo, sempre participa. "Gente hoje vai ter uma palestra falando sobre tal coisa", o pessoal sempre participa, aí a gente fica ali do que tá acontecendo, né?

Marcus Costa: Agora seria a última pergunta: se você tivesse alguma oportunidade, agora por exemplo, de ficar de frente a um espelho, e se olhar dos cabelos até os seus pés, você tem uma necessidade de mudar alguma coisa em você?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Se sente completa do jeito que você é?

Entrevistada: Me sinto.

Marcus Costa: Que ótimo. É basicamente isso, agradeço a participação, viu? Muito obrigado.

Entrevistada: Obrigada você.

Entrevista 16- Ledina Santos do Nascimento (Caliandra), 07 de abril de 2024.

Marcus Costa: Bom dia.

Entrevistada: Bom dia.

Marcus Costa: Qual é seu nome completo?

Entrevistada: É Ledina Santos do Nascimento.

Marcus Costa: Tem algum apelido?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Nasceu aqui na comunidade mesmo?

Entrevistada: Em Jacobina.

Marcus Costa: Mas o nascimento que eu tô falando, é se você pertence à comunidade.

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Seu nascimento, às vezes acontece mesmo, do pessoal ir nascer lá na cidade de Jacobina, né? Mas tu é daqui na comunidade mesmo?

Entrevistada: Sim, sou sim.

Marcus Costa: Os pais são daqui, né?

Entrevistada: São, são.

Marcus Costa: Tu tem quantos anos hoje?

Entrevistada: Vinte e quatro.

Marcus Costa: Tu sempre viveu aqui na comunidade, ou tu ficou algum tempo fora, e tal? Como é?

Entrevistada: Sempre vivi aqui.

Marcus Costa: Sempre viveu aqui, né?

Entrevistada: “Uhum”.

Marcus Costa: Certo. E aqui na comunidade, o que você faz, assim, diariamente? Você trabalha em alguma coisa, você é dona de casa, cuida mais de alguma outra coisa…

Entrevistada: Não, agora não. Antes eu trabalhava em um restaurante aqui, mas agora não, agora sou dona de casa mesmo.

Marcus Costa: Tu participa da associação daqui?

Entrevistada: Participo, participo.

Marcus Costa: Na associação daqui, tem projetos que envolvam vocês em alguma coisa assim, vamo lá, palestras, cursos, reuniões, você participa?

Entrevistada: Tem.Tem bastante.

Marcus Costa: E existe algum tipo de curso, nessas coisas que eles oferecem, que é de qualificação profissional e para você ter uma promoção, alguma coisa assim?

Entrevistada: Eu ainda não fiz.

Marcus Costa: Mas já ouviu falar se tem ou não?

Entrevistada: Não, nunca ouvi.

Marcus Costa: Certo, então vamos lá. Ela promove os eventos, e tal, faz esses cursos, a comunidade participa dessa situação?

Entrevistada: Participa.

Marcus Costa: Você participa, a comunidade tá toda ali envolvida…

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Certo, e fazendo um recorte muito específico, o pessoal jovem participa muito dessas situações?

Entrevistada: Não. Eu acho, no meu achar, não. Eu acho assim, que deveria participar mais, tanto da associação como das coisas que tem lá.

Marcus Costa: Mas, me diga uma coisa: você saberia me dizer qual seria o motivo deles não participarem? Do tipo, "ah, o que tem aí não interessa muito aos jovens" ou não, é porque realmente o jovem não tem interesse mesmo, assim? São pessoas que sofrem outros tipos de necessidade?

Entrevistada: Eu acho que é porque são coisas que não interessam. Se viessem mais projetos, que envolvesse mais, o jovem eu acho que participaria.

Marcus Costa: Certo, me diga, assim, pensando nessa situação, em algum momento já se reuniu algum grupo de jovens para falar sobre isso?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: O que eles quisessem, por exemplo, o que vocês querem na comunidade de curso, e tal? Já teve alguma coisa assim?

Entrevistada: Não, que eu tô, não.

Marcus Costa: Mas, que você sabe ou que já tenha ouvido falar, de alguma coisa assim.

Entrevistada: Sim, na associação já teve, assim, no início, muitos jovens ir falar o que sente, é, sim.

Marcus Costa: Em relação a trabalho, por exemplo, aqui na comunidade há essa facilidade em você conseguir um trabalho?

Entrevistada: Eu acho que não.

Marcus Costa: E em relação às empresas, que a gente sabe que tem aqui na região, você sabe dizer se nessas empresas os trabalhadores são mais vindos de fora ou maioria daqui, ou são só de fora ou só daqui, ou tem um equilíbrio?

Entrevistada: Eu acho que tem mais de fora, agora que a empresa dali de baixo tá tentando pegar mais gente daqui, que eles quer dar oportunidade às pessoas daqui mesmo.

Marcus Costa: Certo, e essas pessoas daqui, por exemplo, eles exigem que tenham algum tipo de qualificação, sabe?

Entrevistada: "Hum", eu acho que sim.

Marcus Costa: E talvez esse fosse uma dificuldade, por exemplo, para conseguir entrar na empresa?

Entrevistada: Também.

Marcus Costa: E com relação à mulher, essas empresas contratam mulheres?

Entrevistada: Não, agora que tem uma trabalhando lá.

Marcus Costa: Sim.

Entrevistada: Daqui da comunidade, né?

Marcus Costa: Mas existe alguma outra de fora?

Entrevistada: Eu não sei dizer.

Marcus Costa: Então, em relação a essa contratação ou não, você acredita que ela não faz, a empresa pode não fazer isso, por não ter mão-de-obra qualificada ou por ela não querer mesmo, que mulheres trabalhem lá?

Entrevistada: Eu acho que por não ter mão-de-obra.

Marcus Costa: Qualificada?

Entrevistada: Sim, acho que se eles trouxessem esses cursos pra gente fazer, acho que a gente, eu mesma participaria.

Marcus Costa: Participaria, né? E essa participação, vamos dizer assim, ou melhor, esses cursos, você acredita que seria uma responsabilidade da empresa trazer inicialmente, já que ela tem a demanda, ou talvez o município também, a prefeitura teria essa responsabilidade de promover? Ou os jovens que teriam que fazer o curso, sem necessariamente alguém ofertar?

Entrevistada: Eu acho que se as empresas, ou a prefeitura também "trazesse", seria bem mais fácil.

Marcus Costa: Facilitava, né?

Entrevistada: Facilitava bastante.

Marcus Costa: Então, com relação a essa questão de que a gente tá falando, de mão-de-obra qualificada, em algum momento o município já trouxe algum curso, alguma coisa assim, que pudesse ajudar vocês?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Já teve, por exemplo, se você já ouviu falar, você já participou de algum pedido do pessoal daqui para a prefeitura? E essa associação, por exemplo, você tá na associação, aí tem vezes que vinha tal curso para poder trabalhar na região, a Associação ir lá e falar com prefeito, falar com alguém, ou até mesmo a ideia de que aqui tem Vereador também, se já teve uma iniciativa assim, para levar para ver se eles conseguiram trazer alguma coisa para cá?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não?Certo. Então vamos lá, com relação à ideia de pertencer à comunidade, você participa dos festejos daqui? Acontecem eventos aqui na comunidade?

Entrevistada: Acontece aqui, participo.

Marcus Costa: Consegue lembrar de algum assim?

Entrevistada: Na nossa comunidade, aqui tem São João, no Coqueiro tem o 6 de Janeiro…

Marcus Costa: Sim, é, 6 de janeiro é o quê?

Entrevistada: É o "Reizado".

Marcus Costa: "Reizado"? E isso é o quê?

Entrevistada: Festa dos Santos Reis.

Marcus Costa: Santos Reis, né? Pronto, me diga uma coisa, com relação à sua, a você pertencer à comunidade, você consegue se identificar tranquilamente como quilombola, ou ocê tem alguma resistência?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Consegue se identificar?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Já sofreu algum tipo de discriminação em relação a isso?

Entrevistada: Não, Graças a Deus, não.

Marcus Costa: Em momento nenhum? Nem quando era jovem, pequena, criança, em escola, essas coisas?

Entrevistada: Não, que eu lembre, não.

Marcus Costa: Não, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: E em relação à cor da pele, hoje é normal você chegar em alguns postos, ou se você for fazer alguma coisa até em faculdade, sei lá, alguma coisa assim, o pessoal lhe pergunta "se classifique aqui, é raça ou etnia", aí tem lá a cor da pele: preta, parda, amarela, indígena… Não sei se você já faz isso, essa classificação tranquilamente ou já fez, né?

Entrevistada: Sim, preta.

Marcus Costa: Preta? Isso é, você consegue se identificar mesmo como preto, ou você só…

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Pronto. Já sofreu algum tipo de discriminação em razão disso?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Em nenhum momento, né? Quando tu estudada, ou quando tu foi pra alguma coisa, foi pra fazer o cadastro, nunca sentiu um tratamento diferenciado, né?

Entrevistada: Não, em nenhum momento.

Marcus Costa: Então, vamos lá, a ideia de ser quilombola e pertencer, e ser negra, para você existe uma relação entre uma coisa e outra? O que eu quero dizer com isso é que, ser quilombola necessariamente leva à ideia de ser negro, ou ser quilombola pode ser também ser branco, indígena, ser amarelo... Não tem necessariamente uma cor, você acha que isso tem uma relação entre uma coisa ou são separados?

Entrevistada: Acho que não. Eu acho que todas as cores têm como ser quilombola, sim.

Marcus Costa: Seria possível ser quilombola e não ser negro,necessariamente, né?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Certo. Vamos ver, em relação a estudo, tu estudou até que série, ou estuda?

Entrevistada: Eu me formei, no terceiro ano.

Marcus Costa: E aí parou, continua, ou pretende voltar?

Entrevistada: Não. Eu cursei Educação Física, Bacharel.

Marcus Costa: Sim, onde?

Entrevistada: Na Unopar.

Marcus Costa: Unopar? Se formou?

Entrevistada: Sim, me formei, só que faltam algumas matérias.

Marcus Costa: Tá pendente ainda, de algumas coisas, né?

Entrevistada: É.

Marcus Costa: Pronto, quando você entrou lá, entrou normal ou via cotas, algum sistema assim?

Entrevistada: Quando eu entrei lá, eu entrei normal.

Marcus Costa: Certo. Depois disso você já tentou procurar algum emprego na área, que pudesse lhe ajudar, alguma coisa assim?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Então eu vou fazer uma última pergunta, só pra gente finalizar, se você fosse colocada de frente a um espelho hoje, e você fosse olhar, assim, da cabeça aos pés, você mudaria alguma coisa em você?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Se acha completa do jeito que é?

Entrevistada: Sim, do jeito que Deus me fez.

Marcus Costa: Então é basicamente isso, eu agradeço sua participação, viu?

Entrevistada: Obrigada.

Marcus Costa: Qualquer coisa, estamos aqui.

Entrevista 17- Mônica dos Santos (Jatobá), 07 de abril de 2024.

Marcus Costa: Bom dia.

Entrevistada: Bom dia.

Marcus Costa: Qual é seu nome completo?

Entrevistada: Mônica dos Santos.

Tem algum apelido?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Nasceu aqui na comunidade mesmo?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Sempre viveu aqui ou já saiu em algum momento?

Entrevistada: Sempre vivi aqui.

Marcus Costa: Tem quantos anos?

Entrevistada: Vinte e um.

Marcus Costa: E aqui na comunidade, tu faz o quê, assim, diariamente? Tem alguma atividade? Trabalho em alguma coisa, dona de casa? Como é?

Entrevistada: Eu já trabalhei dando aula pro EJA, mas hoje em dia eu só estudo.

Marcus Costa: Só estuda, certo. Tu estuda o quê?

Entrevistada: Estudo enfermagem e pedagogia.

Marcus Costa: Ah, você é a menina que tem coragem? Enfim, você conseguiu passar em duas universidades… São a mesma Universidade ou são separadas?

Entrevistada: Não, são diferentes.

Marcus Costa: Entrar nessas universidades que você entrou, você entrou usando algum sistema afirmativo?

Entrevistada: (Sinaliza que sim, com a cabeça)

Marcus Costa: E qual foi?

Entrevistada: ProUni.

Marcus Costa: Mas lá ainda lá dentro, você se classificou?

Entrevistada: Quilombola.

Marcus Costa: Certo, as duas?

Entrevistada: As duas.

Marcus Costa: E aí o que que você tá achando do curso? Você tá gostando do curso?

Entrevistada: Gosto muito do curso, um curso Curso complementa o outro.

Marcus Costa: Certo, nesse curso, você já se identificou, em algum momento, como quilombola? Nas conversas, né?

Entrevistada: Sim, porque você, na faculdade, você convive com pessoas diferentes, de diferentes lugares, e tipo assim, a gente percebe que eles têm costumes diferentes da gente.

Marcus Costa: Mas em algum momento tu já sentiu que foi tratada diferente, por causa disso?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Não? Certo. Nas questões das aulas, vamos dizer assim, existe algum conteúdo que eles tocam nessa situação desta, no caso da pedagogia numa educação especificamente quilombola, e no caso da enfermagem de um programa de saúde, uma política pública, voltada tanto às comunidades quilombolas como para pessoas negras, vamos dizer assim, com relação à etnia. Você já viu alguma coisa nesse sentido?

Entrevistada: Na pedagogia abrange mais isso, por conta das diversidades do povo, das etnias, de culturas diferentes.

Marcus Costa: Ah, você consegue ver isso mais na pedagogia.

Entrevistada: Muito mais.

Marcus Costa: Certo, então vamos lá. Em relação a ideia de profissionalização, já que a gente tá falando de faculdade, você acredita que aqui na comunidade existem oportunidades de trabalho?

Entrevistada: Oportunidade existe, de uma certa forma, só falta profissionais capacitados. Tipo assim, falta capacitação, aí traz as pessoas de fora.

Marcus Costa: Certo, então a gente tem aqui na comunidade duas empresas, né? Que trabalham com a exploração de minério, né? Nessas empresas, as pessoas que vêm trabalhar nela são de fora ou elas são daqui?

Entrevistada: A maioria das pessoas são daqui, só que vem muita gente de fora por conta disso, por conta da falta da mão-de-obra que não fornece aqui.

Marcus Costa: Certo, mas essa situação, por exemplo, você acredita que a empresa poderia ajudar a resolver a situação?

Entrevistada: Sim, porque a empresa em parceria com a prefeitura podia entrar num consenso, já que eles pagam, de uma certa forma, algumas taxa para trabalhar aqui, eles poderiam entrar em um consenso com a prefeitura que poderia disponibilizar cursos, para capacitar as pessoas,

para se evitar trazer mão-de-obra de fora e gerar mais fonte de renda pro pessoal do lugar mesmo.

Marcus Costa: Você acredita que o município também poderia tomar essa iniciativa? A prefeitura sabendo da existência das empresas e talvez até das demandas. Eles poderiam também ter essa iniciativa, né?

Entrevistada: Sim, porque entrava em um consenso, como tem duas empresas, se eles fizerem um projeto, elaborar alguma coisa legal, tipo assim, e por escrito ir lá conversar com as duas partes, porque tem Associação, e essa Associação tem um vínculo, querendo ou não, com a empresa e com a prefeitura. Poderia criar uma parceria e fazer acontecer.

Marcus Costa: Certo, a gente tem também aqui, tem conhecimento, que tem vereadores aqui na Grota quilombola como um todo, e nessa comunidade um vereador, em algum momento, ele já apresentou algum tipo de projeto nesse sentido? Ele já sentou com a Associação ou com os jovens para discutir isso?

Entrevistada: O vereador que é daqui, não. Até então, não. Tem uma vereadora, que é do do povoado vizinho, que tipo assim, ela sempre toma mais a par da situação.

Marcus Costa: Ela tem uma iniciativa maior, certo. Mas ainda nunca trouxe nenhum projeto que pudesse dar essa experiência, essa oportunidade, não, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Me diga: em relação à associação, você participa ativamente da associação aqui?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Essa Associação, ela promove eventos, cursos, movimentações dela que possa agregar as pessoas, né? Você já foi?

Entrevistada: A Associação eu digo que é “uma mãe”, porque ela vem unindo mais o pessoal, vem projetos para Associação devido à união do pessoal. Agora tem as meninas que faz tempero, é através da associação, vem projetos com Associação, agora tem agora a fabricação de bonecas artesanais para vender, tudo. Tipo assim, a Associação ela acolhe todos para um lugar que fica unido e não perca, tipo assim, sua essência.

Marcus Costa: Em relação aos jovens, você acha que os jovens participam das coisas ou ficam mais de fora?

Entrevistada: Os jovens fica mais acuado, mais de fora, por conta que, eu acho que eles acham que os projetos que traz não ajuda muito, mas eles estão equivocados, porque eles têm uma mente fechada ainda: “ah, a associação, pode trazer o quê de bom?”, “Ah, não é um curso que vai me agradar, não é alguma coisa que vai me agradar”... Mas conhecimento nunca é demais.

Marcus Costa: Então talvez a não participação, eles estariam desmotivados por conta dessa situação, eles acreditam que não é nada que veio agregar?

Entrevistada: A cabeça dura do pessoal às vezes impossibilita que eles possam conhecer outras coisas, se interessar por algo novo.

Marcus Costa: E em relação a eventos aqui na comunidade, você participa dos eventos que tem aqui na comunidade?

Entrevistada: Sim.

Marcus Costa: Consegue destacar algum assim, que a gente tem?

Entrevistada: Tem a cavalgada, tem agora a que passou recentemente, que é a Sexta-feira da Paixão, que o povo se reúne na igreja, tem a penitência, algo bem ativo assim na comunidade, que vem dos antepassados.

Marcus Costa: Certo, essa situação você acha que consegue agregar mais os jovens, assim, para participar desses eventos?

Entrevistada: Sim, porque é uma coisa que é passado de pai para filho. Tipo assim, cria um amor, cria um laço, um vínculo.

Marcus Costa: Certo, então, vamos lá. Em relação ao pertencimento da comunidade, você tem alguma dificuldade em se identificar como quilombola, atualmente?

Entrevistada: Nenhuma.

Marcus Costa: E antes, quando você, sei lá, na escola, no fundamental, primeira, segunda, terceira série, ou até mesmo quando você saía, adolescentes…

Entrevistada: Não, nunca tive dificuldade, não. Aqui sempre teve apresentações, desde, tipo assim, desde eu pequenininha assim, que teve coisas que trazem uma cultura, um pertencimento a uma cultura, a um povo.

Marcus Costa: Certo. Você participou desses movimentos.?

Entrevistada: Sim, sempre. Na escola tinha o 7 de Setembro, o desfile sempre vinha pra cultura mais quilombola.

Marcus Costa: Nesses desfiles, que tu já participou, eles te deixavam, vamos dizer assim, eles usavam algum tipo de referência ao quilombo especificamente, à comunidade quilombola?

Entrevistada: De uma forma meio que pejorativa, mas não fugindo do que é a nossa história, que sempre é retratar muito, tipo, a escravidão, sempre tinha muito aquilo da escravidão, batia sempre muito "na mesma tecla".

Marcus Costa: Certo, em algum momento você foi colocada como escrava? Pra tentar simular?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Mas alguns colegas daqui já?

Entrevistada: Já. Eu tenho primos, eu tenho amigos que já foi colocado.

Marcus Costa: Certo. E você sempre desfilou normal, sempre caracterizado de alguma coisa?

Entrevistada: Sempre caracterizada, para representar uma cultura, um povo, alguma coisa que representasse o Brasil de certa forma.

Marcus Costa: Nesse momento aí, quando você via seus colegas, seus parentes, sendo representados dessa forma, você não chegava a ficar constrangida ou indignada?

Entrevistada: E nenhum momento, porque tudo estava representado na história original, já foi bem pior, ali só era uma representação de onde a gente veio.

Marcus Costa: Certo, mas eu digo assim, mais relação à comunidade, de você se sentir menosprezada…

Entrevistada: De uma forma pejorativa?

Marcus Costa: É, ofendida assim, como todo desfile isso acontecia.

Entrevistada: Não, era retratado sempre mas de forma diferente, sabe?

Marcus Costa: Mas todo desfile tinha a representação, não necessariamente com vocês que participavam fazendo, né? Mas em nenhum momento você se sentiu não, né?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Então vamos lá. Então você tá, você já disse que nunca sofreu nenhum constrangimento em relação a esse fato de ser quilombola, em relação à cor de pele, se identificar como a raça, etnia, aí vem: pardo, preto, amarelo, indígena… Você já teve dificuldade?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Você se identifica como, hoje?

Entrevistada: Preta.

Marcus Costa: Essa "preta" é algo de sempre ou teve um momento na história que você se definiu, você percebeu que era, e a partir daí aceitou, a partir dali ou não, é algo da vida toda?

Entrevistada: Sempre foi "preta".

Marcus Costa: Nunca teve dificuldade?

Entrevistada: Não, nunca tive dificuldade.

Marcus Costa: Pronto. Já sofreu alguma discriminação em relação a isso?

Entrevistada: Por causa da cor, né? Que eu sou meio amarelada, e o povo “ah, como é que tu é preta assim?”

Marcus Costa: Certo, mas o pessoal sempre tem essa agonia de classificar a pessoa, mas essa situação aconteceu em algum ambiente que, tipo, você ficou até sem saber, né? Às vezes você leva na brincadeira, mas às vezes isso aí te deixa atingido, de alguma forma. Então essa cena vai acontecendo, de tipo assim, matrícula de escola, sei lá, o cadastro no posto de saúde... Foi assim, em ambiente assim? Ou mais em conversa, assim, informal?

Entrevistada: Informal.

Marcus Costa: É só sobre você aceitar a classificação. Então vamos lá, você acredita que existe relação entre ser quilombola e ser negro? E a relação que eu tô falando, a relação de dependência ou de desdobramento, ou seja, esse fato de ser quilombola, levaria necessariamente a ideia de ser negro ou isso seria independente? De que você pode ser quilombola e ser de outra cor, por exemplo.

Entrevistada: Você pode ser quilombola e ser de outra cor, porque vem do sangue, e não da cor.

Marcus Costa: Certo, e, me diga uma coisa, com relação ao histórico da comunidade. Você já ouviu falar, assim, de como que surgiu a comunidade?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: ninguém nunca contou ou tu nunca teve curiosidade?

Entrevistada: Eu geralmente não lembro, mas o pessoal mais velho conta assim, como é que aconteceu, ouvi dizer que era muito mato, aí foi vindo umas pessoas, aí veio povoando o lugar.

Marcus Costa: Mas origens das pessoas nunca ouviu falar, não?

Entrevistada: Não.

Marcus Costa: Certo, então, vamo lá. Tu é casada, solteira, tem família ou é só pai e mãe?

Entrevistada: Eu moro com a minha mãe e eu tenho uma filha.

Marcus Costa: Sua filha é de que idade?

Entrevistada: Quatro anos.

Marcus Costa: Uma última pergunta que eu vou fazer, em relação à identificação pessoal, se você fosse posta hoje em frente a um espelho e você sentisse a necessidade de mudar alguma coisa, ou melhor, você sentiria a necessidade de mudar alguma coisa ou você se sente completa com você?

Entrevistada: Hoje, eu me sinto completa.

Marcus Costa: Em algum momento, você já…

Entrevistada: Me senti insatisfeita? Não.

Marcus Costa: Pronto, então, é basicamente isso, agradeço sua participação, sua entrevista, viu? Qualquer coisa estamos aqui. Obrigado.

Entrevistada: Obrigada.

Entrevista 18- Alisson Santana Cruz (Palmeira), 07 de abril de 2024.

Marcos Costa: Boa tarde

Entrevistado: Boa tarde

Marcos Costa: Qual é o seu nome completo?

Entrevistado: Alisson Santana Cruz.

Marcos Costa: Certo. Tem algum apelido?

Entrevistado: Sim.

Marcos Costa: Gosta de utilizar o apelido ou não?

Entrevistado: geralmente fica mais para os íntimos (risos)

Marcos Costa: Ah pronto, sem problema….

Marcos Costa: Tu nasceu aqui mesmo em Santa Cruz?

Entrevistado: Nasci.

Marcos Costa: possui quantos anos?

Entrevistado: Vinte e oito.

Marcos Costa: Já saiu algum momento daqui? Para viver fora algum período e retornou?

Entrevistado:Já, saí 2015 para estudar fora e retornei em 2020.

Marcos Costa: Ah, esse estudo foi para faculdade? foi?

Entrevistado: Foi, faculdade…

Marcos Costa: E fez o que?

Entrevistado: sou bacharel em enfermagem.

Marcos Costa: Hum, que legal! Foi em qual universidade?

Entrevista: É… centro universitário de São Francisco de Barreiras.

Marcos Costa: é pública? não né?

Entrevistado: é privada..

Marcos Costa: Ah é porque ouvir falar que lá tem uma universidade Federal, tem né?

Entrevistado: Tem.

Marcos Costa: ah, pronto. É, essa situação de ter saído para estudar fora, é.. veio em razão de quê? Assim, aqui na região não teria essa oportunidade ou não teria o curso que você quer, igual quis fazer… o que motivou assim?

Entrevistado: Exatamente! É.. desde que eu me informei no ensino médio, em 2013, é.. eu sempre pensava em como seria a minha vida profissional, né?

Marcos Costa: Sim

Entrevistado: Em ter uma carreira profissional, sempre gostei da área da saúde. Sempre senti atração por essa área da saúde, acho muito interessante, e foi quando eu fiz o pré- vestibular da Universidade Para Todos e logo prestei o vestibular, tanto o ENEM quanto a UNEB e acabei optando por utilizar a nota do enem, né? e assim, consegui a bolsa integral para o curso de enfermagem.

Marcos Costa: Sim, certo.

Entrevistado: Aí sai por esse motivo, para estudar…

Marcos Costa: É, com essa relação ao estudo ou profissionalização, você acredita que a comunidade aqui, ela tem certa facilidade de ter acesso a esses cursos profissionais? Já que tem uma difusão aqui na comunidade de Santa Cruz para cursos profissionalizantes.

Entrevistado: Não, na verdade é bem complexo,né? Porque, por ser um lugar pequeno e o município também, tem essa dificuldade de ofertar, né? então acaba que todos os jovens daqui , quando querem fazer algum curso que têm interesse, que têm o objetivo de ter uma profissão, acabam tendo que sair daqui para outra cidade para poder…

Marcos Costa: Você acredita que isso pode causar alguma dificuldade, algum desestímulo do jovem por conta do deslocamento? Por conta dessa situação…Com relação a você dar continuidade, aos que conseguem terminar o ensino médio, ou aos que nem conseguem terminar o ensino médio, com essa relação a.. não sei, mesmo que você termine o ensino médio, você não terá acesso ao ensino superior, ou profissionalizante, né, que lhe deixe capacitado.

Entrevistado: Desestimula bastante… Em relação ao ensino médio, tem essa facilidade, né? De acesso, de transporte… Não estou muito inteirado das políticas públicas de educação, mas o governo está ofertando, né? Meios que facilitam pelo menos o acesso para o ensino médio, né? A questão do transporte, tem essa segurança, então acaba que os alunos conseguem estudar no ensino médio. E a partir do ensino médio, se torna desestimulante, né? porque aí tem a questão de não ter recursos profissionalizantes superior na cidade e esses jovens têm que se deslocar

para outros municípios para poder conseguir é… E também tem a questão de renda mesmo, questão familiar.

Marcos Costa: Sim, sim.

Entrevista: A gente aqui é de uma comunidade humilde e aí geralmente a renda aqui é da agricultura familiar.

Marcos Costa: Sim.

Entrevistado: E aí nem todas as famílias conseguem se manter em outras cidades, tem a questão de transporte também, porque a cidade mais próxima, assim, que consegue ofertar esse tipo de serviço é jacobina, né?

Entrevistado: Então tipo, a questão de manter transporte em outra cidade é bem complexa.

Marcos Costa: Complexo mesmo.

Marcos Costa: E com relação ao acesso a emprego aqui na comunidade existem possibilidades, a gente fala emprego na forma de trabalhar formal, em uma empresa

Entrevistado: Não.

Marcos Costa: Tem essa facilidade aqui, nesse outro lado?

Entrevistado: não, é bem complexo.

Marcos Costa: É. Surgiu a conversa que aqui teria duas empresas que trabalham com minérios, né? Essa questão de buscar pedra, não sei.. Enfim, dizem que tem essas empresas aqui, você tem conhecimento disso, né?

Entrevistado: Sim, sim.

Marcos Costa: A questão da empregabilidade, eles trazem mais gente de fora ou pegam alguém da região para trabalhar, sabe dizer?

Entrevistado: É.. (risos)

Entrevistado: Trazem pessoas de fora, eu acredito que seja por conta do profissionalismo mesmo, né? Elas requerem algum curso profissionalizante naquela área..

Marcos Costa: Sim

Entrevistado: mas acaba empregando o pessoal daqui mais nos serviços gerais, mais no braçal, né? E aí eu não saberia dizer se eles..

Marcos Costa:E aí já seria uma próxima pergunta, se por acaso eles não empregam uma maioria daqui da comunidade, ou muito pouco, ou quase ninguém? Se a desculpa for por falta de profissionalização, a empresa não teria uma certa responsabilidade social mesmo, no sentido de promover o curso ou alguma qualificação que ela precisa para que as demais pessoas

pudessem conseguir… Você acha que a empresa teria esse tipo de responsabilidade? Ou se você não quiser colocar nesses termos de responsabilidade, você colocar que ela poderia fazer?

Entrevistado: poderia tentar..

Marcos Costa: não que seja ideia de política pública, mas a ideia da inclusão, né?

Entrevistado: Voltando para essa questão de contribuição pra sociedade, ela poderia sim estar ofertando esses cursos mesmo para o pessoal que é daqui da comunidade, porque teria esse retorno, né?

Marcos Costa: Sim, é até a outra situação também com relação ao município. Você acredita que existe algum tipo de responsabilidade, por parte do município, de ajudar ou facilitar essa integração.. vamos dizer assim, todas essas empresas de certa forma são registradas, né?

Entrevistado: Sim

Marcos Costa:Sempre faz essa proposta, e assim, a partir do momento que o município sabe que vem essas empresas, eles podem tanto podem contribuir de alguma forma que seria a forma indireta, melhorando a estrada, por exemplo..é uma das possibilidades. É, uma outra ponta, eles não teriam essa responsabilidade de preparar o pessoal da região, por exemplo, para que tivesse mais oportunidade no trabalho ali na própria região. Você acredita que o município teria essa responsabilidade também?

Entrevistado: Seria interessante, né?

Marcus Costa: Não seria tecnicamente só responsabilidade só deles, mas assim, poderia correr atrás de parcerias, né? para que pudesse fazer essa possibilidade, né?

Entrevista: Atualmente, a partir das redes sociais, que eu venho acompanhando nos veículos de comunicação da prefeitura é que ela vem promovendo cursos em parceria com o SEBRAE, mas eu não saberia dizer se é para área da mineração, mas eu vejo para os pequenos donos de negócios.

Marcos Costa:Ah, a questão do MEI empreendedores, né?

Entrevistado: Isso, não a pessoa física, mas esses empreendedores individuais, né?

Marcos Costa: O Sebrae foca muito nessa questão de pequenos negócios, para poder ajudar.

Entrevistado: Aí, puxando para esse gancho, seria interessante também como aqui tem duas empresas se não me engano, está trazendo também esses cursos profissionalizantes, né?

Marcos Costa: E com relação à associação, tu participar da associação?

Entrevistado: Assim..

Marcus Costa: Não, participar não é só você ser filiado, associado, mas participar dos eventos que ela promove, né?

Entrevistado: Sim, dou suporte também.

Marcus Costa: Ah, dá suporte também, que ótimo! Então vamos lá. A associação movimenta muito aqui a comunidade nesse ponto? De promover palestras, cursos… É, sei lá, de alguma forma integrar o pessoal, porque algumas vezes cada um mora em sua casa, né? e acaba que não tem aquela integração ,assim, pode até ter amizade tal, mas a associação tem funcionado como uma ideia de ponto de encontro, por exemplo.

Entrevistado: Sim, sim.

Marcus Costa: E tem promovido o curso, né? cursos mais gerais possíveis, né?

Entrevistado: Tem, tem. Eu creio que pode melhorar, né? Mas a associação está fazendo um papel bem interessante, atualmente eu participo de algumas reuniões quando eu, quando eu posso, e alguns encontros, e quando eu não posso também acompanho pelas redes sociais… Dos encontros que tem lá e o pessoal lá, eles fazem um trabalho bem interessante relacionado ao artesanato, relacionado a renda dos produtores familiares e acaba incentivando ao pessoal daqui a produzir para que venhamos a ter uma renda extra ou uma renda principal.

Marcus Costa: É

Entrevistado: Então ele vem fazendo um papel interessante, mas eu creio que possa ser melhorado com o incentivo das gestões..

Marcus Costa: Sabe me dizer se em algum momento ela já promoveu algum curso profissional? De profissionalização…E aí eu não irei focar nos jovens, mas em alguma profissionalização específica..

Entrevistado:É, não sei te informar. Mas eu vi que tem muito pessoal, tipo, que produz os outros temperos caseiros, né? Acredito que eles tenham recebido algum tipo de instrução

Marcus Costa: Tem o pessoal que faz esse tipo de tempero caseiro, né?

Entrevistado: Aqui tem uma cozinha comunitária e eu não sei se eles receberam algum tipo de ajuda para isso, mas que receberam algum tipo de instrução, receberam…

Marcus Costa: Até para se organizar de certa forma, né?

Entrevistado: Sim, sim

Marcus Costa: E com relação aos jovens, assim, é porque estou trabalhando com os jovens da faixa etária dos 18 anos até os 29 anos. Você acredita que os jovens daqui, participam da associação, dos eventos, dessa participação, dos eventos que ocorrem..

Entrevistado: Hum, rum

Marcus Costa: Se tem uma intensidade de participação ou o pessoal fica mais de lado…

Entrevistado: Participa..

Marcos Costa: Tá.

Entrevistado: Sempre que tem os convites, eles são mais participativos.

Marcos Costa: são participativos, né?

Entrevistado: Sim

Marcus Costa: E com relação à participação nesses eventos, tu acha uma participação grande da juventude? Ou ela é uma participação menor, no sentido de, deixa eu dar um exemplo, nos cursos de artesanato, às vezes pode ser que eles se interessem ou não. Você sabe me dizer se eles estão participando com força ou é com menos pessoas?

Entrevistado: Eu creio que seja com menos pessoas, viu? Geralmente a parte da artesanato fica para o público feminino e mais idade também. Acho que os jovens não se interessam muito…

Marcus Costa: Voltando para esse lado feminino, vamos voltar um pouquinho com a empresa. Você acha que as empresas daqui dão oportunidade às mulheres trabalharem?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa:Não, sabe de alguma mulher que conseguiu ou não?

Entrevistado: As daqui?

Marcus Costa: Sim, daqui!

Entrevistado: Não!

Marcus Costa: Sua opinião, aí se você não quiser ou não souber, me diga… Em relação à não realização da contratação de mulheres por essas empresas poderia ser pelo fato de ser mulher ou a ausência de qualificação para atuar nessas empresas? Estou lhe perguntando porque às vezes alega a qualificação pouco por conta do rumo do trabalho, né? Em tese é um trabalho que seria pesado e tal, mas tem outros serviços que eu teria feito e aí a gente tenta identificar mais ou menos o porquê que isso não ocorre, é bem interessante! Se você tiver alguma opinião sobre isso…

Entrevistado: Eu acredito que se tiver um currículo bem elaborado, é… na qual se tenha curso de exigência para atuação na empresa é interessante. Então acaba que como não ter a qualificação adequada, como técnico, por exemplo , administrativo. Digamos assim, um curso simples, na parte administrativa, acaba interferindo muito nessa questão de contratação. A não qualificação, interfere na não contratação.

Marcus Costa: Mas talvez tenha ligação diretamente com a ideia de gênero

Entrevistado: É, é um assunto bem complexo de se falar por conta do tipo serviço que é realizado, né? Que seria o serviço braçal, né? Culturalmente é remetido mais ao homem por conta da força, né? E eu creio que o interesse da empresa é esse tipo de serviço, né? Braçal mesmo, pegar mais no pesado, que aí voltava mais para o masculino, né? Mas que não interfere em uma mulher que é qualificada, né? exercer um cargo nesta empresa também.

Marcus Costa: Certo.

Entrevistado: Porque dentro da empresa a gente não só tem um trabalho diretamente, né?

Marcus Costa: Exatamente. Por isso que algumas pessoas podem acreditar que não contrata porque ela trabalha para cortar rocha, quebrar pedra ou usar a máquina específica para isso, mas às vezes… às vezes não, com certeza a empresa não terá só esse ramo, você tem que ter alguém para administrar a parte da administração, né? Vai depender muito da situação.

Entrevistado: Exatamente.

Marcus Costa: Então assim..

Entrevistado: A empresa tem vários setores, que vão desde o administrativo até o financeiro.

Marcus Costa: E nesse caso, tipo de mineração, ela deve ter várias situações como o meio ambiente, que você tem que ter cuidado, como também a segurança do trabalho… são situações, né? É, assim é… por isso a pergunta, porque às vezes acreditam que boa parte da qualificação, então é um tipo de trabalho desenvolvido lá.

Entrevistado: Exatamente.

Marcus Costa: Ah, é um trabalho pesado e que talvez as mulheres

Entrevistado: menosprezes as mulheres

Marcus Costa: Então pode ser que as mulheres não estejam sendo contratadas por conta disso, por conta do trabalho pesado..Por isso gostaria de ouvir sua opinião.

Entrevistado: Mas a sociedade tem sofrido mudanças e a gente observa que as mulheres têm ocupado cargos que são culturalmente destinados para o público masculino, a gente vê elas ocupando. Tem muitas mulheres pioneiras, a gente vê as mulheres gari, como em jacobina mesmo, né? Até aqui na região mesmo, a agricultura familiar também é exercida por mulheres. De trabalhar o dia de enxada, onde a gente via antes mais os homens, mas as mulheres vêm ocupando esses cargos também, né?

Marcus Costa: E com relação a comunidade tem muitos festejos, eventos que a própria comunidade organiza?

Entrevistado: Sim, tem

Marcus Costa: Tu lembra de algum?

Entrevistado: Geralmente tem os festejos religiosos que o pessoal da igreja organiza, tipo os batizados, né?

Marcus Costa: Sim

Entrevistado: Tem o pessoal que também faz valorização dos festejos juninos também

Marcus Costa: O pessoal comentou que tem a festa da mulher, né?

Entrevistador: Tem a cavalgada, dia das mães..

Marcus Costa: Elas fazem essa cavalgada e tem a festa exclusivamente só da mulher, não sendo permitido a entrada de homens.

Entrevistado: Isso, é tipo o Halloween

Marcus Costa: É uma que usa fantasia,né?

Entrevistado: Aham

Marcus Costa: Já ouvi o comentário aqui na região… Você acha que isso também ajuda muito a questão de você tentar criar uma certa unificação na comunidade, uma união entre as pessoas, ou você acha que não? Que isso é só festa mesmo, e pessoal se diverte e depois cada um vai para sua casa? Na organização, por exemplo, como é a própria comunidade que faz, se há uma união entre o pessoal da comunidade mesmo, se esforçando justamente para ter como resultado a festa.

Entrevistado: Eu creio que é uma questão mais do objetivo do momento, depois que passou..

Marcus Costa: Fica de boa, né?

Entrevistado: Fica de boa.

Marcus Costa: Me diga uma coisa, também, com relação a pertencer à comunidade, a gente sabe que aqui é uma comunidade quilombola. É, você já se identificou como um quilombola, ou não?

Entrevistado: Sim.

Marcus Costa: Já?

Entrevistado: Já. Na universidade.

Marcus Costa: Quando entrou na universidade, você entrou por algum tipo de política pública?

Entrevistado: Sim.

Marcus Costa: Sim, mas aí as cotas foram quilombola ou foi a questão de ser preto ou pardo?

Entrevistado: Sim, foi a etnia.

Marcus Costa: Certo, mas você já teve dificuldade de se identificar como quilombola? E dificuldade em qual sentido? Dificuldade um, se aceitar ou se reconhecer como quilombola, em algum momento, e a dificuldade dois é você, vamos dizer assim, ficar receoso, mesmo que você sabe que você faz parte, mas em algum momento que você tava com alguém, ou um grupo, você sentiu receio de fazer esse tipo identificação. Pode ser o que for.

Entrevistado: Não, nunca tive.

Marcus Costa: Não?

Entrevista: Não, nunca tive problema.

Marcus Costa: Nem quando era criança, por exemplo em escolas?

Entrevistado: Não. É até porque essa questão da identificação, né? Ela veio mais a meu conhecimento, de me identificar, quando eu adentrei a universidade.

Marcus Costa: É porque eles ficam mais evidentes nos cursos superiores.

Entrevistado: Exatamente.

Marcus Costa: Mas eu tô te perguntando porque, pelo seguinte, eu ouvindo outras pessoas, algumas me disseram, né? Que nunca tiveram problema em se identificar, mas que em algum momento se sentiram ofendidos, constrangidos, oprimidos de alguma forma nas escolas, né?

Entrevistado: Hum

Marcus Costa: Por exemplo, eles disseram que quando saiam daqui para estudar em Mirangaba, segundo o que falaram, eles diziam "Ah, o pessoal da grota", "esse pessoal da grota", e já eram vistos com outros olhos, mais de início tinha esse olhar. Como se eles fossem um grupo rural que é muito bem característico de ser localizado, por exemplo. Você nunca sentiu isso não quando você estudou?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Mas, tu chegou a fazer esse percurso para estudar em Mirangaba?

Entrevistado: Sim, sim.

Marcus Costa: Aí não sentiu essa diferença? Não, né?

Entrevistado: Não. A gente percebe que tipo o pessoal falava, né? "o pessoal da grota"..

Marcus Costa: Mas não percebia que era discriminado? Era mais…

Entrevistado: Mas nunca me abalou de alguma forma.

Marcus Costa: Mas eles faziam isso, você sentia que eles faziam isso?

Entrevistado: De menosprezar?

Marcus Costa: De menosprezar a pessoa.

Entrevistado: Hum rum..

Marcus Costa: É porque você nunca deu importância, né?

Entrevistado: É.

Marcus Costa: Então é isso, beleza. É porque eu via as pessoas e elas sempre falavam, as pessoas sempre falavam que aí tinha festa na estação, tem pessoas que ouvia e ignorava ou levava na brincadeira, mas de certa forma se sentia constrangido, né? Mesmo que não se importasse ali de fato, para levar, sei lá, muito a sério a reclamação dessas coisas, mas um dia isso é ..

Entrevistado: É uma questão histórica também daqui da região, assim é…, eu já ouvi também muito relacionado a isso, o pessoal de, tipo, Fazenda Palmeiras, Coqueiros, Soledade, Jatobá e Santa Cruz…

Marcus Costa: São essas comunidades, né?

Entrevistado: São. São da comunidade quilombola e tipo, o pessoal dos outros locais, principalmente da sede, né?

Marcus Costa: Sim

Entrevistado: Do Município tinha esse…

Marcus Costa: Tratamento diferenciado

Entrevistado: Tratamento diferenciado. A gente pode considerar racismo, né?

Marcus Costa: Sim, é isso. Porque já seria uma das próximas perguntas, mas como estou te falando, às vezes tem pessoas que passam a mão por cima e nós ignoramos e também é uma forma de sobrevivência, né? Porque se você for se afetar com tudo também, talvez sua vida vira…

Entrevistado: A escola também é um ambiente é… sempre tem a questão do bullying do coleguinha.

Marcus Costa: É porque na verdade, assim, além de saber dessa situação, eu queria saber também, obviamente, se isso aconteceu, se você sentiu isso com os professores, diretores ou dos colegas, né? A gente sabe que essa relação interpessoal dentro da escola, dos colegas, isso aí geralmente você vai ter, aí é como se fosse uma…vir à tona toda essa sensação que é de certa forma da própria sociedade, né? A discriminação provocada um no outro, causar a própria ideia de bullying, né? Então por isso que eu tô te perguntando, como você disse que não se sentiu diretamente atingido, muito provavelmente, você não sentiu por parte dos professores e diretores, né? Algum tratamento diferenciado em relação a isso…

Entrevistado: Não

Marcus Costa: Certo

Entrevistado: Mas já presenciei professores com o tom diferente com outros colegas..

Marcus Costa: Já?

Entrevistado: Já… Com tom de diferença com o pessoal, com outros colegas

Marcus Costa: Com outros colegas, né?

Entrevistado: isso

Marcus Costa: É porque eu já sabia, porque saíram informações nesse sentido, tocaram também na informação, que eu achei interessante, em relação a 7 de setembro, por exemplo. Um dos desfiles, é… algumas pessoas comentaram que o pessoal sempre tentava caracterizar a formação da sociedade brasileira, especificamente a região aqui de vocês, porque tem uma identidade muito forte, com a formação do Brasil que é a ideia dos escravos que fugiram, né, da escravidão…e formaram os quilombos e o que surgiu foi que as vezes, o pessoal lá de Mirangaba dava preferência a essa caracterização de ficar os homens como se fossem a comunidade, assim, entendeu? Aí ela se caracterizava ou fazia de escravo ou qualquer outra caracterização que demonstrasse essa característica bem em comum, enquanto os colegas de lá de mirangaba sairiam como princesas, entendeu?

Entrevistado: Sim, acontecia bastante..

Marcus Costa: Acontecia, né? Aí o pessoal soltou isso aqui

Entrevistado: Acontecia bastante

Marcus Costa: Mas em você causava algum constrangimento, ou você só via isso como algo do tipo mesmo?

Entrevistado: Acho que no período eu via com Inocência, viu?

Marcus Costa: Não tinha noção que de certa forma poderia causar ofensa, né? No sentido mais grave da palavra, poderia ser uma ofensa, mas no mínimo indiferente.

Entrevistado: Hoje minha visão é muito diferente do que antes.

Marcus Costa: É, essa informação achei bem interessante, porque eu nem cheguei a tocar no assunto já e começou saindo e outras pessoas relataram.

Entrevistado: Foram confirmadas, então tipo assim, aqui no meu período de estudo, na verdade não aconteceu no meu período de estudo, a gente ouvia os relatos do pessoal mais antigo, né? Aqui tinham dois ônibus, o pessoal que levava os de Santa Cruz e outro que levava o pessoal de Coqueiros.

Marcus Costa: Que é um pouco mais na frente.

Entrevistado: Isso e os relatos é que quando iam passando o pessoal de Mirangaba, eles diziam "lá vai o ônibus de macacos".

Marcus Costa: Foi mesmo?

Entrevistado: Foi.

Marcus Costa: Mas foi qual? O de Santa Cruz ou Coqueiro?

Entrevistado: Coqueiro.

Marcus Costa: Isso é muito forte… Não pelo fato de talvez ter comparado a um animal macaco, mas o que isso tá por trás na verdade, né? Porque eles estão querendo no sentido de animalizar as pessoas, e essas situações ... aí, foram soltando, né? falando os relatos e achei interessante. e eu acabei perguntando a outras pessoas se isso acontecia e tal e sempre confirmavam que acontecia essas tipo de caracterização, né? Essa informação que você tá falando aí do ônibus passando, né? É uma informação nova, mas é nova justamente porque as pessoas esquecem, né? Na verdade, acho que de tanto passar pela idade das coisas, você tem que aprender a ignorar para sobreviver e esquece, aí o pessoal não me falou sobre essa situação, que talvez também nem tem uma presenciado isso também, né, mas o pessoal não comentou, mas é interessante que a gente sabe, assim, direto e indiretamente, que isso ocorre, né, em certos locais então.

Entrevistado: O povoado do Coqueiros foi sempre mais visado por essa questão.

Marcus Costa: Sim, eu já percebi que a incidência de pesquisa e trabalho realizado de coqueiro é muito maior do que nas outras comunidades aqui.

Entrevistado: Então, sei lá, deles é tipo, eu acho que não sei fazer mas comparado a questão da cor, não sei. A gente percebe, quando você perguntou por exemplo, se eu me senti quando isso aconteceu, é porque como se eles fossem o foco, por mais que não seja da mesma comunidade, mas eles acabam sendo o foco com esse olhar diferenciado. Então, aqui necessita das entrevistas, né? Então como eles é um foco discriminação, com o olhar mais diferenciado, né? Então a gente, eu, pressentir, que não era visível nessa questão de discriminação da região, entendeu?

Marcus Costa: Aqui na região o sofrimento não é tão evidente, né? Então, vamos lá. Em relação a ideia, eu acho que fiz essa pergunta mas só para deixar claro, você já sofreu algum tipo de discriminação em relação a se identificar, como quilombola, em alguns espaços, não necessariamente universitário, nem em escola agora, mas de uma forma mais geral, você já identificou de em algum lugar ser discriminado?

Entrevistado: Não

Marcus Costa: Então, vamos lá. Com relação a ideia de classificação da cor de pele ou raça, etnia, que a gente chama hoje. Você já disse que se classificou para entrar na universidade como preto, e essa identificação foi tranquila para você ou você fez de imediato por conta das cotas, sei lá, vou colocar por conta da comunidade, ou você já tem essa consciência que "eu sou negro, sou preto e vou me identificar"?

Entrevistado: Eu já tinha consciência, por questão de autodeclaração, então a comunidade aqui, a nossa história é focada na afrodescendência, então..

Marcus Costa: Aí você não tem dificuldade quanto a isso?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: E com relação a identificação quilombola, já sofreu algum tipo de discriminação em relação a cor de pele, por exemplo, a você se identificar como preto. E aí tem duas possibilidades, a de te discriminarem pelo fato de você ser realmente preto ou vou dizer que você não seria preto quando você tem um tom de pele um pouco mais claro, mas não você tá preto não, você é de outra cor, você já passou por isso?

Entrevistado: Não.

Marcus Costa: Não? Porque tiveram relatos nesse sentido, ele se classifica e alguém de fora disse que não, que não é a cor daquela pessoa

Entrevistado: A gente percebe, por exemplo, na minha rotina de trabalho que a gente tem que preencher vários tipos de documentos, né? De identificações….

Marcus Costa: Oficiais, geralmente..

Entrevistado: Nas declarações de nascimento tem lá a opção da criança, do RN, que acabou de nascer..

Marcus Costa: O engraçado é que a pessoa que está vendo.

Entrevistado: É, mas aí por conta dessa questão de autodeclaração, a gente vai sempre perguntar para os pais…

Marcus Costa: Aos pais ..

Entrevistado: No caso para mãe, e a gente sente essa dificuldade. Então você se considera de qual cor raça? E tem relação, né

Marcus Costa: É porque é uma pergunta bem..

Entrevistado: Aí a gente dá umas alternativas, né? Se é pardo, branco, preto, amarelo, indígena e a gente percebe que eles têm uma dificuldade de se identificarem, né?

Entrevistado: Eu não sei se por conta do déficit de conhecimento da questão histórica, da questão de onde a pessoa está inserida, né?

Marcus Costa: Talvez tivesse consciência de onde você vem, sua origem, porque aí a ideia de você ser preto ou pardo, a gente fala assim, mas não seria só a cor de pele, porque tem toda a origem por trás, né?

Entrevistado: A questão é..

Marcus Costa: Histórica, de voce ser um negro,e tal… Então assim, as pessoas realmente, a gente pode dizer que é falta de conhecimento por não ter, o pessoal não ter acesso, né? Acabam que muitos optam por pardo, né?

Entrevistado: Muitos dizem que são morenos né?

Marcus Costa: Moreno…Que seria pardo né?

Entrevistado: é.., uma ferramenta histórica, ainda tem alguns casos que colocam a cor clara, é tipo como se tivesse um intermediário, assim…

Marcus Costa: E aí a gente tem essa, realmente essa dificuldade na classificação. Como você me disse que não sofreu, em tese, essa situação de discriminação em relação a isso, de se sentir constrangido também. A ideia de você ser preto e ser quilombola, você acredita que há uma relação clara entre uma coisa e outra ou ser quilombola você não teria que, necessariamente, ser preto, por exemplo. Você pode dizer que não é uma pessoa branca se se considerar como quilombola. Você acha que há uma vinculação entre uma coisa e outra ou são coisas independentes, por exemplo? Não sei se você conseguiu entender…

Entrevistado: Não consegui (risos)

Marcus Costa: Tipo, você vai estar lá no formulário, por exemplo, eu sou de tal etnia, tal raça aí são essas que já são oficiais e se eles disseram " Ah, você pertence", "e a sua identidade territorial? Por exemplo, sua identidade é quilombola, você acha que existe uma certa vinculação aí para fazer outra?

Entrevistado: Eu acho que são independentes, porque a questão de autodeclaração, a pessoa pode ser autodeclarar o que ela quiser, tendo em vista que temos traços, né? Mas a pessoa pode se autodeclarar como ela quiser.

Marcus Costa: Agora a questão territorial já fica mais complexa.. Não, eu só perguntei só para ficar mais claro para você, sabe? porque às vezes você as pessoas quando você conversa lá fora, quando você fala que é quilombola a remissão automática é de uma pessoa preta, negra. E pode ser que as pessoas que estão dentro da comunidade entendem diferente, e é o que a gente está tentando descobrir, que talvez não tenha essa ligação automática e aí passa pelo critério da autodeclaração, por exemplo, ou não, dependendo de quem está respondendo, entendeu? Por isso que eu queria saber de sua opinião.

Entrevistado: Eu creio que são independentes

Marcus Costa: São independentes, né?

Entrevistado: Você pode se autodeclarar ou não branca e ser quilombola

Marcus Costa: Eu vou te fazer uma última pergunta e depois dessa se você quiser falar alguma coisa que não toquei no assunto da comunidade, se não quiser a gente encerra. É com relação a sua autopercepção, se a gente colocasse você de frente ao espelho hoje, teria em você, alguma coisa que você sentiria a necessidade de modificar, que você olha e pensa "não, eu queria que meu cabelo fosse diferente" ou o olho, nariz,cor de pele, teria algo assim ou você se sente completo, hoje?

Entrevistado: Eu já quis muito.

(risos)

Entrevistado: Mas atualmente não tenho vontade de mudar nada.

Marcus Costa: E antigamente?

Entrevistado: Acho que o processo de amadurecimento, de vivência, de sabe.. e no dia a dia.. eu não mudaria.

Marcus Costa: Mas antigamente? Se você tiver vontade de falar, o que seria, assim,que me incomodava antes? mas o cabelo também fica né?

Entrevistado: Ficar um pouco novo

(risos)

Entrevistado: Mas, o cabelo também! A gente fica "Ah, poderia ser mais liso".. poderia fazer uma plástica no nariz, né?

Marcus Costa: Mas todas as características que te incomodavam, te incomodavam por alguma coisa específica? Ou você só se olhava e não era ninguém que provocava em tu?

Entrevistado: Não, não.

Marcus Costa: Tem mais alguma coisa que você queira comentar? Fique a vontade
que ache interessante falar.

Entrevistado: Achei interessante a questão da oportunidade de trabalho na comunidade, acho interessante uma iniciativa, algum projeto de intervenção que venha trazer benefícios para a comunidade em geral, seja para os jovens, seja para as mulheres, mais tarde, né? Seja para os senhores também, até a terceira idade, né? tem que pensar… incentivo de alguma forma, né? Trazendo cursos profissionalizantes e venha de qualquer esfera, né? Tipo ou governamental de homem da associação, mas eu acho interessante interessante sim agora menino é

Marcus Costa: Agora me diga uma coisa, talvez não de fazer o curso, mas de provocar para que isso aconteça, deveria nascer da sociedade, ou seja da comunidade aqui, ou você teria que esperar do Município, ou da associação, por exemplo.

Entrevistado: Então, deveria se ter um movimento para se ser notado. Então partiria da sociedade. Aí que nem eu falei, provocar né? Os meios governamentais ou não governamentais, né? Homens, né? Tem que chamar atenção para o que, o que se quer, para depois se ter alguma resposta, alguma intervenção a respeito. A gente percebe aqui muita saída de jovens para lugares fora, não só para estudar, mas para questão mesmo de adquirir a renda , né? Porque aqui é um pouco complexo para se ter uma profissão.

Marcus Costa: Eu cheguei a conversar com os que saíram daqui, não tem a oportunidade e se mandam para fora porque não tem como ficar, né?

Entrevistado: É, e se ter assim, uma profissão que traga uma renda para se manter, né? Uma família, por exemplo. Aí acaba que muitos jovens saem para outras cidades para trabalhar, para outros Estados também…, e incentivo na educação, também! Falo sempre que a educação muda tudo, então o incentivo na educação é muito interessante, de uma forma que fique a se pensar.

Marcus Costa: Tá bom, eu agradeço sua participação, sua disponibilidade e sua grande contribuição, espero que a gente possa através dessas entrevista que tá realizando, também de alguma forma provocar uma certa mudança através do trabalho da gente comercial aparece no horizonte, eu agradeço viu? Muito obrigado.

Entrevistado: De nada.

10. ANEXOS

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS RECIFE - UFPE/RECIFE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS: A CONSTRUÇÃO E (RE)AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DOS JOVENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ DO COQUEIRO (MIRANGABA-BA).

Pesquisador: MARCUS COSTA DE SANTANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 71197923.0.0000.5208

Instituição Proponente: Centro de Artes e Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.287.910

Apresentação do Projeto:

Este protocolo corresponde ao projeto de pesquisa do mestrando Marcus Costa de Santana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco e tem como orientador o professor Aristeu Portela Junior.

O estudo pretende compreender como estão sendo desenvolvidos os processos de reconhecimento e (re)afirmação da identidade étnico-racial entre os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro localizada no município de Mirangaba, no estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e envolverá 30 participantes dessa comunidade, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão que estão devidamente apresentados. Haverá a realização de entrevistas que serão trabalhadas a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar os processos de reconhecimento e (re)afirmação da identidade étnico-racial entre os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro em Mirangaba-BA.

Objetivo Secundário: a) Investigar a relação dos jovens com a construção de sua identidade étnico-racial na comunidade quilombola;b) Analisar o papel da Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz na construção e (re)afirmação dessa identidade étnico-racial dos jovens na comunidade quilombola;c) Investigar as políticas públicas municipais, desenvolvidas em âmbito

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br

cultural, direcionadas à juventude para (re)afirmação de sua identidade étnico-racial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Opesquisador indica como risco principal o possível constrangimento gerado a apartir da realização das entrevistas e apresenta formas de amenização, inclusive recorrendo à ajuda da Associação Quilombola local.

Os benefícios informados são de caráter coletivo, para a comunidade, considerando o fato de que a pesquisa poderá viabilizar a sistematização das principais informações sobre o surgimento, desenvolvimento da comunidade e dos saberes disseminados ao longo do tempo, bem como explicitará as dificuldades de se reconhecerem quilombolas e a partir daí poderão definir estratégias de conscientização interna dos jovens da Comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um tema relevante, considerando-se o processo de luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil, envolvendo a questão da terra e das identidades individuais e coletivas.

O pesquisador possui vínculos com a comunidade o que poderá favorecer o processo de devolução de sua pesquisa e assim contribuir de maneira mais efetiva com as estratégias de organização e conquista de direitos daquela população.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Embora o pesquisador não tenha anexado o instrumento de coleta de dados, no texto do projeto detalhado são informados todos os conteúdos que serão abordados na entrevista, o que possibilitou uma apreciação ética. Os outros termos exigidos também estão contemplados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado, a pesquisa de campo já pode ser iniciada.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO, com autorização para iniciar a coleta de dados. Conforme as instruções do Sistema CEP/CONEP, ao término desta pesquisa, o pesquisador tem o dever e a responsabilidade de garantir uma devolutiva acessível e compreensível acerca dos resultados encontrados por meio da coleta de dados a todos os voluntários que participaram deste estudo, uma vez que esses indivíduos têm o direito de tomar conhecimento sobre a aplicabilidade e o desfecho da pesquisa da qual participaram.

Informamos que a aprovação definitiva do projeto só será dada após o envio da NOTIFICAÇÃO COM O RELATÓRIO FINAL da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final disponível em www.ufpe.br/cep para enviá-lo via Notificação de Relatório Final, pela Plataforma Brasil. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado. Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada com a devida justificativa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2168112.pdf	10/07/2023 15:22:07		Aceito
Outros	atestadodematricula.pdf	10/07/2023 15:21:29	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito
Outros	Curriculo.pdf	10/07/2023 15:20:25	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito
Outros	curriculoAristeu.pdf	10/07/2023 15:20:15	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMaiores18.pdf	10/07/2023 15:20:00	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoConfidencialidade.pdf	08/07/2023 13:54:19	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito
Declaração de concordância	CARTADEANUENCIA.pdf	08/07/2023 13:53:55	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	08/07/2023 13:52:18	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	05/07/2023 13:59:49	MARCUS COSTA DE SANTANA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RECIFE, 07 de Setembro de 2023

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
CURSO DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **Identidade e Direitos Humanos: A construção e (re)afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro (Mirangaba-BA)**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **Marcus Costa de Santana, residente na Rua 18, casa 06, Loteamento Primavera, Jacobina-BA, CEP: 44700-000, com endereço eletrônico: mcadv.25@gmail.com, e telefone: 74-981158269,** e Orientador**, Prof. (a) Dr. Aristeu Portela Júnior, com endereço eletrônico aristeu.portela@ufrpe.br, telefone nº 81-99609-3294**.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **A pesquisa será feita nesta Comunidade Quilombola para compreender como estão sendo partilhados saberes culturais, domésticos, culinário, e de vivencia histórica desta comunidade e que contribui de forma relevante para o que chamamos de construção/reconstrução da identidade do indivíduo, nesse sentido o objetivo é investigar os processos de reconhecimento e (re)afirmação da identidade étnico-racial entre os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro em Mirangaba-BA. A participação do voluntário nessa pesquisa se dará por meio de entrevista para colheita de informações sobre a comunidade - origem, formação, religião tradicionalmente praticada, festividades, economia. Sobre a trajetória familiar - origem da família, como foi a vivência com os pais, se já saiu da casa. Também as trajetórias pessoais, escolares e profissionais, e ainda sobre as relações com pessoas fora da Comunidade. Todas essas informações deverão ser passadas em forma de bate papo presencial, em que o participante fique bem a vontade para falar. A entrevista será realizada feita presencialmente, individual e onde o participante se sentir mais a vontade para conversar, pode ser na sede da Associação, na própria casa, numa calçada da casa, enfim, quem vai determinar será o/a participante. Será realizada apenas uma vez, inicialmente, com duração de, no máximo, 2 horas. As três exigências que serão feitas são: Que o participante seja membro da comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro e membro da Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz, bem como esteja dentro da faixa etária entre 18 e 29 anos.**

- **O risco principal que pode vir a ocorrer poderá vir das entrevistas realizadas, locais visitados, tendo em vista tratar de Comunidade Tradicional pode ocorrer restrições de acesso ou de fala. Nesse sentido, o Pesquisador vai procurar a Associação da Comunidade para obter informações necessárias para evitar constrangimentos. Quanto à entrevista, o entrevistador esclarecerá que o participante não é obrigado a falar sobre algo que lhe cause qualquer desconforto ou constrangimento, e que isso não acarreta qualquer prejuízo ao mesmo. Para evitar situações assim, serão organizadas perguntas diretivas mais objetivas, e quando forem de cunho subjetivo ficará a critério do entrevistado responde-la ou não, sem qualquer reprimenda.**

- **Não haverá benefícios diretos para o entrevistado, entretanto, indiretamente a Comunidade pode vir a ser beneficiada com sistematização das principais informações sobre o surgimento, desenvolvimento e saberes disseminados ao longo do tempo, bem como explicitar as dificuldades, caso tenha, quanto ao reconhecimento enquanto negros e quilombolas, e a partir daí elaborarem estratégias de conscientização interna dos jovens da Comunidade de Santa Cruz do Coqueiro. Com o estudo visamos também apurar quais políticas de atenção, proteção e promoção dos direitos da Comunidade estão sendo implementados pelo Município, e com isso possibilitar visibilidade aos mesmos.**

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, gravações, entrevistas, fotos e filmagens, ficarão armazenados em pastas de arquivo no computador pessoal do pesquisador, sob a responsabilidade do mesmo, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelo pesquisador (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).**

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo, **Identidade e Direitos Humanos: A construção e (re)afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro (Mirangaba-BA),** como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Impressão digital (opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

ANEXO III – CARTA DE ANUÊNCIA

ANEXO III - Carta de Anuência

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DE SANTA CRUZ – AQPPSC

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) **Marcus Costa de Santana**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa, **Identidade e Direitos Humanos: A construção e (re)afirmação da identidade étnico-racial dos jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro (Mirangaba-BA)**, que está sob a coordenação/orientação do (a) **Prof. (a) Dr. Aristeu Portela Júnior**, cujo objetivo é **investigar os processos de reconhecimento e (re)afirmação da identidade étnico-racial entre os jovens da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro em Mirangaba-BA**, na relação entre a Associação e os associados.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Mirangaba-BA, em 05 / 07 / 2023.

35.340.888/0001-96
ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DE SANTA CRUZ
Qtr. Povoado de Santa Cruz, S/N, Santa Cruz
CEP 44.745-000
Mirangaba - BA

Gilmária Pereira da Cruz Oliveira

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

Digitalizado com CamScanner

ANEXO IV – TERMO DE RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO

ANEXO IV- Termo de Reconhecimento da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do Coqueiro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Santa Cruz**, localizada no município de Mirangaba, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n. 674, fl. 184, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, ***É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.***

Declarante(s):

Robson Ferreira Lima - CPF/MF nº 006.239.915-27
Associação dos Peque.Prod.Rurais do Pov. de Santa Cruz Coqueiro
CNPJ/MF nº 02.050.142/0001-99

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)......, Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **11 de julho de 2006.**

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

Digitalizado com CamScanner

ANEXO V – ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO – AQPPSC

Rafisa Alves Soares
Oficiala do Registro

REGISTRADO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DE SANTA CRUZ

Aos dezenove dias do mês de junho de 2019, nesta cidade de Mirangaba-BA, no povoado de Santa Cruz, Snº, às 14:00 horas, reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença, com o fim de fundarem a Associação Quilombola de Produtores e Produtoras de Santa Cruz - AQPPSC. Dando inicio aos trabalhos, a Sra. Gilmaria Pereira da Cruz Oliveira pediu aos presentes que indicassem uma pessoa para presidir a Assembleia Geral. Por aclamação foi indicada a Sra. Gilmaria Pereira da Cruz Oliveira que, assumindo, designou a mim, Ledina Santos Nascimento, para secretariar os trabalhos e redigir a ata dos mesmos. Por solicitação do Sra. Presidente, li o edital de convocação publicado no dia 19 de maio de 2019, fixado nas igrejas locais. Com a palavra, a Sra. presidente enfatizou a necessidade de se constituir uma associação capaz de aglutinar forças e representar as aspirações dos presentes junto ao Poder Público e a iniciativa privada. Em seguida submeteu a votação, proposta de denominação social e de endereço para a instalação da sede da entidade, já previamente discutidos, que foi imediatamente aprovado por unanimidade da seguinte forma: Associação Quilombola dos Produtores e Produtoras de Santa Cruz, com sede no povoado de Santa Cruz, município de Mirangaba-BA, CEP 44745-000. Ainda com a palavra após, por solicitação do (a) Presidente, passei a ler o projeto de estatuto social. Na medida que o mesmo ia sendo lido, a Senhora Presidente colocava, artigo por artigo, em discussão e votação. Ao final, verificou-se que o estatuto social foi aprovado pelos presentes. Em ato contínuo a Sra presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, sendo apresentada, pela Senhora Gilmaria Pereira da Cruz Oliveira uma chapa que, posta em votação foi aprovada por unanimidade. Foram assim eleitos e empossados as seguintes pessoas, como membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal: Presidente: Gilmaria Pereira da Cruz Oliveira, casada, professora, inscrita no RG de nº 07.559.254-16 e CPF de nº 952.207.635-04 Vice-presidente: Isabel dos Santos, convivente, lavradora, inscrita no RG de nº 15.016.740-72 e CPF de nº 852.199.325-00; 1º Secretária Michele Jesus dos Santos, convivente, lavradora, inscrita no RG de nº 16.492.033-14 e CPF de nº 069.922.525-69; 2º

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antônio Pires e Ferreira - 210 - Centro
Jacobina-BA
CEP: 44700-000

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS DE JACOBINA

Oficial - Gustavo Marques Ferreira de Moura
Rua Antonio Pires de Ferreira, 210 CEP : 44700-000 Tel : 74 3621-2631

CERTIDÃO DE ATO PRATICADO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CERTIFICO e dou fé que o presente título, foi **PROTOCOLADO** em **16/08/2019** sob o número **000213,** no Livro de Protocolo nº **1** folha **13**, **REGISTRADO,** nesta data sob o nº **005954**, no **Livro A** nº **44** folha **270/283**, conforme segue:

PARTE:	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES/AS DE SANTA CRUZ
Natureza do Título:	ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO ESTATUTÁRIA, ELEIÇÃO E POSSE EM 19 DE JUNHO 2019.

JACOBINA - BA, **19 de Agosto de 2019**

DAJE N.: 0362-002.002322

Raffisa Alves Soares - Oficial Substituta

Emolumentos: R$ 168,82 Tx. Fiscalização: R$ 119,89 FECOM: R$ 46,14 Def. Pública: R$ 4,46 PGE: R$ 6,71 FMMPBA: R$ 3,50 Total Daje: R$ 349,52 Tipo: Padrão

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justica do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
0362.AB004621-9
Z0M0CIXISS
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

REGISTRADO

Raffisa Alves Soares
Oficial de Registro

Valor Total
R$ 349,52

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antônio Pires e Ferreira - 210 - Centro
Jacobina-BA
CEP: 44700-000
CNPJ: 28.208.234/0001-48

Raffisa M. Port Soares
Oficial de Registro

REGISTRADO

Secretária Ledina Santos Nascimento, solteira, estudante, inscrita no RG de nº 21.078.666-35 e CPF 080.972.145-92; 1ª Tesoureira Genelice Oliveira dos Santos, casada, lavradora, inscrita no RG de nº 0.569.325-8 e CPF de nº 687.444.715-72; 2ª Tesoureira Marcela de Almeida Alves, solteira, recepcionista, inscrita no RG de nº 11.676.731-66 e CPF de nº 023.947.765-01; Fiscais Titulares: Edinilson de Jesus Santos, convivente, lavrador, inscrito no RG de nº 09.960.17-09 e CPF de nº 011.982.585-60, Lecionice da Cruz, convivente, lavradora, RG de nº 05.280.032-67 e CPF de nº 005.970.575-24; Isabel de Jesus Silva, casada, lavradora, inscrita no RG de nº 06.693.395-12 e CPF de nº 000.618.475-85; Fiscais Suplentes: Marcia Jesus dos Santos Cruz, casada, lavradora, inscrita no RG de nº 13.169.283-65 e CPF de nº 014.302.345-47; Seane Maria de Jesus, casada, lavradora, inscrita no RG de Nº 14.126.863-85 e CPF de nº 031.981.085-27; Francineide Maria Pires, solteira, servidora pública, inscrita no RG de nº 08.045.937-44 e CPF de nº 000.749.215-41. A seguir, a Sra. Presidente, assumindo, agradeceu a presença de todos, congratulando-se pela fundação da associação e agradecendo, em seu nome e no dos demais membros eleitos, suspendeu os trabalhos por quinze (15) minutos, a fim de que fosse redigida a presente, após os quais, foi a mesma lida e aprovada pelos presentes, como boa e verdadeira, razão pela qual, assino esta ata, juntamente com a Senhora Presidente e todos/as presentes. Mirangaba, 19 de junho de 2019.

Mirangaba-Ba

Ledina Santos Nascimento
Gilmaria Pereira da Cruz Oliveira
Adília Jesus dos Santos
Carla Messias de Jesus
Isabel dos Santos
Taise de Jesus Santos
Marcia Jesus dos Santos Cruz
Michele Jesus dos Santos
Genelice Oliveira dos Santos
Maria Marcia de Souza
Lecionice da Cruz
Seane maria de Jesus Silva
Maria de Fátima Gonçalves Santana

Tatiana Miranda Siqueira
Tabeliã e Oficial de Registro
Mirangaba-BA

Reconheço a (s) firma (s) indicado (s) pela seta, como sinal público. Em Test. da Verdade.

Selo de Autenticidade
Mirangaba - Bahia
Ato Notarial ou de Registro
0367.AB023866-5

Valquiria Mendes dos Santos
Escrevente Autorizada

Digitalizado com CamScanner

Maristela de Jesus Santos
Edinilson de Jesus Santos
Eunice de Jesus Santos
Joanita Geraldina dos Santos
Francineide Maria Pires
Patricia dos Reis Santos
Vilma Jesus dos Santos
Izabel de Jesus Silva
Luzia dos Santos Cruz
Barcelia de Almeida Alves
Helene Santos de Jesus
Ana Claudia Santana Cruz

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antônio Pires e Ferreira - 210 - Centro
Jacobina-BA
CEP: 44700-000
CNPJ: 28.208.234/0001-48

Raffisa Alves Soares
Oficial de Registro

REGISTRADO

Digitalizado com CamScanner

ANEXO IV – CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS – CEFIR

ANEXO VI - Certificado de Inscrição no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR

Estado da Bahia

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS

inema – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Certificado nº 2022.001.194796/CEFIR

CAR nº BA-2921401-FF45.29E9.5CE0.423C.9D63.B5F9.9581.FD30

Data da primeira finalização do cadastro: 27 Julho 2022

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, conforme competência atribuída pela Lei Estadual nº 12.377/11, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.024/12 e suas alterações, certifica que o imóvel rural abaixo descrito está inscrito no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR.

Território tradicional

Nome da comunidade: COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA CRUZ
Tipo de vínculo/domínio: Posse
Área registrada em cartório: 1.410,5899(ha)
Número de registro do imóvel:
Logradouro: Estrada PALMEIRA/COQUEIRO — CCIR/INCRA:
Bairro/Distrito: SANTA CRUZ — NIRF:
Cidade: Mirangaba — CEP: 44745000
UF: BA — ITR/Receita Federal:
Tipo(s) de segmento(s): Comunidades quilombolas

Dados do representante da comunidade

Nome: Associacao Quilombola Dos Produtores E Produtoras De Santa — CNPJ: 35.340.888/0001-96
Nacionalidade: Brasil — Naturalidade: Não Informado
E-mail:
Telefones: Celular: (74) 8119-0389 — CEP: 44745000
Endereço: Estrada PALMEIRA E COQUEIRO S/N, SANTA CRUZ DO COQUEIRO, Mirangaba/BA — Cidade: Mirangaba
Logradouro: Estrada PALMEIRA E COQUEIRO — UF: BA
Bairro/Distrito: SANTA CRUZ DO COQUEIRO

Dados da comunidade

Nome:	ADAILDE DE JESUS SILVA	CPF: 045.729.455-86
Nome:	ADALBERTO SANTOS NASCIMENTO	CPF: 059.527.085-95
Nome:	ADALBERTO SILVA LIMA	CPF: 033.750.835-64
Nome:	ADÃO DE JESUS	CPF: 982.719.385-68
Nome:	ADEILDE JESUS SILVA	CPF: 859.139.945-58
Nome:	ADELADIA MARIA DE JESUS	CPF: 570.508.135-91
Nome:	ADELIA JESUS DOS SANTOS	CPF: 047.093.645-24
Nome:	ADEMAR SANTOS DE JESUS	CPF: 056.798.215-75
Nome:	ADENACI BATISTA BRUNO	CPF: 017.932.705-46
Nome:	ADENALDO NASCIMENTO DOS SANTOS	CPF: 034.568.615-24
Nome:	ADEVANIO SOARES	CPF: 054.882.445-22
Nome:	ADILTON SILVA DOS SANTOS	CPF: 064.393.125-29
Nome:	ADIMA JESUS DA SILVA	CPF: 001.518.795-08
Nome:	ADINOAN SOARES	CPF: 049.435.195-04
Nome:	ADISON SANTANA CRUZ	CPF: 071.163.245-69
Nome:	ADISON SANTOS DA CRUZ	CPF: 073.294.805-33
Nome:	ADRIANA DIAS DOS SANTOS	CPF: 045.674.325-17
Nome:	ADRIELEN SANTOS PASSOS	CPF: 127.653.295-40

Documento válido por 12 meses, contados da data de impressão. Vencido o prazo, realizar nova impressão.

Chave de Segurança: 0F72F751F46890F91FDAEBC222A305A3

Nome:	ADRIELLE SANTANA DE JESUS	CPF:	096.532.245-90
Nome:	ADSON DE JESUS	CPF:	108.821.005-80
Nome:	AFONSO CONCEIÇÃO SOARES	CPF:	868.742.015-30
Nome:	AGNALDO PEREIRA DA SILVA	CPF:	000.188.885-42
Nome:	AILTON ALVES DOS SANTOS	CPF:	041.535.565-64
Nome:	ALAIDE MARIA NERES DE MIRANDA	CPF:	000.812.015-32
Nome:	ALAIDES MARIA DE JESUS	CPF:	904.858.155-91
Nome:	ALCIONE DE JESUS	CPF:	019.024.955-27
Nome:	ALDENIR SILVA DOS SANTOS	CPF:	069.926.875-30
Nome:	ALDO DE JESUS	CPF:	073.252.325-78
Nome:	ALESANDRA SANTOS DA CRUZ	CPF:	073.295.085-60
Nome:	ALESSANDRA ALVES DE JESUS	CPF:	078.038.015-01
Nome:	ALESSANDRA JESUS DOS SANTOS DE SOUZA	CPF:	063.924.445-99
Nome:	ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA	CPF:	022.102.015-27
Nome:	ALEXSANDRO CRUZ JESUS	CPF:	057.143.865-23
Nome:	ALEXVONE SILVA LIMA DOS ANJOS	CPF:	011.014.835-55
Nome:	ALICE DA CONCEIÇÃO SANTOS	CPF:	506.812.698-55
Nome:	ALLECYA VITORIA LIMA DOS SANTOS	CPF:	117.092.735-18
Nome:	ALOISIO SOUZA SANTANA	CPF:	051.610.815-89
Nome:	ALTAMIRA NASCIMENTO DOS SANTOS	CPF:	237.241.705-30
Nome:	AMANDA MOTA SANTOS	CPF:	123.717.465-17
Nome:	ANA CARLA DOS SANTOS	CPF:	052.132.265-07
Nome:	ANA CLAUDIA SANTANA CRUZ	CPF:	085.337.865-73
Nome:	ANA EMANOELLE DOS SANTOS ALVES	CPF:	129.626.585-47
Nome:	ANA JULIA ALVES DE OLIVEIRA	CPF:	708.136.264-80
Nome:	ANA JULIA SILVA DE OLIVEIRA	CPF:	128.581.505-08
Nome:	ANALICE DE JESUS SANTOS	CPF:	003.077.445-40
Nome:	ANALY SANTANA CRUZ	CPF:	103.891.975-48
Nome:	ANA PAULA DA CONCEIÇÃO FARIAS	CPF:	319.042.248-65
Nome:	ANA RAQUEL SOUZA SANTOS	CPF:	124.002.005-80
Nome:	ANDERSSON DE JESUS SANTOS	CPF:	865.639.725-78
Nome:	ANDREA JESUS DA SILVA	CPF:	046.756.875-80
Nome:	ANDREIA DOS SANTOS	CPF:	005.231.685-86
Nome:	ANDRE MAXIMO DOS SANTOS	CPF:	073.426.525-55

Nome:	ANDREZA SANTOS DE SOUZA	CPF:	858.347.905-42
Nome:	ANGELO FABIANO ALVES DE JESUS	CPF:	122.299.635-97
Nome:	ANITA NATANY JESUS DA SILVA	CPF:	124.517.175-56
Nome:	ANSELMO JOSÉ DA SILVA	CPF:	801.940.605-00
Nome:	ANTHONY GABRIEL AVELINO SILVA	CPF:	119.955.285-28
Nome:	ANTONIO DE JESUS SANTOS	CPF:	000.429.835-76
Nome:	ANTONIO DE LUCENA	CPF:	037.480.398-67
Nome:	ANTONIO HERINQUE ALVES LIMA	CPF:	107.003.275-17
Nome:	ANTONIO NASCIMENTO DA CRUZ	CPF:	356.112.785-15
Nome:	ARIEL SANTOS DE JESUS	CPF:	073.346.465-33
Nome:	ARIVALDO CRUZ DE JESUS	CPF:	901.477.905-49
Nome:	AUDENICE SILVA DOS SANTOS	CPF:	552.535.205-20
Nome:	AURELINA SOUZA SANTANA	CPF:	867.363.455-53
Nome:	AURELIO JESUS DOS SANTOS	CPF:	842.953.415-68
Nome:	AURIVANDA MARIA DA SILVA	CPF:	002.458.645-55
Nome:	AYLA YANNE ALVES LIMA	CPF:	126.974.715-02
Nome:	AYLLA SOPHIA SANTOS	CPF:	116.242.205-09
Nome:	BALDOINO ROSA DOS SANTOS	CPF:	053.923.235-10
Nome:	BARBARA DA CRUZ AZEVEDO	CPF:	057.135.845-42
Nome:	BEATRIZ LOPES NASCIMEMTO	CPF:	090.772.835-95
Nome:	BEATRIZ SANTOS DE SOUZA	CPF:	101.287.875-97
Nome:	BENEDITA DE JESUS SILVA	CPF:	000.206.785-41
Nome:	BIANCA DE SOUZA NASCIMENTO	CPF:	123.562.285-19
Nome:	BRENDA NASCIMENTO DOS SANTOS	CPF:	131.396.465-42
Nome:	BRUNA LOPES NASCIMENTO	CPF:	090.772.205-93
Nome:	BRUNO DOS ANJOS SILVA	CPF:	123.704.005-10
Nome:	BRUNO SOUZA DE JESUS	CPF:	859.513.465-09
Nome:	CAMILLE REGINA SANTOS DE JESUS	CPF:	124.353.905-48
Nome:	CARLA MESSIAS DE JESUS	CPF:	039.480.145-82
Nome:	CAROLINE DE JESUS PEREIRA	CPF:	073.318.285-25
Nome:	CASCIO ADRIANO DE JESUS	CPF:	033.401.735-16
Nome:	CELMA DOS SANTOS	CPF:	002.790.605-13
Nome:	CINTIA SOUZA DE JESUS	CPF:	037.781.815-13
Nome:	CLARA REGINA FREIRE DOS SANTOS	CPF:	089.553.991-89

Estado da Bahia

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS

inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Certificado nº 2022.001.194796/CEFIR

CAR nº BA-2921401-FF45.29E9.5CE0.423C.9D63.B5F9.9581.FD30

Nome:	CLARICE ALEXANDRINA RODRIGUES	CPF:	017.164.285-64
Nome:	CLAUDIANA SOUZA SILVA CRUZ	CPF:	040.441.165-71
Nome:	CLAUDIONOR FERREIRA DO NASCIMENTO FILHO	CPF:	000.438.525-05
Nome:	CLEANE AVELINO ALVES	CPF:	028.099.065-05
Nome:	CLEBER SANTOS ARAUJO	CPF:	869.343.265-63
Nome:	CLEITON LUAN SANTOS NASCIMENTO	CPF:	127.848.605-40
Nome:	CONCEIÇÃO DOS SANTOS BRAGA	CPF:	949.217.925-34
Nome:	COSME ROSA SANTOS	CPF:	979.716.695-34
Nome:	COSME ROSA SANTOS JUNIOR	CPF:	024.488.955-46
Nome:	CRISPINO DE JESUS	CPF:	038.486.665-45
Nome:	CRISTIANE AVELINO ALVES	CPF:	808.978.605-78
Nome:	CRISTINA DE JESUS PEREIRA	CPF:	020.188.285-09
Nome:	CRISTINA SANTOS SOUZA	CPF:	064.428.425-09
Nome:	DAIANE CRUZ DOS SANTOS	CPF:	074.444.125-02
Nome:	DAIANE DO NASCIMENTO SANTOS	CPF:	869.343.275-35
Nome:	DANIELA CRUZ DE JESUS	CPF:	056.999.525-60
Nome:	DANIELA DE JESUS	CPF:	060.995.455-57
Nome:	DANIELA DOS SANTOS	CPF:	105.056.075-22
Nome:	DANIEL HENRIQUE SOUSA DE OLIVEIRA	CPF:	048.775.545-64
Nome:	DANIELLY PEREIRA LOPES	CPF:	123.534.675-71
Nome:	DARLEI DA SILVA JESUS	CPF:	123.507.355-67
Nome:	DARLENE SILVA DE JESUS	CPF:	101.321.585-07
Nome:	DAVID DE JESUS SANTOS	CPF:	116.649.375-01
Nome:	DAVI SANTOS DE JESUS	CPF:	869.904.075-06
Nome:	DEISIANE JESUS DOS SANTOS	CPF:	117.015.335-61
Nome:	DIEGO EMANUEL DOS SANTOS	CPF:	120.223.935-89
Nome:	DORALICE DE JESUS SANTOS	CPF:	998.791.905-72
Nome:	EDER FRANCISCO SOARES	CPF:	013.968.315-17
Nome:	EDICLEIDE DOS SANTOS	CPF:	064.282.005-89
Nome:	EDILESIO JESUS DOS SANTOS	CPF:	054.506.625-56
Nome:	EDIMILSON SILVA SANTOS	CPF:	120.382.515-33
Nome:	EDINALDO CARVALHO DO NASCIMENTO	CPF:	010.038.315-75
Nome:	EDINILSON DE JESUS SANTOS	CPF:	011.982.585-60
Nome:	EDIZIO CARVALHO DO NASCIMENTO	CPF:	057.143.855-51

Documento válido por 12 meses, contados da data de impressão. Vencido o prazo, realizar nova impressão.

Chave de Segurança: 0F72F751F46890F91FDAEBC222A305A3

Nome:	EDNA DOS SANTOS ARCANJO	CPF:	073.897.215-02
Nome:	EDNALDO CRUZ DE JESUS	CPF:	011.373.205-83
Nome:	EDSON DE JESUS	CPF:	063.657.935-29
Nome:	EDSON SOUZA PEREIRA	CPF:	052.352.065-41
Nome:	EDUARDO ALMEIDA SOARES	CPF:	121.039.815-02
Nome:	EDUARDO CRUZ DO NASCIMENTO	CPF:	860.147.045-90
Nome:	EDVANILTON CARVALHO DO NASCIMENTO	CPF:	035.239.225-85
Nome:	EDVIRGENS PETRONILIA DA SILVA	CPF:	801.940.875-49
Nome:	ELAINE DA SILVA SANTOS	CPF:	103.279.155-10
Nome:	ELENISE SILVA DO NASCIMENTO	CPF:	093.359.205-17
Nome:	ELIETE DE ALMEIDA SALÚ	CPF:	938.282.175-91
Nome:	ELIEZER DO ESPIRITO SANTO	CPF:	124.821.388-25
Nome:	ELOÁ ALVES AMORIM	CPF:	129.244.045-76
Nome:	ELSON DE JESUS MIRANDA	CPF:	056.798.165-71
Nome:	ELSON JESUS DOS SANTOS	CPF:	041.938.715-33
Nome:	ELSON LINO DOS SANTOS	CPF:	706.500.635-20
Nome:	ELZA CARVALHO DO NASCIMEMTO	CPF:	007.990.325-81
Nome:	EMANOEL AVELINA ALVES	CPF:	865.253.615-59
Nome:	EMILI ALVES SILVA	CPF:	084.784.165-01
Nome:	ERICA SILVA DO NASCIMENTO	CPF:	113.731.125-81
Nome:	ERMANDINO SOUZA	CPF:	036.719.655-76
Nome:	ESMERALDA MAYTÊ DE JESUS SOUZA	CPF:	040.927.165-91
Nome:	EULALIA MARIA SOARES	CPF:	982.823.875-68
Nome:	EUNICE DE JESUS SANTOS	CPF:	996.801.225-49
Nome:	EURINEIDE SOBRAL	CPF:	022.046.965-28
Nome:	EVA DE JESUS SILVA	CPF:	007.192.275-00
Nome:	EVA MARIA DOS SANTOS	CPF:	839.914.415-00
Nome:	EVELYN ALVES SILVA	CPF:	084.784.015-80
Nome:	EVERTON DOS SANTOS ESPIRITO SANTO	CPF:	082.987.585-95
Nome:	EVILASIO SOARES DOS SANTOS	CPF:	038.253.655-06
Nome:	EVILLEN PEREIRA DO NASCIMENTO	CPF:	073.362.945-88
Nome:	FABIANA SANTOS SOUZA	CPF:	000.663.075-89
Nome:	FABIO FERREIRA NASCIMENTO DE CARVALHO	CPF:	756.355.935-34
Nome:	FABIO SANTOS SOUZA	CPF:	019.635.785-38

Nome:	FABRICIO ALVES DE JESUS	CPF:	119.954.785-98
Nome:	FELIPE HAVY DOS SANTOS ESPIRITO SANTO	CPF:	869.630.265-64
Nome:	FELIPE SILVA DE JESUS	CPF:	082.464.625-80
Nome:	FERNANDA LINDAURA QUEIROZ SANTOS	CPF:	123.717.325-67
Nome:	FERNANDINO NERES DE MIRANDA	CPF:	270.033.008-00
Nome:	FLASIO SILVA DOS SANTOS	CPF:	048.627.555-85
Nome:	FLAVIANO CRUZ DE JESUS	CPF:	008.518.145-57
Nome:	FLAVIA SANTOS DA SILVA	CPF:	123.895.335-23
Nome:	FLAVIA SOFIA PEREIRA CRUZ	CPF:	115.409.285-27
Nome:	FLORISMAR DE JESUS MIRANDA	CPF:	858.718.065-70
Nome:	FLORISVANDA DE JESUS MIRANDA	CPF:	986.084.605-72
Nome:	FRANCINEIDE MARIA PIRES	CPF:	000.749.215-41
Nome:	FRANCISCA AVELINO ALVES	CPF:	015.184.945-52
Nome:	FRANCISCO ASSIS SANTOS SILVA	CPF:	888.725.485-00
Nome:	FRANCISCO MESSIAS DOS SANTOS	CPF:	622.037.465-72
Nome:	GABRIEL OLIVEIRA DE LUCENA	CPF:	867.607.235-38
Nome:	GAEL LIMA FEIRE	CPF:	185.948.396-85
Nome:	GAEL SANTOS CRUZ	CPF:	125.459.695-08
Nome:	GEAN SOUZA PEREIRA	CPF:	296.364.198-25
Nome:	GEISILANE DOS SANTOS CRUZ	CPF:	100.826.965-43
Nome:	GEIZA AVELINO ALVES	CPF:	053.120.485-50
Nome:	GENELICE OLIVEIRA DOS SANTOS	CPF:	687.444.715-72
Nome:	GENILDE SOUZA PEREIRA	CPF:	309.983.198-05
Nome:	GENIVALDO LINO DOS SANTOS	CPF:	049.482.815-30
Nome:	GERFESON PIRES DA CRUZ	CPF:	093.310.905-95
Nome:	GEROMILDO SOARES	CPF:	281.314.618-82
Nome:	GILBERTO SANTOS SILVA	CPF:	065.775.528-19
Nome:	GILDÁSIO DOS SANTOS	CPF:	353.385.828-64
Nome:	GILMARIA PEREIRA DA CRUZ OLIVEIRA	CPF:	952.207.635-04
Nome:	GILMAR SILVA DE JESUS	CPF:	925.050.075-00
Nome:	GILSON CARVALHO DE OLIVEIRA	CPF:	036.801.055-41
Nome:	GILSON PEREIRA CRUZ	CPF:	052.954.335-44
Nome:	GISLANE PIRES DA CRUZ	CPF:	090.230.735-50
Nome:	GLEDSON RUAN DE JESUS SILVA	CPF:	117.915.025-20

Estado da Bahia

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS

inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Certificado nº 2022.001.194796/CEFIR

CAR nº BA-2921401-FF45.29E9.5CE0.423C.9D63.B5F9.9581.FD30

Nome:	GLEISON DE JESUS MIRANDA	CPF:	073.552.875-67
Nome:	GUILHERME SALU SOUZA	CPF:	119.648.455-48
Nome:	GUSTAVO ARTUR SALU SOUZA	CPF:	073.516.305-77
Nome:	HALEX PEREIRA DA SILVA	CPF:	117.718.565-21
Nome:	HELENA SILVA DO NASCIMENTO	CPF:	073.424.515-76
Nome:	HELIA MESSIAS DE SOUZA NASCIMENTO	CPF:	049.529.595-70
Nome:	HELOYSE SOUZA NASCIMENTO	CPF:	128.299.805-65
Nome:	IAGO DA CRUZ OLIVEIRA	CPF:	075.168.185-77
Nome:	IAN GIOVANNI LIMA SOARES	CPF:	108.292.115-78
Nome:	IASMIN STEFANY LIMA SOARES	CPF:	120.609.195-92
Nome:	ICARO SILVA DE JESUS	CPF:	124.279.605-35
Nome:	IDALIA DE JESUS SANTOS	CPF:	004.617.195-92
Nome:	IGOR SILVA DE JESUS	CPF:	112.392.865-70
Nome:	ILZA JESUS SOUZA	CPF:	076.775.175-28
Nome:	IRACEMA OLIVEIRA LIMA SOARES	CPF:	023.352.465-77
Nome:	ISAAC PEREIRA LOPES	CPF:	128.713.075-55
Nome:	ISABEL AMADA DOS SANTOS	CPF:	872.377.685-49
Nome:	ISABEL DOS SANTOS	CPF:	852.199.325-00
Nome:	ISABELLA OLIVEIRA SANTANA	CPF:	125.019.815-10
Nome:	ISAIAS OLIVEIRA SANTANA	CPF:	113.870.015-07
Nome:	ISIS SILVA RODRIGUES	CPF:	186.478.916-60
Nome:	IVAILTON FERREIRA DOS SANTOS	CPF:	637.739.025-49
Nome:	IVA MARIA DE SOUZA	CPF:	008.374.415-01
Nome:	IVANICE SILVA DOS SANTOS ESPIRITO SANTO	CPF:	986.834.975-34
Nome:	IVANILDE MARIA JESUS DO NASCIMENTO	CPF:	965.491.815-34
Nome:	IZAEL SANTOS SILVA	CPF:	088.513.295-59
Nome:	IZAMARA DE JESUS SANTOS SILVA	CPF:	075.185.485-93
Nome:	JACIARA SILVA LIMA DOS SANTOS	CPF:	037.971.015-38
Nome:	JACIRA FRANCISCA DOS SANTOS	CPF:	769.911.135-49
Nome:	JACI SANTOS SOUZA	CPF:	037.781.795-35
Nome:	JADSON SOUZA DE OLIVEIRA	CPF:	128.469.265-57
Nome:	JADY SOUZA SANTOS	CPF:	126.899.095-70
Nome:	JAIDSON DE JESUS LIMA	CPF:	078.736.125-97
Nome:	JANECLÉA AVELINO ALVES	CPF:	077.384.385-09

Documento válido por 12 meses, contados da data de impressão. Vencido o prazo, realizar nova impressão.

Chave de Segurança: 0F72F751F46890F91FDAEBC222A305A3

Nome:	JANIELE SOUZA DE JESUS	CPF: 866.162.355-30
Nome:	JEANDISON TEIXEIRA FREIRE	CPF: 042.367.765-96
Nome:	JEANE SILVA SANTOS	CPF: 073.379.015-18
Nome:	JEAN LORENZO LIMA FREIRE	CPF: 115.720.545-30
Nome:	JENIFY MICAELLY DOS SANTOS	CPF: 130.637.195-36
Nome:	JENILDO ROQUE DOS ANJOS SANTOS	CPF: 087.677.385-40
Nome:	JESSICA AMORIM DOS SANTOS	CPF: 868.640.775-78
Nome:	JHONATA FELIPE SANTOS LIMA	CPF: 094.768.585-59
Nome:	JOANA SANTOS LOPES NASCIMENTO	CPF: 034.593.845-30
Nome:	JOANDERSON SILVA SANTANA	CPF: 868.798.775-75
Nome:	JOANITA DURVALINA DOS SANTOS	CPF: 894.504.855-34
Nome:	JOÃO DANIEL SANTOS DE JESUS	CPF: 100.839.475-07
Nome:	JOÃO ELIAS DOS SANTOS	CPF: 005.145.835-76
Nome:	JOÃO FERNANDES ALVES	CPF: 310.547.735-72
Nome:	JOÃO GUILHERME ALVES MIRANDA	CPF: 113.913.445-02
Nome:	JOÃO JESUS DA SILVA	CPF: 004.527.245-03
Nome:	JOÃO PEDRO SANTOS NASCIMENTO	CPF: 123.447.215-50
Nome:	JOAO RAIMUNDO ANGELO	CPF: 866.142.625-13
Nome:	JOAQUIM NICOLAU DA SILVA	CPF: 865.963.695-36
Nome:	JOAQUIM NUNES DE MIRANDA	CPF: 888.905.705-04
Nome:	JOCELIANE NASCIMENTO DE OLIVEIRA	CPF: 015.744.115-60
Nome:	JOCIMAR JESUS DA SILVA	CPF: 860.473.895-97
Nome:	JOEDSON NASCIMENTO OLIVEIRA	CPF: 044.184.825-71
Nome:	JOELSON SOUZA PEREIRA	CPF: 260.964.108-71
Nome:	JOELZA SOUZA PEREIRA	CPF: 933.170.005-97
Nome:	JORGE DOS SANTOS SANTANA	CPF: 001.210.915-03
Nome:	JOSE ANTONIO DE JESUS SANTANA	CPF: 048.509.055-44
Nome:	JOSE AUGUSTO DOS ANJOS	CPF: 901.187.235-53
Nome:	JOSE AUGUSTO JOAQUIM DA SILVA	CPF: 665.976.415-15
Nome:	JOSÉ CARLOS JESUS DA SILVA	CPF: 004.605.105-84
Nome:	JOSE EMANOEL DOS SANTOS SOUZA	CPF: 103.980.695-30
Nome:	JOSÉ ERMANO DOS SANTOS	CPF: 190.646.325-53
Nome:	JOSÉ MANOEL DOS SANTOS	CPF: 687.446.505-82
Nome:	JOSE MIGUEL JESUS DOS SANTOS	CPF: 112.218.835-85

Nome:	JOSENI FERREIRA DOS ANJOS SANTOS	CPF:	017.363.345-57
Nome:	JOSENILDE SILVA LIMA ARAUJO	CPF:	305.568.118-52
Nome:	JOSENILTON SILVA LIMA	CPF:	026.493.355-99
Nome:	JOSÉ ORLANDO CARVALHO LIMA	CPF:	284.534.175-04
Nome:	JOSE RAIMUNDO NASCIMENTO DA SILVA	CPF:	805.763.468-53
Nome:	JOSÉ ROBERTO DE JESUS	CPF:	007.058.215-79
Nome:	JOSÉ TEIXEIRA DOS SANTOS	CPF:	883.177.575-87
Nome:	JOSSILENE SOUZA PEREIRA	CPF:	986.204.105-63
Nome:	JUAREZ DE JESUS SILVA	CPF:	075.487.775-23
Nome:	JULIANA SILVA LIMA	CPF:	053.903.295-62
Nome:	JULIA SILVA DOS SANTOS	CPF:	073.293.765-58
Nome:	JUSCILENE JESUS DA SILVA	CPF:	067.784.565-07
Nome:	KADU DE JESUS	CPF:	084.658.775-05
Nome:	KAIK JESUS DA SILVA	CPF:	052.601.315-09
Nome:	KAIO JESUS DA SILVA	CPF:	123.576.315-38
Nome:	KAUANNY DOS SANTOS TAVARES DE FREITAS	CPF:	591.044.688-64
Nome:	KAUAN SANTOS SILVA	CPF:	123.895.475-83
Nome:	KEILA DAIANE SANTANA DOS SANTOS	CPF:	075.744.835-66
Nome:	KEYSE SOBRAL SOUZA	CPF:	084.367.965-43
Nome:	LAIZE AVELINO ALVES	CPF:	045.858.215-89
Nome:	LAIZIA DE JESUS LIMA	CPF:	084.392.025-47
Nome:	LEANDRO DOS SANTOS	CPF:	017.819.775-00
Nome:	LECIONICE DA CRUZ	CPF:	005.970.575-24
Nome:	LEDINA SANTOS NASCIMENTO	CPF:	088.972.145-92
Nome:	LEONACIO SOUZA SANTANA	CPF:	073.438.915-96
Nome:	LEONARDO JESUS DO NASCIMENTO	CPF:	128.794.086-28
Nome:	LEONARDO MARIANO SANTOS ALMEIDA	CPF:	114.985.265-86
Nome:	LETICIA DE JESUS SANTOS	CPF:	095.639.965-77
Nome:	LÉTICIA DE JESUS SILVA	CPF:	866.125.785-99
Nome:	LEVI DE JESUS SILVA	CPF:	093.455.555-95
Nome:	LILIANE DE JESUS SANTOS	CPF:	064.428.275-42
Nome:	LISIANE SANTANA DOS SANTOS	CPF:	129.915.876-52
Nome:	LOURIVALDO AURELIANO DA SILVA	CPF:	945.854.665-68
Nome:	LUCAS SANTOS NASCIMENTO	CPF:	080.671.055-10

Nome:	LUCIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	CPF:	298.134.578-80
Nome:	LUCIANO PEDREIRA DE SOUZA	CPF:	052.818.755-40
Nome:	LUCICLEIDE SOUZA SANTANA	CPF:	017.471.115-89
Nome:	LUCILENE SOUZA SANTANA DE JESUS	CPF:	010.017.915-09
Nome:	LUCIMARE SOUZA SANTANA	CPF:	033.645.025-79
Nome:	LUIS ALLEX ALVES TEIXEIRA	CPF:	114.932.601-89
Nome:	LUIS FELIPE JESUS DOS SANTOS	CPF:	118.097.585-56
Nome:	LUIZA CRISTINA AVELINO ALVES	CPF:	014.323.475-78
Nome:	LUIZ CARLOS SOUZA SANTANA	CPF:	039.480.185-70
Nome:	LUIZ SANTANA	CPF:	620.368.075-34
Nome:	LURIANO JESUS DO NASCIMENTO	CPF:	035.820.765-71
Nome:	LUZIA AVELINO ALVES	CPF:	622.211.835-68
Nome:	LUZIA DOS SANTOS CRUZ	CPF:	846.932.405-59
Nome:	LUZINETE MARIA DA SILVA	CPF:	461.381.295-04
Nome:	MAIANE PEREIRA DOS SANTOS	CPF:	069.344.415-08
Nome:	MAICON PIRES DOS SANTOS	CPF:	100.764.075-86
Nome:	MANOEL DE JESUS	CPF:	036.929.435-12
Nome:	MANOEL DE JESUS JUNIOR	CPF:	055.515.195-62
Nome:	MANOEL MOREIRA MAIA	CPF:	164.203.225-53
Nome:	MANOEL PEREIRA DA CRUZ	CPF:	000.681.695-90
Nome:	MANOEL SOARES	CPF:	252.351.748-52
Nome:	MANÚ PEREIRA LOPES	CPF:	128.713.485-88
Nome:	MAOISÉS AZEVEDO LIMA	CPF:	859.687.795-94
Nome:	MARCELA DE ALMEIDA ALVES	CPF:	023.947.765-01
Nome:	MARCELIO JOSÉ DOS SANTOS	CPF:	976.349.485-00
Nome:	MARCELLE PIRES DOS SANTOS	CPF:	100.763.185-67
Nome:	MARCELO JESUS DOS SANTOS	CPF:	000.290.075-00
Nome:	MARCIA JESUS DOS SANTOS CRUZ	CPF:	014.302.345-47
Nome:	MÁRCIO MESSIAS DE JESUS	CPF:	032.939.225-54
Nome:	MARCONES DE JESUS SANTOS	CPF:	928.089.215-00
Nome:	MARCOS JOSE SOUSA	CPF:	732.985.225-20
Nome:	MARCOS SANTOS SOUZA	CPF:	072.536.665-69
Nome:	MARIA APARECIDA DA CRUZ	CPF:	131.477.668-10
Nome:	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	CPF:	007.978.995-10

Nome:	MARIA APARECIDA SILVA SOARES	CPF:	255.523.378-40
Nome:	MARIA AUREA DE SOUZA	CPF:	923.381.605-25
Nome:	MARIA CECILIA DA SILVA PEREIRA	CPF:	119.969.035-00
Nome:	MARIA CLEIDE DOS ANJOS PEREIRA	CPF:	905.998.965-15
Nome:	MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA DO NASCIMENTO	CPF:	027.423.485-81
Nome:	MARIA DE LOURDES DA SILVA	CPF:	594.167.855-04
Nome:	MARIA DE LOURDES DE JESUS	CPF:	706.525.205-10
Nome:	MARIA DE LOURDES DE JESUS LIMA	CPF:	007.299.925-00
Nome:	MARIA DE LOURDES SANTOS DA SILVA PEREIRA	CPF:	005.258.295-71
Nome:	MARIA EDUARDA AZEVEDO DOS SANTOS	CPF:	120.420.625-29
Nome:	MARIA ELOA DE JESUS	CPF:	112.206.745-32
Nome:	MARIA JOSÉ DE JESUS SANTOS	CPF:	912.663.435-04
Nome:	MARIA JOSÉ DOS SANTOS SILVA	CPF:	892.426.455-91
Nome:	MARIA JULIA DOS SANTOS SOUZA	CPF:	861.488.195-97
Nome:	MARIA LAURA DA SILVA SANTOS	CPF:	125.255.805-83
Nome:	MARIA LUNA JESUS DOS SANTOS	CPF:	124.756.435-52
Nome:	MARIA MADALENA SABINO DA SILVA	CPF:	027.988.225-48
Nome:	MARIA MAURA DE SOUZA	CPF:	877.705.635-34
Nome:	MARIANA SANTOS DE SOUZA	CPF:	075.169.485-19
Nome:	MARIANO SANTOS DE SOUZA	CPF:	073.338.765-94
Nome:	MARIA SÃO PEDRO NASCIMENTO DOS SANTOS	CPF:	038.200.838-39
Nome:	MARIA TELMA DA SILVA JESUS	CPF:	004.322.095-90
Nome:	MARIA VITÓRIA DA CONCEIÇÃO SANTOS	CPF:	562.370.798-07
Nome:	MARILEIDE SILVA DE JESUS SANTOS	CPF:	018.223.805-96
Nome:	MARILENE FERREIRA	CPF:	439.873.035-49
Nome:	MARISTELA DE JESUS SANTOS	CPF:	006.890.155-00
Nome:	MARIVANDA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO SOARES	CPF:	000.312.735-48
Nome:	MARIZETE SOUZA DOS ANJOS	CPF:	065.381.215-94
Nome:	MARLON PEREIRA DOS SANTOS	CPF:	063.837.895-89
Nome:	MATEUS DA SILVA PEREIRA	CPF:	076.842.185-30
Nome:	MATEUS OLIVEIRA DOS SANTOS	CPF:	006.746.581-16
Nome:	MAURICIO BERNARDO SANTOS SOUZA	CPF:	859.812.865-12
Nome:	MEIRIVANIA QUEIROZ DA MOTA	CPF:	040.008.845-22
Nome:	MICHELE JESUS DOS SANTOS	CPF:	069.922.525-69

Nome:	MIGUEL ALVES SILVA	CPF:	084.784.285-18
Nome:	MILENE SANTOS DE JESUS	CPF:	100.838.625-10
Nome:	MIRIAN DOS SANTOS	CPF:	487.500.228-90
Nome:	MONICA DOS SANTOS	CPF:	088.900.175-89
Nome:	NATALIA DE JESUS	CPF:	837.374.135-68
Nome:	NICOLY MARIA SANTOS SOUSA	CPF:	868.831.835-23
Nome:	NIVALDO DE SANTANA OLIVEIRA	CPF:	000.635.935-30
Nome:	NORMILDE MESSIAS DE SOUZA	CPF:	006.467.605-64
Nome:	ORLANDO FRANCISCO SANTOS	CPF:	594.123.135-00
Nome:	ORLANDO NERI DE MIRANDA	CPF:	962.473.475-53
Nome:	ORLANDO VENANCIO DOS SANTOS	CPF:	002.807.585-45
Nome:	ORLEAN DE JESUS MIRANDA	CPF:	072.905.735-60
Nome:	OSCAR MAÇAIRO SILVA SOGABE	CPF:	665.416.625-68
Nome:	OSVALDINA DE JESUS OLIVEIRA	CPF:	349.936.575-87
Nome:	PATRCIA DOS REIS SANTOS	CPF:	051.958.445-77
Nome:	PAULA MELISSA CONCEIÇÃO SOARES	CPF:	868.742.055-28
Nome:	PAULO JOSE SOUZA	CPF:	996.727.585-53
Nome:	PEDRO HENRIQUE CRUZ DE OLIVEIRA	CPF:	085.367.715-85
Nome:	PEDRO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO SANTOS	CPF:	562.369.788-75
Nome:	PEDRO RAFAEL JESUS DA SILVA	CPF:	113.753.395-16
Nome:	RAFAELA DE JESUS	CPF:	055.790.115-47
Nome:	RAFAELA SOARES	CPF:	859.817.685-09
Nome:	RAFAEL OLIVEIRA DE LUCENA	CPF:	124.681.225-85
Nome:	RAILANE DOS SANTOS JESUS	CPF:	119.421.965-98
Nome:	RAISSA SILVA DO NASCIMENTO	CPF:	128.720.825-81
Nome:	RAMALHO SOUSA DA SILVA	CPF:	018.583.035-83
Nome:	RAMILLY SOUZA LIMA	CPF:	084.180.115-05
Nome:	RAMON DE JESUS SILVA	CPF:	113.968.805-77
Nome:	RAQUEL DA SILVA RODRIGUES	CPF:	085.875.515-74
Nome:	RAVI LUIZ ALVES SILVA	CPF:	125.996.515-57
Nome:	RAY AUGUSTO DE JESUS SILVA	CPF:	087.788.075-14
Nome:	REGINALDO BASILIO DE JESUS JUNIOR	CPF:	084.127.055-48
Nome:	REGINALDO DOS SANTOS	CPF:	006.089.275-70
Nome:	REINALICE DE JESUS SANTANA CRUZ	CPF:	527.030.025-72

Nome:	RENATO JOSE DOS SANTOS	CPF:	036.068.045-39
Nome:	RENILTON FERREIRA LIMA	CPF:	003.371.155-08
Nome:	RENILTON FERREIRA LIMA FIILHO	CPF:	107.002.835-52
Nome:	RENIVALDO NERY DE SANTANA	CPF:	000.328.215-57
Nome:	RIAN DA SILVA PEREIRA	CPF:	077.388.805-54
Nome:	RICARDO SOUZA LIMA	CPF:	083.868.025-96
Nome:	RIVANIA DA SILVA PEREIRA	CPF:	077.388.455-62
Nome:	ROBERTÂNIA OLIVEIRA DOS SANTOS	CPF:	045.708.445-61
Nome:	ROBERTA SANTANA LIMA	CPF:	090.935.565-76
Nome:	ROBSON FERREIRA LIMA JUNIOR	CPF:	090.935.875-36
Nome:	RODRIGO DOS REIS SANTOS	CPF:	124.786.865-62
Nome:	ROMILDO SILVA SOARES	CPF:	869.817.485-09
Nome:	RONALDO SANTOS	CPF:	479.954.288-55
Nome:	RONIVON JESUS DOS SANTOS	CPF:	060.995.415-60
Nome:	ROSA DE JESUS FREIRE	CPF:	898.180.755-87
Nome:	ROSALINA DE JESUS	CPF:	006.290.175-30
Nome:	ROSANE SOARES DOS SANTOS	CPF:	052.498.385-29
Nome:	ROSÂNGELA SOUSA MELO	CPF:	047.361.535-55
Nome:	ROSILENE RODRIGUES DA SILVA	CPF:	029.876.385-07
Nome:	ROSIMARE SOUZA PEREIRA	CPF:	027.069.185-51
Nome:	ROSIMEIRE SOUZA PEREIRA	CPF:	029.876.375-35
Nome:	RUAN VITOR NASCIMENTO SILVA	CPF:	082.165.645-70
Nome:	SABRINA DOS SANTOS COSTA	CPF:	085.074.125-48
Nome:	SAIRLY SOUZA SANTOS	CPF:	123.576.205-01
Nome:	SANDRA GONÇALVES SANTANA LIMA	CPF:	010.238.265-42
Nome:	SANDRA NASCIMENTO DOS SANTOS	CPF:	026.217.045-06
Nome:	SANTA DO NASCIMENTO	CPF:	888.152.505-49
Nome:	SANTIZALDA SOARES	CPF:	756.433.675-72
Nome:	SEANE MARIA DE JESUS SILVA	CPF:	031.981.085-27
Nome:	SEBASTIÃO DA SILVA RODRIGUES	CPF:	117.211.716-06
Nome:	SIBELE SOUZA DOS SANTOS	CPF:	121.510.195-35
Nome:	SIDELSON ALVES PEREIRA	CPF:	280.206.005-82
Nome:	SIDINEIA REIS DE JESUS	CPF:	123.897.455-47
Nome:	SIDINEI SOUZA DOS SANTOS	CPF:	001.513.205-60

Nome:	SILVAILTON SOUZA DOS SANTOS	CPF:	049.716.355-13
Nome:	SILVANA ALVES DE SOUZA	CPF:	860.712.705-53
Nome:	SINDINEIA DE JESUS DO NASCIMENTO	CPF:	027.584.565-67
Nome:	SINEZIA MARIA DE JESUS	CPF:	956.453.145-49
Nome:	SIRLEIA DE JESUS SANTOS NASCIMENTO	CPF:	001.654.565-66
Nome:	SIVALDO FRANCISCO SOARES	CPF:	284.535.145-34
Nome:	SIVALDO JESUS DO NASCIMENTO	CPF:	046.139.945-86
Nome:	SOFIA DE JESUS ANDRADE	CPF:	114.073.745-75
Nome:	SOLANGE DOS SANTOS	CPF:	004.338.235-50
Nome:	SONIA DE JESUS MIRANDA	CPF:	061.681.225-67
Nome:	SONIA GONCALVES SANTANA LIMA	CPF:	014.081.305-56
Nome:	SOPHIA ALVES SOUZA	CPF:	095.994.021-97
Nome:	SUELI SANTOS SOUZA LIMA	CPF:	995.184.225-91
Nome:	TAILA MIRES SOUZA XAVIER	CPF:	073.783.985-60
Nome:	TAILMA SANTANA DE JESUS	CPF:	104.783.575-40
Nome:	TAIRA MOARA DOS SANTOS CRUZ	CPF:	101.095.035-54
Nome:	TAISE DE JESUS SANTOS	CPF:	048.108.065-10
Nome:	TALYSON IAN DOS SANTOS CRUZ	CPF:	112.928.155-82
Nome:	TAMARA DE JESUS SANTOS	CPF:	075.181.835-60
Nome:	TANIA CRUZ DE JESUS	CPF:	090.374.985-82
Nome:	TANIA MARIA DE JESUS PIRES	CPF:	032.743.985-86
Nome:	TAYLA PIRES DA CRUZ	CPF:	129.941.555-59
Nome:	TAYLON GEANDSON DOS SANTOS CRUZ	CPF:	112.927.855-78
Nome:	THAILLANY GABRIELLY DOS SANTOS JESUS	CPF:	123.562.795-04
Nome:	THAUANE JANIELY SANTOS SANTANA	CPF:	165.524.556-23
Nome:	THAVYNE ISABELLA SANTOS NASCIMENTO	CPF:	123.563.165-66
Nome:	TICIANE DE JESUS SANTOS	CPF:	123.576.805-80
Nome:	UANDERSON SANTOS DA CRUZ	CPF:	121.208.175-70
Nome:	UANDSON DOS SANTOS CRUZ	CPF:	115.891.605-17
Nome:	ÚELLITON SOUZA DE JESUS	CPF:	041.535.854-08
Nome:	UESLEI CLEITON PEREIRA NASCIMENTO	CPF:	071.837.155-07
Nome:	UEVERTON SILVA DOS SANTOS	CPF:	123.576.635-70
Nome:	UILTON DE JESUS	CPF:	037.781.885-26
Nome:	VALDENE PEREIRA DA CRUZ	CPF:	004.880.635-82

Estado da Bahia

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS

inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Certificado nº 2022.001.194796/CEFIR

CAR nº BA-2921401-FF45.29E9.5CE0.423C.9D63.B5F9.9581.FD30

Nome:	VALDEVIR DE JESUS SANTANA	CPF:	007.730.585-08
Nome:	VALENTIM MELO OLIVEIRA	CPF:	117.355.815-26
Nome:	VALENTINA ALVES ALMEIDA MOURA	CPF:	115.937.455-40
Nome:	VALENTINA SANTOS SILVA	CPF:	117.378.975-80
Nome:	VALERIA DA SILVA NASCIMENTO	CPF:	046.374.095-51
Nome:	VANDERLANIA SILVA DOS SANTOS	CPF:	861.936.665-32
Nome:	VANESSA DOS SANTOS ESPIRITO SANTO	CPF:	074.095.545-41
Nome:	VANILDE DA SILVA	CPF:	007.978.965-03
Nome:	VENANCIO AVELINO ALVES	CPF:	077.384.225-05
Nome:	VENÍCIUS DA CRUZ OLIVEIRA	CPF:	080.092.255-76
Nome:	VICENTE DOS SANTOS	CPF:	064.890.595-09
Nome:	VILMA JESUS DOS SANTOS	CPF:	987.362.215-20
Nome:	VILMARIA DE JESUS SANTOS LIMA	CPF:	030.432.885-56
Nome:	VITOR HUGO DOS SANTOS SANTANA	CPF:	095.893.105-40
Nome:	VIVALDO MANOEL DA SILVA	CPF:	857.944.235-44
Nome:	WASHINGTON DE JESUS	CPF:	112.206.665-13
Nome:	WELLINGTON ALVES DOS SANTOS	CPF:	865.645.035-20
Nome:	WILLIAM LEVY SANTOS PASSOS	CPF:	128.144.095-73
Nome:	WILSON SINEZIO DE JESUS	CPF:	999.282.995-87
Nome:	YANA MARCELINA SILVA SOUZA	CPF:	129.512.225-13
Nome:	YAN VICTOR ALVES LIMA	CPF:	129.515.565-60
Nome:	YURI FELIPE LIMA SOARES	CPF:	120.609.455-93

Dados específicos cadastrados

Àrea do território(área declarada): 1.410,5899 ha

Área da comunidade(área de propriedade ou posse atual): 1.410,5898 ha

Coordenada da sede/ponto de referência: latitude: -11.009897 longitude: -40.504158

Área total de reserva legal no próprio imóvel: 560,3835 ha, equivalente a 39,7269% da área do imóvel.

Área de vegetação nativa: 283,4082 ha

Área de preservação permanente:66,0011 ha

Documento válido por 12 meses, contados da data de impressão. Vencido o prazo, realizar nova impressão.

Chave de Segurança: 0F72F751F46890F91FDAEBC222A305A3

Estado da Bahia

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS

inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Certificado nº 2022.001.194796/CEFIR

CAR nº BA-2921401-FF45.29E9.5CE0.423C.9D63.B5F9.9581.FD30

IMPORTANTE

- A Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA e o Instituto do Meio Ambiente - INEMA não se responsabilizam por eventual uso indevido do presente CEFIR, advindo de dolo ou má fé.
- Todos os documentos anexados ao cadastro, especialmente os pessoais e dominiais e as informações prestadas pelo (a) proprietário (a) do imóvel são de sua inteira responsabilidade, respondendo legalmente pelas mesmas de acordo com o Código Penal (Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940).
Da mesma forma, todos os documentos e informações técnicas anexados ao cadastro, são de inteira responsabilidade do responsável técnico, que responde legalmente pelas mesmas de acordo com o Código Penal (Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940).
- Este cadastro poderá ser suspenso ou cancelado, a qualquer tempo, por motivo de irregularidades constatadas ou em virtude da lei.

- Este Certificado não deve conter emendas ou rasuras.
- A cópia deste Certificado deve ser mantida na propriedade para efeito de fiscalização.

ATENÇÃO

O CEFIR não se constitui em instrumento de licenciamento ambiental para implantação de novas atividades econômicas no imóvel rural, bem como, não autoriza exploração florestal ou supressão de vegetação.
O CEFIR não se constitui em prova da posse ou propriedade para fins de regularização fundiária.

Este certificado não exime as comunidades dos atos autorizativos do ponto de vista legal indispensáveis como outorga ou licenciamento de empreendimentos com porte e potencial poluidor, bem como eventuais passivos oriundos de uso inadequado do solo ou de supressão de vegetação.

Este Certificado refere-se exclusivamente à situação da regularização ambiental no âmbito descrito, não abrangendo outros empreendimentos ou atividades do mesmo requerente, havendo a necessidade da atualização cadastral a cada 5 (cinco) anos.

A autenticidade deste Certificado pode ser atestada na internet, no endereço: http://www.seia.ba.gov.br em Serviços On-line/Atestar Certificado, utilizando a seguinte chave de segurança:

0F72F751F46890F91FDAEBC222A305A3

Certificado emitido às 12:33:44 do dia 27/07/2022 (Hora e Data de Brasília).

Estado da Bahia

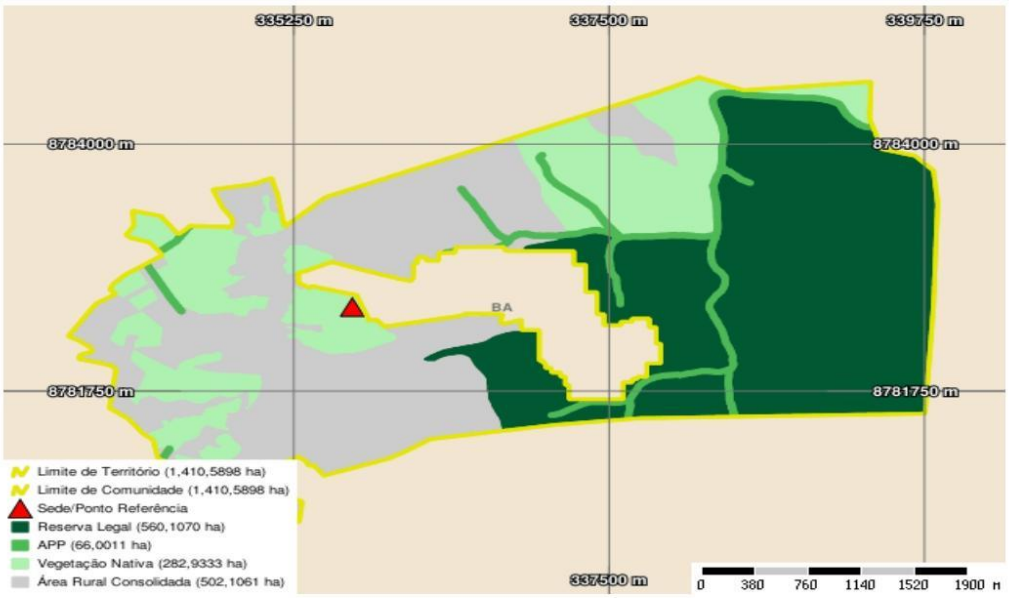
CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS

inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Certificado nº 2022.001.194796/CEFIR

CAR nº BA-2921401-FF45.29E9.5CE0.423C.9D63.B5F9.9581.FD30

Localização Geográfica



Documento válido por 12 meses, contados da data de impressão. Vencido o prazo, realizar nova impressão.

Chave de Segurança: 0F72F751F46890F91FDAEBC222A305A3

ANEXO VII – CADASTRO DA ASSOCIAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

ANEXO VII - Cadastro da Associação - Pessoa Jurídica

Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

Quadro de Sócios e Administradores

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DE SANTA CRUZ

CNPJ	CAPITAL SOCIAL
35.340.888/0001-96	R$ 0,00 (zero real).

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome / Nome Empresarial:	Qualificação:
GILMARIA PEREIRA DA CRUZ OLIVEIRA	Presidente

Emitido no dia **18/06/2024** às **09:47:22** (data e hora de Brasília).

Fonte: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

Dados da Pessoa Jurídica

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DE SANTA CRUZ

PORTE
DEMAIS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
35.340.888/0001-96

ESTABELECIMENTO
Matriz

DATA DE ABERTURA
19/08/2019

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
AQPPSC

SITUAÇÃO CADASTRAL
Ativa

DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/08/2019

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****

DATA SITUAÇÃO ESPECIAL
****

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

ENDEREÇO
OUTEIRO POVOADO DE SANTA CRUZ, SN, SANTA CRUZ, CEP 44745-000, 3729 - BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO
NATIVOCONTABILIDADE@HOTMAIL.COM.BR

TELEFONE
81135362

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
9499-5/00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não consta

Emitido por **MARCUS COSTA DE SANTANA** (**02763504566**) no dia **18/06/2024** às **09:46:53** (data e hora de Brasília).

Fonte: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

ANEXO VIII – CARTILHA E CORDEL ELABORADOS PELA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, GILMARA PEREIRA

Apresentação

A cultura brasileira deve muito a literatura de cordel e, mesmo sem o conhecimento oficial, um olhar mais atento revelará o quanto á poesia está empregada nas diversas formas de expressão artística.

A primeira parte do livro traz os poemas de saudade, as reminiscências dos poetas, a quem a vida faz um retirante.

Na literatura de cordel, as histórias das pessoas remanescentes de Quilombolas de Santa Cruz, onde cada uma contribuiu para o desenvolvimento e o crescimento desse povoado.

ESCOLA VALDEMIR PEREIRA DA CRUZ

SANTA CRUZ
E SUA HISTÓRIA

Mirangaba-Ba
2015

Agradeço a Deus por inspirar-me nos mais diversos momentos da minha vida!

Dedico esse trabalho a minha família em especial aos meus filhos, pela paciência e pela compreensão de minha ausência dia após dia em suas vidas.

Somente homens livres podem negociar prisioneiros não podem fazer acordos. Sua liberdade e a minha não podem ser separadas.

Nelson Mandela.

Santa cruz e sua Historia

I
Olá caros (as) amigos (as)
Nossa pura saudação
Colegas de Santa Cruz,
E de toda região
Vamos falar-lhe agora
Com toda precisão.

||
Desde o princípio do mundo
Que existe a escravidão
E a África forneceu
De negro grande porção
Todos vendidos no mundo
Para aumentar produção.

|||
Os negros eram vendidos
Como qualquer animal
Para trabalhar nos engenhos
Fazendas e canavial
Para manter os senhores
As riquezas colossal.

IV
Negro não falava alto
E não tinha garantia
Tinha somente o dever
De trabalhar noite e dia
Sem conforto e descanso
Na maior selvageria

V
Não acreditavam que
Escravo tinha coração
Separava pai e filho
A irmã e o irmão
Sem a menor piedade
Sem dó e sem compaixão.

VI
Mas tudo tem seu limite
E assim pode chegar
O momento em que os negros
Não puderam suportar
A dor e o sofrimento
E começar a reclamar.

VII
Até que chegou o dia
De um a um entender
Que uma só criatura
Nada podia fazer
E muitas pessoas unidas
Lutando podia vencer.

VIII
Aqui não foi diferente
Veja como transformou
De escravo passou a ser gente
Com voz alta alcançou
Com sua bruta coragem
Cada um se libertou.

IX
No dia em que um vaqueiro
Nesta terra aqui pisou
Encontrando uma cruz
Símbolo de muito valor
Fez com ela um altar
Onde muitos se prostrou.

X
Foi chegando de um a um
Aqui começou povoar
Sem nome e sem argumento
Este não podia ficar
Lembrando-se da cruz de madeira
Santa Cruz vamos botar.

XI
Santa Cruz terra abençoada
Nome que o vaqueiro colocou
Terra de gente bonita
Hospitaleiro e trabalhador
Conhecido como grota
Em quilombo se transformou.

XII
Possino homem guerreiro
Por essa terra lutou
Junto com Valdemir
Primeiro vereador
Com sua proteção politica
Santa Cruz se transformou.

XIII
Padre Alfredo em um jumento
Grande homem de Deus
Nas missas de Santa Cruz
Reunindo o povo seu
Padre conselheiro e médico
Até comida cedeu.

XIV
Santa Cruz não foi isolada
Veja o que vou lhe falar
Doutores que aqui passaram
Para Santa Cruz melhorar
Com a ajuda de Lozinha
Agnaldo veio consultar.

XV
Nelito dentista famoso
De muita boca veio cuidar
Dentadura de qualidade
Para o sorriso melhorar
Depois veio Artur Miranda
Para o trabalho não parar.

XVI
Iara passou por aqui
Dentista de perfeição
Num carro bem luxuoso
Eta que lindo carrão
Ajudando não esquecer
Dos doutores de geração.

XVII
Falando em doutor Agnaldo
Não ficou por ai
Veio doutor Guilherme
Saúde não faltava aqui
Hoje temos o privilegio
De doutor Luciano prosseguir.

XVIII
Guilherme trabalhava aqui
Exame costuma passar
Cuidando bem da saúde
De todos que passava por lá
Inclusive das gestantes
Que vida no mundo ia botar.

XIX
Isso me lembra Xanga
Parteira nessa região
Não importava dia nem hora
Para fazer seu plantão
Ia não importava pra onde
Sem ganhar nenhum tostão

XX
Depois de Xanxa veio Juva
Exame não pode passar
Mas suas habilidades
Passar banhos e também chás
Sem esquecer do Caruru
Que no mês de outubro ela dá.

XXI
Tiana mulher guerreira
O povo vai procurar
Pra benzer as criancinhas
De vento caído e mal olhar
Passando também um chá
De ervas mediciná.

XXII
Deixando os doutores de lado
Falando do que comer
Da culinária de Santa Cruz
Sou suspeita em dizer
Do doce de arroz de Isaurea
Jacira dispõem a fazer.

XXIII
Dona Mira tinha uma barraca
Em baixo do barracão
Vendia de tudo um pouco
Com carinho chamava atenção
Do povo de Santa Cruz
E de toda região.

XXIV
Mas o barracão caiu
Ela veio a prosseguir
Vendendo farinha e ovos
Ao povo que mora aqui
Mira mulher corajosa
Como esse nunca vi.

XXV
Mas a vida continua
E aqui vamos narrar
Falo de Santo Ribeiro
Com pão gostoso pra daná
Dedé teve sua participação
Mas Fabinho aderiu á profissão.

XXVI
Falando ainda em comer
Eliete chegou para arrasá
Norminha abriu uma lanchonete
Maristelma boa para inventar
Não esquecendo Tamires
Com receita de invejá.

XXVII
Lozinha tinha uma mercearia
Onde todos iam comprar
Comparo com ela Gueguinho
Não deixando a desejar
Guilherme na rua de baixo
Fome ninguém vai passar.

XXVIII
Agnaldo chegou da cachoeira Grande
Um homem negociador
Do botijão a gasolina
Da carga d´agua ao anador
Sem contar a branquinha
Com raiz e muito amor.

XXIX
Carla marca presença
Que de Mirangaba veio para cá
Com ovos de pascoa e petiscos
Para nós saborear
Dando alegria as crianças
Nas festas tradicioná.

XXX
Renata também fez parte
Da nossa Alimentação
Nos domingos as feijoadas
Doces salgados e baião
Ainda tem o Bar do Severino
Pra alegrar a população.

XXXI
Falando em comer meu povo
Marchante Lelé começou
Baité deu continuidade
Neu de Isaura adiantou
Valdemir ainda tentou
Mas Vato se superou.

XXXII
Antes era Obilino
Que muito tempo ficou
Passando pra Valdelino
Que de Palmeira aqui chegou
Deixando para Messias
Que a profissão abandonou.

XXXIII
Anos atrás me lembro bem
Carlinhos quis evoluir
Abrindo um mercadinho
De tudo se tinha ali
Mas preferiu a banana
Que é a renda daqui.

XXXIV
Antonieta vendeu de tudo
Santo Gago colaborou
Com seu barzinho alegrava
Os pequenos lavradores
Chico com a mercearia
E Vilma no bar superou.

XXXV
Birajara homem valente
No garimpo se formou
Tirando pedras de ouro
Hoje em pedreira transformou
Tirando pedras de mármore
Enfeitando a casa do doutor.

XXXVI
Hasteamos essa bandeira
Com orgulho e prazer
DE SERMOS Santa-cruzense
Grota já não pode ser
Hoje denomina quilombola
Com muita garra e poder.

XXXVII
Damos graças a Francisquinho
Que por essa conquista lutou
Denominado quilombo
Grande atitude do veriador
Com o padre Joel ajudando
Quilombo se transformou.

XXXVIII
Tudo foi um precesso
Pra tudo isso conseguir
Em 2007 aprovou
Nós só temos a aplaudir
Obrigada veriador
por muito nos servir.

XIX
Graças aos nossos governantes
Que por aqui passou
Homens de muita coragem
De respeito e valor
O nome dele deixo aqui
Desculpe o que não me lembrou.

XL
Governantes como Jarinho
Que uma escola construiu
Dando prioridade a educação
Aos quilombolas infantis
Que pena que faleceu
Um homem humilde e gentil.

XLI
Artur Miranda homem forte
Este não deixou de colocar
Calcamento e posto de saúde
Energia pra iluminar
Outra escola construiu
Para a educação adiantar.

XLII
Doutor Rogerio pouco fez
Pra o povo desse lugar
Mas veio o posto telefônico
Para os quilombolas se comunicar
Francineide e Jeninho fez sua parte
Mas o posto veio a fechar.

XLIII
Dedé é homem valente
A eleição um dia ganhou,
Representantes dos quilombolas
Na história aqui ficou
Lembro bem da sua participação
Quando foi vereador.

XLIV
Adilson nada construiu
Mas veio pra reformar
Escola e posto de saúde
Para os quilombolas se fartar
De saúde e educação
Disso ninguém pode reclamar.

XLV
Meu Deus, esqueci da água
Que Carlos Soares cedeu
Romilson por ela lutou
Adilson apoio lhe deu
Água em nossas torneira
Liquido precioso de Deus.

XLVI
Hoje temos orgulho
De aqui receber,
Dirceu enquanto prefeito
Mirangabense pra valer
Seja bem-vindo prefeito
Muitas coisas queremos fazer.

XLVII
Obrigada pelo apoio
Dentro da educação
Livro de literatura
Para ajudar na formação
De alunos e professores
Dos quilombolas da região

LXVIII
Isso foi gratificante
Pois a muitos conscientizou
Jogar lixo no lixo
E limpa as ruas ficou
Ivan recolhia o lixo
Colocados no tambor.

LXIII
Indo de porta em porta
Para o dinheiro recolher
Todos se associarem
Para o povoado crescer
Todos contribuíam
Na esperança de desenvolver.

LXIV
E assim termina a historia
Dessa Santa Cruz querida
De grota passou quilombola
Terra de gente amiga
Que lutou e aqui chegou
Vitória bem merecida.

LXIX
Na escola regular
Muita coisa mudou
Mais profissional da limpeza
E também coordenar
Melhorando a educação
Transformando os em doutor.

L
Pois professores não falta
E nunca há de faltar
Pois educação é prioridade
No lugar que aqui esta
No concurso foi aprovado
Mais um profissional do lugar.

LI
Obrigada povo querido
Por a paciência de ouvir
Deixo bem claro a todos
Presente que está aqui
Este cordel foi criado
Na escola Valdemir

LII
Escola muito acolhedora
Que muitos por lá já passou
Formando bons professores
Lavradores e doutor
Enfermeira e juiz
Pais de família e vereador

Considerações finais

Foi muito gratificante e repleto de satisfações poder recordar tantas coisas boas ocorrida em nossa comunidade, e melhor ainda, poder deixar escritos momentos tão importantes que poderão ser conhecidos, analisados e refletidos.
Procuramos mostrar as passagens que marcaram a vida de cada um desses Quilombolas nesta trajetória.

Autora:

Gilmaria Pereira da Cruz Oliveira

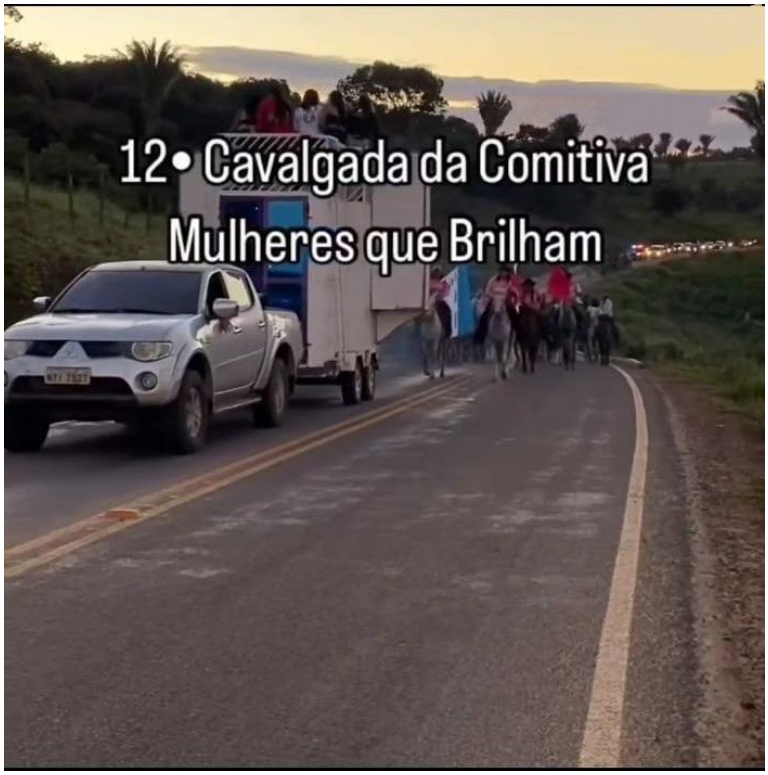
ANEXO IX – CARD SOBRE A FEIRA QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ E FOTOS DE SUA REALIZAÇÃO

Card:

Fotos da feira quilombola:

ANEXO X – SAMBA DE RODA

ANEXO XI – CAVALGADA DAS MULHERES – COMITIVA MULHERES QUE BRILHAM



ANEXO VII - HISTÓRIA CONTADA EM EVENTO DE COMEMORAÇÃO AO MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

História de Santa Cruz

Em meados do século XVIII uma bela paisagem bem distante de tudo onde só tinha mato e bichos, passava um jovem senhor em busca de seu gado perdido, porem andando despercebido se deparou com uma cruz de madeira, um tanto atônito por não ter jeito de ninguém passar por ali, mas desceu de seu belo cavalo pegou a cruz de madeira e colocou em uma pequena ribanceira, ao voltar avisou as pessoas, acreditamos que da **COMUNIDADE** de Saúde a qual antes este Povoado era o município.

Logo após o vaqueiro falar da cruz começou uma caminhada de devoção ao local, em seguida o pessoal fez um altar e logo começou a construções das pequenas casas de taipa.

Começaram a jornada dos primeiros moradores, que lugar é este? que nome iremos colocar? até chegarem em um consenso em que tudo começou por conta da cruz em que o vaqueiro encontrou!

Decidiram colocar o nome de Santa Cruz, seguiram a trajetórias de trabalhos por ser uma terra fértil mas com muitas dificuldades por ser distante de tudo, em suas caminhadas descobriram a cidade de Jacobina a qual iam vender ou trocar os produtos plantados e colhidos aqui, as **FAMÍLIAS** foram aumentando a população crescendo começou chegar pessoas influentes como o prefeito da cidade de Saúde, médicos, dentista pessoas que construíram barracão onde surgiu a feira nos dias de domingo e vinha pessoa de todas as comunidades vizinhas.

O tempo foi passando viram a necessidade de uma escola para as crianças aprenderem a ler, escrever e ter uma **EDUCAÇÃO** de melhor qualidade na vida, então contrataram Antonieta para desenvolver este trabalho.

Lozinha abriu uma loja de tecido e alumínio, Valdemir tinha uma mercearia, Possino vendia carne, Isaurea doce de arroz, Xanxa parteira de classe, Juva e Tiana além de benzer tinha as erva para o banho e o chá, Antonieta de tudo vendia para a população ajudar chegou o padre Alfredo para as missa celebrar trazendo com sigo alimentos e remédios para fone nem a doença assolar, pois, muitos da comunidade não podiam comprar, Antonieta lecionava contas e o b a bá.

Hoje tudo mudou, está bem diferente hoje em vez de Lozinha é Michele, de Valdemir é Sandra e Mana, de Possino é Luriano, de Isaurea Jacira, de de Xanxa D. Ana Mari, de Juva e Tiana Adison e Fafá, de Antonieta Agnado, de padre Alfredo padre Carlos para as devoções não faltar, de Antonieta somos nós, em parceria para trabalhar.

Em vez dos primeiro moradores é eu, você, nós inclusive fizemos uma aula de campo no dia 01 de novembro nesta localidade, as turma do 1º, 2º e 3º ano descobriu que tem **207 casas e** 424 moradores, temo como:

Patrimônio público:

- 1 associação;
- **2 ESCOLAS;**
- 01 unidade de saúde;
- 03 igrejas;
- 01 campo de futebol;
- 01 casa de velório;

Comércio local:

- 06 bares;
- 02 mercearia;
- 01 balneário;
- 01 padaria;
- Manicures
- Cabelereiros;
- 01 casa de farinha;
- Costureira;
- Confeiteiros
- Artesãs;

Por isso vamos viver vamos amar, vamos abraçar, vamos perdoar, se descubra até porque já, já para nós a vida vai passar.

ANEXO XIII – EVENTO DO MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA REALIZADO NA COMUNIDADE DE COQUEIROS

RESPEITO